



GUIA DE ESTUDOS

PELOTASMUN

2024



GUIA DE ESTUDOS DO PELOTASMUN 2024

¡El mañana se construye hoy!

2024

pelotasmun

Guia de Estudos do PelotasMUN 2024: ¡El mañana se construye hoy!

REVISÃO

Giancarlo Cristiano De Gouveia, Rafaella Barczak e Roberta Bertoldi

CAPA E PROJETO GRÁFICO

João Vitor Padilha Baptista

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Rafaella Barczak

Pelotas Model United Nations (PelotasMUN), é um projeto vinculado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), registrado sob o código 3125 na instituição e coordenado pelo **Prof. Doutor William Daldegan**.

DISCENTES RESPONSÁVEIS PELO PROJETO EM 2024

Rafaella Barczak (Secretária Geral), Roberta Bertoldi de Souza (Secretária Administrativa) e Giancarlo Cristiano De Gouveia (Secretário Acadêmico).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia de estudos PelotasMUN [livro eletrônico] :

¡el mañana se construye hoy! / [coordenação William Daldegan de Freitas ; ilustração João Vitor Padilha Baptista] ; Rafaella Barczak. --

Pelotas, RS : Ed. dos Autores, 2024.

PDF

Vários autores.

ISBN 978-65-01-11093-6

1. Relações internacionais I. Freitas, William Daldegan de. II. Baptista, João Vitor Padilha. III. Barczak, Rafaella.

24-220171

CDD-327

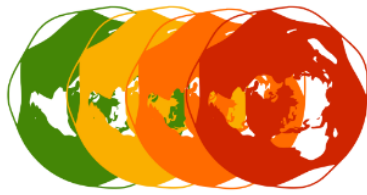
Índices para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais 327

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



COPYRIGHT © AUTORES, 2024



SUMÁRIO

1. Agradecimentos

2. Prefácio

3. Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)

- Garantia de serviços de saúde para mulheres em países em desenvolvimento: desafios e soluções;
- Os impactos socioeconômicos da mineração no século XXI.

4. Organización de los Estados Americanos (OEA)

- La lucha contra el narcotráfico y sus efectos en el continente americano.

5. Disarmament and International Security Committee (DISEC)

- The crisis in Yemen: the ongoing conflict and its repercussions.

6. Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

- A insegurança no Sahel: estratégias de resposta;
- Tensões geopolíticas no Cáucaso: questões fronteiriças como ameaça regional.

7. Imprensa Internacional

- Asia O'Clock;
- Diariamente;
- El Guardián;
- The Chicago Times.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer meus colegas (que se tornaram amigos) de Secretariado: Roberta e Gian. Quando decidi que queria implementar um comitê em espanhol e tantos outros detalhes na edição do PelotasMUN em 2024, eles foram os primeiros a falar: “Começamos quando?”. Realizamos nossa primeira reunião em janeiro deste ano, e desde então, acredito que não houve um dia em que eu não falei com algum deles.

Durante todo o ano, trabalhamos em conjunto para preparar o presente Guia e o evento, na tentativa de superar a edição de 2023 - e eu espero que o Secretariado de 2025 supere a qualidade do evento deste ano, igualmente. Disso é feito o PelotasMUN: aperfeiçoamento e adaptação. Obrigada Roberta e Gian por terem aceitado o cargo de Secretários. Não poderia ter sido diferente.

Agradeço também, toda a equipe das áreas de Logística, Press e Acadêmico, que compuseram o PelotasMUN no ano de 2024: João Vitor Padilha Baptista, Luiza Domingues Acosta, Nadiély Cristine de Souza, Lavinia Kukul, Eduardo Grecco Corrêa, Ana Luísa Guerreiro Lima, Ana Roberta Rodrigues, Alexandra Luize Spironello, Maria Eduarda Motta de Castro, Layane de Moraes Rebouças, Ian Mello, João Manoel Vieira de Araújo, Luana Gomes Lasmar, Wander Catarina dos Santos, Sérgio Antunes Botelho, Samira Lucas Silveira, Júlia Cardoso Pires, Júlia de Oliveira Moreira, Alycia Silva, Carlos Rogério Horsth, Tiago Tadioto Kuhn, Mariana Corlassoli, Eduarda Tamagno Martins, Mateus Kawabe, Diana Stein e Polianna Gonçalves Silva. Agradeço também todo o apoio e suporte durante o ano do nosso Coordenador de projeto e Professor: Prof. Doutor William Daldegan. Sem vocês, a escrita desses agradecimentos e a realização do evento não seria possível.

Rafaella Barczak
Secretária Geral 2024

PREFÁCIO

O pensamento de que cada ação que fazemos hoje, impacta amanhã ou em um futuro muito distante, inspirou nosso lema: “¡El mañana se construye hoy!”. Independentemente do que queremos fazer, apenas a constância e assiduidade nos ajudam a chegar no destino final - seja no final do dia, no final de uma maratona ou no último dia de trabalho. O destino é na verdade, o caminho. No contexto em que inserimos o lema, o mundo que queremos e temos como justo para nós, se constroi hoje: a cada aula, a cada simulação que redigimos uma Resolução e a cada ideia que é levada e implementada em tantas partes do mundo e em diferentes níveis. Todos os dias, essas ideias arquitetam o porvir. Em homenagem ao nosso Comitê da Organização dos Estados Americanos (OEA), não havia outro idioma possível para o lema de 2024, a não ser a língua espanhola.

Para a 11ª edição do PelotasMUN, definimos que era necessário quebrar alguns estigmas: tanto de idiomas, comitês e temas. O comitê da Organização dos Estados Americanos (OEA) se enquadra nos dois primeiros pontos - um comitê sem relação direta com a ONU, e em espanhol. Visando uma análise voltada a um panorama ‘micro’ de outros aspectos da sociedade, elegemos os temas do comitê do Conselho Económico e Social: “Garantia de serviços de saúde para mulheres em países em desenvolvimento” e “Os impactos socioeconômicos da mineração no século XXI”.

A edição de 2024 do PelotasMUN foi pensada e preparada com muito carinho e dedicação. Esperamos que esse Guia lhe dirija efetivamente entre os debates e o evento agregue de forma substantiva, dentro e fora da simulação.

Rafaella Barczak

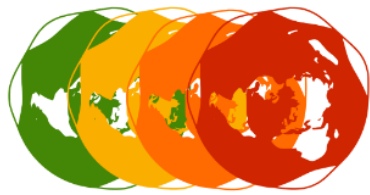
Secretária Geral

Giancarlo Cristiano De Gouveia

Secretário Acadêmico

Roberta Bertoldi de Souza

Secretária Administrativa



Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

1 - Garantia de serviços de saúde para
mulheres em países em desenvolvimento:
Desafios e Soluções.

2 - Os impactos socioeconômicos da
mineração no século XXI.

Guia de Estudos do PelotasMUN 2024



OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA MINERAÇÃO NO SÉCULO XXI

Alicya David Silva¹

Carlos Rogerio Henrique Caldeira Horsth²

Júlia de Oliveira Moreira³

Luana Gomes Lasmar⁴

RESUMO

A mineração, ao longo da história, esteve presente como parte da economia de diversos países. A princípio, os impactos negativos ao meio ambiente são a primeira problemática a ser pensada, porém, existem outras consequências também relevantes a serem abordadas nesse assunto. Desse modo, o presente Guia tem o objetivo de mostrar outras facetas da discussão acerca da mineração para além do meio ambiente, mostrando também seus impactos econômicos e sociais, em que podem se ter, por exemplo, condições subumanas de trabalho, ferindo os direitos humanos.

O debate sobre mineração se enquadra nas pautas do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), uma vez que este mantém o foco em promover estudos e relatórios que incentivam melhorias em assuntos relacionados à economia, à saúde, à cultura e à educação (ECOSOC Newsteller, 1996). Durante o Guia de estudos, será evidenciado o contexto histórico desse tema emblemático, bem como sua problematização e as ações tomadas internacionalmente que possuem, como objetivo, a resolução, ou pelo menos a diminuição, dos impactos negativos dessa questão.

¹ Alicya David Silva é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Carlos Rogerio Henrique Caldeira Horsth é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Júlia de Oliveira Moreira é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁴ Luana Gomes Lasmar é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a mineração é uma atividade primordial para a movimentação não só do cenário econômico de um país, como também para a manutenção e desenvolvimento tecnológico, os quais demandam, cada vez mais, o uso de recursos advindos dessa atividade, especialmente em âmbito global. Contudo, esse setor enfrenta inúmeras críticas, uma vez que provoca profundas modificações no entorno onde suas atividades são instaladas, sejam pelos efeitos negativos à qualidade de vida e o fomento de diversos conflitos socioeconômicos, ou por seu impacto ambiental (Azevedo, 2020; Cavenaghi, 2019; Senado Federal, 2023).

Sendo assim, considerando a complexidade e importância do tema, um marco para o avanço nas questões foi a fundação, em 2002, com a assinatura da Declaração de Toronto, do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM). Enquanto uma organização de abrangência mundial, que reúne 25 empresas de mineração e metais e, também, 33 associações regionais e de commodities, a ICMM tem por objetivo fortalecer o desempenho ambiental e social do setor, através de um desenvolvimento sustentável, justo e seguro (ICMM, 2023).

Contudo, conforme supracitado, verifica-se que o Conselho não foi medida suficiente para evitar as consequências negativas que acompanham a atividade mineradora. Sabe-se que a mineração é realizada em diversas fases, sendo elas a prospecção e exploração das jazidas; o desenvolvimento e preparação das minas; e a exploração destas e o tratamento dos minerais achados nas respectivas instalações. Desse modo, possuindo efeitos diferentes, a curto e a longo prazo, em cada uma de suas etapas, a mineração se apresenta enquanto uma promessa de geração de riquezas e emprego. No entanto, sabe-se do seu alto custo, não só ambiental (como o desmatamento, o exacerbado consumo de água, as escavações e alterações no solo), mas também as consequências sociais que tal processo traz embutido em si, tendo como exemplos a apropriação das terras das comunidades locais, os impactos na saúde, as alterações nas relações sociais, a destruição das formas de sustento e de vida das comunidades, as mudanças radicais e abruptas nas culturas regionais, e até mesmo o deslocamento de outras atividades econômicas locais, atuais e/ou futuras

(Azevedo, 2020; WRM, 2024).

À vista disso, ressalta-se, ainda, as condições de trabalho perigosas, precárias e insalubres desse tipo de atividade que, associadas a outras práticas criminosas, como a exploração de mão de obra e a violência e exaustão física e mental sofridas pelos mineradores, decorrentes dos longos períodos de serviço pesado, são características marcantes dos garimpos ilegais. A partir da análise da lista de “Goods Produced by Child Labor or Forced Labor”, publicada pelo “Bureau of International Labor Affairs”, de 2020, a extração do ouro, por exemplo, concentrada especialmente em países do continente africano, asiático e sul-americano, utiliza da mão de obra escrava e infantil para sua manutenção e para aumento do ganho econômico. Percebe-se, assim, que, embora a mineração seja uma atividade lucrativa, os salários são quase sempre nulos, e a acumulação financeira não retorna e nem é distribuída aos trabalhadores em contato direto com a atividade de mineração, acentuando cada vez mais a pobreza e taxa de desemprego, afetando negativamente as esferas sociais do país onde se é realizado o extrativismo mineral (U.S. Department, 2020).

Desse modo, faz-se imprescindível a discussão acerca da questão, a fim de se construir uma legislação e fiscalização que funcionem e sejam capazes de dirimir os efeitos, em âmbito internacional, da prática de mineração, garantindo, assim, não só os devidos direitos aos trabalhadores de atuarem em um serviço livre de exploração, violência e desigualdade; mas também buscando tornar o processo da atividade mineradora em si mais justo e sustentável (Azevedo, 2020; ICMM, 2023; Zonta, 2023).

CONTEXTO HISTÓRICO

RAÍZES DO PROBLEMA

Na América Latina e na África, a mineração tem raízes antigas, remontando a sociedades ancestrais que desenvolveram técnicas rudimentares para extrair minerais preciosos. Esta atividade desempenhou um papel vital na produção de utensílios e objetos que poderiam indicar a importância de algum

indivíduo na comunidade, através de adereços constituídos por esses metais, além de ter promovido interações comerciais e culturais entre diferentes grupos étnicos. A comunidade Chavín, por exemplo, vivia nos Andes e utilizava o ouro para a criação de adornos corporais, com o objetivo de serem usados para cunho religioso. Já na África austral, no platô do Zimbábwe, o ouro era produzido desde 800 a.C., entretanto, não era valorizado como símbolo de distinção social. Dessa forma, a mineração deixou de ser apenas uma prática cultural e transformou-se em um negócio durante a colonização europeia, quando se tornou conhecida a presença de metais preciosos nessas terras (Alfagali; Velásquez, 2023).

A exploração colonial europeia desempenhou um papel crucial na intensificação da atividade mineradora nos continentes americano e africano. Os colonizadores buscavam recursos minerais, especialmente ouro, prata, diamantes e outros minérios valiosos, tendo essas riquezas como motivadores importantes para a colonização, com o objetivo de gerar lucros às metrópoles em detrimento das colônias, deixando de ser apenas algo cultural como anteriormente era considerado pelos povos originários. A América Latina foi particularmente visada por sua abundância de minérios, levando à exploração em grande escala que transformou drasticamente a paisagem e a sociedade da região. Essa exploração foi tão intensa que, entre 1550 a 1800, representou mais de 80% da prata e 70% do ouro produzido mundialmente, apenas em terras americanas (Alfagali; Velásquez, 2023).

Da mesma forma, no continente africano, a busca por recursos minerais desempenhou papel importante na perpetuação da colonização, levando a práticas devastadoras de extração de mineral e exploração da mão de obra. Tem-se como exemplo, o antigo reino de Gana, que durante mil anos, produziu grande parte do ouro mundial. Desse modo, infere-se que a colonização europeia não apenas impulsionou a mineração nesses locais, mas também moldou profundamente as estruturas sociais, econômicas e políticas que ainda impactam nos dias atuais. Isso pode ser visto, por exemplo, a partir de uma percepção que coloca os países colonizados como periféricos na estrutura

hierárquica de poder onde o sistema internacional é fundamentado (Alfagali; Velásquez, 2023; Gonçalves, 2004; De Oliveira, 2021).

CONSEQUÊNCIAS

Os impactos sociais e econômicos da mineração são profundos e duradouros: a exploração intensiva de recursos minerais pelos colonizadores envolvia o uso de trabalho escravo e sistemas de exploração forçada, que perpetuam até hoje, a condição de pobreza e desigualdade nessas áreas. Milhares de povos indígenas e africanos foram submetidos a condições desumanas de trabalho nas minas, sujeitos a jornadas extenuantes, maus-tratos e doenças, muitas vezes resultando em morte prematura (De Oliveira, 2021).

De acordo com Alfagali e Velásquez (2023), essa exploração brutal não apenas esgotou os recursos humanos das comunidades locais, mas também teve consequências devastadoras para as estruturas sociais e econômicas, afetando economias tradicionais baseadas na agricultura, por exemplo. Além disso, a riqueza gerada pela mineração colonial foi amplamente direcionada para as metrópoles europeias, deixando as populações locais em situação de pobreza e marginalização. A desigualdade resultante, tanto em termos de acesso aos recursos quanto de oportunidades econômicas, continua a ser uma característica persistente dessas regiões até os dias de hoje, refletindo o legado da colonização (De Oliveira, 2021).

Após conquistar a independência, países latino-americanos e africanos se viram diante de desafios cruciais relacionados à gestão de seus recursos minerais. Uma das principais preocupações foi assegurar a soberania sobre esses recursos, garantindo que sua exploração beneficiasse diretamente o desenvolvimento interno e não fosse dominada por interesses estrangeiros. Em resposta a isso, muitos países adotaram políticas voltadas para a nacionalização de suas indústrias extrativas, visando reter o controle sobre a produção e a distribuição dos minerais, além dos mesmos intensificarem a cooperação com outros países emergentes (Vaz, 2011).

Ao mesmo tempo, houve uma crescente demanda por políticas de desenvolvimento mais igualitárias e sustentáveis em relação ao setor da mineração. Isso refletiu-se em esforços para minimizar os impactos sociais e

ambientais negativos associados à atividade mineradora, bem como para promover o bem-estar das comunidades locais afetadas pela mineração. Alguns governos implementaram medidas para aumentar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos minerais, como os países que participam e utilizam o padrão da “Extractive Industries Transparency Initiative” (EITI), que será discutido de forma mais aprofundada ao longo do Guia de Estudos (Vaz, 2011; Silva; Azevedo, 2021; EITI, 2024).

Ao longo do tempo, observa-se mudanças significativas nas leis e regulamentações relacionadas à mineração. Essas mudanças foram impulsionadas por esforços para promover maior responsabilidade ambiental, social e econômica na indústria mineradora. Foram estabelecidos padrões mais rigorosos para controle da poluição, proteção dos direitos dos trabalhadores e das comunidades afetadas, bem como para incentivar práticas de mineração mais sustentáveis e responsáveis. Essas regulamentações refletem um compromisso contínuo em equilibrar a necessidade de desenvolvimento econômico com a proteção dos recursos naturais e o bem-estar das comunidades (Silva; Azevedo, 2021).

Embora tenham sido feitos progressos significativos na implementação de regulamentações mais rígidas na busca por políticas de desenvolvimento equitativas, ainda há muito a ser feito para enfrentar os desafios persistentes, como a desigualdade socioeconômica e os impactos ambientais adversos causam enormes prejuízos devido à atividade mineradora em terras de comunidades locais, em especial os povos indígenas, afetando não apenas seus meios de subsistência, mas também suas culturas e formas de vida. O estudo de Darío José Mejía Montalvo enfatiza que a atual matriz energética e modelos colonialistas levam a injustiças contra os povos indígenas, ignorando seu conhecimento e direitos de governança. Além disso, Geoffrey Roth destaca que os povos indígenas muitas vezes enfrentam represálias, intimidações, ataques violentos e até assassinato devido à exploração de recursos naturais. (Silva; Azevedo, 2021, Nações Unidas, 2022).

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Atualmente, percebe-se que os países, especialmente aqueles em desenvolvimento, lidam com um notável crescimento da indústria mineradora. Contudo, apesar de sua importância no fornecimento de bens minerais, matérias-primas e insumos – imprescindíveis à economia e desenvolvimento das nações – a mineração apresenta inúmeros problemas relacionados ao seu impacto, não apenas no âmbito econômico, mas também nos aspectos ambientais e sociais.

Esta seção do guia, portanto, propõe apresentar e dissertar sobre tais questões, que, ainda que complexas, são fundamentais para maior compreensão da atividade mineradora, a fim de aprofundar a discussão sobre este tema tão pertinente e relevante em âmbito internacional (De Abreu Vieira, 2011).

DETERIORAÇÃO AMBIENTAL

Em primeira instância, nota-se que um dos principais obstáculos enfrentados por países onde se concentram as atividades de mineração é a deterioração da sua qualidade ambiental. O alto nível de poluição das águas superficiais e subterrâneas, do ar, das zonas costeiras e marítimas são frequentes, bem como o desmatamento e a exploração intensiva e insustentável do solo, levando à deterioração e enfraquecimento deste.

Sendo assim, essa conjuntura, marcada pelos impactos negativos da extração de recursos minerais ao meio ambiente, deve-se, principalmente, ao fato de que o setor da indústria de mineração é marcado pela débil aplicação da lei, uma vez que a monitorização e fiscalização de tais atividades não ocorre de modo devido (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2023).

INSALUBRIDADE E OS RISCOS ÀS VIDAS DOS TRABALHADORES

Outro ponto imprescindível para esta discussão, se refere às precárias condições de vida e trabalho aos quais são submetidos os mineradores. A rotina dos trabalhadores relacionados a tal atividade é caracterizada por longas jornadas de trabalho, baixa, às vezes nula, remuneração e pela falta de equipamentos adequados para a extração de recursos, o que implica,

frequentemente, no contato com substâncias venenosas ou tóxicas. Com a falta da garantia de direitos básicos aos mineradores, como uma vida digna e condições seguras de trabalho, a mineração torna-se uma atividade que, assim como na degradação ambiental, tem seus impactos negativos no âmbito social.

Vale considerar, ainda, outras questões também relacionadas a tais impactos, como aqueles causados na comunidade local próxima à extração de recursos. Sabe-se que, como mencionado anteriormente, além de sofrer com a poluição decorrente do processo, as proximidades dos espaços onde são realizadas as atividades mineradoras sofrem constantemente com as interferências das grandes empresas responsáveis pela mineração em seu cotidiano doméstico. Assim, como consequências deste, verifica-se o deslocamento de inúmeras famílias ou a compra e posse de territórios, fatores estes que constroem um contexto de desigualdades, conflitos e violência (Columbia Center on Sustainable Investment, 2016; Salim, 2001).

DISCUSSÕES RELEVANTES ACERCA DO TEMA

Tendo em vista a complexidade que compreende a questão da mineração, entende-se a necessidade de uma discussão relacionada ao alinhamento dos objetivos da indústria mineradora à necessidade de dirimir seus impactos negativos. Sabendo que, se devidamente manejada, ela pode atuar de modo a fomentar a criação de empregos, incentivar a inovação e a captação de investimento e infraestrutura.

A fins de exemplificação, a mineração pode contribuir no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ODS, sendo estes uma coleção de 17 metas globais estabelecida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas; uma vez que se percebe a movimentação internacional no sentido de criar demandas e limitações para a atividade industrial, dentre elas, a própria mineração (Columbia Center on Sustainable Investment, 2016).

Assim, para promover uma empresa preocupada com o futuro e com a sustentabilidade, deve-se adotar um modelo preocupado com seus impactos nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais. Portanto, entende-se que, para um progresso nas três dimensões de desenvolvimento sustentável supracitadas

ser alcançado na atividade mineradora é necessário, no âmbito de crescimento econômico, que se busque redirecionar o investimento das receitas geradas também na subsistência e no progresso das comunidades onde localiza-se tais atividades.

Por sua vez, na esfera de proteção ambiental, o impacto da exploração dos recursos naturais deve ser minimizado por meio da adoção de medidas que visem evitar o despejo equivocado de resíduos. Além disso, a prática de ações com fins de reabilitar e permitir o uso sucessivo da terra devem ser incentivadas.

Por fim, no que tange o aspecto social, deve-se buscar diminuir a perturbação social e cultural nas comunidades, evitando o deslocamento, ou interferência, na rotina da população. Tal tentativa deve estar aliada à manutenção do diálogo entre as partes interessadas e à transparência da operação, com uma prestação de contas e fiscalização constantes (Columbia Center on Sustainable Investment, 2016; Maffini Gomes et al., 2014; Jenkins; Yakovleva, 2006).

AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esse tópico contará com a enumeração das principais ações, de abrangência global e regional, que foram elaboradas e adotadas pelos Estados Nacionais com o objetivo de regular, tornar mais sustentável e de diminuir os impactos negativos da atividade mineradora.

AÇÕES PRÉVIAS DE ABRANGÊNCIA GLOBAL

Ora já citado no presente Guia, o Conselho Internacional de Mineração e Metais, fundado em 2001, foi um importante passo para a mobilização dos atores globais na busca de um desenvolvimento sustentável na indústria mineradora. À vista disso, como um mecanismo de complementação, criado em junho de 2003, tem-se a *Extractive Industries Transparency Initiative*, ou EITI. A Iniciativa é composta por representantes de diferentes governos, companhias, organizações internacionais e grupos da sociedade civil, caracterizando-se como uma associação que tem por missão não só promover a conscientização do uso dos recursos naturais, mas também de providenciar dados e pesquisas

que auxiliem no processo de diálogo e negociações do setor extrativo. Assim, visa gerar um fortalecimento das instituições, garantindo que atuem com transparência e que aprimorem o cumprimento de suas responsabilidades (EITI, 2024).

De semelhante importância para o tema em questão, tem-se a criação do *“Intergovernmental Forum on Mining, Metals and Sustainable Development”*, o IGF, criado em 2002, pela Organização das Nações Unidas, com mais de 80 países-membros. O Fórum tem por objetivo incentivar as nações correspondentes a adotarem práticas que permitam o desenvolvimento sustentável no que tange à atividade de mineração. Assim, suas principais ações incluem tanto a promoção de um assessoramento aos atores envolvidos, bem como a criação e manutenção de leis de regulação e policiamento. Ademais, o Fórum disponibiliza uma coletânea de informações e publicações relacionadas aos novos avanços científicos na área; além de uma capacitação técnica, visando aplicar as práticas sustentáveis nas várias esferas que são abarcadas pela mineração. Por fim, promove, também, os eventos de engajamento e interação entre indústria extrativa e sociedade civil, com a intenção de produzir impactos e mudanças nas relações entre ambos os setores (IGF, 2024).

Em 2018, o *“United Nations Development Programme”*, UNDP, em parceria com o *“United Nations Environment Programme”*, publicaram o *“Managing Mining For Sustainable Development”*, um livro de referência que atuaria como um guia para todas as nações no Sistema Internacional, contendo um conjunto de informações e instruções essenciais para o avanço e desenvolvimento sustentável na mineração. Sendo assim, a obra conta com considerações acerca dos impactos da atividade extrativa em âmbito social, ambiental e econômico, bem como as políticas e práticas que devem ser adotadas por líderes, tanto domésticos quanto internacionais, para eliminar as consequências negativas, estabelecendo as recomendações e os padrões que devem ser implementados pelos governos, para que seja possível alinhar a atividade extrativa aos ODS (UNDP, 2018).

Ressalta-se, ainda, que, em 2023, O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) anunciou a criação de um Instituto Global para a Gestão de Rejeitos, o GTMI. O novo órgão, de caráter independente, tem o

objetivo de orientar e supervisionar não só a implementação, mas também, de garantir a conformidade dos países aos padrões estabelecidos no Padrão Global da Indústria para a Gestão de Rejeitos, sendo, portanto, o responsável central na realização das auditorias exigidas às empresas, com intuito de corroborar com a segurança na manutenção e no desenvolvimento ético, justo e sustentável da indústria e atividade extrativa (UNEP, 2023).

À vista das ações citadas, percebe-se que, no âmbito internacional, houve um crescimento da mobilização dos países no que se diz respeito à discussão acerca do tema da mineração e de seus impactos nas esferas sociais, econômicas e ambientais. É possível, então, reconhecer a importância de se construir instituições e mecanismos de regulação e fiscalização, bem como de incentivar e promover o desenvolvimento sustentável da atividade nos países.

AÇÕES PRÉVIAS DE ABRANGÊNCIA REGIONAL

Na busca por uma indústria de mineração mais responsável, iniciativas regionais ganham destaque neste tópico. Reconhecendo a necessidade de uma abordagem coordenada e estratégica para promover a transformação do setor minerador, os líderes da União Africana (UA), conceberam a Visão Mineira para África com o objetivo de promover a transparência, equidade e ótica da exploração de minerais para sustentar o desenvolvimento socioeconômico, maximizando os resultados dos recursos minerais nos continentes. O Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais (AMDC, em inglês) foi estabelecido para fornecer suporte operacional, tendo como missão não apenas promover o papel dos recursos minerais na transformação do continente, mas também garantir que as políticas e regulamentações no setor sejam coesas e harmonizadas em nível nacional, regional e continental, visando a construção de uma indústria mineral africana diversificada, competitiva e socialmente responsável (Cloete, 2020; AMDC, 2024).

Desse modo, o AMDC busca capacitar os países africanos a gerir seus recursos minerais de forma eficaz e a utilizar esses ativos como alavancas para o seu próprio desenvolvimento econômico a longo prazo. Além disso, o centro enfatiza a importância da governança adequada ao setor, promovendo práticas responsáveis que respeitem os direitos humanos, protejam o meio ambiente e

beneficiem as comunidades locais. Ao fazer isso, o AMDC almeja não apenas maximizar os benefícios econômicos derivados da indústria mineral, mas também garantir que esses benefícios sejam distribuídos de maneira justa e equitativa, contribuindo assim para o crescimento inclusivo e sustentável das economias africanas (AMDC, 2024).

Por outro lado, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, em inglês) demonstra um compromisso significativo com o desenvolvimento sustentável na indústria mineral através de iniciativas regionais coordenadas. A criação do *Mineral Awards*, feito pela ASEAN e o Plano de Ação de Cooperação Mineral da ASEAN 2016-2025 destacam essa abordagem, buscando promover práticas menos danosas em todas as fases do desenvolvimento mineral e garantir que as atividades de mineração na região sejam conduzidas de forma sustentável. Com a criação do *ASEAN Mineral Awards*, as empresas de mineração que demonstram notáveis contribuições para o desenvolvimento sustentável mineral na região são reconhecidas e incentivadas, criando um ambiente propício para a adoção de boas práticas. Essas iniciativas visam documentar e reconhecer as melhores práticas na indústria mineral, abrangendo desde o desenvolvimento comunitário até a gestão ambiental. Ao promover a cooperação regional e o intercâmbio de conhecimentos, a ASEAN busca inspirar inovações e estimular a adoção generalizada de práticas mais sustentáveis. Desde o estabelecimento do Entendimento Ministerial sobre a Cooperação da ASEAN nos Minerais em 2005, a região tem se empenhado em fortalecer a capacitação e promover o desenvolvimento responsável na indústria mineral, alinhando-se com o objetivo de crescimento econômico e progresso na região (ASEAN, 2017; ASEAN, 2024).

Por fim, com foco na América Latina, a assinatura do Tratado de Integração e Complementação Mineral entre a Argentina e o Chile em 1997 foi um marco significativo na cooperação entre os dois países sul-americanos, refletindo uma visão compartilhada de aproveitamento conjunto dos recursos minerais nas zonas de fronteira. Este tratado, vinculado ao "Tratado de Paz e Amizade" de 1984 e ao Acordo de Complementação Econômica N° 16 (ACE 16), demonstra um compromisso mais amplo com a cooperação econômica e no desenvolvimento regional. Através do estabelecimento de uma comissão

administradora e protocolos específicos, busca-se garantir a implementação efetiva de seus objetivos, incluindo a facilitação do investimento mútuo no setor mineral e a harmonização das legislações tributária, trabalhista e ambiental (Tomio, 1999). Os empreendimentos resultantes deste tratado, como o projeto *Pachón e Pascua Lama*, representam investimentos significativos na região, indicando o potencial econômico que a cooperação mineral entre a Argentina e o Chile poderia trazer. Essas iniciativas demonstram a importância da integração e complementação entre os países latino-americanos para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade compartilhada na região. Ao abordar questões como legislação, tributação, trabalho e meio ambiente, o tratado estabelece um quadro abrangente para a cooperação mútua e o aproveitamento responsável dos recursos minerais (Tomio, 1999).

Através desses esforços, fica claro o objetivo de promover a cooperação regional e implementar práticas mais sustentáveis na indústria mineral, refletindo uma visão compartilhada de desenvolvimento econômico responsável e inclusivo.

AÇÕES PRÉVIAS DO ECOSOC

Por fim, neste último tópico, ressalta-se uma ação específica tomada pelo Conselho Econômico e Social em questão, o ECOSOC. Ciente da importância do tema da atividade mineradora no que tange à manutenção do Sistema Internacional, adotou, em 2019, a Resolução 2019/23 intitulada “Combate ao crime organizado transnacional e às suas ligações ao tráfico ilícito de metais preciosos e à mineração ilegal”.

A resolução preocupava-se com o crescente envolvimento de grupos criminosos organizados no tráfico ilícito de metais preciosos e com aumento substancial no volume e na variedade de crimes transnacionais associados ao tráfico de metais preciosos e à mineração ilegal. Sendo assim, a Resolução apela aos Estados que aumentem a cooperação, nomeadamente através do trabalho com o Escritório Das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC, em inglês), e também com outras organizações internacionais, para reforçar a aplicação da lei. Ademais, ressalta a importância do Ministério Público dos países signatários, o qual deve buscar fazer melhor utilização dos dados e da tecnologia.

POSIÇÃO DOS PAÍSES

Este tópico será utilizado para expor o posicionamento adotado em específico dos países selecionados, além de ações ou omissões tomadas por eles, as quais influenciam e impactam as relações entre as nações e apresentam consequências no Sistema Internacional.

CANADÁ

A posição do Canadá com relação à mineração é caracterizada por um compromisso em avançar sua economia por meio de minerais, ao mesmo tempo em que apresenta preocupações ambientais. O país, reconhecido como uma nação líder em mineração, aproveita suas fortes credenciais em questões ambientais, sociais e de governança para criar cadeias de suprimentos competitivas para minerais essenciais para a transição para energias limpas e manufatura avançada. Através de iniciativas como o “Rumo a Mineração Sustentável”, estabelecido pela *Mining Association of Canada*, a indústria garante relatórios a nível local com verificação externa, focando em indicadores de desempenho social e ambiental para promover práticas responsáveis de mineração e engajamento comunitário (Government of Canada, 2024; The Mining Association Of Canada, 2024).

Além disso, a abordagem do Canadá em relação aos seus povos indígenas, destaca uma dedicação em construir parcerias respeitadas e fomentar oportunidades econômicas para as comunidades impactadas. O setor de mineração no Canadá prioriza a colaboração com os povos indígenas, visando compartilhar informações, abordar os efeitos ambientais e promover a proteção cultural em todas as etapas das operações de mineração, desde a exploração até o fechamento da mina. Este compromisso é exemplificado por mais de 500 acordos ativos entre empresas de mineração e comunidades indígenas, enfatizando o papel da indústria como o maior empregador industrial do setor privado de povos indígenas no Canadá (The Mining Association Of Canada, 2024).

É importante frisar que o Canadá, sendo um dos maiores produtores mundiais de metais e minerais, abriga algumas das maiores empresas de mineração globais que estão continuamente expandindo seus negócios

internacionalmente. Empresas como *Barrick Gold* e *Teck Resources*, com sede em Toronto, têm operações significativas fora do Canadá, enquanto a *Nutrien*, maior produtora de potássio do mundo, está sediada na província canadense Sascachevão e atua globalmente. Este movimento de expansão é facilitado pelo arranjo financeiro de *metal streaming* - a compra integral da produção de uma mina por uma empresa específica, e em troca, a mina recebe investimentos da mesma - e pelas políticas nacionais que tornam a listagem de empresas de mineração menos onerosa, permitindo que empresas sediadas no Canadá explorem oportunidades internacionais, atraindo investimentos, financiamento e expandindo suas operações em países ao redor do mundo (Minas Jr, 2019).

COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA

A Comunidade da Austrália reconhece a importância vital da mineração para sua economia, a qual contribui significativamente para o orçamento federal por meio de impostos e *royalties*. O setor mineral é fundamental não apenas para a receita governamental, mas também para a criação de empregos e o desenvolvimento econômico em diversas regiões do país. Para fortalecer ainda mais esse setor, o governo australiano anunciou um financiamento de \$566 milhões para a *Geoscience Australia*, com o objetivo de melhorar os dados geológicos disponíveis e atrair mais investimentos em mineração, especialmente em minerais críticos essenciais para a transição para uma economia de baixo carbono (Constable, 2024).

Além do impacto econômico, a Austrália está comprometida em garantir que os benefícios da mineração sejam distribuídos de forma mais equitativa entre as comunidades afetadas. A parceria da empresa australiana de mineração, BHP, com a *Kulbardi*, uma instituição protetora de terras indígenas, exemplifica esse compromisso. Ao gastar mais de US\$3 milhões no primeiro ano de contrato com a *Kulbardi*, a BHP não apenas promove o desenvolvimento econômico e o empoderamento das comunidades indígenas, mas também ajuda a cumprir seu compromisso de gastar US\$1,5 bilhão ao longo de quatro anos com proprietários tradicionais e empresas indígenas (Tibben, 2024)

Esse enfoque em parcerias sustentáveis e benéficas para as comunidades locais reflete a abordagem da Austrália para equilibrar o desenvolvimento

econômico com responsabilidade social. O país entende a necessidade de criar um ambiente propício ao investimento no setor de mineração enquanto trabalha para garantir que os benefícios sejam amplamente compartilhados, promovendo iniciativas que visam o desenvolvimento sustentável e o promover a influência das comunidades afetadas pela mineração (Constable, 2024).

ESTADO DO CATAR

Criada em 2010 pelo Estado do Catar, a Companhia de Mineração do Catar (QM em inglês), adota uma abordagem estratégica e responsável para mitigar os impactos da atividade mineradora. Ao focar na diversificação econômica, o Catar busca reduzir sua dependência dos hidrocarbonetos, aumentando as receitas provenientes da mineração e outros setores. Esse esforço para diversificar a economia visa criar uma base econômica mais estável e resiliente, promovendo o desenvolvimento sustentável a longo prazo (Qatar Mining, 2024).

Além disso, a Companhia coloca a sustentabilidade e a transparência no centro de suas operações. Comprometida com práticas que preservam o meio ambiente e beneficiam as comunidades locais, a empresa promove a saúde e segurança de seus trabalhadores através de uma política rigorosa de zero danos. A responsabilidade social é igualmente importante, com um forte compromisso em tratar todos de forma justa e respeitosa, independentemente de etnia, religião ou gênero (Qatar Mining, 2024).

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

O setor de mineração no Estado Plurinacional da Bolívia é regulamentado pela Constituição Política do Estado de 2009 e pela Lei de Mineração e Metalurgia (Nº 535) de 2014, além de outras leis, decretos e regulamentos complementares. A Constituição introduziu novos lineamentos para a administração do setor, transformando significativamente o regime de propriedade e gestão da atividade mineradora. Atualmente, os recursos minerais são propriedade do povo boliviano, administrados pelo Estado, e a venda, transferência ou herança dessas reservas é proibida. A Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) reassumiu um papel central na produção mineral, que havia perdido durante as privatizações das décadas de 1980 e 1990. A Lei de

Mineração e Metalurgia estabelece regulamentações fiscais detalhadas, a distribuição de royalties e o uso das receitas em projetos de investimento público, com foco na sustentabilidade e na conservação ambiental (López, Prudencio, Moyano, Pacheco, 2020).

Sendo considerada o país com as maiores reservas de lítio do mundo, com aproximadamente 21 milhões de toneladas, a Bolívia enfrenta desafios e atrasos na exploração deste recurso. A empresa estatal Depósitos de Lítio Bolivianos (YLB, em espanhol) tem sido fundamental nesse processo, assinando acordos com empresas estrangeiras para acelerar a transição energética e aumentar as exportações. A China tem sido um importante parceiro boliviano, com a empresa *Citic Guoan* assinando um acordo em 2023 para explorar as reservas de lítio e introduzir o recurso no mercado global (Miranda, 2020; O Globo, 2024).

Além disso, a YLB firmou um acordo com o consórcio chinês CBC para construir uma planta piloto de extração direta de lítio no Salar de Uyuni, com um investimento de 90 milhões de dólares. Esses acordos buscam superar os desafios técnicos e econômicos, como a necessidade de melhorar a pureza do mineral e reduzir os custos de produção, enquanto a Bolívia procura maximizar os benefícios econômicos da exploração do lítio e mitigar os impactos sociais e ambientais negativos (OPEB, 2023; O Globo, 2024).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos da América, através da Associação Nacional de Mineração, lideram a iniciativa "Comprometidos com a Excelência em Segurança da Mineração", que visa eliminar fatalidades e reduzir a taxa de lesões na mineração em 50% nos próximos cinco anos por meio da implementação de sistemas de gestão de segurança e saúde. As empresas de mineração reconhecem que, para alcançar a meta de zero fatalidades e lesões, é necessário ir além das exigências regulamentares (National Mining Association, 2024).

Para acelerar a melhoria da segurança nas minas, foram adotadas práticas voluntárias que incentivam uma cultura de segurança. Processos de avaliação de riscos são utilizados para identificar controles de segurança que eliminam ou minimizam os impactos dos perigos. Através da identificação e eliminação de

potenciais riscos e do uso de tecnologia de ponta, a mineração americana desenvolveu um sistema de segurança premiado, o *CORESafety*, que recebeu reconhecimento da Sociedade de Mineração, Metalurgia e Exploração e da Associação Internacional de Gestão de Segurança, Qualidade e Meio Ambiente. Nos últimos 15 anos, esse compromisso com a segurança resultou em uma redução de 56% na taxa de lesões e de 63% na taxa de lesões fatais nas minas dos EUA (National Mining Association, 2024).

Apesar dos avanços na segurança, a atuação de empresas de mineração estadunidenses no exterior tem gerado controvérsias. Empresas como Freeport-McMoRan, Apple, Google, Tesla e Microsoft enfrentam acusações de que o cobalto usado em seus produtos pode estar ligado ao trabalho infantil nas minas da República Democrática do Congo. Um processo judicial alega que essas empresas sabiam das condições perigosas em que crianças trabalham nas minas de cobalto, essencial para a fabricação de baterias de íons de lítio utilizadas em diversos dispositivos eletrônicos. Este caso ressalta a necessidade de uma regulamentação mais rigorosa das cadeias de suprimentos e uma maior responsabilidade corporativa para garantir que os materiais sejam obtidos de forma ética e segura, tanto nacionalmente quanto internacionalmente (BBC, 2019).

JAPÃO

De acordo com a publicação “Uma perspectiva social crítica sobre a mineração em alto mar: Lições da indústria emergente no Japão” (2020), a mineração no fundo do mar no Japão, principal meio de atividade de extração de recursos no país, tem repercussões significativas, especialmente para as comunidades locais que atribuem interpretações espirituais profundos ao mar. Esses impactos são evidentes em casos como o de Papua Nova Guiné, onde a mineração subaquática confronta diretamente as crenças espirituais das comunidades costeiras. No Japão, a mineração em áreas próximas às comunidades locais pode gerar conflitos, à medida que essas populações lutam para proteger suas terras e mares contra a exploração industrial. No entanto, o Japão ainda não implementa medidas efetivas para combater os impactos sociais e culturais decorrentes dessas atividades mineradoras.

A extração de minerais do leito marinho pode reduzir a dependência de importações e aumentar a autossuficiência do país. Além disso, a exploração de hidratos de metano e outros recursos energéticos marinhos faz parte dos esforços do Japão para diversificar suas fontes de energia e melhorar a segurança energética. Esses esforços impulsionam o desenvolvimento de novas tecnologias e normas, posicionando o Japão na liderança da inovação em mineração subaquática (Henriques, 2019).

Em resposta às preocupações globais, um grupo de cerca de 20 países, incluindo Brasil, Canadá, Costa Rica, Finlândia, Suíça e Vanuatu, pediu a interrupção da mineração em alto mar até que sejam realizadas mais pesquisas sobre seu potencial impacto no ecossistema marinho. Esses países estão preocupados com a falta de conhecimento sobre as profundezas dos oceanos e os danos que a mineração pode causar aos ecossistemas marinhos. A necessidade de uma abordagem mais cautelosa e de uma pesquisa aprofundada é essencial para equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e cultural (Khadka, 2024).

REINO DA DINAMARCA

A Dinamarca se mostra focada no desenvolvimento sustentável no setor mineral. Em 2021, o Consulado Geral da Dinamarca realizou o Dia Dinamarquês: Mineração Sustentável, um workshop online que promoveu a troca de experiências entre organizações dinamarquesas e brasileiras. Durante o evento, foram discutidas ações do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), incluindo a Agenda ESG da Mineração e projetos que buscam promover práticas sustentáveis no setor (IBRAM, 2021).

Além disso, através da Pesquisa Geológica da Dinamarca e da Groenlândia, a Dinamarca avalia e comunica o potencial de recursos minerais da Groenlândia, já que os recursos minerais no território dinamarquês são limitados. Investindo em exploração e mapeamento geológico, a Dinamarca visa identificar áreas promissoras para desenvolvimento sustentável. Esta abordagem é coerente com o fato de que 30% da produção total de energia na Dinamarca já vem de fontes verdes (GEUS, 2021).

A Dinamarca também está atenta ao aumento do interesse da indústria de mineração nos recursos da Groenlândia. O país está focado em melhorar o mapeamento geológico e a comunicação desse conhecimento para facilitar a identificação de áreas para futuros investimentos. Essa estratégia busca explorar os recursos minerais de maneira sustentável, contribuindo positivamente para a economia e o meio ambiente, em alinhamento com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável (GEUS, 2021).

REINO DA ESPANHA

A Espanha é considerada a área mais mineralizada da União Europeia, possuindo depósitos de sulfeto maciço vulcânico no Cinturão Piritoso Ibérico. O país destaca-se pela grande disponibilidade de matérias-primas identificadas como críticas pela UE, como fluorita, tungstênio, tântalo, nióbio e estrôncio. Além disso, há indicações de depósitos de fosfatos, grafite, cobalto e terras raras. Com benefícios fiscais atraentes para investimentos no setor, a Espanha oferece liberdade de amortização por 10 anos e dedução fiscal de até 30% da base tributária consolidada total, atraindo investidores para o setor mineral. A amortização, nesse contexto, refere-se ao processo de distribuição do custo de um ativo ao longo de sua vida útil, permitindo que as empresas reduzam gradualmente esse custo de seus impostos (ICEX, 2023).

A distribuição da produção mineral na Espanha está concentrada principalmente na Andaluzia e Astúrias para os minerais metálicos, enquanto os minerais industriais estão espalhados por todo o país. A Espanha também apresenta oportunidades significativas relacionadas à cadeia de baterias elétricas, com notáveis reservas de níquel-cobre e a descoberta de múltiplos depósitos de lítio. O quadro regulatório espanhol é aberto a investimentos estrangeiros, com poucas restrições à propriedade e processamento de minerais, além da ausência de royalties baseados em quantidades produzidas, o que favorece o crescimento e desenvolvimento do setor mineral no país (ICEX, 2023).

O Parque Mineiro de Almadén, localizado na Espanha, é um destino patrimonial gerenciado pela empresa pública Minas de Almadén y Arrayanes, S.A., S.M.E. (MAYASA). Esta instituição realiza ações permanentes em quatro

áreas-chave da gestão do patrimônio: proteção legal, restauração e reabilitação, pesquisa e divulgação. Como empresa pública de gestão privada, a MAYASA reinveste integralmente os rendimentos econômicos gerados pela atividade cultural e turística na conservação, manutenção e melhoria dos equipamentos, demonstrando um compromisso contínuo com a preservação e fruição do patrimônio histórico e cultural do local. A missão do Parque Mineiro de Almadén é conservar, catalogar, pesquisar, divulgar e educar sobre o patrimônio, além de desenvolver experiências turísticas de qualidade, autênticas e não massificadas. Todos os recursos obtidos com a atividade turística são reinvestidos na manutenção, eficiência e qualidade cultural e turística do destino. O Parque Mineiro possui reconhecimentos de prestígio, como a declaração de Bens de Interesse Cultural (BIC) em 2007 e a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 2012. Além disso, está em processo de obtenção de selos de qualidade, como a Q de Qualidade Turística da Espanha, consolidando-se como um modelo de gestão sustentável e comprometida com a valorização do patrimônio histórico e cultural (Minas de Almadén, 2024).

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

A principal empresa de mineração do Reino Unido, a *Anglo American*, tem se destacado na implementação de práticas avançadas e responsáveis no setor de mineração, principalmente no que se refere às questões econômicas, ambientais, sociais e de governança junto ao *Environmental, Social and Governance* (ESG). A ESG é, de acordo com a *Habitability* (2022), práticas ambientais, sociais e de governança das organizações, que tem o objetivo de construir um mundo mais inclusivo, sustentável e ético, para que assim haja aprimoramento na qualidade de vida em toda a comunidade. A *Anglo American* foi reconhecida pelo Índice de Mineração Responsável por suas políticas e práticas. Empresas britânicas também estão na frente do monitoramento remoto de desempenho ESG, utilizando tecnologias como sensores e satélites para garantir padrões elevados (ESG, 2022; GOV.UK, 2022).

A crescente demanda por materiais de origem rastreável e com credenciais ESG robustas, impulsionada por fabricantes e instituições financeiras do Reino Unido, tem motivado a adoção de melhores práticas ao

longo da cadeia de abastecimento. Esse movimento é apoiado pela participação ativa do Reino Unido em fóruns internacionais e por sua liderança em iniciativas como a Parceria Europeia para Minerais Responsáveis e a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI). Esses esforços visam estabelecer normas ESG globais proporcionais, promover a transparência e a responsabilidade (EITI, 2024; GOV.UK, 2023).

O Reino Unido está comprometido em combater a corrupção e promover a boa governança em países com recursos minerais. Através de uma estratégia de diplomacia regulatória, o país busca melhorar a transparência da propriedade beneficiária (identificando quem realmente possui, controla ou se beneficia de uma empresa), abrir contratos e reforçar os quadros de governança. Estas ações são parte de uma abordagem mais ampla para garantir a segurança econômica e competitividade a longo prazo, além de apoiar as empresas e cidadãos britânicos, contribuindo para uma indústria de mineração mais sustentável e ética globalmente (GOV.UK, 2023).

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

A República Árabe do Egito está empenhada em revitalizar sua indústria mineradora, especialmente no setor de ouro, com o objetivo de aumentar a contribuição do setor para 5% do PIB até 2030. Para alcançar essa meta, o governo introduziu uma nova regulamentação em 2020 que eliminou a obrigatoriedade de as mineradoras formarem parcerias obrigatórias (*joint ventures*) com o governo, tornando o setor mais atrativo para investidores estrangeiros (Souza, 2022).

Como resultado, o Egito concedeu recentemente licenças de mineração para oito empresas estrangeiras, incluindo gigantes como *Barrick Gold* e *B2 Gold*, com a expectativa de atrair mais de US\$1 bilhão em investimentos no setor nos próximos anos. O país estabeleceu uma estrutura regulatória e fiscal mais favorável, com royalties de 5% e taxas corporativas de 22,5%, a fim de impulsionar a produção mineral (Souza, 2022; Mining Review Africa, 2023).

Ainda assim, o foco do Egito parece estar mais concentrado em atrair investimentos e aumentar a produção mineral, especialmente de ouro, a fim de impulsionar a economia. Embora haja esforços para desenvolver o setor, a

mitigação dos impactos negativos causados pela atividade mineradora não parece ser uma prioridade central, com o país focando na atração de investimentos e na expansão da produção mineral (Souza, 2022).

REPÚBLICA DA COREIA

Sabe-se que, na indústria mineral global, a República da Coreia continuou a ser um consumidor e não um produtor de metais e minérios, como cobre, ferro, chumbo e zinco. Sendo assim, desde seu início efetivo em 2017, o Ato da Indústria de Mineração, como forma de incentivar a atividade de extração de recursos minerais na República, tem por objetivo prescrever um quadro básico para a indústria mineira promover o desenvolvimento das empresas nacionais através da exploração racional dos recursos minerais. À vista disso, vale ressaltar dois órgãos importantes: o Ministério do Comércio, Indústria e Energia, responsável pela supervisão e fiscalização do setor, e o Comitê de Coordenação das Minas, com funções de mediar e resolver questões jurídicas e burocráticas relacionadas ao setor (USGS, 2023). Ademais, percebe-se que o Ato apresenta um caráter de preocupação com os impactos da atividade nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais.

Além disso, menciona-se outros aparatos legislativos que, de modo complementar ao Ato mencionado anteriormente, regem a extração e exploração de minerais na Coreia, e que estão associados aos seus impactos nos âmbitos abordados por este Comitê. Tem-se a Lei de Segurança das Minas, cujo objetivo é evitar danos aos trabalhadores das minas, a fim de promover o desenvolvimento racional dos recursos subterrâneos. Para o desenvolvimento sustentável relacionado com a exploração mineira, a Lei sobre a Prevenção e Recuperação de Danos Causados às Minas foi introduzido e promulgado em maio de 2005, para gerir adequadamente os danos causados às minas e, por sua vez, para proteger o ambiente e permitir que os cidadãos desfrutem de espaço agradável, seguro e não prejudicado pela exploração (Sustainable Development U.N., 2024).

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Em sua Política de Mineração Nacional, promulgada em 2008, o Ministério das Minas, órgão responsável pela regularização e bom funcionamento do setor, estabelece que “os minerais são um recurso natural valioso, sendo a matéria-prima vital para as infraestruturas, os bens de capital e as indústrias de base”. Desse modo, a Política Nacional indiana visa integrar a extração e a gestão dos minerais aos objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, social e sustentável, bem como à possibilidade de maior inserção no comércio internacional. Outro importante aparato legislativo relacionado, conhecido por Conservação Mineral e Regras de Desenvolvimento, com última alteração em agosto de 2011, estabelece orientações para garantir a exploração mineira numa base científica e, ao mesmo tempo, sustentável, com foco na proteção do meio ambiente (Mineral Conservation and Development Rules, 2011; National Mineral Policy, 2008).

Ademais, vale mencionar o Projeto de Lei de Emenda sobre Minas e Minerais da Índia, proposto em 2023, ainda em discussão, e que sinaliza uma mudança estratégica no sentido de alavancar a experiência do setor privado para desbloquear o potencial mineral inexplorado do país. O Projeto de Lei pretende introduzir licenças de exploração (EL) para empresas privadas, com objetivo de assegurar as suas cadeias de abastecimento de minerais essenciais e incentivar a utilização de tecnologias de energia limpa. Nesse contexto, as disposições do Projeto permitirão a colaboração entre as partes interessadas dos setores público e privado para o desenvolvimento sustentável dos recursos, o que alavancaria a rentabilidade da atividade de exploração dos recursos minerais e âmbito doméstico, garantido um relativo crescimento econômico, uma vez que as cadeias de abastecimento globais enfrentam vulnerabilidades, sendo necessária o aprimoramento do acesso aos recursos minerais nacionais (Índia Briefing, 2023).

REPÚBLICA DA POLÔNIA

A extração de recursos minerais é uma importante atividade para manutenção da economia polonesa. Em 2019, as minas e as pedreiras representaram 1,4% do PIB da nação, e o setor industrial total (incluindo a

exploração mineira e extrativa) representou cerca de 21,7% do PIB, tendo uma produção total vendida do setor industrial avaliada em 420,68 milhões de dólares. À vista disso, faz-se necessário compreender o aparato legislativo que rege tal prática e como lida com seus impactos nos setores não só econômico, mas também ambiental e social. Inicialmente, ressalta-se o Ato de 3 de outubro de 2008, que disserta acerca da prestação de informações sobre o meio ambiente e sua proteção, bem como a participação do público na proteção deste e na avaliação do impacto da atividade no aspecto ambiental (FAOLEX Database, 2023; Ptak; Kazmierczak, 2019; U.S. Geological Survey, 2019).

Ademais, outro importante marco legislativo é a Lei Geológica e Mineira, que entrou em vigor em 2012, e que define os termos para a realização das atividades relacionadas aos trabalhos geológicos, à extração de minerais e ao armazenamento de resíduos, tanto na superfície quanto no subsolo. A partir dela, tem-se a percepção do posicionamento do país no que diz respeito aos impactos econômicos, sociais e ambientais consequentes da exploração de recursos minerais.

No artigo 26º, por exemplo, se estabelece que, num pedido de concessão para a extração de minerais, o Ministro do Meio Ambiente deve especificar, por regulamento, requisitos pormenorizados para os planos de desenvolvimento de depósitos destinados a garantir a proteção do ambiente e a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores em contato direto com as atividades de exploração, e também daqueles indivíduos atingidos indiretamente, especialmente os moradores de comunidades nas quais se constroem as indústrias de mineração.

Ademais, no artigo 29º, declara-se que a autoridade que libera a concessão para realização da atividade deverá se recusar a concedê-la se a atividade pretendida for contrária ao interesse do estado em matéria-prima ou à proteção do ambiente, deixando claro o interesse do governo polonês em dirimir os impactos negativos decorrentes da mineração (Geological and Mining Act, 2012; IEA, 2022).

REPÚBLICA DA TURQUIA

A prática de extração e exploração de recursos minerais na Turquia é regulamentada pela Lei de Mineração Turca, sendo a legislação primária na estipulação de regras e princípios das atividades mineradoras. A lei sofreu

alterações nos últimos anos para manter, principalmente, a sustentabilidade, e um nível de harmonização com a legislação da União Europeia acerca do tema. Assim, além das normativas já estabelecidas, existem outros regulamentos específicos aos aspectos ambientais, de saúde e de segurança das atividades mineiras, que podem ser aplicados quando necessário, como a Lei Ambiental nº 2872, de agosto de 1983; e o regulamento de Avaliação do Impacto Ambiental, de novembro de 2014 (Dentons, 2022b; OZKAN - Law Office).

Outro importante ponto no que tange à mineração na nação turca é o fato de que seu crescimento vem acontecendo de modo paralelo ao desenvolvimento econômico do país. Abrigando uma grande extensão de território rico em recursos minerais, sabe-se que o Estado oferece, assim, um potencial comprovado para investidores em mineração, sendo considerado o portador de uma região muito promissora para as empresas envolvidas na extração mineral.

À vista disso, observando o impacto da atividade no setor econômico do país, o governo turco desenvolveu o Plano de Incentivo ao Investimento, que colocou os investimentos no setor de mineração como prioridade, beneficiando o desenvolvimento e a rentabilidade da atividade, visando alavancar ainda mais o crescimento econômico do país (Aksoy; Konuk; Ak, 2020; Presidency of The Republic of Turkey, 2024).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A indústria de mineração no Congo é gerida principalmente pelos ministérios relacionados à gestão do Meio Ambiente e das Finanças. Seu aparato legal baseia-se essencialmente no Código Mineiro de 2002, o qual estabelece todos os princípios e regulamentos gerais relativos à extração de minerais no país. A revisão do Código se deu em 2018, e alterou alguns aspectos, como a inclusão de um aumento dos royalties sobre os minerais e a remoção de uma cláusula que protegia os mineiros de mudanças no regime fiscal e aduaneiro por 10 anos.

Tais medidas tinham por objetivo o desenvolvimento de um setor mineiro competitivo, a fim de, ao incentivar a atração de investidores, impulsionar o crescimento da indústria de exploração e extração de recursos e promover,

simultaneamente, o desenvolvimento social, por meio da transferência de uma parte das royalties da exploração mineira para as comunidades locais (EITI, 2018; IEA, 2022b; Ngalula; Elohim, 2023).

Sabe-se que o sistema jurídico da República do Congo (RDC) é intrinsecamente fundamentado a partir dos tratados internacionais, os quais, uma vez ratificados pela RDC, fazem parte do sistema jurídico nacional. À vista disso, percebe-se que o Congo, enquanto um Estado parte em vários instrumentos internacionais e regionais de Direitos Humanos, proteção ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, estabelece que suas políticas de mineração, e conseqüentemente, os impactos desta, devem estar sob conformidade dos tratados, acordos e ações internacionais. Por exemplo: o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional sobre a Economia, Direitos Sociais e Culturais; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos ou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Koné, 2023).

REPÚBLICA DO CHILE

No Chile, o aparato legal com função de reger a exploração e extração de recursos minerais é composto, dentre outros, pela Constituição Política do país, que fornece a base jurídica para a legislação mineira, uma vez que estipula expressamente que a propriedade de uma empresa de mineração é protegida pela garantia constitucional; A Lei Constitucional Orgânica relativa às Concessões Mineiras, que descreve em termos gerais quais são as concessões mineiras, a sua duração e expiração, bem como os direitos e obrigações dos titulares; e O Regulamento Relativo à Segurança Mineira, previsto no Decreto Supremo nº 132/2004, cujo objetivo é proteger a vida e a integridade física daqueles que trabalham e são relacionados com a indústria de mineração, bem como garantir proteção às instalações e boas condições de infraestrutura, que permitam a continuação das operações de exploração (Association of Corporate Counsel, 2014).

Ademais, vale ressaltar que o quadro jurídico supracitado, responsável por regular a atividade mineradora do Chile, sofreu raras e modestas alterações ao longo das últimas quatro décadas. No entanto, fevereiro de 2022 marcou uma virada significativa com a promulgação da Lei No. 21.420, que contém as emendas mais importantes ao Código de Mineração, promulgado em 1983. A iniciativa para alterações foi promovida pelo Governo e recebeu opiniões mistas, uma vez que se destina a utilizar recursos da mineração em larga escala a partir da instauração de um novo imposto, que pressupõe o aumento da contribuição do setor mineiro para o Chile.

Sendo assim, A Reforma Tributária da Mineração encontrou apoio das camadas sociais e das comunidades afetadas pela extração de recursos minerais, mas também teve que lidar com a forte resistência da indústria, que teme os seus efeitos sobre a competitividade do setor mineiro, considerando que a carga fiscal total seria um ponto negativo, principalmente se comparado às de demais concorrentes, como a mineração do Peru e Canadá, afetando a rentabilidade da atividade (Jones Day, 2023; Weinstein, 2023).

REPÚBLICA DO HAITI

A República do Haiti apresenta-se enquanto um país complexo relacionado à questão da mineração e seus impactos econômicos e sociais. Desde 1976, o país pauta-se na Lei Federal de Mineração, a qual estabelece um incentivo à exploração mineral em qualquer parte do território. A Lei tem como um dos seus objetivos principais, visto no Artigo 2º, o fomento de, a partir da exploração dos recursos energéticos, condições que permitam o aumento da riqueza nacional e também do desenvolvimento social.

Contudo, esta vem sendo questionada desde 2011, com o governo de Michel Martelly, que, em parceria com o Banco Mundial, e priorizando o interesse de empresas canadenses e norte-americanas, propôs um “novo modelo”, que vem sendo usado extra-oficialmente desde então. Esse “*draft*”, pela falta de transparência e pela limitada, quase escassa, participação do público e das comunidades que são afetadas pela atividade mineradora, ocasionou em uma forte reação negativa das camadas sociais, tanto domésticas

quanto internacionais, e especialmente das organizações (Concertation Pour Haiti, 2017; Federal Mining Law, 1976).

À vista disso, foi criado o Coletivo da Justiça Mineral do Haiti, responsável por apoiar as comunidades, e prestar auxílio em defesa de seus direitos sociais e também de assegurar a proteção do meio ambiente. O Coletivo mobiliza-se para garantir que o desenvolvimento do novo código legal responsável por regular a exploração esteja sujeito à consulta pública sobre a participação das comunidades suscetíveis de serem afetadas por esses projetos de mineração e também pela sociedade em geral, fornecendo informações e coletando dados e opiniões desses grupos sociais.

Outro importante órgão que deve ser mencionado é a Clínica de Justiça Global que, em parceria com o Coletivo, tem por trabalho rejeitar o extrativismo, a fim de construir o poder das comunidades afetadas pela mineração e responsabilizar os atores internacionais que estão a promover a indústria. Sendo assim, nos últimos anos, a Clínica tem feito cada vez mais trabalhos de solidariedade política voltados para apoiar o movimento pela democracia e justiça no Haiti; e por meio de parcerias de longo prazo, visa apoiar comunidades, movimentos sociais e organizações haitianas em suas atividades de autodeterminação (Concertation Pour Haiti, 2017; Center For Human Rights and Global Justice, 2024).

REPÚBLICA DO PARAGUAI

Na República do Paraguai, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC) é o responsável por gerir, administrar, estabelecer, orientar e regular a Política paraguaia relativa à utilização e gestão dos recursos minerais e energéticos naturais do Estado. Desde 1993, com a criação do VMME, o país vem apresentando um crescimento e desenvolvimento no setor de mineração. À vista disso, em outubro de 2016, o Decreto 6092, considerando a integração produtiva entre a atividade de exploração, o ambiente e a sociedade, estabeleceu as diretrizes, metas e padrões que deviam ser adotados a fim de se garantir a segurança energética com responsabilidade social e ambiental e o acesso a serviços energéticos de boa qualidade, priorizando-se a proteção dos direitos tanto dos trabalhadores quanto consumidores (USGS, 2019; Vouga, 2011)

Vale ressaltar que, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2030, o Paraguai associa as suas ambições de desenvolvimento aos Objetivos de Desenvolvimento (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, o país visa sancionar políticas que, associadas à exploração dos recursos minerais, contribuem para pelo menos 13 dos 17 ODS, por meio da ação do Comitê de Eficiência, criado para acompanhar a implementação do Plano da Energia Nacional.

Desse modo, os objetivos das indústrias hidrelétricas binacionais dão prioridade aos programas de investimento público, desenvolvimento produtivo e luta contra a pobreza com ações destinadas a aumentar o acesso das famílias rurais à eletricidade e às máquinas industriais, a fim de reforçar as cadeias de valor agrícolas. Em termos de ações para reduzir a subnutrição, o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano Paraguai 2019-2020 destaca os progressos no aumento do acesso a combustíveis eficientes para cozinhar, como na utilização do carvão.

Em termos de saúde e bem-estar, o Plano estabelece a estratégia de construção de um ambiente adequado e sustentável, que visa, portanto, melhorar a eficiência energética das habitações e aumentar o acesso à água potável e à eletricidade de qualidade. Por fim, para promover a igualdade de oportunidades, a Política Energética do país integra uma linha de trabalho sobre a energia inclusiva que busca se desenvolver com critérios de igualdade de gênero e diversidade étnica (IRENA, 2021; USGS, 2019)

REPÚBLICA DO PERU

A República do Peru, por meio de seu Ministério de Energia e Minas afirma que o principal objetivo da política de mineração do Estado é de incentivo da utilização dos recursos minerais de forma razoável, respeitando o meio ambiente e criando condições para o progresso do setor em um quadro estável e harmonioso para as empresas e a sociedade, uma vez que a atividade é responsável por quase 10% do PIB (Dentons Global Mining Guide: Peru, 2024).

Ou seja, pautada em compromissos e padrões estipulados, especialmente, a partir da esfera internacional, o governo de Lima construiu seu aparato jurídico e legal enfatizando a importância de um desenvolvimento do

setor de mineração intrinsecamente associado aos aspectos sociais e ambientais da questão. A exemplo disso, tem-se o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2016 - 2021, que estipula metas imprescindíveis para manutenção da exploração de recursos naturais, como o incentivo financeiro para o desenvolvimento de uma atividade extrativista com condições de maior segurança para os trabalhadores e a sociedade, e que busca preservar o meio ambiente e manter relações harmoniosas com a comunidade, mitigando os impactos sociais e ambientais (Dentons, 2022a; Ministerio de Energía y Minas, 2024).

Outro importante mecanismo de fiscalização da atividade mineradora é a Agência Reguladora de investimentos em Energia e Mineração (Osinermin, em espanhol). A instituição, encarregada de garantir que as indústrias extrativas cumpram as normas de segurança da infraestrutura e das operações, tem por finalidade evitar riscos e acidentes recorrentes da atividade, seja ao trabalhador ou ao ambiente que está inserida a empresa. De semelhante modo, em abril de 2014, o governo criou a Superintendência Nacional do Trabalho, responsável pela inspeção e policiamento das explorações, trabalhando em conjunto com o órgão mencionado acima, deixando explícita a preocupação do país com a questão (KPMG Global Mining Institute, 2016; Osinermin, 2024; Pereda; Palomino, 2022).

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O Governo Alemão, no que se refere à questão da mineração, tem seu principal embasamento legal na Lei Federal de Mineração, que, estabelecido em 1982, é responsável por regular a atividade de extração e exploração de recursos minerais. Assim, no que diz respeito aos regulamentos e mecanismos de cumprimento e controle, a indústria mineira alemã contém um sistema de leis muito denso, que ressalta a importância de aspectos como saúde, segurança e proteção ambiental.

Como exemplo, tem-se a primeira seção da norma mencionada, denominada “Propósito do Ato”, na qual os tópicos 2 e 3 abordam o posicionamento do Governo no que diz o tratamento das questões sociais ligadas à mineração, estabelecendo que o aparato jurídico tem enquanto

finalidade (Federal Mining Act, 1980; MIN Guide, 2024; Sustainable Development United Nations, 2024):

2. garantir a segurança das operações de mineração e dos funcionários, e
3. Reforçar as precauções contra riscos para a vida humana, a saúde ou para equipamentos e materiais de terceiros decorrentes das atividades mineiras e melhorar a compensação de danos inevitáveis (Federal Mining Act, 1980, p. 1, tradução nossa).

Ademais, vale ressaltar a Portaria Geral Federal De Mineração, que desde 1995, quando foi desenvolvida, buscava regulamentar, entre outros, a proteção do ambiente nas atividades mineiras. À vista disso, o texto – composto por 26 artigos – trata de aspectos como: proteção da segurança e da saúde; colaboração dos empresários; controle por parte das pessoas responsáveis; medidas cautelares e de proteção específicas; e, principalmente a eliminação correta e segura de resíduos tóxicos decorrentes da atividade (FAOLEX Database, 2017; Sustainable Development United Nations, 2024a).

Por fim, destaca-se a Estratégia de Matérias-Primas do Governo Federal, que, implementada em 2010, visa, principalmente, aplicar medidas seguindo os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento, tanto econômico, quanto social e tecnológico. Neste caso, o plano estratégico concede o mesmo peso à economia, ao ambiente e aos aspectos sociais de um setor de exploração de matérias-primas. Uma outra medida importante, adotada em 2023, é o Ato Sobre a Devida Diligência das Empresas para Prevenir Violações dos Direitos Humanos nas Cadeias de Abastecimento e Exploração que impôs novas e reforçadas obrigações de conformidade às empresas registradas e domiciliadas na Alemanha, com objetivo de regulamentar a conduta das empresas alemãs no que diz respeito aos Direitos Humanos (Dentons, 2023; MIN Guide, 2024).

REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

A mineração na Nigéria é um setor com grande potencial a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico do país, mas enfrenta vários desafios e obstáculos que têm impedido seu crescimento e desenvolvimento. Embora a Nigéria seja conhecida por suas reservas de petróleo e gás, também é rica em recursos minerais como carvão, calcário, estanho, ouro e tantalita. As

atividades de mineração artesanal e de pequena escala (ASM) são comuns em muitas partes do país, especialmente em áreas rurais, e contribuem significativamente para a produção do setor (Mining Review Africa, 2023).

Entre os principais desafios enfrentados pela mineração na Nigéria estão os problemas regulatórios e legais, incluindo políticas inconsistentes, responsabilidades sobrepostas entre os governos federal e estaduais. Além disso, a falta de infraestrutura, incluindo transporte, fornecimento de energia e acesso à água, aumenta os custos operacionais e torna a mineração menos atraente para investidores potenciais. Outros desafios incluem preocupações de segurança, impactos ambientais e sociais negativos, e limitações de acesso a financiamento (Mining Review Africa, 2023).

No entanto, a mineração na Nigéria também apresenta oportunidades significativas para o crescimento econômico e a diversificação da economia, contribuindo para a geração de empregos. A Nigéria conta com uma riqueza mineral significativa que pode ser explorada a fim de gerar divisas estrangeiras e melhorar o balanço de pagamentos, entretanto, ainda é uma necessidade a tomada de medidas para atrair investimentos e instigar a atividade mineradora de forma que contribua para o Estado nigeriano, seguindo códigos de conduta acerca da mineração. (Mining Review Africa, 2023).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Agência Nacional de Mineração (ANM) desempenha um papel crucial na gestão dos recursos minerais e na regulação e fiscalização das atividades de mineração no Brasil. Sua missão inclui a implementação da política nacional para as atividades de mineração, o estabelecimento de normas e padrões para o aproveitamento dos recursos minerais e a gestão dos direitos e títulos minerários. Para cumprir essas funções, a ANM conta com uma estrutura especializada em análises de Economia Mineral, que investiga os aspectos econômicos, políticos e regulatórios relacionados à mineração. A Agência fornece evidências essenciais ao processo regulatório, alinhando-se com a legislação vigente e as melhores práticas internacionais (Gov.br, 2020; Gov.br, 2024).

Recentemente, a ANM tem implementado novas tecnologias a fim de monitorar barragens de mineração, com o objetivo de garantir a segurança e prevenir desastres ambientais. Entre essas tecnologias estão sistemas de monitoramento automatizado, plataformas de monitoramento em tempo real e ferramentas analíticas e intuitivas, como o Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM). Estas permitem uma supervisão mais eficaz e imediata das condições das barragens, possibilitando ações preventivas rápidas e informadas (Notícias de Mineração Brasil, 2022).

Para que essas exigências e outras sejam acatadas, o Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional de Mineração fez a alteração do artigo 7 na Resolução N° 40, de 6 de julho de 2020, inserido a seguir.

"Art. 7º O empreendedor é obrigado a implementar sistema de monitoramento de segurança de barragem em até 24 meses após a data de início da vigência desta Portaria.

§ 1º O nível de complexidade do sistema de monitoramento dependerá da classificação em DPA da barragem de mineração.

§ 2º Para as barragens de mineração classificadas com DPA alto, existência de população a jusante com pontuação 10 e características técnicas com método construtivo contendo pontuação 10, o empreendedor é obrigado a manter sistema de monitoramento automatizado de instrumentação, adequado à complexidade da estrutura, com acompanhamento em tempo real e período integral, seguindo os critérios definidos pelo projetista.

§ 3º As informações advindas do sistema de monitoramento, devem estar disponíveis para as equipes ou sistemas das Defesas Civas estaduais e federais e da ANM, sendo que para as barragens de mineração com DPA alto, estas devem manter videomonitoramento 24 horas por dia de sua estrutura devendo esta ser armazenada pelo empreendedor pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias." (NR) (Diário Oficial da União, Edição: 128, Seção: 1 Página: 157).

Essas medidas visam evitar tragédias como a de Brumadinho em 2019, onde a falta de fiscalização e planejamento adequados resultou em uma catástrofe ambiental e humana. A ANM trabalha incansavelmente para assegurar que as atividades de mineração no Brasil sejam conduzidas de maneira segura e responsável, minimizando os impactos sociais e ambientais (Neiva, 2024).

REPÚBLICA FRANCESA

A França, embora tenha cessado a mineração de metais devido à inviabilidade econômica de seus depósitos históricos, continua sendo um significativo processador de metais e um grande produtor de minerais industriais. O país segue uma rigorosa regulamentação por meio do Código de

Mineração Francês, exigindo títulos de mineração e permissões operacionais para a exploração de recursos minerais.

Em termos econômicos, a indústria mineral francesa contribui significativamente para o PIB, com um impacto relevante na economia através da produção e processamento de diversos metais e minerais, exportações e importações de produtos minerais, e emprego de milhões de pessoas no setor industrial (DeCarlo, 2023). Em 2017, o governo francês adotou medidas para banir novas explorações de hidrocarbonetos, alinhando-se aos objetivos do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Além disso, a legislação recente facilita a exploração de energia geotérmica, enquanto medidas específicas protegem a segurança dos trabalhadores de minas contra radiação.

Outra questão importante envolve a mineração na Guiana Francesa (território ultramarino francês), que tem sido um tema controverso devido aos seus impactos sociais e ambientais. Apesar das restrições à exploração na área do parque nacional, a mineração ilegal de ouro continua sendo uma grande preocupação. Dados mostram picos de sítios ilegais de mineração de ouro detectados no parque nos últimos anos, com 177 casos em agosto de 2017 e 171 em janeiro de 2018. Para combater essa atividade altamente destrutiva, o governo francês tem realizado operações em parceria com a *Gendarmerie* francesa, que são as forças militares da Guiana e a Legião Francesa. A operação *Harpie*, dedicada especificamente ao combate à mineração de ouro na região, também foi iniciada. (Alvim, 2019; Notícias de Mineração Brasil, 2024).

Além da mineração ilegal, o projeto de mineração de ouro Montagne D'Or, apoiado pelo presidente francês Emmanuel Macron, também tem sido alvo de controvérsia. O projeto, que poderia render 85 toneladas de ouro e gerar 750 empregos diretos e 3.000 indiretos, foi suspenso em 2022 devido a preocupações ambientais. O presidente afirmou que o projeto poderia ser bom para a Guiana, mas enfatizou a necessidade de seguir "excelentes critérios ambientais", criar empregos locais, garantir um retorno justo para a Guiana e abordar a fiscalização pública. Assim, apesar da importância econômica da Guiana Francesa para a França, com o Centro Espacial de Kourou desempenhando um papel estratégico, a dependência econômica do território em relação à metrópole é evidente. Mais da metade do PIB da Guiana Francesa

vem do setor de serviços, e o território tem um déficit comercial estrutural, com importações muito superiores às exportações (Alvim, 2019; Notícias de Mineração Brasil, 2024).

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO

A República Islâmica do Afeganistão tem atraído atenção com relação à mineração, especialmente após a tomada do poder pelo Talibã. Com uma riqueza mineral estimada entre US\$1 trilhão e US\$3 trilhões, composta por cobre, lítio, cobalto, ferro e ouro, sendo alguns desses recursos necessários para o desenvolvimento de produtos de tecnologia verde, como baterias de carros elétricos e celulares, essa atividade pode ter impactos sociais significativos, especialmente se não for gerenciada de forma responsável. A falta de infraestrutura, como estradas e energia elétrica, é um grande obstáculo para a exploração em larga escala, o que pode levar a uma exploração irregular e artesanal, causando danos ambientais e sociais. Além disso, a mineração pode atrair investimentos estrangeiros, trazendo benefícios econômicos, mas também aumentando a influência estrangeira sobre a economia e a política afegãs (BBC, 2021; IBRAM, 2010).

Com o objetivo de alterar esse cenário, o governo interino do Afeganistão em 2023 firmou sete contratos de mineração com empresas locais e internacionais, comprometendo-se por prazos que variam de cinco a 30 anos. Esses acordos envolvem a exploração de diversos blocos de minério, como ferro, chumbo, zinco, ouro e cobre, com um investimento previsto de mais de US\$6 bilhões ao longo das próximas três décadas. Os projetos têm o potencial de gerar receitas substanciais e criar mais de 50.000 empregos em diversos setores, incluindo geologia, engenharia, mineração, operação de máquinas, logística e segurança, além de iniciativas de desenvolvimento comunitário nos setores de saúde e educação (Azzam, 2023).

Além da geração de empregos, esses projetos de mineração devem impulsionar o desenvolvimento industrial e agrícola do Afeganistão. O projeto de chumbo e zinco, por exemplo, inclui a conclusão de uma interconexão de energia que permitirá a importação de eletricidade do Turcomenistão, atendendo às crescentes demandas energéticas do país e beneficiando tanto a

produção agrícola quanto industrial. A expectativa é que a eletricidade adicional aumente significativamente a produção, contribuindo para a estabilização econômica (Azzam, 2023).

Os contratos também exigem que as empresas de mineração invistam em iniciativas de desenvolvimento comunitário, o que ajudará a melhorar a qualidade de vida das comunidades locais e a combater a pobreza. O influxo de moeda estrangeira decorrente das exportações de materiais processados também deverá contribuir para a estabilização da moeda afegã, fortalecendo a economia do país (Azzam, 2023).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Nos últimos anos, a República Popular da China tem promovido ativamente a construção de minas verdes, com 1.254 empresas de mineração listadas no diretório nacional destas até 2021. Com quase 40.000 minas, o mercado de mineração verde oferece grandes oportunidades, especialmente para empresas canadenses. Projetos de minas inteligentes, principalmente no setor de carvão, apresentam um mercado potencial de trilhões de RMB. À medida que o setor de mineração não-carvão continua a crescer, espera-se que a indústria de mineração verde na China se expanda entre 30% e 50% nos próximos 20 anos (Government of Canada, 2023).

A expansão da mineração chinesa em territórios estrangeiros tem gerado tensões sociais e conflitos com comunidades locais, como no caso da Argentina, onde trabalhadores bloquearam a entrada de uma mina de lítio operada por uma empresa chinesa. Sabe-se que, a China, enquanto responsável por controlar grande parte da produção e refino de minerais críticos para tecnologias verdes, como lítio, cobalto, níquel e manganês, tem poder de mercado e de influência geopolítica sobre esses recursos em outros países. Assim, embora as empresas mineradoras chinesas tenham adotado uma estratégia de internacionalização, e criado oportunidades de emprego nesses outros países, as condições de trabalho são frequentemente questionáveis, com longas jornadas de serviço e condições precárias. Ademais, sabe-se que as empresas mineradoras chinesas também enfrentam desafios em se relacionar e atender às demandas das comunidades locais, devido a barreiras culturais e

linguísticas, o que é crucial para uma gestão mais sustentável e responsável (BBC, 2024).

A China lançou um projeto piloto de consulta pela Câmara de Comércio de Metais, Minerais e Produtos Químicos em 2023, que conta com o monitoramento das cadeias de abastecimento, sendo uma ferramenta importante a fim de aumentar a transparência, permitindo que consumidores e investidores globais recompensem empresas com práticas responsáveis. Ainda assim, a mineração chinesa em território estrangeiro continua a ser um tema de debate, com críticas à exploração de recursos naturais e ao impacto ambiental e social que essas operações podem causar. Embora o governo chinês tenha feito esforços para implementar práticas mais sustentáveis, ainda é necessário que as empresas mineradoras chinesas continuem a melhorar suas práticas para minimizar os efeitos negativos e garantir um crescimento econômico mais equilibrado (Bandura, Hardman, 2023; BBC, 2024).

QUESTÕES A PONDERAR

- 1.** Como os Estados podem desenvolver e implementar acordos internacionais a fim de garantir que a exploração mineral realizada por empresas estrangeiras em países em desenvolvimento reduza a desigualdade econômica?
- 2.** Em regiões mineradoras, como os governos e as empresas podem colaborar para garantir que os lucros da mineração sejam investidos no desenvolvimento sustentável das comunidades locais, incluindo a educação e a infraestrutura?
- 3.** Como os impactos ambientais da mineração podem ser monitorados e controlados de forma mais eficaz, especialmente em países com recursos limitados para fiscalização?
- 4.** Seria possível que as empresas mineradoras internacionais diminuam os impactos ambientais através de investimentos e pesquisas científicas? Como?
- 5.** Considerando os impactos específicos da mineração sobre a saúde pública das comunidades locais, que tipos de programas de monitoramento e mitigação podem ser implementados para proteger a saúde dos moradores dessas áreas?

REFERÊNCIAS

About AMDC. United Nations Economic Commission for Africa. Disponível em: <https://archive.uneca.org/pages/about-amdc>. Acesso em: 28 abr. 2024.

About us – Qatar Mining Company (QM) Official Website. Disponível em: <https://www.qatarmining.com/about-us/#1551256974104-34495444-257d>. Acesso em: 29 maio. 2024.

A critical social perspective on deep sea mining: Lessons from the emergent industry in Japan. *Ocean & Coastal Management*, v. 193, p. 105242, 1 ago. 2020.

AKSOY, Mehmet; KONUK, Adnan; AK, Hakan. The effect of investment incentives for mining sector on the economic growth of Turkey - *Gospodarka Surowcami Mineralnymi* - Tom T. 36, z. 2 (2020) - BazTech - Yadda. 2020. Disponível em: <http://yadda.icm.edu.pl/baztech/element/bwmeta1.element.baztech-ab8b8856-e80c-4312-8ba2-0836ceefe386>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão; VELÁSQUEZ, Fidel Rodríguez. Vivendo nas minas, mineração e mundos do trabalho. 2023. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 15, p. 1-10.

ALVIM, Mariana. Como a França preserva e explora seu pedaço da Amazônia. *BBC News Brasil*, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49504990>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ASEAN. Sustainable Minerals Development: Best Practices in ASEAN. 2017. Disponível em: https://asean.org/wp-content/uploads/2021/01/Best-Practices-on-Sustainable-Mineral-Development-in-ASEAN_Final.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

ASEAN. You are being redirected... asean.org. Disponível em: <https://asean.org/our-communities/economic-community/asean-minerals-cooperation/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ASSOCIATION OF CORPORATE COUNSEL. Energy and Natural Resources MultiJurisdictional Guide: Mining in Chile. 2014. Disponível em: https://www.acc.com/sites/default/files/resources/upload/Chile%20Mining%20InfoPak_FINAL%2012.3.14.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

AZZAM, Abdullah. Developing Afghanistan's mines will uplift Afghans. *Al Jazeera*. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/9/23/developing-afghanistans-mines-will-uplift-afghans>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BBC. A tensão gerada pelo avanço da mineração chinesa ao redor do mundo para produção de tecnologia verde. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n1ewvn18go>. Acesso em: 23 jun. 2024.

AZEVEDO, Isabela Prado. IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA ATIVIDADE MINERADORA. 2020. 47 p. MONOGRAFIA — Universidade Federal de Ouro Preto, OURO PRETO, 2020. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2543/1/MONOGRAFIA_ImpactosSocioeconomicosAtividade.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

BANDURA, Romina; HARDMAN, Austin. Environmental, Social, and Governance Best Practices Applied to Mining Operations. *csis.org*, 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/environmental-social-and-governance-best-practices-applied-mining-operations>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BBC. A tensão gerada pelo avanço da mineração chinesa ao redor do mundo para produção de tecnologia verde. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n1ewvn18go>. Acesso em: 23 jun. 2024.

BBC. Riqueza mineral do Afeganistão pode dar ao Talibã trilhões de dólares da luta contra o aquecimento global. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/23/riqueza-mineral-do-afeganistao-pode-dar-ao-taliba-trilhoes-de-dolares-da-luta-contra-o-aquecimento-global.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Bolívia assina acordo com consórcio chinês para extração direta de lítio no Salar de Uyuni. O Globo. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/01/17/bolivia-assina-acordo-com-consorcio-chines-para-extracao-direta-de-litio-no-salar-de-uyuni.ghtml>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CANADA, Global Affairs. Mining market in China. GAC. Disponível em: <https://www.tradecommissioner.gc.ca/china-chine/market-reports-etudes-de-marches/0006764.aspx?lang=eng>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CAVENAGHI, ANDRESSA GABRIELY DE OLIVEIRA GONÇALVES. : OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA MINERAÇÃO NA CIDADE DE ARAXÁ-MG. 2019. 64 p. TCC — CEFET/MG, ARAXÁ, 2019. Disponível em: https://www.eng-minas.araxa.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/170/2020/02/TCC_Andresa_Cavenaghi_Impactos_Socioeconomicos_da_Minerao_na_Cidade_de_Araxa-MG-mesclado.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.

CENTER FOR HUMAN RIGHTS AND GLOBAL JUSTICE. Project - Mining Justice and Self-Determination - Center for Human Rights and Global Justice. 2024. Disponível em: <https://chrj.org/mining-justice-and-self-determination/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CLOETE, Deon. Futures Literacy in Mining: Empowering the AMV. SAIIA, South African Institute of International Affairs, 2020.

COLUMBIA CENTER ON SUSTAINABLE INVESTMENT. Mapping Mining to the Sustainable Empowered lives. Resilient nations. Development Goals: An Atlas. 2016. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Mapping_Mining_SDGs_An_Atlas_Executive_Summary_FINAL.pdf. Acesso em: 26 mar. 2024.

CONCERTATION POUR HAITI. The Mining Industry in Haiti: Issues and Realities Summary. 2017. Disponível em: https://aqoci.qc.ca/wp-content/uploads/2017/09/pdf_cph_l_industrie_re_minie_re_en_hai_ti_resume_-_english_version-2.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

CONSTABLE, Tania Mining continues to underpin the Australian economy. 2024. Disponível em: minerals.org.au/resources/mining-continues-to-underpin-the-australian-economy. Acesso em: 21 maio 2024.

DE ABREU VIEIRA, Raquel. IMPORTÂNCIA DA MINERAÇÃO. 2011. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9BFKUB/3/raquel_de_abreu_vieira___monografia.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

DE ANDRADE, Vagner Luciano. Ampliação da mineração no contexto histórico das Minas Gerais: um conjunto de ameaças sobre paisagens culturais e ecológicas de camponeses, indígenas e quilombolas. 2019. Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 10, n. 1.

DECARLO, Keita F. The Mineral Industry of France. [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/myb/vol3/2019/myb3-2019-france.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DENTONS. Global Mining Guide: Peru. *Dentons - Home*. 2022a. Disponível em: <https://www.dentons.com/en/insights/newsletters/2022/january/17/dentons-global-mining-guide/dentons-global-mining-guide-2022/peru>. Data de acesso: 19.06.2024.

DENTONS. The German government requires enhanced ESG responsibility. *Dentons - Home*. 2023. Disponível em: <https://www.dentons.com/en/insights/articles/2023/august/31/german-government-requires-enhanced-esg-responsibility>. Data de acesso: 19.06.2024.

DENTONS. Turkey's mining regulations: Overview of the legal framework and key considerations. 2022b. Disponível em: <https://www.dentonsmininglaw.com/turkeys-mining-regulations-overview-of-the-legal-framework-and-key-considerations/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DE OLIVEIRA, Gabrielly Ramos. Colonialidade, apropriação da natureza e mineração na América Latina. 2021. p. 446-461. Disponível em: <https://ocs.c3sl.ufpr.br/SDCP/SDCP2021/paper/viewFile/4461/1078>. Acesso em: 25 mar. 2024.

EITI. Mining code of the Democratic Republic of Congo. 2018. Disponível em: <https://eiti.org/documents/mining-code-democratic-republic-congo>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ESG. Entenda O Que é ESG E Por Que Ele é Muito Mais Que Uma Sigla. *Habitability*. 2022. Disponível em: habitability.com.br/entenda-o-que-e-esg-e-por-que-ele-e-muito-mais-que-uma-sigla/?utm_source=google_pago&utm_medium=&utm_content=&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw0_WyBhDMARisALIVz8sFSHwkHbz39yIXoLyTnwDNqeDECdUq4CsKPZgD2SOMD3IlgN4fWtmAaAsNtEALw_wcB. Acesso 4 Jun. 2024.

EITI. Our mission. 2024. Disponível em: <https://eiti.org/our-mission>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FAOLEX DATABASE. Act on providing information on the environment and environmental protection, public participation in environmental protection and on environmental impact assessment - Poland. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC129645/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

FAOLEX Database. General Federal Mining Ordinance. *Home | Food and Agriculture Organization of the United Nations - Germany*. 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC097149>. Data de acesso: 19.06.2024.

FEDERAL MINING ACT. Act of 13.08.1980. Disponível em: https://www.gesetze-im-internet.de/englisch_bbergg/englisch_bbergg.pdf. Data de acesso: 19.06.2024.

FEDERAL MINING LAW. Decree for the encouragement of mineral exploration on any territory of the Republic and adaptation of the existing legal structures to the realities of the mining industry. *UNM Digital Repository*. Disponível em: https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1008&context=la_energy_policies. Acesso em: 22 jun. 2024.

FERNÁNDEZ, G.; GONZÁLEZ, E.; RAMIRO, P. El boom de la minería en el Estado español: patrones, impactos y resistencias. Coordinación: Adriana Espinosa y María Durán (Amigos de la Tierra). [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://www.tierra.org/wp-content/uploads/2023/10/informe_boom_mineria_spain.pdf. Acesso em: 26 maio. 2024.

FIORI, José Luís. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. Texto para Discussão, 2011.

GEOLOGICAL AND MINING ACT. FAOLEX. 2012. Disponível em: <https://www.fao.org/faolex/results/details/en/c/LEX-FAOC113822/>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GEUS. The Nordic region has a great potential as a supplier of critical metals and minerals. Disponível em:

<https://eng.geus.dk/about/news/news-archive/2021/september/the-nordic-region-has-a-great-potential-as-a-supplier-of-critical-metals-and-minerals>. Acesso em: 27 maio. 2024.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Escravidão, herança ibérica e africana e as técnicas de mineração em Minas Gerais no século XVIII. 2004.

How TSM Works. Disponível em: mining.ca/towards-sustainable-mining/how-tsm-works. Acesso em: 21 maio 2024.

GOVERNMENT OF CANADA. Minerals and the economy. 2021. Disponível em: natural-resources.canada.ca/our-natural-resources/minerals-mining/mining-data-statistics-and-analysis/minerals-and-the-economy/20529. Acesso em: 21 maio 2024.

GOV.BR. Economia Mineral. Agência Nacional de Mineração. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/copy_of_economia-mineral. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOV.BR. PLANO ESTRATÉGICO. [s.l.: s.n.]. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/planejamento-estrategico/plano-estrategico/plano-estrategico-2/plano-estrategico-anm-2020-2023-_2-revisao. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOV.UK. Resilience for the future: the UK's Critical Minerals Strategy. Department of Health, 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/uk-critical-mineral-strategy/resilience-for-the-future-and-the-uks-critical-minerals-strategy>. Acesso em: 24 maio 2024.

HENRIQUES, Martha. Os mirabolantes planos do Japão para fazer mineração no fundo do mar. 2019 BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-47326191>. Acesso em: 27 maio 2024.

IBRAM. Companhias de mineração cobiçam as riquezas do Afeganistão. IBRAM. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/companhias-de-mineracao-cobicam-as-riquezas-do-afeganistao/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

IBRAM. Consulado da Dinamarca realiza workshop sobre soluções sustentáveis para a mineração. 2021. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/consulado-da-dinamarca-realiza-workshop-sobre-solucoes-sustentaveis-para-a-mineracao/>. Acesso em: 28 maio. 2024.

ICMM. Who we are. 2023. Disponível em: <https://www.icmm.com/en-gb/our-story/who-we-are>. Acesso em: 29 fev. 2024.

IEA. Geological and Mining Law Act – Policies - IEA. 2022a. Disponível em: <https://origin.iea.org/policies/16769-geological-and-mining-law-act>. Acesso em: 23 jun. 2024.

IEA. Mining Code of the Democratic Republic of Congo – Policies - IEA. 2022b. Disponível em: <https://www.iea.org/policies/16085-mining-code-of-the-democratic-republic-of-congo>. Acesso em: 24 jun. 2024.

IGF. About Us - Intergovernmental Forum. 2024. Disponível em: <https://www.igfmining.org/about-us/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

INDIA BRIEFING. India's Mines and Minerals Bill 2023: Push for Greater Private Sector Role. 2023. Disponível em: <https://www.india-briefing.com/news/indias-mines-and-minerals-bill-2023-role-private-sector-exploration-critical-minerals-29284.html/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IRENA. Renewables Readiness Assessment - PARAGUAY. 2021. Disponível em: https://www.irena.org/-/media/files/irena/agency/publication/2021/sep/irena_rra_paraguay_2021.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

JENKINS, Heledd; YAKOVLEVA, Natalia. Corporate social responsibility in the mining industry: Exploring trends in social and environmental disclosure. 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652605000375>. Acesso em: 26 mar. 2024.

JONES DAY. Chile's New Mining Royalty Law: What It Means for Foreign Investors. 2023. Disponível em: https://www.jonesday.com/-/media/files/publications/2023/07/chile-new-mining-royalty-law/files/chile-new-mining-royalty-law_english/fileattachment/chile-new-mining-royalty-law_english.pdf?rev=61cc95f97fbd44cea9a37ea747daefd1. Acesso em: 22 jun. 2024.

KHADKA, Navin Singh. A disputa geopolítica pelas riquezas do fundo do oceano. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cp30dr67p6jo>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KONÉ, Lassana. Democratic Republic of the Congo: A rights-based analysis of mining legislation. 2023. Disponível em: <https://www.forestpeoples.org/sites/default/files/documents/DRC%20A%20rights-based%20analysis%20of%20mining%20legislation%20ENG.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

KPMG GLOBAL MINING INSTITUTE. Peru country mining guide. KPMG. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/pdf/2016/03/peru-mining-country-guide.pdf>. Data de acesso: 19.06.2024.

LÓPEZ, F. R; PRUDENCIO, G. G; MOYANO, B. M; PACHECO, D. E. Efectos de la minería en el desarrollo económico, social y ambiental del Estado Plurinacional de Bolivia. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45682-efectos-la-mineria-desarrollo-economico-social-ambiental-estado-plurinacional>. Acesso em: 12 maio 2024.

MAFFINI GOMES, Cláudia *et al.* Management for sustainability in companies of the mining sector: an analysis of the main factors related with the business performance. 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652613005702>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Mineração de ouro nas areias do deserto - Egito. Disponível em: <https://www.scsegusp.com/single-post/minera%C3%A7%C3%A3o-de-ouro-nas-areias-do-deserto-egito>. Acesso em: 28 maio. 2024.

Mineração no Canadá. Disponível em: <https://www.minasjr.com.br/mineracao-no-canada/>. Acesso em: jun. 11 2024.

MINERAL CONSERVATION AND DEVELOPMENT RULES. Department of Mining and Geology – Government of Kerala. 2011. Disponível em: <https://dmg.kerala.gov.in/wp-content/uploads/2022/02/Mineral-Conservation-and-Development-Rules-1988.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MINAS DE ALMADÉN. Nosotros. Parque Minero de Almadén. 2024. Disponível em: <https://parqueminerodealmaden.es/nosotros/#criterios-patrimoniales>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MIN GUIDE. Minerals Policy Country Profile Germany. RMIS - Raw Materials Information System. 2024. Disponível em: https://rmis.jrc.ec.europa.eu/uploads/legislation/Minerals_Policy_Country_Profile_DE.pdf (date of access: 19.06.2024).

MINISTERIO DE ENERGIA Y MINAS. Mining Policy - Institucional. *Ministerio de Energía y Minas*. 2024 Disponível em: <https://mineria.minem.gob.pe/en/institucional/mining-policy/>. Data de acesso: 19.06.2024.

MINING INDUSTRY ACT. Login | ESCAP Policy Documents Management. 2017. Disponível em: <https://policy.thinkbluedata.com/sites/default/files/Mining%20Industry%20Act%20.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

Mining Review Africa. Egyptian mining regulations: structure for mining concessions. *Miningreview.com*. 2023. Disponível em: <https://www.miningreview.com/gold/egyptian-mining-regulations-structure-for-mining-concessions/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Mining Review Africa. Mining in Nigeria: Challenges, opportunities, and prospects. *Miningreview.com*. 2023 Disponível em: <https://www.miningreview.com/gold/mining-in-nigeria-challenges-opportunities-and-prospects/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MIRANDA, Boris. Por qué Bolivia, el país con las mayores reservas de litio en el mundo, tiene tantos problemas para explotar este valioso recurso. *BBC News Mundo*, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-51666362>. Acesso em: 12 maio 2024.

NATIONAL MINERAL POLICY. Indian Bureau of Mines, Nagpur. 2008. Disponível em: <https://ibm.gov.in/writereaddata/files/12162014104115NMP2008.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

NATIONAL MINING ASSOCIATION. Improving Mine Safety and Health Archives. Disponível em: <https://nma.org/category/safety-and-health/>. Acesso em: 25 maio 2024.

NEIVA, Lucas. ANM precisa de estrutura para evitar nova tragédia de Brumadinho, alerta deputado. *Congresso em Foco*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/anm-precisa-de-estrutura-para-evitar-nova-tragedia-de-brumadinho-alerta-deputado/amp/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

Newsletter on the work of the United Nations Economic and Social Council, 1996. Disponível em: <https://static.un.org/en/ecosoc/news/ecosoc.newsletter.v3nr.1.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

NGALULA, Harlène; ELOHIM, Mbuyi Kapiamba. Mining Laws and Regulations Report 2024 Congo D.R. 19 set. 2023. Disponível em: <https://iclg.com/practice-areas/mining-laws-and-regulations/congo-d-r>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO NO BRASIL. França vai regulamentar zonas para mineração de ouro na Guiana Francesa. *www.noticiasdemineracao.com*. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/external/news/1465229/franca-vai-regulamentar-zonas-para-mineracao-ouro-na-guiana-francesa>. Acesso em: 20 jun. 2024.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO NO BRASIL. Tecnologia geoespacial auxilia ANM a monitorar barragens. 2022. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/software/news/1441390/tecnologia-geoespacial-auxilia-anm-monitorar-barragens>. Acesso em: 19 jun. 2024.

OPEB et al, China e a extração de lítio na Bolívia. Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2023. Disponível em: <https://opeb.org/2023/08/07/china-e-a-extracao-de-litio-na-bolivia/>. acesso em: 12 jun. 2024.

O que leva Apple, Google, Tesla e outras empresas a serem acusadas de lucrar com trabalho infantil na África. *BBC News Brasil*, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50828077>. Acesso em: 14 maio 2024.

OSINERGMIN. Peru's Regulatory Agency for Investment in Energy and Mining (Osinergmin). 2024. Disponível em: <https://erranet.org/member/osinergmin-peru/>. Data de acesso: 19.06.2024.

ICEX. Why Spain for mining industry? 2023. Disponível em: <https://www.investinspain.org/content/dam/icex-invest/documentos/eventos/D%C3%ADptico%20Minas%202023.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2024.

OZKAN - LAW OFFICE. Turkish Mining Law. 2024. Disponível em: <https://ozkan.av.tr/turkish-mining-law/#:~:text=Mining%20rights%20may%20only%20be,not%20obtained%20any%20mining%20rights>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PEREDA M., PALOMINO D. Spotlight: Mining law in Peru. *Lexology*. 2022. Disponível em: <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=161334bb-4087-4d76-ab72-6d6999a91e11>. Data de acesso: 19.06.2024.

PRESIDENCY OF THE REPUBLIC OF TURKEY. Mining & Metals - Invest in Türkiye. 2024. Disponível em: <https://www.invest.gov.tr/en/sectors/pages/mining-and-metals.aspx>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PTAK, Miranda; KAZMIERCZAK, Urszula. Formal and Legal Regulations Governing the Award of Concessions in Polish Open Pit Mining. 2019. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/221/1/012144/pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

REPÓRTER BRASIL. #14 Mineração e trabalho escravo. 2023. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/educarb/14-mineracao-e-trabalho-escravo/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Ministério%20do,ilegais%20na%20região%20da%20Amazônia>. Acesso em: 29 fev. 2024.

Resolução ANM nº 40, de 06/07/2020. Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens SNISB. Disponível em: https://www.snisb.gov.br/Entenda_Mais/legislacao-aplicada/anm-resolucao-no-40-de-6-de-julho-de-2020.pdf/view. Acesso em: 19 jun. 2024.

SALIM, Ahmad. Mine Workers: Working and Living Conditions. 2001. Disponível em: <https://sdpi.org/sdpiweb/publications/files/W62-Mine%20Workers.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SENADO FEDERAL. Mineração causa impactos no PIB e no meio ambiente. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/mineracao-causa-impactos-no-pib-e-no-meio-ambiente>. Acesso em: 25 fev. 2024.

SILVA, Cassio Roberto da; AZEVEDO, Ricardo Guimarães de. Recursos minerais do Brasil: diretrizes para o setor mineral. Terrae Didatica, Campinas, SP, v. 17, n. 00, p. e021020, 2021. DOI: 10.20396/td.v17i00.8661199. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8661199>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SOUZA, Daine. Egito fornece licença de mineração a oito empresas estrangeiras a fim de automatizar economia: investimentos superam US\$ 1 bilhão. *Mineração Brasil*. 2022. Disponível em: <https://mineracaobrasil.com/egito-fornece-licenca-de-mineracao-a-oito-empresas-estrangeiras-a-fim-de-automatizar-economia-investimentos-superam-us-1-bilhao/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT UNITED NATIONS. Home :: Sustainable Development Knowledge Platform - Germany. 2024a. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/dsd/dsd_aofw_ni/ni_pdfs/NationalReports/germany/mining.pdf. Data de acesso: 19.06.2024.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT UNITED NATIONS. National Reports - Korea Mining. 2024b. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/dsd/dsd_aofw_ni/ni_pdfs/NationalReports/korea/Mining.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

THE MINING ASSOCIATION OF CANADA. Corporate Responsibility. The Mining Association of Canada. Disponível em: <https://mining.ca/our-focus/corporate-responsibility/>. Acesso em: 21 maio 2024.

THE MINING ASSOCIATION OF CANADA. Indigenous and Community Relationships. The Mining Association of Canada. Disponível em: <https://mining.ca/towards-sustainable-mining/protocols-guides/indigenous-and-community-relationships/>. Acesso em: 21 maio 2024.

TIBBEN, Kelsie. Indigenous-owned businesses a priority for BHP. Disponível em: <https://www.australianmining.com.au/indigenous-owned-businesses-a-priority-for-bhp/>. Acesso em: 29 maio. 2024.

TOMIO, Alexandre. A mineração no MERCOSUL e o mercado da bentonita. 1999. Disponível em: <https://repositorio.mctic.gov.br/handle/mctic/3477>. Acesso em: 01 maio 2024.

UNDP. Managing Mining for Sustainable Development. Abr. 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/managing-mining-sustainable-development>. Acesso em: 2 jul. 2024.

UNEP. Novo Instituto Global Independente para a Gestão de Rejeitos visa impulsionar o padrão de segurança da indústria da mineração. 24 jan. 2023. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/novo-instituto-global-independente-para-gestao-de>. Acesso em: 2 jul. 2024.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. Sustainable Development in Mining Activities | Department of Economic and Social Affairs. 2023. Disponível em: <https://sdgs.un.org/partnerships/sustainable-development-mining-activities>. Acesso em: 28 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Indigenous Peoples' Territories, Resources Still Being Seized, Exploited, Despite International Standards Guaranteeing Their Rights, Speakers Tell Permanent Forum | UN Press. press.un.org. 2022. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/hr5468.doc.htm>. Acesso em: 7 jul. 2024.

UNODC. Framework on Illegal Mining and the Illicit Trafficking in Precious Metals. 2022. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/Wildlife/UNODC_Response_Framework_Minerals.pdf. Acesso em: 2 jul. 2024.

U.S. DEPARTMENT. List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor. 2020. Disponível em: https://www.dol.gov/agencies/ilab/reports/child-labor/list-of-goods-print?tid=All&field_exp_good_target_id=5803&field_exp_exploitation_type_target_id_1=All&items_per_page=10. Acesso em: 25 mar. 2024.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY. The Mineral Industry of Poland. 2019. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/myb/vol3/2019/myb3-2019-poland.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024

USGS. Minerals Yearbook. 2019. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/myb/vol3/2019/myb3-2019-paraguay-uruguay.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

USGS. REPUBLIC OF KOREA [ADVANCE RELEASE]. Jun. 2023. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/myb/vol3/2019/myb3-2019-south-korea.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

VAZ, Alcides Costa. O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. 2011.

VOUGA, Rodolfo. MINING IN PARAGUAY. 2011. Disponível em: <https://law-journals-books.vlex.com/vid/mining-in-paraguay-951989252>. Acesso em: 20 jun. 2024.

WEINSTEIN, Daniel. Understanding The Recent Changes In Chile's Mining Laws. 7 dez. 2023. Disponível em: <https://www.mondaq.com/mining/1399752/understanding-the-recent-changes-in-chiles-mining-laws>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WRM. Sobre o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais | Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. 2024. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/sobre-o-movimento-mundial-pelas-florestas-tropicais>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ZONTA, Marcio. MINERAÇÃO NA ÁFRICA DO SUL: O QUE SOBRA PARA OS SUL-AFRICANOS? 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/especiais/mineracao-na-africa-do-sul-o-que-sobra-para-o-povo-sul-africano>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GARANTIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA MULHERES EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E SOLUÇÕES

Alicya David Silva¹

Carlos Rogerio Henrique Caldeira Horsth²

Júlia de Oliveira Moreira³

Luana Gomes Lasmar⁴

RESUMO

A temática do asseguramento de direitos básicos a mulheres em países em desenvolvimento se faz um tema importante a ser discutido, uma vez que, conforme apontado na obra “International Human Rights and Women’s Reproductive Health”, por Rebecca J. Cook, existe um frequente negligenciamento das pautas que abordam questões de saúde feminina — especialmente na região do sul global. Nesse viés, esse guia tomará para si a responsabilidade de discursar e informar acerca das questões de saúde das mulheres e a garantia destas a serviços que abranjam esse aspecto, com foco nos países considerados em desenvolvimento; e como a persistência dessa situação cria uma estrutura capaz de manter um sistema de desigualdade (Cook, 1993).

INTRODUÇÃO

O debate acerca da garantia ao acesso de serviços de saúde às mulheres nos países em desenvolvimento é extremamente relevante e complexo, despertando debates e ações em prol deste em esferas acadêmicas, políticas e sociais. É importante nesse contexto, elucidar o conceito de ‘autonomia corporal’. Este é fundamental na discussão acerca dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres; conforme abordado no relatório "Situação da População Mundial 2021: O meu corpo é meu – Reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação", publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a População. A concepção de autonomia corporal significa o poder e a capacidade de um

indivíduo, de decidir e deliberar sobre o próprio corpo sem o uso da violência ou coerção; e é reconhecida como um direito fundamental e universal.

A não garantia de serviços de saúde às mulheres e a privação da autonomia em relação a seus próprios corpos resulta em uma série de impactos negativos, como elevadas taxas de mortalidade materna, incidência de gravidezes indesejadas, prevalência de casamentos infantis, prática da mutilação genital feminina e recorrência de abortos clandestinos. Atualmente, cerca de 8.400 mulheres morrem anualmente por patologias como hipertensão, hemorragia e complicações decorrentes de um aborto inseguro, entre outras causas; e nove em cada dez destas mortes poderiam ser evitadas com cuidados de qualidade, acesso à contracepção e redução das desigualdades sociais (Nações Unidas, 2019). Neste contexto desafiador, é crucial que se promova a discussão acerca da liberdade e dignidade humana das mulheres, bem como a busca e implementação de uma cultura de equidade entre os gêneros, retratando também as áreas educacionais, profissionais e econômicas, as quais impactam diretamente nos aspectos abordados na presente discussão.

Reconhecer e promover o direito das mulheres de controlarem os seus próprios corpos e de tomarem decisões autônomas sobre estes é essencial a fim de construir sociedades mais justas, inclusivas e prósperas para todos os indivíduos (Nações Unidas, 2019). Portanto, este guia procura examinar e discutir os desafios e oportunidades associados à garantia dos direitos à serviços básicos de saúde às mulheres nos países em desenvolvimento, enfatizando a importância da autonomia corporal como catalisador para a transformação estrutural social.

CONTEXTO HISTÓRICO

A inclusão das questões de gênero ocorreu gradualmente na agenda global de direitos humanos, a partir dos contextos e da configuração de linhas de forças entre os diferentes atores políticos que dele fizeram parte e, especialmente, as próprias mulheres (Pinheiro, 2019). A partir de 1945, com a promulgação da Carta das Nações Unidas, a igualdade de gênero passa a ser considerada um direito inerente a todas as pessoas do sexo feminino. No

entanto, foram necessários anos e variadas estratégias de incidência política das mulheres nos espaços de debate da arena política regional, nacional e global, até que um conjunto de mecanismos e programas de ações fosse estabelecido a fim dessa promoção.

Desde 1946, a Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher (*Commission on the Status of Women*) se reúne anualmente a fim de abordar e discutir questões como desigualdade, violência e discriminação enfrentadas por mulheres em todo o mundo. Após a reunião inaugural da Assembleia Geral da ONU em 1946, a ex-primeira-dama dos Estados Unidos, Eleanor Roosevelt, e parte da delegação dos EUA, apresentou uma carta aberta às "mulheres do mundo", instando os governos globais a promover a participação ativa das mulheres nos assuntos nacionais e internacionais, e encorajando as mulheres a reconhecerem suas oportunidades e se engajarem no trabalho de paz e reconstrução, assim como fizeram durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Pouco tempo depois, Comissão de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (ECOSOC) criou uma subcomissão composta por seis membros, China, Dinamarca, República Dominicana, França, Índia, Líbano e Polônia, com a proposta de avaliar problemas relacionados à 'situação das mulheres' no mundo, a fim de aconselhar a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Em seu primeiro relatório, os membros expressaram que o trabalho da subcomissão deveria continuar até que as mulheres alcançassem a paridade com os homens em todas as áreas da atividade humana. Em 1963, houveram esforços para concretizar os padrões sobre os direitos das mulheres, levando a Assembleia Geral a requisitar à Comissão, a elaboração de uma Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, o qual foi adotado pelo órgão mundial em 1967 (Nações Unidas, 2023). Ademais, em 18 de dezembro de 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (*CEDAW* em inglês), sendo um acontecimento decisivo na história dos direitos femininos. A convenção foi de extrema importância pois trouxe, apenas em 1979, a equiparidade dos direitos das mulheres como um direito humano (Welle, 2014).

Em 1994 ocorreu a Conferência do Cairo, responsável pela criação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, adotado por 179 Estados-membros. Este estabelece um plano de grande alcance a fim da promoção do bem-estar humano, o qual centraliza os direitos humanos dos indivíduos na agenda global de desenvolvimento. O Programa de Ação determinou, portanto, vínculos cruciais entre a saúde sexual e reprodutiva, chamando a atenção em formas pelas quais o investimento em mulheres e jovens pode afetar a sustentabilidade ambiental e dinâmica populacional global (UNFPA, 2020). Seguidamente, ocorreu em 1995 em Pequim, a Conferência Mundial sobre a Mulher onde consolidava mais a compreensão sobre os direitos humanos através da adoção da Declaração e Plataforma de Ação, sendo o principal documento de política global sobre igualdade de gênero. Assim, estas ideias compiladas foram um marco e formaram pilares na discussão, pois delinearam um compromisso comum para o alcance do desenvolvimento sustentável através da busca por equidade, tanto de direitos básicos entre homens e mulheres, como a equiparação de direitos humanos e direitos femininos.

Em 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução a qual uniu as seções e departamentos relacionados da Organização na Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, conhecida como ONU Mulheres. A compreensão de que a dignidade individual e os direitos humanos são fundamentais para um futuro resiliente e sustentável, como estabelecido no Programa de Ação do Cairo em 1994, foi revolucionária na época e, posteriormente, confirmada por diversas análises aprofundadas. Um dos estudos mais abrangentes foi concluído em 2014, por ocasião do 20º aniversário da Conferência do Cairo (UNFPA, 2020). Desde 2018, a Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher tem lidado principalmente com o aspecto da violência de gênero no mundo, garantindo a plena participação das mulheres nas tomadas de decisão acerca de resoluções sobre o assunto.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Na atualidade, a negligência do direito à saúde feminina é parte de um problema sistêmico que agrava as disparidades de gênero nos países. Colocando as temáticas de cunho feminista de lado nas discussões entre líderes mundiais, ocorre a manutenção de cenários os quais condicionam a existência dessa disparidade, seja no setor profissional, econômico, social, doméstico e de bem-estar, relacionando-se assim com a temática do acesso à serviços básicos de saúde.

SAÚDE DA MULHER

Apesar dos índices de fertilidade e mortalidade feminina terem sofrido reduções nos últimos anos e em alguns países, a expectativa de vida das mulheres ter aumentado, esses dados não retratam a realidade de toda a população feminina do globo e nem seus desafios no aspecto de bem estar. A discrepância econômica e social entre os gêneros resulta em falta de autonomia e de conhecimento dos direitos femininos em diversos âmbitos, entre eles, em relação à saúde.

De acordo com um estudo publicado pela Organização Pan-Americana de Saúde e pelo Banco Mundial, esses problemas de saúde devem-se em grande parte a políticas de saúde que não levam em consideração as grandes diferenças biológicas e socioeconômicas entre os sexos. Muitas vezes, as decisões de saúde da mulher são tomadas por seus parceiros e/ou médicos do sexo masculino que agem com base em prioridades coletivas e uniformes. Tais considerações aludem que as questões de saúde femininas normalmente são desmoralizadas ou ligadas a algo emocional enquanto as dos homens tendem a ser legitimadas e ligadas ao aspecto físico (Richard et al, 1991). As consequências desse cenário podem ser fatais. Um exemplo dessa afirmação seria os testes para diagnóstico de câncer pulmonar que são mais realizados em homens do que em mulheres, podendo ser realizado até duas vezes mais a coleta de amostras. Além disso, é maior o número de mulheres sujeitas a doenças crônicas como diabetes e doenças circulatórias, reumáticas e certos tipos de câncer.

Uma vez que as necessidades de saúde da mulher são diferentes das do homem em muitos sentidos, há uma deslegitimação dos sintomas sentidos pelas mulheres e, até, que ignorem os mesmos, por julgarem ser de menor importância, relacionando-os como algo psicológico ou atrelando a aspectos da saúde feminina como menstruação e menopausa (Richard et al, 1991; Turshen 1993). Esse padrão de diagnóstico pode colocar em risco a vida da mulher e/ou prolongar doenças e impedir o retardamento do surgimento destas.

Por fim, de acordo com o Women's Health Index, os impactos da pandemia foram sentidos de maneira muito mais forte pelas mulheres do que pelos homens, uma vez que a maioria das mulheres têm atualmente, mais de uma jornada de trabalho - além do emprego formal, muitas são mães e esposas. Com isso, a capacidade das mulheres em obter o básico - como poder pagar por comida - caiu, mas a dos homens se manteve inalterada; e com isso, em todo o mundo, apenas 12% das mulheres disseram ter sido testadas para qualquer tipo de câncer nos últimos 12 meses - isso significa que mais de 02 bilhões de mulheres não fizeram qualquer exame desse tipo em um ano.

MATERNIDADE E POBREZA

Fathalla (1992) caracteriza a saúde reprodutiva como a capacidade de se reproduzir, regular a própria fertilidade, ter uma vida sexual saudável e um parto bem sucedido, no qual tanto a mãe quanto o bebê sobrevivem. Tal definição tenta transmitir a importância de uma gravidez segura, todavia, essa definição entra em confronto com a realidade vivida por mulheres em diversos países, principalmente no sul global, que são vítimas de desnutrição, escassez do procedimento médico de pré natal e de atendimento qualificado às eventuais demandas da gestante, além de ocorrências de violência física e emocional durante a gestação e também no momento do parto. Isso leva também, ao nascimento de crianças com deficiências físicas e cognitivas e problemas subsequentes de desenvolvimento. A questão da disparidade econômica é então uma promulgadora de tais ocorrências, como apresentado na obra *Poverty, Gender and Public Policies* (Institute for Women 's Policy Research, 2016); além disso, apresenta-se o aspecto social, o qual revela um grande abismo quanto ao apoio familiar em relação à gravidez de uma mulher, levando esta a

uma gestação desacompanhada, assim como em exames e no próprio parto. A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de 500.000 mulheres padecem por problemas em meio a gravidez, relacionados à falta de planejamento familiar e ao acesso a procedimentos seguros de saúde.

Em uma pesquisa realizada por Shazia Aftab (2012), traz-se a informação de que os vários tipos de comportamentos adotados antes, durante e depois da gravidez, por exemplo: falta de cálcio, vitamina D ou ferro, uso de substâncias entorpecentes, desnutrição e uma má alimentação, estão associados a adversidades à saúde tanto da mãe quanto da criança, sendo as mais comuns a hipertensão, infecção, hemorragia, anemia, diabetes e o parto prematuro (Aftab, 2012; Mahler, 1987).

Na pesquisa supracitada de Aftab (2012), o autor faz uma análise com quinhentas mulheres e observa as condições de acesso ao pré-natal, suas capacidades econômicas ligadas à alimentação, hábitos e as características da gravidez. Dividiu-se então essas mulheres em três grupos principais, a maioria se encontrava em uma faixa socioeconômica mais baixa, cerca de 62,4%; a faixa intermediária, cerca de 34,6%; e a faixa socioeconômica mais alta, cerca de 3%. No grupo mais baixo, 61,9% não tinham escolaridade, apenas 25,3% tinham cuidados pré-natais regulares e 80% só conseguiam se alimentar de forma apropriada uma vez a cada duas semanas. Acresce-se, ainda, que desse grupo, 50% das mulheres apresentavam quadro de anemia, 13,1% estavam abaixo do peso ideal, 12,1% tiveram bebês com o peso abaixo do recomendado e 3,2% tiveram natimortos. Referente a violência sofrida, foi observado que, no grupo com maior poder aquisitivo, somente 6,7% relataram histórico de violência, desse número menos da metade para o grupo de renda intermediária, 20,2% e para o grupo de baixa renda, 17%.

VIOLÊNCIA SEXUAL

A violência sexual é também uma problemática de saúde pública e projeta consequências que se expandem sobre o físico, o mental e o reprodutivo das vítimas. Nessa temática, os sistemas de saúde tornam-se agentes relevantes não só no acolhimento dessas mulheres como também nas medidas

pós-exposição já que uma em cada três mulheres relatam ter sofrido alguma agressão sexual durante a vida (LI et al, 2023).

De acordo com a *Consejería de Sanidad de la Comunidad de Madrid: Protocolo de asistencia sanitaria urgente y coordinada a mujeres víctimas de violencia sexual en la Comunidad de Madrid* (2022), as consequências da violência sexual de curto prazo se enquadram, principalmente como sintomas físicos. Por sua vez, as consequências a longo prazo possuem uma característica voltadas ao aspecto psicológico: transtorno pós-traumático, transtornos alimentares, insônia, perda de memória, isolamento social, entre outros (Abad Revilla et al, 2022).

É possível adicionar ao debate, o despreparo dos sistemas de saúde em atender as vítimas de casos de violência sexual. Tem-se, por exemplo, uma situação descrita em pesquisa da Revista da Escola de Enfermagem da USP, em 2015. Os autores descrevem que vítimas de violência sexual frequentemente não se sentem asseguradas e confortáveis em atendimentos após o episódio de violência. Assim, percebe-se a necessidade de uma melhora no preparo dos profissionais que, por crenças próprias e preconceitos, acabam não seguindo os protocolos e prejudicando o atendimento, o qual deveria ser realizado de forma empática, sensível e compreensiva (Barros, 2015).

POBREZA MENSTRUAL

A pobreza menstrual é uma extensão da desigualdade social, pois destaca uma carência no saneamento básico, do acesso à água tratada e do acesso a itens pessoais de higiene. No ano de 2014, a ONU reconheceu que o direito a um processo menstrual digno é questão de saúde pública mundial. À vista disso, situações de precariedade e vulnerabilidade sócio econômicas que afligem pessoas menstruantes torna-se assunto principal deste tópico (Lima, 2021).

Uma pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou um Relatório do Programa Conjunto de Monitoramento (JMP), no qual constam dados alegando que mais da metade da população mundial não usufrui de serviços de saúde adequados e que cerca de 2,2 bilhões de pessoas não possuem acesso à água potável. Tal estrutura deficitária tende a pender

mais para grupos minoritários que frequentemente à margem da sociedade, em específico, as mulheres que possuem necessidades biológicas e de higiene mais individualizadas (Hada; Reis, 2019).

De acordo com a ONU Mulheres, 12,5% da população feminina mundial não possui acesso a produtos de higiene, sendo isso decorrente ao alto valor agregado ao produto (Assad, 2021). Diante disso, o valor elevado de absorventes descartáveis, coletores menstruais, entre outros, acarreta medidas mais inseguras para contenção da menstruação como a utilização de papeis, jornais, trapos, sacolas plásticas, miolo de pão, tecidos e a reutilização de absorventes. Esses métodos acabam por prejudicar não só a dignidade mais também pode ocasionar doenças como vulvovaginites, infecções no trato urinário e colocando em risco a vida de milhares de mulheres ao redor do mundo.

Os danos da precariedade menstrual se estendem além do aspecto físico e psicológico, pois torna-se uma ferramenta de perduração das desigualdades entre gêneros. Por enfrentarem animosidades, 10% das meninas perdem aula em seus períodos menstruais, e essa desvantagem continua na vida adulta, acabando por interferir também no ambiente de trabalho. Tendo tanto sua educação quanto sua competitividade no mercado de trabalho reduzidas, a presença das mulheres nessas esferas supracitadas tende a decair de forma atenuante (MELO et al,2024).

AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção do texto contará com exposições de projetos e medidas feitas em espaço regional, global, e em especial, ações tomadas pelo Conselho em questão, tendo como objetivo sanar as condições desproporcionais vividas por mulheres e tentar romper com as estruturas antigas já estabelecidas.

AÇÕES PRÉVIAS DE ABRANGÊNCIA GLOBAL

As organizações internacionais têm papel relevante nesse processo a fim de alcançar as metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais visam a plena operação do desenvolvimento sustentável até 2030, abrangendo áreas

como erradicação da pobreza, saúde, educação e igualdade de gênero. Os três principais mecanismos de promoção da igualdade de gênero relacionados à Agenda 2030, são: implementação de políticas públicas por normatização que estruturam um nível de equivalência ou compensação entre gêneros; a promoção de ações afirmativas em prol da mulher; e a tutela processual da causa feminina no âmbito nacional e internacional. Dentre as alternativas, cabe aos Estados avaliarem e aplicarem os mecanismos mais eficazes e capazes de dialogar com a realidade histórica, social, econômica e cultural de cada nação (Martins, 2018).

Apesar dos avanços significativos na promoção da saúde e dos direitos reprodutivos das mulheres, metade da população mundial ainda não beneficia de acesso integral de serviços de saúde. Desse modo, no âmbito da ONU, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incentiva a implementação da Cobertura Universal de Saúde (CUS) em todos os países membros, a fim de permitir que todos os indivíduos tenham acesso a um serviço de qualidade através da promoção da saúde, desde a prevenção, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos; abordar de forma sistemática os determinantes da saúde mais vastos (incluindo sociais, econômicos e ambientais) e capacitar as pessoas, famílias e comunidades para otimizarem a sua saúde e atuarem na prevenção de doenças (OMS, 2023).

Na categoria de saúde reprodutiva, materna e neonatal, a CUS incentiva a implementação de resoluções nacionais que tem por objetivo assegurar o amparo no planejamento familiar e garantir cuidados pré natais, durante e após o parto, tanto da mãe quanto do bebê. Sob a liderança dos ministérios da saúde nacionais, é fundamental revisar e atualizar as políticas, estratégias e planos existentes relacionados à saúde sexual e reprodutiva (SSR). Essas revisões devem alinhar-se aos compromissos globais e regionais para a Saúde Sexual e Reprodutiva, Atenção Primária à Saúde e Cobertura Universal de Saúde (OMS, 2022). Durante esse processo, é essencial analisar a situação dos programas e serviços de SSR existentes, com foco nas necessidades das mulheres, populações marginalizadas e vulneráveis em termos de acesso, qualidade do atendimento e proteção financeira. Além disso, os planos e estratégias das ações da ONU incluem uma estrutura de monitoramento com indicadores

claros e executáveis para avaliar o progresso em relação às metas estabelecidas (Organização Mundial da Saúde, 2022).

Outro exemplo do papel da OMS foi o período de 25 a 26 de outubro de 2018, durante o qual a Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com a Fundo das Nações Unidas para a Infância (*UNICEF*) e o Ministério da Saúde do Cazaquistão, promoveram a Conferência Mundial sobre Cuidados de Saúde Primários; essa conferência marcou os 40 anos da histórica Declaração de Alma-Ata, adotada em 1978 na Conferência Internacional sobre os Cuidados Primários da Saúde.

Durante o evento, ministros, profissionais de saúde, acadêmicos, parceiros e representantes da sociedade civil se reuniram para reafirmar o compromisso com os cuidados de saúde primários como base para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (CUS) (Organização Mundial da Saúde, 2022). A nova e ambiciosa Declaração de Astana renovou o compromisso político de governos, organizações não governamentais, profissionais de saúde, instituições acadêmicas e organizações mundiais de saúde e desenvolvimento com os cuidados de saúde primários. A Declaração de Astana destaca que todos os países têm a capacidade de melhorar os resultados de saúde e combater a pobreza, aumentando a cobertura dos serviços de saúde e reduzindo o impacto financeiro nos cidadãos (Organização Mundial da Saúde, 2022).

Outra iniciativa de abrangência global, é o Office of Research on Women 's Health, vinculado ao National Institute of Health, criado com o ímpeto de promulgar pesquisas sobre saúde feminina e ir de encontro com o padrão de pesquisa que centraliza as pautas no homem branco. Esta é uma medida afirmativa importante afim de apaziguar a discriminação, uma vez que se torna ainda mais importante a difusão e implementação de políticas antidiscriminatórias, em especial para mulheres pertencentes de grupos minoritários, seja por cor, orientação sexual, poder econômico e identidade de gênero (ORWH, 2024).

AÇÕES PRÉVIAS DO ECOSOC

Sabe-se que o Conselho Econômico e Social coordena tanto o trabalho de agências especializadas da ONU, quanto de comissões funcionais, incluindo a Comissão sobre o Estatuto da Mulher, entidade global de decisão política dedicada exclusivamente à promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. A Comissão foi criada pela 11ª Resolução do ECOSOC, em 21 de junho de 1946, com o mandato de preparar recomendações sobre a promoção dos direitos das mulheres nos domínios político, econômico, e também nos campos civil, social e educacional. Sendo esta responsável por monitorar, revisar e avaliar o progresso alcançado e os problemas encontrados na implementação e integração da perspectiva do gênero, a Comissão também contribuiu para o acompanhamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a fim de acelerar a realização da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas (Commission on The Status of Women, 2019; Women 's Watch, 2024).

Outra ação importante envolvendo o ECOSOC aconteceu em 1998, quando, em um comunicado à imprensa, o Conselho atendeu aos pedidos para que a dimensão dos Direitos Humanos passe a ser fator central nas suas atividades, enfatizando valores como igualdade entre gêneros, liberdade, não-discriminação e não-violência. Percebe-se, portanto, como o Comitê está integrado à discussão e possui contribuições relevantes ao tema, sendo imprescindível ampliar ainda mais sua atuação (ECOSOC, 1998).

POSIÇÃO DOS PAÍSES

Este tópico será utilizado para expor o posicionamento adotado em específico dos países selecionados, além de ações ou omissões tomadas por eles, as quais influenciam e impactam as relações entre as nações e apresentam consequências no Sistema Internacional.

CANADÁ

Conforme pesquisa da *US News & World Report*, em parceria com o *BAV Group*, grupo de estudo e coleta de dados, e com a *Wharton School*, da Universidade da Pensilvânia, o Canadá é considerado o quinto melhor país para

as mulheres viverem, levando em consideração questões como segurança, saúde e oportunidades iguais de emprego. Nesse sentido, ao avaliar questões como igualdade de gênero nos âmbitos políticos e legais, bem como o acesso a oportunidades de emprego e o acesso à saúde e à segurança, a pesquisa aponta o comprometimento que o governo canadense tem em garantir à parcela feminina seus direitos.

Enquanto ações para cumprir com esse propósito, como parte de sua Política Feminista de Assistência Internacional, o Canadá lançou em 2020 um compromisso de dez anos para promover a saúde e os direitos das mulheres e meninas em todo o mundo (2020-2030). Sendo assim, o programa visa arrecadar fundos para tratar questões como a promoção e conscientização dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, avançando, ainda, na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Blati, 2022).

Em 2023, Harjit Sajjan, Ministro do Desenvolvimento Internacional e Ministro responsável pela Agência de Desenvolvimento Económico do Pacífico do Canadá; Marci Ien, Ministro da Mulher, da Igualdade de Género e da Juventude; e Arielle Kayabaga, Membro do Parlamento por Londres West, participaram da Women Deliver Conference 2023 em Kigali, Ruanda. Durante a conferência, os políticos canadenses tiveram a oportunidade de se reunir com outros líderes, ativistas, organizações de direitos das mulheres e jovens a fim de destacar a o apoio contínuo do Canadá para promoção da igualdade de gênero, bem como prestar apoio às vítimas de violência sexual.

Nesse viés, durante um painel de discussão sobre autonomia corporal e direito ao aborto, o Ministro Sajjan anunciou mais de 200 milhões de dólares em financiamento para novos projetos, projetos esses que fazem parte da iniciativa *SheSOARS* do Canadá, financiada como parte do Compromisso de 10 Anos com a Saúde e os Direitos Globais. Os projetos financiados pela iniciativa apoiam áreas negligenciadas e subfinanciadas relacionadas ao direito das mulheres à saúde, incluindo planejamento familiar, educação sexual abrangente, defesa de um aborto seguro e cuidados pós-aborto (Global Affairs Canada, 2023; Of Canada, 2023).

COMUNIDADE DA AUSTRÁLIA

A Austrália é um país singular quando a questão a ser abordada refere-se ao acesso das mulheres à saúde de qualidade. À vista disso, sabe-se que, em 1989, o Governo à época lançou o *National Women 's Health Policy*, tornando-se o único país a apresentar tal avanço. Com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar de todas as mulheres na Austrália, com foco em especial nas que estão em maior risco, e também de encorajar o sistema de saúde a responder melhor às necessidades mulheres, o Programa, ativo atualmente, permitiu que a nação australiana desenvolvesse mecanismos que facilitasse o acesso à saúde, considerando também como uma forma de qualidade de vida, tornando tal direito mais abrangente, incluindo mulheres indígenas em suas considerações (Commonwealth Department Of Community Services And Health, 1989; Gray, 1998).

Outro avanço pertinente foi a criação do *Web Report: The health of Australia's Females*, que é responsável por coletar dados e informações acerca da população feminina australiana e seu acesso à saúde para fins de monitoramento e estudos, contribuindo para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema de saúde e das políticas voltadas a esse público. Por fim, vale ressaltar que a Comunidade da Austrália também aderiu ao *National Women 's Health Strategy 2020–2030* como forma de estabelecer metas e padrões para aplicar ao acesso das mulheres à saúde (AIHW, 2023; Australian Government, 2023).

ESTADO DO CATAR

Em 2011, em um documento oficial direcionado ao Escritório da Organização das Nações Unidas e demais organizações internacionais, o Estado do Catar expôs as medidas adotadas que visam, de acordo com os Direitos Humanos, prevenir e eliminar toda e qualquer mortalidade e morbidade materna (Resolução A/HRC/15/17, 2010). Sendo assim, o documento representa o empenho do governo em garantir o acesso das mulheres a um sistema de saúde gratuito e de boa qualidade.

Aponta-se medidas específicas do Governo, como o *“Adolescent Girls Right”*, que estabelece uma idade mínima para o casamento de meninas, tal medida além de incentivar e reforçar a importância da permanência destas no

ambiente escolar, discute, inclusive, sobre assuntos como educação sexual. Outro direito garantido às mulheres foi o de contracepção, sem a necessidade de permissão dos maridos, com o “*Reproductive & Fertility Right*”, que condenou, também, qualquer forma de mutilação genital. Por fim, o “*Maternity Care & Women Health*” declarou que a qualquer mulher no país estaria concedido o direito de ter acesso a serviços emergenciais de ginecologia e obstetrícia pré-natal, parto e cuidados pós-natal (ONU, 2010; State of Qatar, 2011).

Ademais, menciona-se que, no “*The national report of the State of Qatar on The complete and effective implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action 2014 – 2019*”, o Estado do Catar também declarou seu compromisso de buscar consolidar cada vez mais uma igualdade entre gêneros no país, ressaltando sua preocupação com os Direitos Humanos e, especificamente, em garantir o bem-estar das mulheres, a partir do exercício de esforços contínuos para aprimorar o padrão de vida dessas, com iniciativas que, condizentes com o tema discutido neste Guia, contribuem para facilitar acesso à saúde. À vista disso, tem-se, por exemplo, a *National health strategy (2018 – 2022)*, que, enquanto uma estratégia que visa fornecer um melhor serviço de saúde, com atendimentos e estruturas de qualidade, bem como de preços mais acessíveis, está intimamente ligada ao objetivo de oferecer o devido cuidado às mulheres, por meio de serviços específicos, como aqueles destinados às fases da gravidez, às necessidades médicas durante o parto e também aos cuidados relacionados à saúde mental (State of Qatar, 2014; WHO, 2022).

Contudo, sabe-se que as mulheres no Catar ainda enfrentam obstáculos no que refere-se à garantia de sua segurança no ambiente doméstico. Conforme apontado pelo World Report 2023, embora a Lei da Família do país árabe proíba os maridos de ferirem as suas esposas física ou moralmente, e ainda que exista disposições gerais do Código Penal sobre agressão, não há lei sobre violência doméstica ou medidas para proteger os sobreviventes e processar os seus agressores. Sendo assim, no sistema judicial do Catar, é quase impossível conceber que uma mulher vítima de violação seja de fato uma vítima. Embora o Código Penal do Catar estabeleça penas de prisão de 15 anos para quem forçar uma mulher “a cometer adultério”, os estupradores muitas

vezes ficam impunes, enquanto suas vítimas podem enfrentar a situação de serem tratadas como criminosas (Human Rights Watch, 2023; Junquera, 2022).

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Sabe-se que o Estado Plurinacional da Bolívia é participante da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, sendo um documento fundamental no que tange à questão do acesso das mulheres à saúde. No Artigo 12, por exemplo, tem-se que:

1. Os Estados Partes tomarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra as mulheres no domínio dos cuidados de saúde, a fim de garantir, numa base de igualdade entre homens e mulheres, o acesso aos serviços de saúde, incluindo os relacionados com o planeamento familiar (United Nations General Assembly, 1979, p.5).

2. Não obstante o disposto no parágrafo I deste artigo, os Estados Partes assegurarão às mulheres serviços adequados relacionados com a gravidez, o parto e o período pós-natal, concedendo serviços gratuitos quando necessário, bem como uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactação (United Nations General Assembly, 1979, p.5).

Contudo, verifica-se que, conforme apontado pelo estudo "*The state of girl's rights in Bolivia*", a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres permanecem um tópico vítima de censura na sociedade boliviana. Percebe-se, então, que, embora possuam seus direitos estipulados legislativamente, como na Convenção acima mencionada e na própria Constituição Boliviana, que assegura direitos iguais e condições dignas de vida, bem como estabelece a inclusão e o acesso de todos aos sistema de saúde; as mulheres não recebem educação sexual e têm acesso limitado ao planejamento familiar e às opções contraceptivas.

Além disso, as mesmas também carecem de autonomia e agência suficientes para prevenir ou atrasar a gravidez precoce. Como resultado, para as mulheres bolivianas jovens entre os 15 e os 19 anos, três em cada quatro gravidezes não foram planejadas, e riscos médicos, como o aborto inseguro, são fatores frequentemente responsáveis pelo alto índice de mortalidade materna (Bolívia, 2009; Plan International, 2022; The Center for Reproductive Law and Policy, 2001).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Sabe-se que os Estados Unidos da América não contam com um sistema público de saúde, oferecendo, por sua vez, dois programas federais, sendo eles o Medicare e o Medicaid, que, administrados pelo “*U.S. Department of Health and Human Services*”, possuem restrições tanto de cobertura quanto de abrangência aos usuários que podem utilizá-los. Nesse sentido, a questão do acesso à saúde, especialmente pelo público feminino, pertinente à discussão deste Guia, torna-se pauta frequente de debates entre políticos e entre a própria população norte-americana. Sendo assim, verifica-se medidas e ações relacionadas às discussões que, tomadas pelo governo de Washington, buscam melhorar a saúde e o bem-estar de todos os americanos, por meio do fornecimento de serviços humanos e de saúde eficazes e promovendo avanços sólidos e sustentados nas ciências subjacentes à medicina, à saúde pública e aos serviços sociais. Como exemplo, pode-se observar o “Women Health Initiative” (WHI), um estudo nacional de saúde de longo prazo financiado pelo “*National Heart, Lung, and Blood Institute*”, ou NHLBI. O estudo original do WHI começou no início da década de 1990 e foi concluído em 2005, quando começou-se os Estudos de Extensão, que são coleções anuais de atualizações e resultados de saúde em participantes ativos. O segundo Estudo de Extensão inscreveu 93.500 mulheres em 2010 e o acompanhamento destas mulheres continua anualmente (U.S. Department of Health and Human Services, 2024; WHI,2024).

Outro órgão importante que contribui para o tópico em questão é o “*Office of Research on Women's Health*”, ou ORWH, que, estabelecido em 1990, serve como ponto focal para a investigação sobre a saúde da mulher nos Institutos Nacionais de Saúde. Durante mais de trinta anos, a ORWH tem trabalhado em todo o NIH e fora dele para promover a compreensão do sexo e do gênero enquanto influenciadores na saúde e na doença, bem como na promoção de estímulos à investigação para melhorar a saúde das mulheres. Por fim, vale ressaltar que, em 2021, um outro avanço foi adotado pelo governo norte-americano, que, por meio do Senado, emitiu o “*Women 's Health Protection Act of 2021*”. Deste modo, tinha-se por objetivo, ao criar uma lei

federal, proteger a capacidade de uma pessoa determinar se deve continuar ou interromper uma gravidez, e para proteger a capacidade de um prestador de cuidados de saúde de fornecer os serviços de aborto, seguros e legalmente amparados (Congress, 2021; ORWH, 2024).

Vale ressaltar por fim, um episódio marcante na história do país norte-americano referente à garantia do direito ao aborto. Em 2022, o site Político obteve uma versão inicial, até à época não divulgado, do relatório que mostrava os votos dos juizes da Suprema Corte dos Estados Unidos para o fim da decisão conhecida como “*Roe vs Wade*”, esta foi responsável por estabelecer, na década de 1970, que o direito ao respeito à vida privada garantido pela Constituição se aplicava ao aborto, o tornando uma prática pautada legalmente. Sendo assim, com a anulação do direito nacional, delegando a regulamentação da questão aos estados, o país teve que lidar com a repercussão e com as implicações da decisão, como o aumento de procedimentos de aborto em condições de risco e insalubridade. A ambiguidade da temática ainda é pauta de discussão no país, e reflete a complexidade inerente à garantia de direito à saúde da mulher (Gerstein; Ward, 2022; Levinson-King, 2023).

JAPÃO

A Constituição do Japão, promulgada em novembro de 1946, defende, no Artigo 25, que “Todas as pessoas deverão ter o direito de manter um padrão mínimo de saúde e bem-estar cultural. Em todas as esferas da vida o Estado deverá empreender esforços na promoção e extensão da vida social, da segurança e da saúde pública”. Contudo, de acordo com o “*World Economic Forum’s Gender Gap Report*”, que quantifica o grau de igualdade de gênero em todos os países do mundo baseando-se em fatores como a participação econômica, o desempenho educacional, questões relacionadas à saúde e sobrevivência, e também empoderamento político, o Japão ocupa a posição mais baixa entre os países desenvolvidos (World Economic Forum, 2023).

Entretanto, percebe-se que o Estado vem adotando medidas para retificar a situação. Em maio de 2022, foi aprovado e implementado pela “Sede da Política de Saúde do Japão” o “Estratégia Global de Saúde do Japão”, que, enquanto um plano de promoção do desenvolvimento do sistema de saúde

japonês, tinha por um dos objetivos principais “eliminar as lacunas no acesso aos serviços de saúde e aos resultados de saúde, reforçando a proteção financeira e buscando atender às necessidades específicas de grupos vulneráveis, mulheres, jovens, minorias e outros”. Assim, adotando uma abordagem intersetorial, o Governo reconhece a importância de se incorporar as perspectivas de gênero, igualdade e empoderamento das mulheres à estratégia de manutenção do sistema de saúde. De semelhante modo, o país enfatiza as questões acerca dos direitos reprodutivos, sexuais e de saúde, que relacionam-se às medidas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, e também de proteção contra violência e exploração sexual (Headquarters for Healthcare Policy of Japan, 2022).

Ademais, outra questão imprescindível no que se refere ao acesso das mulheres a um sistema de saúde de qualidade pauta-se na discussão ativa sobre as deficiências das medidas baseadas nas doenças, tanto psicológicas quanto físicas, e na importância de fornecer um apoio abrangente à saúde das mulheres ao longo da vida. Com base nisso, o “*Bill on Comprehensive Support for Women’s Health*” submetido ao Parlamento japonês em 2014, e que foi reanalisado e atualizado em 2022, reforça o apoio às mulheres vulneráveis, como aquelas que enfrentam a pobreza, o abuso doméstico e a violência sexual. A renovação da lei, portanto, que tinha previsão para entrar em total vigor em abril de 2024, destina-se a incentivar o estado e os municípios a abordar melhor estas questões, ampliando e facilitando o acesso das mulheres que sofrem com essas situações a um sistema de saúde preparado para atendê-las, ao mesmo tempo que coopera com grupos de apoio às mulheres, a fim de elaborar medidas mais específicas e práticas.

Algumas ações foram tomadas desde o início da discussão acerca da renovação da lei, como a aprovação por parte do Japão do aborto legal, que a Organização Mundial de Saúde aprovou como um método seguro para interromper uma gravidez. Sabe-se que durante anos, apenas abortos processuais estavam disponíveis no Japão. Em geral, porém, a autorização do cônjuge continua a ser um requisito. Vale ressaltar também que, em junho de 2023, a Dieta reviu a definição de violação do Código Penal para incluir “relações sexuais não consensuais” definidas em oito cenários e removeu o requisito de

“violência ou intimidação”, demonstrando, assim, o posicionamento do governo nipônico com relação ao tema (Health and Global Policy Institute, 2024; Human Rights Watch, 2024; The Japan Times, 2022).

REINO DA DINAMARCA

A começar, o reino dinamarquês faz parte do “O Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres” que, como já supracitado, é responsável por assegurar, dentre demais objetivos, o acesso das mulheres a um sistema de saúde de qualidade (UNHR, 2021). Além disso, outro órgão importante que recebe relevante contribuição da Dinamarca é a ONU Mulheres, também conhecida como Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

A ONU Mulheres, portanto, trabalha para proteger os direitos, promover a saúde, o empoderamento econômico, e incentivar o envolvimento das mulheres não só na política, mas também na sociedade civil e na vida pública como tal. Ciente disso, vale destacar que a Dinamarca, enquanto uma nação que contribui e trabalha em conjunto com a ONU mulheres, percebe-se o empenho do governo dinamarquês construir e fortalecer as normas globais e padrões para a igualdade de gênero. À vista disso, o “Ministério das Relações Exteriores da Dinamarca” emitiu, em 2022, o Estratégia para o envolvimento da Dinamarca com a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) 2022-2025”, que tinha por objetivo atuar não só como um guia para a promoção e proteção dos direitos das mulheres de todas as idades, juntamente com grupos vulneráveis e marginalizados, mas também como um demonstrativo das ações adotadas pelo reino dinamarquês no que tange à questão. Neste documento, portanto, o governo ressalta seu compromisso em garantir o acesso das mulheres à saúde, e também sua preocupação com os direitos reprodutivos e sexuais, priorizando medidas como a promoção de uma educação sexual, a facilidade de acesso a medidas contraceptivas e proteção contra violência sexual (Permanent Mission of Denmark to the UN in New York, 2022).

REINO DA ESPANHA

A Espanha responsabiliza-se por garantir que o Serviço Nacional de Saúde do país preste cuidados médicos às mulheres e às suas famílias, como consta no Artigo 43 de sua constituição:

1. É reconhecido o direito à proteção da saúde
2. Compete ao poder público organizar e salvaguardar a saúde pública através de medidas preventivas e dos benefícios e serviços necessários. A lei estabelecerá os direitos e deveres de todos os interessados a este respeito (Espanha, 1978, p. 15, tradução nossa).

No entanto, os riscos para a saúde das mulheres continuam; classe, raça e geografia fazem com que as mulheres tenham acesso desigual aos cuidados médicos. Os serviços de cuidados de saúde primários tendem a ser marginalizados, tal como os hospitais de alta tecnologia. À vista disso, vale ressaltar medidas aplicadas pelo reino espanhol para retificar tais situações. Tem-se, por exemplo, o “Guia dos Direitos das Mulheres Vítimas de Violência de Gênero” que, elaborado durante o ano de 2019, garante às mulheres que sofreram algum tipo de violência, seja física, psicológica ou sexual, o acesso a serviços de saúde especiais, adotando uma abordagem de assistência social integral (Galindo; Serrano, 1994; Gobierno de España, 2019)

Outra ação importante ocorreu em 2023, quando governo adotou uma nova legislação abrangente de antidiscriminação e feminista, a qual garante e facilita o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos no país. Especialistas da Organização das Nações Unidas, em uma análise da nova lei, afirmaram que as novas medidas abrangentes garantem abortos seguros e acessíveis, os quais são fornecidos pelas agências nacionais de saúde; garante também o acesso de todas as mulheres (incluindo mulheres lésbicas, bissexuais e solteiras) às técnicas de reprodução assistida; e introduz a licença menstrual, permitindo que as mulheres possam tirar licença nos dias em que sofram cólicas severas por conta da menstruação, sem que sejam descontadas por isso, tornando-se o primeiro país europeu a fazê-lo. Vale ressaltar, por fim, que a legislação também torna a educação sexual abrangente uma parte de todos os anos de escolaridade obrigatórios e protege ainda mais a autonomia corporal das mulheres jovens, em particular (Belchior, 2023; UNHR, 2023).

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Em primeira instância, no que tange à proteção e promoção de igualdade de direitos entre gêneros, tem-se, no Reino Unido, o “*The Equality Act 2010*”, o qual protege legalmente as pessoas da discriminação em todas as áreas sociais, como no sistema de saúde e no mercado de trabalho. À vista disso, referente às mulheres, observa-se a atuação do “Comitê de Mulheres e Igualdade”, responsável por examinar e cobrar do Governo o trabalho na garantia do aparato legislativo e das políticas de igualdade, como o Ato supracitado, e também de outros relacionados, como a igualdade perante os Direitos Humanos (Government Equalities Office, 2013; U.K. Parliament, 2024).

Ademais, ressalta-se que, no ano de 2021, o Reino Unido lançou seu programa chamado “Estratégia de Saúde da Mulher”. Este plano estabelece padrões e compromissos fundamentais que, sendo adotados ao longo dos próximos dez anos, têm por objetivo resolver a disparidade de gênero presente no sistema de saúde do Reino Unido. Deste modo, por meio da proposta de ações, como a disponibilização de financiamento para criação de centros de saúde, os quais estariam preparados para atenderem às necessidades das mulheres; a promoção de um melhor acesso à informação sobre a saúde das mulheres; o compromisso de realizar inquéritos sobre experiências de saúde reprodutiva a cada dois anos; um investimento de 2 milhões de libras num ensaio de controle aleatório sobre endometriose; e também um esforço para apoiar a saúde das mulheres no local de trabalho, o projeto visa assegurar esse direito tão fundamental a essa parcela da sociedade (Department of Health and Social Care, 2023; ITN, 2024;)

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

A República Árabe do Egito, em sua constituição, no Artigo 18, garante a todos os cidadãos o direito à saúde e a cuidados médicos abrangentes que respeitem as normas de qualidade, colocando no próprio Estado a responsabilidade de manter e apoiar as instalações de saúde pública que prestam serviços às populações, de modo a aumentar tanto eficiência quanto ampliar a distribuição geográfica equitativa do sistema de saúde, facilitando seu acesso. O Egito, sendo um dos primeiros países a assinar um acordo com o

UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), órgão internacional este que trata de questões populacionais, adotando um viés pautado nos Direitos Humanos, demonstra interesse em consolidar e assegurar o direito supracitado previsto em sua Constituição.

Sendo assim, reconhecendo que a igualdade de gênero e o atendimento às necessidades em educação e saúde, incluindo saúde reprodutiva, são pré-requisitos para se alcançar o desenvolvimento sustentável a longo prazo, a UNFPA e o governo egípcio trabalham em conjunto para iniciar atividades populacionais que visem ampliar as possibilidades de mulheres e jovens a terem uma vida sexual e reprodutiva saudável; que permitam acelerar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar voluntário e a maternidade segura; e também, ações que fomentem a efetivação dos direitos e oportunidades para as pessoas jovens, especialmente as mulheres (Egito, 1953; United Nations Population Fund, 2023).

Em janeiro de 2024, o Ministério da Saúde e da População do Egito, em colaboração com o gabinete Regional da Organização Mundial da Saúde para o Mediterrâneo Oriental, organizou com sucesso um evento histórico como parte da Presidential Initiative on Women's Health. Este evento abordou os desafios crescentes do câncer de mama e do colo do útero na região do Mediterrâneo Oriental, e incentivou o Egito, que ciente do número alarmante de óbitos por câncer de mama e do colo do útero (cerca de 49.000 e 10.000 mortes por ano, respectivamente, na região) a voltada à saúde da mulher, é um programa nacional adotado pelo Ministério acima mencionado para melhorar tanto a detecção precoce quanto o tratamento das enfermidades nas mulheres. Por fim, ela também promove a colaboração internacional e visa reunir cientistas e formuladores de políticas de renome mundial, fornecendo uma plataforma para o compartilhamento de experiências e para o avanço das estratégias de controle do câncer em todo o mundo (WHO Regional Office for the Eastern Mediterranean 2024).

Contudo, vale ressaltar que, embora perceptível avanço legislativo no tema, o Egito ainda apresenta fragilidade na garantia de direitos como segurança, equidade e saúde para mulheres que carecem de incentivos e oportunidades de educação e trabalho, afetando sua vida social como um todo,

e, principalmente, para membros da comunidade LGBTQIA+. Desde o início de setembro de 2017, as autoridades egípcias, sob o governo do presidente Abdel Fattah el-Sisi, prenderam dezenas de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, sob acusação de “desvio sexual”, “devassidão” e “insultos à moral pública.” Uma unidade dos serviços de segurança conhecida informalmente como a “polícia da moralidade” está usando aplicativos de namoro online para prender homens e mulheres gays ou bissexuais. Na mídia, a censura e preconceito ocorre por meio do Conselho Supremo de Regulamentação da Mídia, que proíbe qualquer cobertura mediática que apoie os direitos da Comunidade em questão, prestando, ainda apoio a personalidades, como celebridades e até mesmo governantes políticos, que protestem contra a homossexualidade. Nesse viés, percebe-se como tal realidade impacta na garantia dos Direitos Humanos, e especificamente para a discussão do Comitê em questão, do acesso aos serviços de saúde (El Saadany, 2021; Human Rights First, 2017; Shihab-Eldin, 2023)

REPÚBLICA DA COREIA

A República da Coreia tem implementado esforços significativos para melhorar o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde para mulheres. Desde a implantação do Sistema Nacional de Saúde (NHI) em 1977, o país tem trabalhado para fornecer cuidados de saúde acessíveis tanto para coreanos quanto para estrangeiros residentes. Este sistema, inspirado no modelo japonês, inicialmente tinha limitações, mas evoluiu para um programa abrangente que atende toda a população, com filiação individual e familiar mediante contribuições mensais. Para aqueles sem capacidade financeira, o Programa de Assistência Médica assegura atendimento gratuito ou subsidiado, demonstrando um compromisso com a equidade no acesso à saúde (Matos, 2024).

Além do sistema de saúde nacional, a República da Coreia também está envolvida em projetos internacionais para melhorar a saúde reprodutiva, materna e adolescente. Um exemplo recente é o financiamento da KOICA (Agência Sul-Coreana para a Cooperação Internacional) ao UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) para apoiar 500.000 mulheres e adolescentes na província de Sofala, em Moçambique, afetada pelo ciclone Idai. Este projeto,

com um investimento de \$7 milhões de dólares da KOICA e \$1,55 milhões do UNFPA, visa fornecer equipamentos médicos, instalações de saúde e programas de sensibilização sobre a prevenção da violência baseada no gênero, entre outras iniciativas (International Health, 2024; UNFPA, 2022).

A República da Coreia demonstra um compromisso robusto com a melhoria do acesso a serviços de saúde para mulheres, tanto dentro de suas fronteiras quanto em colaboração com parceiros internacionais. A implementação de um sistema de saúde universal e as iniciativas de cooperação internacional, como as realizadas em Moçambique, refletem a dedicação do país em promover a saúde reprodutiva, materna e adolescente. Apesar dos desafios, especialmente as disparidades regionais, a República da Coreia continua a ser um modelo de eficácia e eficiência na prestação de serviços de saúde, buscando equilibrar equidade e excelência no atendimento (International Health, 2024; Matos, 2024; UNFPA, 2022).

REPÚBLICA DA ÍNDIA

A República da Índia, com uma população de 1,4 bilhão de pessoas, possui um sistema de saúde diversificado que abrange tanto os setores público quanto privado. Nos últimos anos, o governo indiano implementou programas significativos para melhorar o acesso aos serviços de saúde, especialmente para as mulheres, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais para obter cuidados médicos adequados. Entre os programas governamentais destacados, está o Ayushman Bharat, que oferece cobertura médica abrangente de até INR 5 lakhs por família por ano para internação em hospitais secundários e terciários. Este programa visa reduzir a carga financeira associada aos tratamentos hospitalares e melhorar a acessibilidade a cuidados de saúde de qualidade, beneficiando particularmente as famílias de baixa renda (Kelly; O'Rourke; Flynn; et al, 2023). Outros programas notáveis incluem o Janani Suraksha Yojana (JSY), que incentiva financeiramente os partos institucionais para reduzir a mortalidade materna e neonatal, e o Pradhan Mantri Matru Vandana Yojana (PMMVY), que oferece assistência financeira a mulheres grávidas e lactantes para compensar a perda de renda durante a licença maternidade, promovendo cuidados pré-natais (India, 2024; India, 2023).

Lançada em 2013, a Missão Nacional da Saúde integra a Missão Nacional de Saúde Rural e a Missão Nacional de Saúde Urbana, com o objetivo de atender às necessidades de saúde de estados com indicadores de saúde pública fracos. Através dessa missão, programas como o Integrated Child Development Services (ICDS) fornecem suplementação alimentar, imunização, serviços de saúde e educação pré-escolar a crianças e mães lactantes (Índia, 2023). A implementação de projetos de saúde inovadores e campanhas de conscientização em larga escala tem sido facilitada pela colaboração com organizações não governamentais e agências internacionais, como a UNICEF e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Estas parcerias são cruciais para a efetividade das iniciativas de saúde pública na República da Índia (Government of India, 2015).

A tecnologia tem desempenhado um papel transformador na saúde das mulheres na República da Índia, com a FemTech emergindo como uma área crucial. A FemTech, ou tecnologia feminina, utiliza soluções baseadas em tecnologia para atender às necessidades de saúde e bem-estar das mulheres, tornando o cuidado mais acessível, personalizado e capacitador. Em um país vasto e diversificado como a República da Índia, a FemTech tem contribuído significativamente para quebrar tabus e melhorar a saúde das mulheres. Apesar das promessas da FemTech, os desafios persistem, incluindo a exclusão digital para mulheres sem acesso a smartphones ou internet, e preocupações com a privacidade e segurança dos dados pessoais de saúde. A combinação de políticas governamentais focadas, melhorias na infraestrutura de saúde, programas de nutrição e planejamento familiar, e inovações tecnológicas, como a FemTech, está transformando o acesso a serviços de saúde para as mulheres na República da Índia. Estas iniciativas estão não apenas melhorando os resultados de saúde, mas também capacitando as mulheres a assumir o controle de sua saúde, enfrentando barreiras culturais e promovendo práticas de saúde modernas (Divakar, 2024).

REPÚBLICA DA POLÔNIA

A República da Polônia tem enfrentado questões relacionadas ao acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, com ênfase nas políticas restritivas ao

aborto e ao acesso a métodos contraceptivos de emergência. O contexto recente é marcado por legislações restritivas, impactos negativos sobre a saúde das mulheres e um cenário político complexo que afeta diretamente os direitos reprodutivos. Em outubro de 2020, o Tribunal Constitucional polonês declarou inconstitucional uma disposição que permitia o aborto em casos de anomalias fetais graves e irreversíveis ou doenças incuráveis. Esta decisão resultou na proibição efetiva do aborto na maioria dos casos, restringindo severamente o direito das mulheres de decidirem sobre suas próprias gravidezes. As consequências dessa decisão são profundas, uma vez que limitam o acesso das mulheres a procedimentos seguros, forçando muitas a buscarem alternativas inseguras e clandestinas. O Parlamento Europeu tem se manifestado fortemente contra as restrições ao aborto na República da Polônia. Em diversas ocasiões, instou o governo polonês a despenalizar completamente o aborto e garantir o acesso a serviços seguros e gratuitos. Essas recomendações enfatizam a necessidade de alinhamento com os padrões internacionais de direitos humanos, que preveem o acesso universal à saúde reprodutiva como um direito fundamental (Parlamento Europeu, 2021).

Em 29 de março de 2024, o presidente Andrzej Duda vetou uma legislação que visava liberalizar o acesso à pílula do dia seguinte, atualmente disponível na República da Polônia apenas com receita médica. Este veto representa um retrocesso significativo nos direitos reprodutivos das mulheres, continuando uma tendência observada durante os oito anos de governo do partido populista nacionalista Lei e Justiça, que em 2017 restringiu o acesso a métodos contraceptivos de emergência (AFP, 2024). A coalizão pró-europeia, no poder desde dezembro de 2023, aprovou um projeto de lei para permitir o acesso à pílula do dia seguinte a partir dos 15 anos. No entanto, o veto presidencial levou o governo a buscar alternativas, como a autorização para que farmacêuticos prescrevam a pílula, conforme anunciado pela ministra da Saúde, Izabela Leszczyna (AFP, 2024). Estas medidas sublinham a complexidade do cenário político polonês e a resistência enfrentada na implementação de políticas de saúde reprodutiva progressistas.

Grupos como a Greve das Mulheres têm organizado protestos em massa contra o governo, demandando a legalização e despenalização do aborto. A

cofundadora do movimento, Marta Lempart, destacou a importância de levar a luta aos níveis europeus, buscando um milhão de assinaturas para a iniciativa cívica europeia "My Voice My Choice" que visa tornar o aborto acessível em toda a Europa.

A situação na República da Polônia reflete um panorama de retrocesso nos direitos reprodutivos, marcado por vetos presidenciais e leis restritivas que limitam o acesso a serviços de saúde essenciais para as mulheres. A resistência enfrentada pelas propostas legislativas progressistas e a mobilização dos ativistas sublinham a necessidade urgente de reformas políticas que alinhem as práticas nacionais aos padrões internacionais de direitos humanos. A luta pela liberalização do aborto e pelo acesso a métodos contraceptivos de emergência continua, com esforços significativos sendo feitos para garantir que os direitos reprodutivos das mulheres sejam respeitados e promovidos (Euronews, 2024).

REPÚBLICA DA TURQUIA

O sistema de saúde universal da República da Turquia, implementado desde 2012, oferece cuidados médicos gratuitos para emergências, acidentes de trabalho, doenças infecciosas e serviços preventivos, entre outros. A República da Turquia, embora possua um sistema de saúde público acessível e em crescimento, enfrenta desafios significativos no atendimento de suas populações vulneráveis, especialmente as mulheres. Nos últimos anos, a questão do acesso a serviços de saúde para mulheres turcas tem sido destacada por várias iniciativas e desenvolvimentos, tanto positivos quanto negativos (Visitworld, 2022).

Uma das iniciativas notáveis é a inauguração de uma clínica em Gaziantep, no sul da Turquia, para atender às necessidades de saúde de mulheres e crianças sírias refugiadas. Os Médicos Sem Fronteiras (MSF), em parceria com a organização *Physicians Across Continents* (PAC), criou a clínica a fim de oferecer cuidados materno-infantis essenciais. Em Gaziantep, dos cerca de 2,5 milhões de refugiados sírios na Turquia, 400 mil estão nesta cidade, sendo metade crianças com menos de 15 anos e aproximadamente 100 mil mulheres em idade fértil (Médicos sem Fronteiras, 2016).

Uma medida altamente controversa que afetou significativamente a segurança das mulheres turcas foi a saída oficial do país da Convenção de Istambul em 1º de julho. Este tratado internacional, criado para prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica, foi abandonado sob a liderança do presidente Erdogan (Coelho, 2021). Esta decisão, criticada globalmente, é vista como um retrocesso nos direitos das mulheres, num país onde a violência doméstica é prevalente, com pelo menos 300 mulheres assassinadas no último ano. A saída da Convenção de Istambul foi condenada por líderes mundiais e organizações de direitos humanos, incluindo a Amnistia Internacional, que alertou sobre o aumento do risco de violência contra milhões de mulheres e meninas na Turquia.

A secretária-geral da Amnistia Internacional, Agnès Callamard, destacou que esta decisão envia uma mensagem perigosa aos perpetradores de violência, sugerindo que podem continuar a abusar e matar com impunidade. Embora o sistema de saúde turco ofereça cuidados médicos de alta qualidade e esteja em constante desenvolvimento, a recente decisão política de sair da Convenção de Istambul representa um grande desafio. Este movimento não apenas afeta a percepção global da República da Turquia em relação aos direitos das mulheres, mas também exacerba as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso a cuidados de saúde seguros e protegidos contra a violência de gênero (Coelho, 2021).

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Na República Democrática do Congo (RDC) o acesso aos serviços de saúde para mulheres é um tema crucial, especialmente em um contexto marcado por conflitos, desastres naturais e epidemias. Diversas iniciativas têm sido implementadas para enfrentar os desafios impostos por essas condições adversas, com foco na melhoria dos cuidados de saúde materna, neonatal e infantil, no planejamento familiar e na saúde reprodutiva. Programas como o MOMENTUM, apoiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ou United States Agency International Department (USAID), tem estabelecido parcerias com organizações nacionais e locais na RDC para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde.

Trabalhando em estreita colaboração com o governo e ONGs locais, o MOMENTUM implementa projetos em dez províncias do país, com o objetivo de oferecer serviços de saúde de alta qualidade para mulheres, crianças e famílias. As ações incluem cuidados de saúde materna, neonatal e infantil, planejamento familiar voluntário e saúde reprodutiva tanto no setor público quanto no privado (USAID; MOMENTUM, 2024). Para abordar questões de saúde reprodutiva e planejamento familiar, o MOMENTUM trabalha com líderes e organizações locais para adaptar intervenções que minimizem barreiras enraizadas em normas de gênero prejudiciais.

Nas comunidades, os agentes de saúde são treinados para fornecer serviços contraceptivos, incluindo métodos auto-administrados, como o Sayana Press, e para oferecer aconselhamento de alta qualidade. Essas iniciativas são complementadas por esforços para melhorar a nutrição, com programas que educam mães e mulheres grávidas sobre a preparação de alimentos nutritivos para bebês e crianças pequenas, e triagens regulares para detectar desnutrição aguda. A USAID também tem contribuído para a luta contra a malnutrição e a melhoria dos serviços de saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil na RDC (USAID; MOMENTUM, 2023).

Além disso, a MSF (Médicos Sem Fronteiras) tem desempenhado um papel essencial na RDC, especialmente em situações de emergência. Em 2017, quando novas ondas de violência deslocaram milhões de pessoas, a MSF intensificou suas ações, oferecendo atendimento de emergência, vacinação, clínicas móveis e suporte a centros de saúde em diversas regiões afetadas. A organização tem focado em oferecer cuidados de saúde primários, reprodutivos, mentais e pediátricos, além de distribuir água e construir instalações sanitárias em campos de deslocados.

O acesso a serviços de saúde de qualidade continua a ser um desafio na RDC, mas os esforços de organizações internacionais e locais têm mostrado progresso significativo. A capacitação dos sistemas de saúde, a adaptação de intervenções para contextos locais e a integração de serviços de saúde comunitários são estratégias chave para melhorar a saúde e o bem-estar das mulheres e comunidades na República Democrática do Congo (MSF International, 2017).

REPÚBLICA DO CHILE

Na República do Chile, o acesso a serviços de saúde tem sido um tema de grande importância e, recentemente, foi alvo de várias iniciativas governamentais e internacionais para garantir e melhorar a qualidade desses serviços. Em um caso emblemático de violações dos direitos humanos, o presidente do Chile, Gabriel Boric, emitiu um pedido público de desculpas a Francisca, uma chilena com HIV que foi esterilizada sem consentimento após dar à luz em 2002. Este pedido de desculpas foi parte de um acordo resultante de um caso apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O reconhecimento da responsabilidade do Estado chileno nesse caso é um passo significativo para a justiça reprodutiva e direitos humanos no país (UNAIDS, 2022).

A República do Chile também tem avançado em reformas no seu sistema de saúde, visando aumentar a cobertura, qualidade e acesso aos serviços de saúde. Em 2019, o até então presidente, Sebastián Piñera anunciou uma reforma integral no sistema de saúde chileno, que atende mais de 14 milhões de pessoas. Essa reforma busca fortalecer o sistema público e tornar o sistema privado mais solidário e acessível, com iniciativas como o aumento dos benefícios na compra de medicamentos e a criação de um plano de saúde universal (PSU) que ofereça serviços ambulatoriais, hospitalares, de urgência, maternidade e cuidados com o recém-nascido, entre outros (Cazarré, 2019). Apesar desses avanços, a República do Chile ainda enfrenta desafios significativos no acesso a serviços de saúde para mulheres, especialmente no contexto de direitos reprodutivos. A estrutura do sistema de saúde chileno é composta por um sistema público-privado, com o setor público sendo responsável pela maior parte da população.

O Plano AUGE, lançado nos anos 2000, foi uma das grandes reformas que buscou garantir acesso universal a serviços de saúde com garantias explícitas. O reconhecimento de violações de direitos humanos e a implementação de reformas no sistema de saúde são passos cruciais para melhorar o acesso a serviços de saúde para mulheres no Chile. No entanto, é necessário um esforço contínuo para garantir que todas as mulheres, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade sem

discriminação. O compromisso do governo chileno e de organizações internacionais como o UNAIDS é fundamental para avançar nessa direção e promover a justiça reprodutiva e igualdade de gênero no país (Nethis; Fiocruz, 2020).

REPÚBLICA DO HAITI

Na República do Haiti, o acesso a serviços de saúde para mulheres haitianas enfrenta desafios significativos, que refletem questões mais amplas de equidade e desigualdade de gênero. A equidade é fundamentalmente um conceito político e ético, ligado aos princípios de justiça social e direitos humanos. Em saúde, isso implica garantir iguais oportunidades de acesso aos recursos disponíveis e distribuir o poder de forma democrática. No contexto haitiano, as desigualdades de gênero, especialmente entre mulheres de diferentes classes, raças, etnias, ocupações e orientações sexuais, impactam profundamente o acesso e a qualidade dos serviços de saúde (Jacques; Meneghel; Danilevicz; et al, 2017).

As mulheres haitianas, especialmente as pobres, indígenas e negras, enfrentam uma série de barreiras para acessar serviços de saúde adequados. A maioria das famílias vive em situação de insegurança alimentar, e 78% da população sobrevive com menos de 2 dólares por dia, limitando o acesso a bens essenciais e serviços básicos, incluindo saúde e seguridade social. Apesar de a política nacional de saúde haitiana afirmar a universalidade, integralidade e equidade na atenção à saúde, o sistema de saúde do país sofre com graves problemas de funcionamento, organização e gestão.

A cobertura de serviços de saúde não chega a 60%, e os recursos humanos são insuficientes e pouco qualificados. As políticas públicas de saúde voltadas para as mulheres focam principalmente na saúde materna. Programas como o de cuidados obstétricos gratuitos, lançado em 2008, não conseguiram resolver problemas estruturais, como o alto índice de partos domiciliares e a elevada mortalidade materna, uma das mais altas do mundo. Muitos serviços de saúde são pagos, o que constitui uma barreira significativa, e o tempo de caminhada até os serviços de saúde frequentemente excede os 30 minutos recomendados. A discriminação e o preconceito também são problemas graves,

com muitas mulheres relatando discriminação ou permanecendo em silêncio por medo de retaliação (Jacques; Meneghel; Danilevicz; et al, 2017).

A cooperação internacional, como a Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti, busca fortalecer o sistema de saúde haitiano, promovendo a formação de profissionais e a construção de infraestrutura de saúde. Iniciativas como a formação em epidemiologia de serviços e a criação de Espaços de Educação e Informação em Saúde são passos importantes para melhorar a vigilância epidemiológica e a resposta às necessidades de saúde da população, com um foco especial nas questões de gênero.

No entanto, para efetivamente melhorar o acesso das mulheres aos serviços de saúde na República do Haiti, é essencial abordar as desigualdades de gênero de forma abrangente. Isso inclui garantir que as políticas de saúde considerem as especificidades das mulheres e suas diversas vulnerabilidades, promovendo uma atenção à saúde que respeite e responda às suas necessidades de forma equitativa. A inclusão da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas de saúde é crucial para reduzir as desigualdades evitáveis e injustas que afetam as mulheres haitianas (Monteiro, 2013).

REPÚBLICA DO PARAGUAI

Na República do Paraguai o acesso a serviços de saúde, especialmente no Chaco Sul-Americano, é um tema que destaca desafios significativos e esforços notáveis para melhorar a saúde materna e infantil. Sob a liderança da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em colaboração com o Brasil e outros países, o projeto visa reduzir as taxas de mortalidade materna, neonatal e infantil. Isso é alcançado através do fortalecimento dos serviços de saúde, especialmente adaptados culturalmente para atender às necessidades das populações indígenas e rurais. Na República do Paraguai, a iniciativa trouxe melhorias significativas na capacidade de resposta dos serviços de saúde através do fornecimento de equipamentos de emergência obstétrica, ambulâncias, barcos para áreas de difícil acesso e a instalação de sistemas de água segura em hospitais e comunidades (Nações Unidas Brasil, 2019).

Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos no acesso a serviços de saúde na República do Paraguai. O sistema de saúde paraguaio oferece serviços básicos gratuitos, mas muitos outros serviços são pagos, o que dificulta o acesso para populações de baixa renda. A documentação exigida para acesso aos serviços de saúde também pode ser uma barreira, especialmente para estrangeiros e residentes das cidades gêmeas de fronteira, onde as ofertas de serviços podem variar significativamente entre os países vizinhos (Mercosul, 2018). O acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva para jovens mulheres é um grande desafio na República do Paraguai, sendo que a taxa de fecundidade adolescente é a mais alta entre os países do Mercosul, com 72 por mil, superando significativamente as taxas do Brasil e Argentina; a falta de acesso à educação sexual, informações sobre saúde sexual e reprodutiva, e métodos anticoncepcionais são fatores que contribuem para essa alta taxa.

A gravidez na adolescência está fortemente associada à baixa escolaridade e à pobreza, destacando as desigualdades no acesso a serviços de saúde e educação. O acesso a serviços de saúde para mulheres na República do Paraguai, especialmente nas áreas rurais e entre populações indígenas, tem melhorado graças a iniciativas como o projeto do Grande Chaco Sul-Americano. No entanto, persistem desafios significativos, incluindo a necessidade de mais serviços gratuitos, melhor acesso à saúde sexual e reprodutiva, e programas eficazes de prevenção ao consumo de substâncias entre jovens. Continuar a fortalecer a infraestrutura de saúde, promover a educação e remover barreiras administrativas são passos essenciais para alcançar a saúde universal na República do Paraguai (Mercosul, 2018).

REPÚBLICA DO PERU

O acesso a serviços de saúde para mulheres na República do Peru é um tema complexo e multifacetado, e apresenta grandes desigualdades, onde impacta barreiras legais, sociais, econômicas e culturais. De acordo com relatórios da Amnistia Internacional e outras organizações, as mulheres peruanas enfrentam várias barreiras ao acesso a cuidados de saúde adequados, resultando em taxas alarmantes de mortalidade materna. Na República do

Peru, as taxas de mortalidade materna são significativamente altas, com 185 a 240 mortes por 100 mil nascimentos. Esses problemas são exacerbados pela falta de acesso a cuidados obstétricos de emergência, falta de informação sobre saúde materna e a ausência de profissionais de saúde capacitados em dialetos indígenas. As mulheres indígenas e de áreas rurais enfrentam ainda mais desafios devido à falta de infraestrutura de saúde adequada. E a situação é particularmente grave para aquelas que buscam abortos, enfrentando riscos significativos devido à criminalização e à falta de acesso a serviços seguros (Amnistia Internacional Portugal, 2009).

Na República do Peru, o aborto é permitido apenas quando a saúde ou a vida da mulher está em perigo, conforme determinado por um conselho médico. Em outros casos, a prática é ilegal, inclusive em situações de estupro. As penas variam de três meses a cinco anos de prisão, mas, na prática, as condenações costumam resultar em multas e supervisão judicial. Apesar disso, estima-se que 370 mil abortos são realizados anualmente na República do Peru, com os abortos inseguros sendo a quarta maior causa de morte materna no país (Gibelli, 2023). Entre 50 e 70 mulheres morrem a cada ano devido a complicações pós-aborto. A falta de acesso a abortos seguros discrimina especialmente as mulheres pobres, forçando-as a recorrer a procedimentos clandestinos e perigosos. Além dos desafios em torno do aborto, milhares de mulheres indígenas e camponesas foram esterilizadas à força durante o governo de Alberto Fujimori na década de 1990 (Anistia Internacional Brasil, 2019). Essas mulheres, muitas vezes esterilizadas sem consentimento ou sob coação, ainda lutam por justiça. Em 2022, mais de 2.000 dessas vítimas tiveram seu direito à justiça negado quando a promotoria decidiu processar formalmente apenas um caso, ignorando a maioria dos incidentes e perpetuando a discriminação (Anistia Internacional Brasil, 2019).

O governo peruano tem implementado várias iniciativas para reduzir a mortalidade materna, como a criação de casas de espera materna, promoção de partos verticais, comuns entre mulheres indígenas, e treinamento de profissionais de saúde em língua Quechua. No entanto, a implementação dessas iniciativas tem sido ineficaz, com muitas mulheres e profissionais de saúde relatando a falta de recursos e monitoramento adequado. Em suma,

assegurar o acesso a serviços de saúde para as mulheres peruanas requer mudanças significativas nas políticas de saúde, justiça reprodutiva, e direitos humanos, enfrentando as barreiras legais, sociais e econômicas que perpetuam a discriminação e a insegurança. Ambos desempenham um papel crucial na garantia de cuidados de saúde acessíveis e de alta qualidade para mulheres. (Amnistia Internacional Portugal, 2009).

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

O acesso aos serviços de saúde na República da Alemanha é amplamente facilitado por um sistema de seguro de saúde que cobre todos os residentes legais. Este sistema é composto por dois principais tipos de seguro: o seguro de saúde obrigatório (GKV) e o seguro de saúde privado (PKV) (Deutschland, 2024). O GKV cobre cerca de 90% da população alemã e opera sob o princípio da solidariedade, onde as contribuições são baseadas na capacidade financeira dos membros e os benefícios são iguais para todos. Isso assegura que todas as mulheres, independentemente de sua situação econômica, tenham acesso a um conjunto básico de serviços de saúde. Disponível para indivíduos com rendas mais altas ou funcionários públicos, o PKV oferece uma cobertura mais ampla e tempos de espera reduzidos. Tanto o GKV quanto o PKV abrangem uma ampla gama de serviços de saúde, incluindo consultas médicas, hospitalizações, cuidados pré-natais e parto. O acesso a serviços de saúde reprodutiva, incluindo exames ginecológicos regulares, planejamento familiar e tratamentos de fertilidade, é bem estabelecido.

Na República da Alemanha, o estado estabelece as condições estruturais por lei, mas os fundos de seguros de saúde, associações de médicos e hospitais se autogerem para implementar esses requisitos. Isso garante uma certa flexibilidade e eficiência na prestação de serviços de saúde. Para turistas, é necessário um seguro de saúde de viagem ou internacional para acessar os serviços de saúde. O sistema de seguro de saúde obrigatório foi introduzido em 1883 pelo chanceler Otto von Bismarck, inicialmente para trabalhadores e funcionários públicos com baixa renda (Deutschland, 2024).

O sistema de saúde alemão, com seus seguros de saúde obrigatórios e privados, proporciona um acesso abrangente e equitativo aos serviços de saúde

para mulheres. A combinação de cobertura solidária e opções privadas permite que todas as mulheres, independentemente de sua situação financeira ou de residência, possam acessar cuidados de saúde de alta qualidade. Este sistema continua a ser um modelo de proteção social, assegurando que nenhuma mulher fique sem atendimento médico adequado na República da Alemanha.

REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

Na República Federal da Nigéria, os aspectos sociais e religiosos são fortemente ligados às tomadas de decisões políticas. Observada como patriarcal por Mary Ndu, as políticas públicas possuem uma característica discriminatória no que se refere à desproporcionalidade de leis que limitam suas liberdades e que atendam suas necessidades (Ndu, 2022). Assim, as questões de saúde das mulheres focam-se em temas que reforçam seus papéis socialmente construídos, como a questão da infertilidade.

A constituição do padrão de vida das mulheres Nigerianas diz muito sobre a situação a que estão submetidas. Cerca de dois terços das mulheres em idade reprodutiva não possuem educação formal e dessas, três quartos são analfabetas, sendo a faixa etária média de mulheres casadas por volta de 15-24 anos. Não obstante à sua posição desfavorável no quesito educacional, a sociedade criou estruturas que perpetuam a mentalidade de submissão. Dessa maneira, na Nigéria é considerado algo prestigioso que mulheres tenham a maior quantidade possível de filhos dando a luz em casa com pouca ou nenhuma assistência podendo haver uma competição em casais poligâmicos. O uso de contraceptivos e do planejamento familiar é outro tópico bastante subvalorizado pelas moralidades já que o seu uso por homens os marginaliza como fracos e as mulheres como promíscuas. Existem ainda casos nos quais as mulheres desejam fazer algum uso de preservativos, porém caso façam há o perigo de serem deixadas por seus parceiros (Sinai et al, 2017).

Uma das medidas realizadas dentro do país é o uso de líderes políticos e religiosos que por estarem em posição de prestígio social são capazes de conscientizar e modificar a mentalidade populacional em específico de grupos mais reclusos. Um programa da UNESCO chamado *Center for Development and Population Activities* (CEDPA) implementou na região norte da Nigéria um

projeto com o objetivo de melhorar a saúde familiar treinando tais personas supracitadas para promover educação e informação sobre a maternidade á meninas como também estimular o planejamento familiar (Sinai et al, 2017).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Na República Federal do Brasil, as políticas públicas voltadas à saúde feminina possuíam, no início do século XX, características natalistas, termo usado para referir-se a uma cultura que prioriza o nascimento. É possível empreender, que o papel da mulher fica restrito à sua capacidade gestacional e ao papel socialmente construído. Todavia, Ana Maria Costa postula que desde os anos 60 as mulheres brasileiras já estavam promovendo a ruptura com o papel social da maternidade através de sua introdução no mercado de trabalho e suas ocupações em pautas de cidadania, tendo, então a aspiração, do controle de sua própria natalidade e sua liberdade sexual como direitos (Costa; Bahia; Cante, 2007).

Um dos aspectos notórios das mobilizações por melhores condições de saúde foi a formulação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), aprovado pelo governo em 1983. Tal proposta possuía características mais aprofundadas que os programas nacionais anteriores elaborados pelos governos, como o alargamento do acompanhamento governamental no planejamento familiar. Acresce-se, ainda, que essa política contou com a inserção de tópicos como habitação, acesso a emprego, educação e um bom ambiente, considerando-os enquanto fundamentais para assegurar o direito à saúde (Costa; Bahia; Cante, 2007). Contudo, a efetivação do PAISM ainda enfrentava problemas para sair do papel e ser instaurado nacionalmente. Tal realidade somente apresentou modificações reais a partir de 1995, como consequência da Conferência do Cairo de 1994, já que foi na Conferência que se debateu inúmeros tópicos da saúde feminina, tendo como novidade as questões relacionadas a pessoas soropositivas, mulheres negras e habitantes de zonas rurais. Com isso, há então a lei 9.263 de 1996, que regulamenta o planejamento familiar atribuindo ao Sistema Único de Saúde (SUS) essa responsabilidade (Costa; Bahia; Cante, 2007).

REPÚBLICA FRANCESA

Na República Francesa, a saúde pública avançou de forma mais intensa a partir do final do século XX, já que sua estrutura caracterizava-se por uma relação hierárquica médico-paciente bastante intransponível. Com isso, o sistema de saúde apenas se adaptava às especificidades da região e não aos cenários em que seus pacientes estavam inseridos, e os representantes eleitos, então, não possuíam o hábito de consultar a população no momento de produzir e promulgar leis (Gama; Figueiredo, 2021).

A partir de 1970, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs a ampliação da participação dos pacientes e da saúde comunitária. Todavia tal proposta chegou na França de maneira frágil e ainda pouco usada. Com a epidemia de AIDS na década de 80, as estruturas de poder supracitadas começaram a ser questionadas devido aos enormes escândalos políticos e crises sanitárias. Assim, se de um lado a epidemia corroborou para a estigmatização dos portadores de HIV, a mesma também serviu para criar movimentos sociais que colocaram ainda mais pressão no governo para aprimorar o controle e a fiscalização na saúde, como os casos de contaminação do HIV por pessoas hemofílicas que acarretou na prisão de políticos como o ex-premier francês Laurent Fabius (Gama; Figueiredo, 2021).

Na França do século XXI, tais cenários anteriormente expostos são considerados majoritariamente superados, trazendo ao centro outras problemáticas como a questão da sustentação financeira de um sistema público de saúde. Durante o mandato do 23º presidente francês, Nicolas Sarkozy, o mesmo anunciou a redução de 42% de verbas destinadas às ações do Conselho Conjugal e Familiar francês que saíram de 2,5 milhões de euros a 1,5 milhões. Com isso, associações ligadas ao planejamento familiar se protelaram de forma contrária à medida, pois tornaria inviável a manutenção dos centros responsáveis por garantir o acesso a abortos. A temática do planejamento familiar passou a ser discutida, e pode ser usada como exemplo qualificador dos movimentos atuais feministas franceses que possuem em sua matriz a luta pela manutenção de seus direitos conquistados. Cria-se a *Osez le Féminisme* (OLF), uma associação que compreende que seus direitos, mesmo muito tempo garantidos, não necessariamente estão garantidos para sempre, como o caso

mencionado anteriormente, no qual o corte de verba atingiria diretamente a questão do aborto, o que é um direito desde 1975 com a promulgação da Lei Veil (Santos, 2012).

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO

Na República Islâmica do Afeganistão, a política está intrinsecamente ligada à religião e aos papéis socialmente construídos, tendo inclusive como chefe de Estado um representante religioso. Antes mesmo da escalada do Talibã ao poder, as condições de saúde das mulheres afegãs já não eram muito promissoras, especialmente pela carência em métodos contraceptivos mais adequados e eficazes, pela escassez de cuidados pré-natais e pós-natais, da falta de tratamentos e de exames ginecológicos, e também pela carência de exames de mamografia, lembrando ainda do pouco pessoal e das condições precárias dos equipamentos nas instalações médicas (Lee, 2022).

Sob o Regime Talibã, essa realidade culminou no agravamento. Em setembro de 2021, apenas 17% das instalações de saúde apoiadas pelo Banco Mundial funcionavam completamente. A questão financeira não é o único obstáculo imposto a essas mulheres. Em dezembro de 2021 o governo impôs que as mulheres estavam impossibilitadas de viajar mais de 72 quilômetros sem um familiar do sexo masculino como acompanhante, apresentando uma dificuldade significativa, uma vez que, anteriormente, cerca de 10% precisava viajar mais de duas horas para chegar a um centro médico. Não obstante, um decreto promulgado em maio de 2022, ordenava a obrigatoriedade das mulheres em cobrir o rosto e sair de casa apenas o “necessário”. O uso de tal termo causou preocupação não só nas mulheres que compunham a população geral, como também nas mulheres que trabalham na área da saúde havendo uma grande fuga desses profissionais do país.

O sistema de saúde afegão ainda permanece dependendo majoritariamente de financiamento externo no setor público. Antes do Talibã assumir, o país contava com uma ajuda de 600 milhões de dólares provenientes do Banco Mundial e outros organismos internacionais. Após a tomada Talibã em 2021, houve sanções impostas, agravando a situação de saúde pública que, na opinião de Abou Zeid, depende totalmente de ajuda externa (Lee, 2022).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Na República Popular da China, a luta pelo fim da pobreza extrema marca o governo enquanto um ponto central em sua política, e tornou-se uma das medidas principais para tratar também as desigualdades de gênero presentes no país. No ano de 2013, com Xi Jinping tomando cargo presidencial, suas medidas para diminuir a pobreza tiveram como foco as camadas sociais que não estavam sendo beneficiadas pelas políticas dos períodos anteriores. Assim, o Governo precisou localizar essas famílias e desenvolver planos que pudessem mudar suas realidades através de construção de estradas e de moradias e expansão ao acesso à internet. Tais medidas de infraestrutura foram feitas somadas ao aumento nos investimentos voltados à garantir o acesso à educação, água potável, eletricidade, alimentação e, especialmente, a construção de uma saúde pública cada vez mais acessível e de qualidade, voltando-se, principalmente, para as mulheres (Chak, 2021).

Outro ponto importante refere-se à Política de Planejamento Familiar do Filho Único que, com fins de evitar um cenário de superpopulação e as consequências que o mesmo traz, como a pobreza extrema e redução de recursos disponíveis, diminuindo a qualidade dos serviços públicos, incluso o acesso à saúde, foi aplicada aos residentes urbanos e servidores públicos. Tal medida também tinha por objetivo reduzir a mortalidade materna pois, com a redução dos índices de mulheres em situação de gestação, a mortalidade despencaria em ritmo semelhante. A Política, por sua vez, contribuiu, de modo inesperado, na corroboração da igualdade de gênero, uma vez que, com o aumento de filhas únicas, essas mulheres se beneficiaram de todos os recursos que as famílias possuíam (Qiao et al, 2021). Contudo, com o envelhecimento populacional médio e a redução de mão de obra disponível, a Lei do Filho Único, em 2015, tornou-se a Lei Universal dos Dois Filhos, mas que não obteve muitos resultados, à medida que os índices de fertilidade dos casais chineses continuaram a diminuir e alcançaram números muito baixos. Vale destacar, ainda, o aumento no índice de abortos ilegais feitos por meninas entre 15-19 que tendem por essa decisão, mesmo sem um amparo médico e hospitalar, e acabam sofrendo consequências trágicas (Qiao et al, 2021).

Conclui-se, portanto, que o bem-estar das mulheres e das crianças é um indicador importante que molda o nível de desenvolvimento de uma nação. Assim, embora o governo chinês tenha feito grandes progressos e conquistas na saúde das mulheres e das crianças ao longo dos últimos 30 anos, permanecem disparidades entre zonas urbanas/rurais e leste/oeste, com capacidade de serviço inadequada, a nova Política de Dois Filhos e um número crescente de mulheres idosas na faixa etária materna, o que acrescenta novos desafios à saúde das mulheres e das crianças. Além disso, as doenças e lesões não transmissíveis tornaram-se algumas das principais causas de morbidade e mortalidade para as mulheres na China. Desse modo, iniciativas como o Programa Global de Saúde da Mulher Chinesa, que procura identificar e examinar intervenções que mitiguem a lacuna entre a oferta e procura, e que também melhorem a qualidade dos serviços e a saúde das mulheres e crianças através de abordagens de investigação inovadoras, são fundamentais para o avanço da nação nessa questão (The George Institute for Global Health, 2024).

QUESTÕES A PONDERAR

- 1.** Quais estratégias podem ser implementadas, pelos governos nacionais, para garantir o acesso equitativo a serviços de saúde reprodutiva e direitos sexuais para mulheres em países em desenvolvimento, considerando as desigualdades econômicas, sociais e culturais existentes?
- 2.** Em países onde há grandes disparidades de acesso à saúde entre áreas urbanas e rurais, quais intervenções específicas poderiam ser implementadas para garantir que as mulheres em comunidades rurais tenham acesso igualitário a serviços de saúde reprodutiva?
- 3.** Como as barreiras culturais e sociais afetam a aceitação e a utilização de métodos contraceptivos modernos entre as mulheres em países em desenvolvimento, e quais estratégias culturalmente sensíveis podem ser empregadas para aumentar a aceitação desses métodos?
- 4.** Seria possível criar organizações internacionais que visem estruturar modelos de planejamento familiar em países subdesenvolvidos ?
- 5.** Como as organizações internacionais governamentais e não-governamentais podem colaborar de maneira eficaz para promover a autonomia corporal e

combater práticas prejudiciais à saúde das mulheres nos países em desenvolvimento?

REFERÊNCIAS

ABAD REVILLA, Ángel et al. Protocolo de asistencia sanitaria urgente y coordinada a mujeres victimas de violencia sexual en la comunidad de Madrid. CÓDIGO VISEM, 22 out. 2022. Disponível em: https://www.feministas.org/IMG/pdf/2022__madrid_protocolo_sanitario_violencia_sexual.pdf.

AFP. Presidente da Polônia veta a liberação do acesso à pílula do dia seguinte. CartaCapital, 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/presidente-da-polonia-veta-a-liberacao-do-acesso-a-pilula-do-dia-seguinte/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

AFRICAN UNION COMMISSION; UNHCR; UN WOMEN. Women 's Rights in Africa. 2016. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WRGS/WomensRightsinAfrica_singlepages.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

AFTAB, Shazia et al. Effects of Poverty on Pregnant Women. Pakistan Journal of Medical Research, v. 51, n. 1, 1 nov. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jahan-Ainuddin/publication/268198797_Effects_of_Poverty_on_Pregnant_Women/links/555a59bd08aeaaff3bfabdcc/Effects-of-Poverty-on-Pregnant-Women.pdf.

AIHW. The health of Australia's females, Technical notes. 2023. Disponível em: <https://www.aihw.gov.au/reports/men-women/female-health/contents/technical-notes>. Acesso em: 20 maio 2024.

ANISTIA INTERNACIONAL BRASIL. Peru: Milhares de esterilizações forçadas indígenas e camponesas. Anistia Internacional Brasil, 2019. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/peru-milhares-de-casos-de-esterilizacoes-forçadas-em-mulheres-indigenas-e-camponesas-permanecem-impunes/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL. Peru: Acesso desigual a serviços de saúde custa vidas de mulheres pobres e indígenas. Amnistia Internacional Portugal, 2009. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/peru-acesso-desigual-a-servicos-de-saude-custa-vidas-de-mulheres-pobres-e-indigenas/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ASSAD, Beatriz F. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. Revista Antinomias, v. 2, n. 1, 6 jun. 2021. Disponível em: <https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21>.

AUSTRALIAN GOVERNMENT. National Women's Health Strategy 2020–2030. 2023. Disponível em: <https://www.health.gov.au/resources/publications/national-womens-health-strategy-2020-2030?language=en>. Acesso em: 20 maio 2024.

BARROS, Luciana De Amorim, et al. Vivência de (des)acolhimento por mulheres vítimas de estupro que buscam os serviços de saúde. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 49, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420150000200002>

BELCHIOR, Luisa. Espanha aprova licença menstrual e amplia direitos ao aborto e a transgêneros. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/02/16/espanha-aprova-lei-que-permite-licenca-menstrual-e-amplia-direito-ao-aborto.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2024.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. Acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Vitrines do Conhecimento, 2023. Disponível em: <https://bvsaud.org/vitrinas/post_vitrinas/ods3-meta7/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BLATI, Bianca. Dia Internacional da Mulher: Canadá é um dos únicos países que garante direitos iguais a homens e mulheres - Jornal Brasil Vancouver. 8 mar. 2022. Disponível em: <https://brasilvancouver.com/dia-internacional-da-mulher-direitos-iguais-homens-mulheres-canada/>. Acesso em: 20 maio 2024.

BOLÍVIA. [Constituição (2009)]. Constitución Política del Estado. Ciudad de El Alto de La Paz, 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

CAZARRÉ, Marieta. Governo do Chile propõe reforma no sistema de saúde. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/governo-do-chile-propoe-reforma-a-no-sistema-de-saude#>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CHAK, Tings. As mulheres sustentam metade do céu: como a China erradicou a pobreza extrema. 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/10/as-mulheres-sustentam-metade-do-ceu-como-a-china-erradicou-a-pobreza-extrema>. Acesso em: 22 jun. 2024.

COELHO, Bruna. Saída da Turquia da Convenção de Istambul reforça luta internacional pelos direitos das mulheres. Amnistia Internacional Portugal, 2021. Disponível em: <<https://www.amnistia.pt/saida-turquia-convencao-istambul-reforca-luta-internacional-direitos-mulheres/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN. Social protection systems, access to public services and sustainable infrastructure for gender equality and the empowerment of women and girls. 2019. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/CSW/63/UNW_CSW63_Brochure_EN-WEB.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

COMMONWEALTH DEPARTMENT OF COMMUNITY SERVICES AND HEALTH. National Women's Health Policy Advancing Women's Health in Australia. 1989. Disponível em: https://australianwomenshealth.org/wp-content/uploads/2024/01/38_NationalWomensHealthPolicysummary.pdf. Acesso em: 20 maio 2024

CONGRESS. Women's Health Protection Act of 2021. 2021. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-bill/3755/text>. Acesso em: 24 maio 2024.

CONSEJERÍA DE SANIDAD. PROTOCOLO VISEM: Jornada Formativa sobre recursos de atención a mujeres víctimas de violencia sexual. 21 nov. 2023. Disponível em: https://www.comunidad.madrid/sites/default/files/doc/educacion/protocolo_visem.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

COOK, Rebecca J. "International Human Rights and Women's Reproductive Health." *Studies in Family Planning*, vol. 24, no. 2, 1993, pp. 73–86. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/2939201>. Accessed 15 July 2024.

CORRÊA, Sonia *et al.* The Population and Reproductive Health Programme in Brazil 1990-2002: Lessons Learned. *Reproductive Health Matters*, v. 13, n. 25, p. 72-80, 11 jun. 2015. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(05\)25165-0](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(05)25165-0)

COSTA, Ana Maria; BAHIA, Ligia; CANTE, Danielle. A saúde da mulher e o SUS: laços e diversidades no processo de formulação; implantação e avaliação das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 31, n. 75/76/77, p. 13-24, 2007.

COUNCIL OF EUROPE PORTAL. *Cyberviolence against women*. Council of Europe Portal, 2021. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/cyberviolence/cyberviolence-against-women>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

DEPARTMENT OF HEALTH AND SOCIAL CARE. *Women's health hubs: core specification*. 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/womens-health-hubs-information-and-guidance/womens-health-hubs-core-specification>. Acesso em: 29 maio 2024.

DEUTSCHLAND. *Quem paga em caso de doença?* Deutschland.de, 2024. Disponível em: <<https://www.deutschland.de/pt-br/topic/vida/saude-na-alemanha-como-funcionam-os-fundos-dos-seguros-de-saude>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

DIVAKAR, Hema. *A revolução digital no setor de saúde na Índia*. PQE Global Life Science Services Group, 2024. Disponível em: <<https://blog.pqegroup.com/pt-br/femtech/a-revolucao-digital-no-setor-de-saude-na-india>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ECOSOC. *Meetings Coverage and Press Releases*. 17 jul. 1998. Disponível em: <https://press.un.org/en/1998/19980717.eco5782.html>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Egito. [Constituição (1953)]. *The Egyptian Constitution*. 1953. Disponível em: <https://sschr.gov.eg/en/the-egyptian-constitution/>. Acesso em: 28 maio 2024

EL SAADANY, Nermin. *Egyptian Women & Labor Force: Challenges and Opportunities*. 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/egyptian-women-labor-force-challenges-and-opportunities>. Acesso em: 4 jul. 2024.

ESPAÑA. [Constituição (1978)]. *The Spanish Constitution*. Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 1978. Disponível em: <https://www.boe.es/legislacion/documentos/ConstitucionINGLES.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

EURO NEWS. *Legisladores polacos analisam projetos de lei sobre acesso ao aborto*. euronews, 2024. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/saude/2024/04/11/polonia-legisladores-debatem-possibilidade-de-liberalizar-o-acesso-restrito-ao-aborto>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FATHALLA, M. F. *Reproductive health: a global overview*. *Early Human Development*, v. 29, n. 1-3, p. 35-42, jun. 1992. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-3782\(92\)90055-l](https://doi.org/10.1016/0378-3782(92)90055-l). Acesso em: 8 jul. 2024.

GALINDO, E.; SERRANO, N. *Spain. Women in the world - PubMed*. 1994. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12222526/#:~:text=The%20National%20Health%20Service%20of,as%20are%20high-%20technology%20hospitals>. Acesso em: 26 maio 2024.

GAMA, Carlos Alberto Pegolo da; FIGUEIREDO, Mariana Dorsa. *Democracia sanitária: avanços e resistências no processo de participação dos pacientes/usuários no sistema de saúde francês*. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021190713>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GERSTEIN, Josh; WARD, Alexander. *Supreme Court has voted to overturn abortion rights, draft opinion shows*. 2022. Disponível em:

<https://www.politico.com/news/2022/05/02/supreme-court-abortion-draft-opinion-00029473>.
Acesso em: 13 jun. 2024.

GIBELLI, Magda. Peruanas se arriscam para facilitar acesso ao aborto. openDemocracy, 2023. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/5050-1/peru-aborto-proibicao-feministas-arriscam-acesso-s eguro/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 10, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500010>.

GLOBAL AFFAIRS CANADA. Canada announces funding for women and girls' health and rights, and gender equality at 2023 Women Deliver ... 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2023/07/canada-announces-funding-for-women-and-girls-health-and-rights-and-gender-equality-at-2023-women-deliver-conference.html>. Acesso em: 20 maio 2024.

GOBIERNO DE ESPAÑA. Guide to the Rights of women victims of gender violence. 2019. Disponível em: <https://violenciagenero.igualdad.gob.es/informacionUtil/derechos/docs/mayo2019/GUIADERECH OSeng22052019.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

GOVERNMENT EQUALITIES OFFICE. Equality Act 2010: guidance. 27 fev. 2013. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/equality-act-2010-guidance>. Acesso em: 28 maio 2024.

GOVERNMENT OF INDIA. Integrated Child Development Services (ICDS) Scheme. Ministry of Women & Child Development, 2015. Disponível em: <https://wcd.nic.in/integrated-child-development-services-icds-scheme>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GRAY, G. How Australia came to have a National Women's Health Policy. Int J Health Serv. 1998;28(1):107-25. doi: 10.2190/PCPL-8XA9-WKXU-D1A3. PMID: 9493755.

HADA, Brenda; REIS, Elisa Meirelles. 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável, dizem o UNICEF e a OMS. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-t em-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>. Acesso em: 6 jul. 2024.

HEADQUARTERS FOR HEALTHCARE POLICY OF JAPAN. Global Health Strategy of Japan. 2022. Disponível em: https://www.kantei.go.jp/jp/singi/kenkouiryou/en/pdf/final_GHS.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

HEALTH AND GLOBAL POLICY INSTITUTE. Women's Health: An International Comparison. 2024. Disponível em: <https://japanhpn.org/en/wh-2-2/>. Acesso em: 26 maio 2024.

HUMAN RIGHTS FIRST. LGBT Community Under Attack in Egypt. 2017. Disponível em: <https://humanrightsfirst.org/wp-content/uploads/2022/10/Egypt-LGBT-Factsheet.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2023: Rights Trends in Qatar. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/qatar#:~:text=Women's%20Rights,-Hu man%20Rights%20Watch&text=Women%20in%20Qatar%20must%20obtain,forms%20of%2 Oreproductive%20health%20care>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2024: Rights Trends in Japan. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/japan>. Acesso em: 14 jun. 2024.

ITN. Women's health in focus: Closing the UK gender health gap - ITN Business. 12 fev. 2024. Disponível em:

<https://business.itn.co.uk/womens-health-in-focus-closing-the-uk-gender-health-gap/>. Acesso em: 29 maio 2024.

INDIA. National Health Mission: NHM. Ministry of Health & Family Welfare Government of India, 2023. Disponível em: <<https://nhm.gov.in/index4.php?lang=1&level=0&linkid=445&lid=38>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INDIA. National Health Mission: Janani Suraksha Yojana. Ministry of Health & Family Welfare Government of India, 2024. Disponível em: <<https://nhm.gov.in/index1.php?lang=1&level=3&sublinkid=841&lid=309>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSTITUTE FOR WOMEN'S POLICY RESEARCH. Poverty, Gender, and Public Policies. Fev. 2016. Disponível em: <https://iwpr.org/wp-content/uploads/2020/08/D505-Poverty-Gender-and-Public-Policies.pdf>.

INTERNATIONAL HEALTH. Sistema de saúde na Coreia do Sul: tudo o que você precisa saber. Internationalhealth.com, 2024. Disponível em: <<https://internationalhealth.com/pt/Sistema-de-Saude-e-Seguro-Saude/Coreia-do-Sul>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IPEA. ODS 3 - Saúde e Bem-estar - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

JACQUES, Nadège; MENEGHEL, Stela; DANILEVICZ, Ian; et al. Equidade na atenção à saúde de mulheres no Haiti. Revista panamericana de salud pública, v. 41, p. 1-1, 2017. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6612725/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

JAPÃO. [Constituição (1946)]. A Constituição do Japão. 1946. Disponível em: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/pdf/constituicao.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

JINA, Ruxana; S THOMAS, Leena. Health consequences of sexual violence against women. Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology, v. 27, p. 15-26, fev. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2012.08.012>.

JUNQUERA, Natalia. How are women treated in Qatar? 2022. Disponível em: <https://english.elpais.com/society/2022-12-14/how-are-women-treated-in-qatar.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

KELLY, Yvonne; O'ROURKE, Niamh; FLYNN, Rachel; et al. Factors that influence the implementation of (inter)nationally endorsed health and social care standards: a systematic review and meta-summary. BMJ quality & safety, v. 32, n. 12, p. 750-762, 2023. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37290917/>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LANGER, Ana et al. Sexual and Reproductive Health and Health Sector Reform in Latin America and the Caribbean: Challenges and Opportunities. [S. l.]: Population Council, 2000. E-book (80 p.). Disponível em: https://knowledgecommons.popcouncil.org/departments_sbsr-rh/2109.

LEE, Chantelle. What's the Status of Healthcare for Women in Afghanistan Under the Taliban? FRONTLINE. 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/healthcare-women-afghanistan-under-taliban/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LEVINSON-KING, Robin. Four ways the end of Roe v Wade has changed America. 24 jun. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-65956103>. Acesso em: 14 jun. 2024.

LI, Liqing et al. Sexual violence against women remains problematic and highly prevalent around the world. BMC Women's Health, v. 23, n. 1, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12905-023-02338-8>. Acesso em: 8 jul. 2024.

LIMA, Brenda. ODS 3: saúde e bem-estar para todas as pessoas. Instituto Aurora, 2021. Disponível em: <<https://institutoaurora.org/ods-3-saude-e-bem-estar/>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

LIMA, Paola. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas#:~:text=Desde%202014,%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das,p%C3%BAblica%20e%20de%20direitos%20humanos>. Acesso em: 6 jul. 2024.

MAHLER, Halfdan. The Safe Motherhood Initiative: a call to action. *The Lancet*, v. 329, n. 8534, p. 668, mar. 1987. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(87\)90423-5](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(87)90423-5). Acesso em: 6 jul. 2024

MARTINS, Ana Paula Martin. Reflexões sobre igualdade de gênero e os organismos internacionais. In: Vitale, D., & Nagaminem, R. (Eds.). *Gênero, direito e relações internacionais: debates de um campo em construção* (pp. 180-197). Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/6tdtg/pdf/vitale-9788523218638-08.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MATOS, Matheus. Conheça mais sobre o Sistema de Saúde da Coreia do Sul. *Revista KoreaIN - Conectando Culturas*, 2024. Disponível em: <<https://revistakoreain.com.br/2024/02/conheca-mais-sobre-o-sistema-de-saude-da-coreia-do-sul/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. MSF inaugura clínica para mulheres e crianças sírias. *MSF Brasil*, 2016. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/msf-inaugura-clinica-para-mulheres-e-criancas-sirias/#:~:text=Na%20cl%C3%ADnica%20mantida%20por%20MSF,a%20um%20hospital%20local%20turco.>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MELO, Vitória Farias de *et al.* Pobreza menstrual: Aspectos socioeconômicos e culturais. *Research, Society and Development*, v. 13, n. 4, p. e11613445584. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i4.45584>. Acesso em: 6 jul. 2024.

MERCOSUL. Em termos de saúde, os grandes desafios que as políticas públicas colocam aos adolescentes e jovens concentram-se, por um lado, no acesso aos serviços de saúde e saúde sexual e reprodutiva (principalmente das mulheres jovens) e, por outro lado, no consumo de tabaco, álcool e drogas. *Ismercosur.org*, 2018. Disponível em: <<https://www.ismercosur.org/pt/saude/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS. Direitos da Mulher: O compromisso de Angola a nível internacional. 2022. Disponível em: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2022-10/WEB_Direitos%20da%20Mulher%2022.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024.

MONTEIRO, Daniele. Fiocruz participa de ações para a saúde de mulheres haitianas. *Fiocruz.br*, 2013. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/32102>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MSF INTERNATIONAL. República Democrática do Congo. Médecins Sans Frontières (MSF) International, 2017. Disponível em: <<https://www.msf.org/pt-br/relat%C3%B3rio-anual-2017/rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. CSW: Promovendo os direitos das mulheres desde 1946. *ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas*, 2023. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2023/03/1810902>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. ONU: Cerca de metade das mulheres em 57 países não têm autonomia em relação ao seu corpo. *Nações Unidas - ONU Portugal*, 2019. Disponível em:

<<https://unric.org/pt/onu-cerca-de-metade-das-mulheres-em-57-paises-nao-tem-autonomia-so-b-o-seu-corpo/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Restrições aos direitos das mulheres ameaçam desestabilizar Afeganistão. ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas, 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/12/1807282>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Unfpa: 20% das mulheres pobres têm pouco acesso a serviços de saúde. ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas, 2017. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/10/1597241>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Projeto busca melhorar saúde de mulheres e crianças indígenas de Argentina, Bolívia e Paraguai. ONU Brasil, 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/82742-projeto-busca-melhorar-sa%C3%BAde-de-mulheres-e-crian%C3%A7as-ind%C3%ADgenas-de-argentina-bol%C3%ADvia-e-paraguai>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NAGAHAWATTE, N. Tanya; GOLDENBERG, Robert L. Poverty, Maternal Health, and Adverse Pregnancy Outcomes. Reducing the Impact of Poverty on Health and Human Development: Scientific Approaches, v. 1136, p. 80-85, jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1196/annals.1425.016>.

NETHIS; FIOCRUZ. Sistema de Saúde do Chile. Bioeticaediplomacia.org, 2020. Disponível em: <<https://bioeticaediplomacia.org/sistema-de-saude-do-chile/>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NDU, Mary. Examining Bourdieu's Concepts of Capital, Habitus, and Field in Women's Health Research in Nigeria: A Feminist Perspective. International Journal of Qualitative Methods, v. 21, p. 160940692211367, jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/16094069221136765>. Acesso em: 23 jun. 2024.

OF CANADA, Government. Canada's 10-Year Commitment to Global Health and Rights. 7 out. 2023. Disponível em: https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/priorities-priorites/commitment-health-rights-engagement-sante-droits.aspx?lang=eng. Acesso em: 20 maio 2024

ONU. Preventable maternal mortality and morbidity and human rights : follow-up to Human Rights Council resolution 11/8 : resolution / adopted by the Human Rights Council. 2010. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/692274?ln=es&v=pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Considerações e ações fundamentais para alcançar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva no contexto da cobertura universal de saúde por meio de uma abordagem de atenção primária à saúde. Programa de Reprodução Humana Recurso de Impacto, 2022. 66, p. Disponível em: <<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/365905/9789240063709-por.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 de abr. 2024

ORWH. About us. 2024. Disponível em: <https://orwh.od.nih.gov/>. Acesso em: 24 maio 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. PE diz à Polónia: “Nem mais uma” mulher deve morrer devido à lei contra o aborto. Atualidades Parlamento Europeu, 2021. Disponível em: <<https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20211108IPR16844/pe-diz-a-polonia-nem-mais-uma-mulher-deve-morrer-devido-a-lei-contr-o-aborto>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PENAGOS OSNAS, Yerson; ARRIVILLAGA QUINTERO, Marcela. Programa intercultural de promotores de salud comunitaria: sistematización de experiencia en el municipio indígena de Jambaló, Colombia. Gerencia y Políticas de Salud, v. 20, p. 1-22, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.rgps20.pips>.

PERMANENT MISSION OF DENMARK TO THE UN IN NEW YORK. Denmark's Engagement with the UN Women. 2022. Disponível em: <https://fnnewyork.um.dk/en/denmark/sustainable-development/denmarks-engagement-with-the-un-women>. Acesso em: 26 maio 2024.

PINHEIRO, Ana Laura Lobato. Direitos Humanos das Mulheres. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_i_direitos_humanos_das_mulheres.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024

PLAN INTERNATIONAL. The State of Girl's Rights in Bolivia. 2022. Disponível em: https://info.planinternational.be/hubfs/The%20States%20of%20Girls%20Rights%20in%20Bolivia_March%202022.pdf?hsLang=nl-be. Acesso em: 24 maio 2024.

PRÁ, Jussara Reis ; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Revista Estudos Feministas, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/s3wGPJ9MM33JKRHPn5MW6CS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2024.

QIAO, Jie *et al.* A Lancet Commission on 70 years of women's reproductive, maternal, newborn, child, and adolescent health in China. The Lancet, maio 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)32708-2](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)32708-2). Acesso em: 22 jun. 2024.

RICHARD, J. McMurray, *et al.* Gender Disparities in Clinical Decision Making. JAMA, n. 266, p. 559-562, 1991.

RICHARDSON, Emma; BIRN, Anne Emanuelle. Sexual and reproductive health and rights in Latin America: an analysis of trends, commitments and achievements. Reproductive Health Matters, v. 19, p. 183-196, 24 nov. 2011. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(11\)38597-7](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(11)38597-7).

SANTOS, Beatriz Carneiro dos. Aborto, direitos reprodutivos e feminismo na França de Nicolas Sarkozy. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 7, p. 133-143, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-33522012000100007>. Acesso em: 22 jun. 2024

SEMPRE LIVRE. Pesquisa global sobre menstruação - InovaSocial. 28 maio 2018. Disponível em: <https://inovasocial.com.br/investimento-social-privado/sempre-livre-pesquisa-global-menstruacao/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

SHIHAB-ELDIN, Ahmed. How Egyptian police hunt LGBT people on dating apps. 30 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-64390817>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SILVA, Darcilia do Prado Barbosa e. Planejamento familiar e direitos reprodutivos no Brasil e na Colômbia em uma perspectiva comparada. 2023. TCC — PUC Goiás, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5834>. Acesso em: 7 jun. 2024.

SINAI, Irit *et al.* Demand for Women's Health Services in Northern Nigeria: A Review of the Literature. African Journal of Reproductive Health, v. 21, n. 2, p. 96-108, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29063/ajrh2017/v21i2.11>. Acesso em: 23 jun. 2024.

STATE OF QATAR. Mission Permanente de l'État du Qatar auprès de l'Office des Nations-Unies à Genève. 2011. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Women/WRGS/MortalityAndMorbidity/Qatar.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

STATE OF QATAR. The national report of the State of Qatar on The complete and effective implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action 2014 – 2019. 2014. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/CSW/64/National-reviews/Qatar_en.pdf. Acesso em: 23 maio 2024.

TEIXEIRA, Fernanda Fernandes; GOMES, Bethânia de Sousa; DE OLIVEIRA, Victor Vicente; LEITE, Roberta Vasconcelos. Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde brasileiros: revisão integrativa. SciELO - Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/F76K8HSJzbFbNKrrcFj8ZrD/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2024.

THE CENTER FOR REPRODUCTIVE LAW AND POLICY. Women 's Reproductive Rights in Bolivia: A Shadow Report. 2001. Disponível em: <https://www.reproductiverights.org/sites/crr.civicactions.net/files/documents/Bolivia%20CESCR%202001.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

THE GEORGE INSTITUTE FOR GLOBAL HEALTH. What we do. 2024. Disponível em: <https://www.georgeinstitute.org/what-we-do>. Acesso em: 16 jul. 2024.

THE JAPAN TIMES. Japan passes bill to enhance support for vulnerable women. 2022. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/05/19/national/crime-legal/women-support-bill-pass/>. Acesso em: 26 maio 2024.

TURSHEN, Meredith. The Impact of Sexism on Women's Health and Health Care. Journal of Public Health Policy, v. 14, n. 2, p. 164-173, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/14789916_The_Impact_of_Sexism_on_Women's_Health_and_Health_Care.

U.K. PARLIAMENT. Women and Equalities Committee Commons Select Committee. 2024. Disponível em: <https://committees.parliament.uk/committee/328/women-and-equalities-committee/>. Acesso em: 27 maio 2024.

UNAIDS. UNAIDS parabeniza o Chile pelo pedido público de desculpas no caso de esterilização involuntária de mulheres vivendo com HIV. UNAIDS Brasil - Website institucional do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) no Brasil, 2022. Disponível em: <https://unaid.org.br/2022/05/unaid-parabeniza-chile-por-pedido-de-desculpa-publico/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

UNFPA. Conferência do Cairo. UNFPA Brasil, 2020. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/conferencia-do-cairo>. Acesso em: 27 mar. 2024.

UNFPA. MUNDOS DISTANTES: Saúde e direitos reprodutivos em uma era de desigualdade. UNFPA, 2017. 140, p. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/PT_WEB-SWOP2017-Report.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

UNFPA. Novo financiamento da KOICA ao UNFPA para apoiar 500.000 mulheres e adolescentes na província de Sofala para saúde reprodutiva, maternal e adolescente. UNFPA Moçambique, 2022. Disponível em: <https://mozambique.unfpa.org/pt/news/novo-financiamento-da-koica-ao-unfpa-para-apoiar-500000-mulheres-e-adolescentes-na-prov%C3%ADncia-de>. Acesso em: 28 jun. 2024.

UNHR. Spain: UN experts hail new feminist legislation. 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/02/spain-un-experts-hail-new-feminist-legislation>. Acesso em: 26 maio 2024.

UNHR. UN Women's Rights Committee issues findings on Denmark. 2021. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/04/un-womens-rights-committee-issues-findings-denmark>. Acesso em: 26 maio 2024.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women New York, 18 December 1979. 1979. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-for-ms-discrimination-against-women>. Acesso em: 24 maio 2024.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. About Egypt. 2023. Disponível em: <https://egypt.unfpa.org/en/about-egypt>. Acesso em: 29 maio 2024.

U.S. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. About HHS. 2024. Disponível em: <https://www.hhs.gov/about/index.html>. Acesso em: 24 maio 2024.

USAID; MOMENTUM. A República Democrática do Congo. MOMENTUM - Uma parceria global para a saúde e a resiliência, 2024. Disponível em: <<https://usaidmomentum.org/pt/where-we-work/drc/#:~:text=Estabelecemos%20parcerias%20com%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20nacionais,de%20sa%C3%BAde%20de%20que%20necessitam.>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

USAID; MOMENTUM. A República Democrática do Congo. MOMENTUM - Uma parceria global para a saúde e a resiliência, 2023. Disponível em: <<https://usaidmomentum.org/pt/where-we-work/drc/#:~:text=Estabelecemos%20parcerias%20com%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20nacionais,de%20sa%C3%BAde%20de%20que%20necessitam.>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VISITWORLD. Como funcionam os cuidados médicos na Turquia: Consultas médicas, clínicas privadas e seguros. Visitworld Today, 2022. Disponível em: <https://visitworld.today/pt/blog/1119/how-medical-care-works-in-turkey-appointment-with-a-doctor-private-clinics-and-insurance#google_vignette>. Acesso em: 30 jun. 2024.

WELLE, Deutsche. 1979: Convenção da ONU contra discriminação de mulheres. DW, 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1979-conven%C3%A7%C3%A3o-da-onu-contra-discrimina%C3%A7%C3%A3o-de-mulheres/a-5033580>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

WHI. About WHI. 2024. Disponível em: <https://www.whi.org/about-whi>. Acesso em: 24 maio 2024.

WHO REGIONAL OFFICE FOR THE EASTERN MEDITERRANEAN. Leadership roundtable event on women's health: addressing women's cancers in the Eastern Mediterranean. 2024. Disponível em: <https://www.emro.who.int/media/news/leadership-roundtable-event-on-womens-health-addressing-womens-cancers-in-the-eastern-mediterranean.html#:~:text=The%20Presidential%20Initiative%20on%20Women's%20Health%20is%20a%20nationwide%20programme,and%20management%20of%20women's%20cancers>. Acesso em: 29 maio 2024.

WHO. Sexual and Reproductive Health and Rights infographic snapshot Qtar. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/349707/WHO-SRH-21.160-eng.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

WOMEN'S WATCH. Directory of UN Resources on Gender and Women's Issues. 2024. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/directory/ecosoc_10537.htm. Acesso em: 16 jul. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gender Gap Report 2023. 2023. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Cobertura universal de saúde (CUS). World Health Organization, 2023. Disponível em: <[https://www.who.int/world-health-day/world-health-day-2019/fact-sheets/details/universal-health-coverage-\(uhc\)](https://www.who.int/world-health-day/world-health-day-2019/fact-sheets/details/universal-health-coverage-(uhc))>. Acesso em: 27 jun. 2024.

WURTZ, Heather. Indigenous Women of Latin America: Unintended Pregnancy, Unsafe Abortion, and Reproductive Health Outcomes. Pimatisiwin, v. 10, n. 3, p. 271-282, 2012. Disponível em: <https://journalindigenuswellbeing.co.nz/wp-content/uploads/2013/02/02Wurtz.pdf>.

Disarmament and International Security Committee

The crisis in Yemen: the ongoing conflict
and its repercussions

PelotasMUN 2024 Study Guide



THE WAR IN YEMEN: THE ONGOING CONFLICT AND ITS REPERCUSSIONS

Ian Ferreira de Mello¹

Layane de Morais Rebouças²

Tiago Tadiotto Kuhn³

ABSTRACT

This Study Guide offers a comprehensive resource for understanding the complexities of the Yemeni Civil War, a prolonged conflict that has profoundly impacted the region and garnered international attention. An examination of the conflict's origins, key actors, evolving dynamics, and wide-ranging repercussions are presented in this document. Beginning with an overview of Yemen's historical and political context, the Guide explores the root causes of the conflict, including historical grievances, socioeconomic disparities, and multiple sectarian tensions. It examines the role of internal actors, such as the Houthi group, the Yemeni government, and various tribal factions, as well as external actors such as foreign States and international organizations.

INTRODUCTION

The Disarmament and International Security Committee (DISEC) is the first committee in the United Nations General Assembly responsible for disarmament matters, dealing with threats to peace in the international community. Therefore, the way the UN has proposed to deal with the ongoing war in Yemen — that has lasted a decade, spilling over the region, involving multiple national powers from across the world, and compromising commercial routes without successful negotiation — is to maintain international peace and stability through cooperative agreements aiming the level of armaments

¹ Ian Ferreira de Mello é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

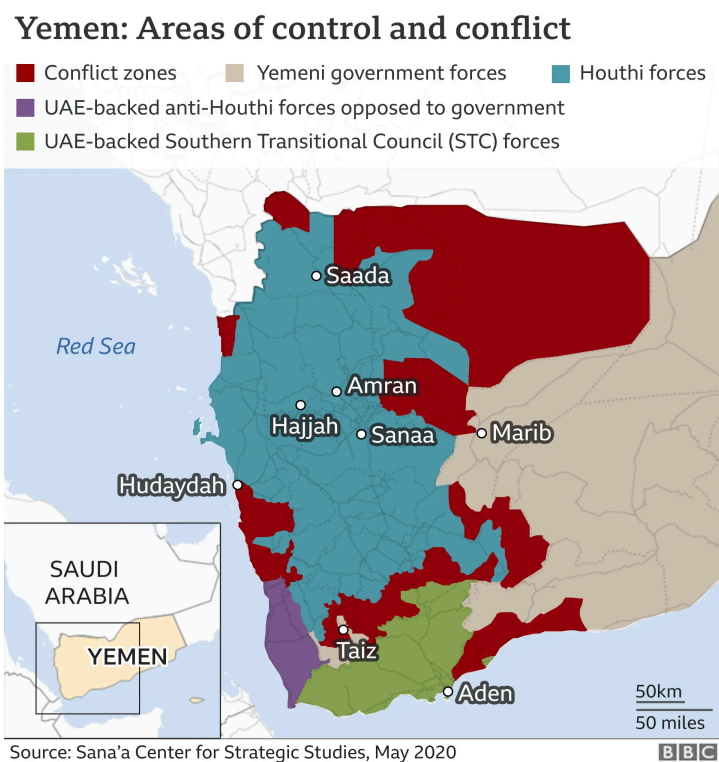
² Layane de Morais Rebouças é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Tiago Tadiotto Kuhn é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

reduction. (UN GENERAL ASSEMBLY).

Therefore, Yemen, a country located in the Arabian Peninsula in the Middle East, has been facing a complex conflict for over a decade. The war is rooted in long-standing political, economic, and social grievances. Still, it escalated significantly in 2014 when Houthi rebels, a Zaid Shia Muslim minority group, took control of the capital, Sanaa, and forced the internationally recognized government, led by President Abd-Rabbu Mansour Hadi, to flee the country in 2015, leading to outright civil war. (BBC NEWS, 2014).

Figure 1 - Map of control and conflict



Source: BBC, 2023

The war has since spilled over the Persian Gulf region, involving regional powers such as Iran and Saudi Arabia as well as substantial external support from the United States and France. Hence, the Yemeni population has been facing a humanitarian catastrophe marked by widespread displacement, food and health insecurity, and a cholera outbreak, leaving the civilian population bearing the brunt of the conflict. The country is consistently amongst the world's most concerning humanitarian situations, with millions needing urgent

assistance. (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2023. UNITED NATIONS).

Despite the efforts to negotiate a solution, the agreements have been minimal, including small periods of ceasefire. In the endurance of the conflict, tens of thousands of people have been killed in attacks by both sides with the use of ballistic, missiles, and drones, either on air strikes or troops' immediate confrontation. Among the countries involved in the conflict, several have sent troops to fight in Yemen ground or carried air attacks directed at targets in the Arab region. (BBC NEWS, 2014. AL JAZEERA, 2018. AL JAZEERA, 2024.)

Regardless, both Houthis and the Arab coalition have been supplied by outside actors, further extending the war. The interception of ships by the Houthis in the Red Sea has been the heart of the recent attacks, whether it is for the banishment of vessels related to Israel or the defense of those routes, consequently, pulling into the crisis major powers such as the United States, United Kingdom, and People's Republic of China. Despite attempts to come to an agreement, the conflict continues to rage on, with both sides responsible for the increase in casualties. A peaceful resolution is urgently needed to address the humanitarian crisis and in order to end the suffering of the Yemeni people. (AL JAZEERA, 2018. AL JAZEERA, 2024.)

HISTORICAL BACKGROUND

Yemen, located at the southern end of the Arabian Peninsula, has a rich history dating back thousands of years. The territory has been of interest for centuries due to the use of the Red Sea as a route between Europe and Asia, which led to the creation of British and Ottoman colonies in Yemen in the XIX and XX centuries. The opening of the Suez Canal in 1869 intensified the activities of these powers in the Red Sea, consequently triggering disputes between the Ottoman North Yemen and the British possessions in South Yemen. (BRITANNICA, 2024).

By the end of World War I, the northern portion proclaimed independence from Ottoman influence, on the other hand, the British

maintained their power over the South for many more decades. As such, the total autonomy was only ensured by 1968, perpetuating many issues in the region. Due to the independence of both Yemens, the expectations of unification rose, however, the political and socioeconomic divergences led to conflicts, mainly because the socialist and radical left-winged regime in the South opposed the open-market economy and the Saudi Arabian allied government in the North. (BRITANNICA, 2024)

As the British dominance in the region started fading away, the interest and participation of the United States and Saudi Arabia grew significantly in the area, with the first approaches by these countries associated with the diplomatic recognition of the reigns of Hejaz and Najd. This territory would later be unified in the Kingdom of Saudi Arabia. Those relations would get stronger during the Second World War, when Ibn Saud, ruler of the reigns of Hejaz and Najd at the time, asked for financial help from the USA and Great Britain, receiving it around 1943, along with a strong statement by the American President Franklin Roosevelt, declaring that "the defense of Saudi Arabia, is vital for the defense of the US". Around 1943, the Saudi Arabian government made the first ballistic support request to the US, including large equipment used to manufacture weapons, rifles, ammunition, tanks, and airplanes, and instructions explaining how to operate those units. (BRITANNICA, 2024)

Since then, the United States has regarded Saudi interests in the defense industry as of enormous importance to American interests, in addition to diplomatic engagement and increased military presence in the region. With the rise of the bipolar Cold War Order, countries in the Middle East struggled to maintain autonomy as the United States and the Soviet Union sought to expand their spheres of influence in the region, alongside various border alterations due to external interference. Concerning oil, a major U.S. interest, Saudi Arabia's oil production jumped from half a million barrels before World War II to 200 million in 1950 and over a billion in 1967; ensuring good relations with the country, especially after the decline of U.S. production. (BRITANNICA, 2024)

In 1990, the two Yemens finally unified after the discovery of oil and natural gas in the territory as well as the abandonment of support by the Soviet

Union to the socialist government in the South. However, unity did not bring stability to the now-merged country, facing numerous challenges including poverty, political conflicts, corruption, and tribal disputes. The now unified country formed the Republic of Yemen under the leadership of President Ali Abdullah Saleh, who had been president of North Yemen since 1978, however, his ruling was marked by authoritarianism, corruption, and political repression. Saleh consolidated power among his allies and family members, exacerbating internal tensions between the southern and northern political leaders. (BRITANNICA, 2024)

By the early 2000s, the cumulative increase in dissatisfaction about corruption, economic and humanitarian issues throughout Yemen led the parliamentarian Hussein Badr al-Din al-Houthi to gain power as an opposition against the regime, forming the Houthis movement named after him. The Houthis, who are part of the Zaidi Shia sect, felt marginalized and discriminated against by the central government, which they accused of corruption and neglecting their region. This political movement launched a series of rebellions against the government in 2004. (BRITANNICA, 2024)

Thanks to the riot in the North, followed by numerous protests in the South over systematic discrimination since the end of the War of Secession in 1994 and Al-Qaeda relations, Saleh's regime's legitimacy was put at risk. Furthermore, due to the influence of the Arab Spring-inspired protests in the country, Yemenis promoted protests demanding political reforms, economic opportunity, and an end to Saleh's rule. Saleh, who had ruled for over three decades, was eventually forced to step down in 2012 after a deal arranged by the Gulf Cooperation Council (GCC), with his Vice President, Abdrabbuh Mansur Hadi, assuming power. (BRITANNICA, 2024)

After Saleh's departure, his deputy, Abdrabbuh Mansur Hadi, assumed power to oversee a political transition. However, this transition was fraught with challenges, including widespread corruption, economic woes, separatist movements in the south of the country, the Al-Qaeda insurgency, and the Iran-supported Houthi rebellion in the north. Hadi struggled to establish control over the country and implement the transition plan, facing opposition from

various factions. Therefore, taking advantage of the chaos, the Houthi rebels, who had been engaged in sporadic conflicts with the government for years, seized control of the Yemeni capital, Sanaa, in 2014. They accused Hadi of failing to implement political reforms and of being a “puppet” of Saudi Arabia and the United States. (BRITANNICA, 2024)

Following the fall of Sana'a by the Houthis and their eventual takeover of the government, Hadi fled to Yemen's second-biggest city, Aden, in February 2015. The Houthi actions were denounced by the UN Security Council, which condemned their rebellion. Once in Aden, Hadi reassured his position as the legitimate president of Yemen, even though his and the city's safety were endangered. Later that year, new insurgent offensives would lead Hadi to effectively flee the country, first to Oman and then to Saudi Arabia. In March 2015, a Saudi-led coalition took action on Hadi's side in the war, carrying out blockades and air strikes against the Houthi forces, now backed up by pro-Saleh troops. These conflicts occurred mostly in southern Yemen, mainly in Aden, where a fierce battle ensued in the following months. Eventually, the coalition effectively contained the Houthis advance and made them retreat from the southern region. The insurgent control over the capital, however, was not loosened. (BRITANNICA, 2024)

By 2017, the war turned into a stalemate, while a humanitarian crisis scattered throughout the country. Attempting to hold discussions to end the war, Saleh switched sides and joined the Arab Coalition, leading to his troops' dismissal from the capital and, on December 4th, his assassination by the Houthis. In June 2018, the Saudi-led alliance attacked Hodeidah, an important port city seized by the rebels, believed to be one of their main sources of provision. The city, nonetheless, was essential to humanitarian aid, urging UN intervention, which implemented a cease-fire (although fragile) that consisted of the withdrawal of both forces and the international monitoring of the city's ports. The conflict would reach a stalemate again, due to coalition members withdrawing troops, believing that an ultimate victory was unlikely, and the COVID-19 outbreak in early 2020. In April that year, Saudi Arabia declared a unilateral cease-fire due to global economic unreliability. (BRITANNICA, 2024)

As conflicts reignited, Hadi officially resigned from his presidential position in 2022, replaced by the newly founded Presidential Leadership Council chaired by Rashad al-Alimi. On the other hand, Saudi Arabia started to negotiate directly with the Houthis, attempting to hasten its exit from the fight. Progress, however, was deranged by the Israel-Hamas War that broke out in October 2023, in which the Houthis have been an active part against Israeli forces (BRITANNICA, 2024).

STATEMENT OF THE ISSUE

The ten-year-long civil war in Yemen is noticeable for putting in danger the country's infrastructure as well as spoiling its population's well-being. The several conflicts between Houthi rebels and Hadi's loyalists led to a massive economic collapse, reducing the overall purchasing power and surging levels of food insecurity, natural disasters, and lack of healthcare access in the region (CRF 2023, UN REFUGEES 2024, DOCTOR WITHOUT BORDERS 2023).

SECURITY CRISIS

The Yemeni civil war officially began in 2014, when Houthi forces took control over most of the capital, Sanaa, with former president Saleh's aid, demanding a share of power. In January 2015, President Hadi resigned and failed to reach an agreement with the Houthis. One month later, the insurgents seized control of the government, resulting in Hadi fleeing to Aden, where he later declared himself the legitimate head of state, as mentioned. Since then, several attacks have ensued from both the Houthi forces and the Arab coalition that supports Hadi's government, leading to tens of thousands of civilian deaths. In 2016, for example, a partial blockade was orchestrated by the coalition in Yemen due to allegations that Iran was supplying the Houthi rebels, culminating in the rise of hunger levels in the region. (AL JAZEERA 2023, ARAB CENTER 2021).

Besides the two main opposing sides, Yemen also struggles with terrorism threats, regarding the upswing of groups such as Al Qaeda in the Arabian Peninsula (AQAP) and the Islamic State (ISIS) in the region. In March 2015, ISIS claimed responsibility for two suicide bombs in mosques in Sanaa that

killed 126 people. The AQAP, nevertheless, has been taking advantage of the ensuing chaos to grow its influence. In 2016, for example, the group founded a mini-state near the coastal city of Mukalla, where they were defeated by local forces not long after. The ongoing war has killed more than 150,000 people by direct armed conflict only between March 2015 to June 2019. (AL JAZEERA 2023, CAAT 2023, BBC NEWS 2015, SANA'A CENTER 2021, MEPC 2023, ARAB CENTER DC 2021).

HUMANITARIAN CRISIS

As mentioned before, Yemen is immersed in a deeply concerning situation, plunging the region into an atrocious humanitarian crisis. Around 4.5 million Yemenis are displaced, seeking refuge, mainly in Europe. Besides, the ongoing war in Ukraine has caused the rise of basic goods, fuel, and food prices, consequently resulting in large-scale famine, which affects more than 17.3 million people, and the escalation of violence levels in Yemen. Many of its population live in flood-prone areas, susceptible to natural disasters backed by the collapsing infrastructure. Furthermore, it is important to address the country's lack of healthcare. Due to the widespread famine and the increase in global prices, malnutrition is a common risk to people, especially children. The restricted access to prenatal and postnatal care is also an aggravating factor that supports the current crisis. (CRF 2023, UN REFUGEES 2024, DOCTOR WITHOUT BORDERS 2023).

Yemen also faces blatant insufficiency in its health system. Only 51% of health facilities are considered operational, enabling the spread of several diseases, easily prevented by vaccines. In 2022, thousands of cases of measles, pertussis, tetanus, cholera, and many others, as well as hundreds of deaths, were recorded all over the region, and, as far as the crisis goes, the numbers tend to rise. (DOCTOR WITHOUT BORDERS 2023).

INTERNATIONAL INTERVENTIONS

Besides the clash between Hadi's troops and the Houthi rebels, the conflicts in Yemen are notoriously marked by the involvement of neighboring

countries as well, mainly Saudi Arabia and Iran. The Saudis are the leading power of an Arab coalition that supports former president Abdrabbuh Mansour Hadi's government, responsible for launching several air strikes against insurgent forces, causing thousands of deaths. Iran, on the other hand, takes action in the war by funding the Houthis, acting as the main supplier for the rebels. Aside from the neighboring countries, the civil war in Yemen also draws attention to other major forces, such as China, the United Kingdom, and especially the United States, which offer intelligence services and logistical support to the Arab coalition, further weakening the chances of a long-lasting cease-fire. (CRF 2023, CMI 2015)

In addition to this embroiled situation, Israel's war on Gaza plays an important role in Yemen. Claiming defense for the Palestinians in the Gaza Strip, the Houthis have been launching several drones and missiles targeted at Israel since October 2023, earning them massive support among the local population. Besides, the group has been directly involved in attacks and hijacking of commercial ships related to Israel in the Red Sea, leading to a decrease in activities in the region and an intensive backlash marked by coordinated air strikes from the American and British forces, allegedly concerned about the Red Sea route security (CRF 2023, AL JAZEERA 2023).

PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

NON-PUBLIC INSTITUTIONS

Civic associations in Yemen have a deep-rooted history dating back to the 1920s initially focusing on social assistance, literacy, and education. Over time these associations expanded to encompass cultural, political, and religious objectives. USAID (U.S. Agency for International Development) supported civil society organizations (CSOs) in North Yemen during the Cold War era. However, between 1967 and 1990, there was stringent control over CSO activities. After Yemen's unification in 1990, CSOs increased due to a more pluralistic political environment. The legislation for CSO registration was loosened, and international support was expanded. In the early 2000s, various organizations

emerged, including academic, human rights, and environmental groups. Foreign-backed CSOs often operated hierarchically, while locally established ones, rooted in tribal and religious activism, were more integrated into communities. During this period, Yemen saw the proliferation of CSOs. (Elayah, M; Al-Awami, H; Almatari, W; & AbouAssi, K. (2024).

The CSOs were important in enhancing non-governmental organizations (NGOs) by expanding their actions and executing a vital role in bridging divides among fragmented governmental institutions in Yemen. Local NGOs (non-governmental organizations) support countries in conflict, provide food, medical care, education, and other essential services, and raise awareness about the crisis, particularly in areas where the conflict has disrupted access to state-provided services and infrastructure. In many cases, NGOs can reach communities and assist more effectively than larger International Non-Governmental Organizations (INGOs), as they have a strong understanding of local needs and culture. They can often operate more flexibly and adapt to changing conditions. (ICRC, 2010)

For example, the International Committee of the Red Cross (ICRC) has been active in Yemen since 1962 when armed conflict broke out between Republicans and Royalists after the overthrow of the Imamate in the north of the country. During years of fighting, ICRC delegates provided medical assistance, visiting prisoners of war on both sides and acting as a neutral intermediary between them. In 1968, the ICRC founded the first orthopedic facility in Sanaa, which has been expanded to five facilities and handed over to the Yemeni authorities. (ICRC, 2010)

During the 1980s, ICRC delegates were carrying out visits to detainees in the north and the south of Yemen. After the country's unification in 1990, the ICRC concluded a new agreement with the Republic of Yemen and opened a delegation in the capital Sanaa, and an office in Aden in 1994. During the internal armed conflict that same year, it provided assistance to civilians in the "war zone", organized the evacuation of foreign nationals, visited detainees, and acted as a neutral intermediary between the parties to the armed conflict. From 1995 onwards, the ICRC worked in Yemen through its Regional Delegation in

Kuwait and its office in Sana'a, providing substantial aid to the Yemen Red Crescent, promoting International Humanitarian Law, and visiting detained persons during certain periods. (ICRC, 2010)

The Sana'a office became a delegation again in 1999. Since then, the ICRC gradually began expanding its activities in the country, starting with a presence in the northern governorate of Sa'ada in 2004, which led to the opening of a sub-delegation there in 2007. In 2009, another sub-delegation was opened in the northern governorate of Amran, while an office was established in Aden in 2010. The ICRC has been working with its partner, the Yemen Red Crescent Society (YRCS) since its foundation in 1970. (ICRC, 2010)

PUBLIC AND PUBLIC-FUNDED INSTITUTIONS

The involvement of various international actors marked the Yemen Civil War before 2000, each pursuing its strategic interests in the region. The competition between Saudi Arabia and Iran, in particular, fueled the conflict. At the same time, other regional and global players supported one of the warring factions or engaged in diplomatic efforts to mitigate the crisis. This complex web of international involvement contributed to the protraction and intensification of the conflict, laying the groundwork for the devastating humanitarian crisis that continues to plague Yemen today. (CRF 2023)

After Al-Qaeda attacked the United States on September 11, 2001, Yemen became a focus of counterterrorism politics, leading the American country to conduct strikes in the area and also provide military assistance to Yemeni forces in their fight against terrorist organizations like Al-Qaeda in the Arabian Peninsula (AQAP). Regardless of the exchange for aid between Yemen, the United States, and multiple European countries, the Arabian country was still considered a problem because of Saleh's regime, viewed as an issue and an obstacle to Arabian democratization. (CIIS, NATO)

Moreover, international naval forces, including those from the United States, took part in maritime security operations off the coast of Yemen to counter piracy and smuggling activities in the region. Several countries, including the United States, the United Kingdom, and others, supplied arms

and military equipment to Yemen's government to support its security forces. However, concerns were raised about the potential chaos brought by foreign military intervention and their contribution to human rights violations. (23-NATO, 22-CIIS)

In the following years, Yemen received multiple assistance from various UN agencies that provided humanitarian aid and assistance to Yemen, including the World Food Programme (WFP) and United Nations Children's Fund (UNICEF) to address food insecurity, malnutrition, and healthcare issues. Furthermore, international donors provided development assistance to Yemen to support infrastructure projects, education, healthcare, and other development initiatives to improve living conditions and foster economic growth. (UN, UNICEF, WFP, CIIS)

Regarding the political crises and conflicts in Yemen, various international actors, including the United Nations and regional organizations such as the Gulf Cooperation Council (GCC), engaged in mediation efforts to facilitate dialogue and negotiations between different Yemeni factions. In 2011, amid the Arab Spring uprisings, the GCC brokered a political agreement known as the GCC Initiative. This initiative aimed to resolve Yemen's political crisis by facilitating the transfer of power from President Ali Abdullah Saleh to his deputy, Abdrabbuh Mansur Hadi. (25-ARAB CENTER DC, 26-UN FOUNDATION)

INTERVENTION FROM FOREIGN STATES

Since the outbreak of war in 2014, Yemen has become a target for neighboring countries' interventions. After fleeing the country in the following year, Hadi joined forces with the government of Saudi Arabia, which led a coalition against Houthi rebels. Codenamed Operation Decisive Storm, the Saudis (along with United Arab Emirates, Qatar, Bahrain, Kuwait, Jordan, Egypt, Sudan, and Morocco, as well as American logistical and intelligence support) launched, in April 2015, several air and naval attacks to restore Hadi to power once again. The next month would ensue ceaseless bombings in the Sanaa region, resulting in thousands of deaths. Additionally, one of the most controversial moments in this operation, the land, sea, and air blockade on

Yemen by Saudi-led forces, caused severe famine among the Yemeni population. The siege reached its summit in 2017, when a Houthi missile was intercepted heading towards King Khalid International Airport in Riyadh, leading the coalition to close all ports in the country briefly. (CFR 2023, ACLED 2024, REUTERS 2015, HUMAN RIGHTS WATCH 2018).

On the other hand, Iran plays a major role in the conflict by supporting the Houthis. The financial aid provided by Tehran was allegedly crucial for the rebels to take control of Sanaa, for example, and the ensuing Saudi-led intervention just increased Iran's interests in Yemen. In exchange for the weapons transfers and intelligence support, the Houthis serve as an "axis of resistance" for Tehran as well as protecting Iranian ships in the Red Sea, allowing them to ship oil despite sanctions. (CFR 2024).

Figure 2 - Map of the Red Sea



Source: Britannica, 2024 (67)

In the diplomatic field, although quite difficult, progress has been made. After several UN-led failed negotiations, the so-called Stockholm Agreement was brokered by the Hadi's government and the Houthis in December 2018, which demanded an instant cease-fire in the ports of Hodeidah, Salif and Ras

Isa, fearing a worsening of the humanitarian crisis. However, the agreement was deeply criticized for not being as effective and benefiting the rebels, who could reallocate their forces to other strategic regions. (25-ARAB CENTER 2021).

Even though peace negotiations proved unfruitful, addressing the issue of international aid for Yemen is important. In 2019, for example, 2,6 billion dollars were donated in a one-day conference to ease the crisis in the country. Curiously, more than half of the sum was pledged by States involved in the war in any form, such as Saudi Arabia, UAE, and the United States. This situation resulted in a joint statement by five aid agencies questioning the paradoxical reasons behind such contradictory actions, clearly portraying how attached this war and other countries' interests are. (THE GUARDIAN 2019).

Three years later, in April 2022, a truce negotiated between the Saudi-allied Yemeni government and the insurgents put the conflicts on hold. Under UN auspices, both parties committed to implementing measures, including a cease-fire and improving living conditions in Yemen. The signing of the truce brought, even if momentary, a sharp decrease in violence and a slight attenuation of the humanitarian crisis. One year later, and six months after its expiration, the conflicts remained almost sporadic and there was optimism of a peaceful resolution. (AL JAZEERA 2023, RAND 2023, UN 2023).

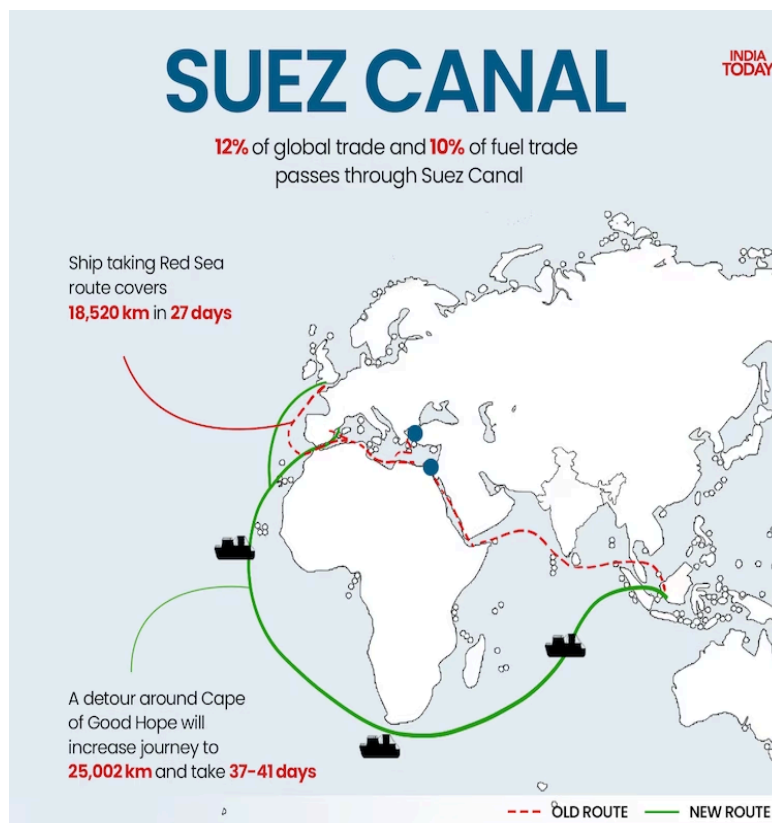
ATTACKS ON THE SUEZ PASSAGE

The Israel War on Gaza, nevertheless, changed this perspective. Since October 2023, the Houthis have been a major opposing force to the Israeli Defense Forces (IDF), claiming responsibility for a series of missile and drone strikes on the country, further reigniting the clashes in the region. (AL JAZEERA 2023, RAND 2023, UN 2023).

The Suez Canal has long been a key front in the battle for access to global trade via this crucial artery. It is located in Egypt and links the Mediterranean Sea to the Red Sea therefore making it very important for international trade, as well as for European and Asian trade routes. As so, economic repercussions are global when the canal is disrupted. (INDIA TODAY, 2024, BRITANNIA, 2024)

In recent years, there have been instances where attacks on shipping in the Red Sea, attributed to Houthi forces, have targeted vessels passing through the Suez Canal. These attacks have ranged from missile strikes on ships to attempts to block the passage of vessels through the Bab el-Mandeb Strait, which connects the Red Sea to the Gulf of Aden. Such actions not only threaten regional stability but also highlight the strategic importance of maritime security in the region. (INDIA TODAY, 2024, BRITANNIA, 2024)

Figure 3 - Map of Suez Canal attacks



Source: India Today, 2024

BLOC POSITIONS

FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

Brazil's position on disarmament treaties within the context of the Yemen War reflects its broader foreign policy principles of promoting peace, non-intervention, and multilateralism. Brazil has consistently advocated for disarmament and arms control on the global stage, as evidenced by its active

participation in international treaties and organizations such as the Arms Trade Treaty (ATT) and the United Nations. Brazil ratified the ATT in 2018, reinforcing its commitment to preventing the illicit trade of conventional weapons and ensuring that arms transfers do not exacerbate conflicts or human rights abuses. This commitment aligns with Brazil's long-standing policy of supporting peaceful conflict resolution and humanitarian principles. (PGA action, 2017)

In the specific context of the Yemen War, Brazil has maintained a stance of neutrality, emphasizing the need for a diplomatic solution to the conflict rather than military intervention. Brazil has not been a major arms supplier to any of the parties involved in the Yemen conflict, however, it was indirectly involved when some small arms and cluster munitions traced to Avibras (a Brazilian manufacturer) were linked to the Saudi-led coalition. Brazil has used its position within international forums to call for an end to hostilities and to urge all parties involved to adhere to international humanitarian law. This approach underscores Brazil's dedication to disarmament and the regulation of arms transfers, which is consistent with its broader foreign policy goals. (Muggah Robert, 2015)

Despite its position towards the achievement of peace, critics argue that Brazil should take a more proactive role in advocating for stricter enforcement of disarmament treaties and greater international oversight of arms transfers, particularly by countries heavily involved in the Yemen War. They suggest that Brazil leverage its position within multilateral institutions to push for more stringent measures against nations that violate disarmament agreements. By doing so, Brazil could enhance its influence in promoting global peace and security, while also contributing to the alleviation of the humanitarian crisis in Yemen. This potential shift would highlight Brazil's capacity to balance its principles of non-intervention with a more assertive stance on global arms control issues. Despite not participating actively in arms relations treaties, the Brazilian Senate approved in 2023, a technical cooperation treaty within Yemen aiming to provide support for refugees and relocated citizens fleeing from the conflict. (Senado Federal 2023).

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA

China's stance on the Yemeni Civil War firmly supports a peaceful resolution. In the past few years, Beijing has resorted to a passive UN-backed attitude, only taking part in signing peace talks proposals. Since 2016, however, the Chinese government has gradually shifted its position to a more assertive one, seeking to establish communication channels between the Houthis and Riyadh. These bilateral negotiations would ease the agreements on the UN cease-fire in the same year. This change derives from a reexamination of China's regional interests, which tilts the Chinese side toward the Saudis, their second biggest crude oil suppliers, as of 2024. In 2016, for example, one day after a Houthi visit to Beijing, China's Foreign Ministry spokesperson publicly stated their support for the Saudi-backed "legitimate government of Yemen". (STIMSON CENTER, 2024).

China's leaning toward Riyadh is consistent with the Chinese policy of pursuing stability and economic prosperity, as part of a wider strategy in the Middle East. The region is part of the Belt and Road Initiative and holds pivotal economic and logistical importance to Beijing's interests. In this regard, a stalemate in war could not be further from the Chinese strategy. Moreover, China has been playing a major role in assisting Yemen with humanitarian aid, such as providing free test kits during the COVID-19 outbreak. (STIMSON CENTER, 2024).

Officially, China's position is to ease peace talks, assuring means from both parties to negotiate possible cease-fires and treaties. Even though slightly closer to Saudi Arabia, Beijing has held its relations with Yemen, with Vice Foreign Minister Deng Li claiming, during a visit of Yemeni Deputy Foreign Minister Mansour Ali Saeed Bajash in January 2024, China supports "the sovereignty and independence of Yemen, as well as backing its 'legitimate government' and craving to resolve the issue through political means". (MFA CHINA, 2024).

ISLAMIC REPUBLIC OF IRAN

Iran's position on disarmament treaties in the context of the Yemen War is intertwined with its broader regional and international strategies. Officially Iran

supports various international disarmament treaties and frameworks aimed at controlling the proliferation of weapons, such as the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT). Iran has frequently voiced its commitment to global disarmament in international forums, emphasizing the importance of preventing the flow of arms into conflict zones to promote regional stability and peace. This stance is aligned with a broader diplomatic narrative that calls for reducing foreign military interventions and arms supplies in the Middle East. (ACLEED, 2022)

However, Iran's involvement in the Yemen War is entangled in its official position on disarmament. Iran has been accused of providing military support, including arms, to the Houthi rebels in Yemen, a key part in the conflict opposing the Saudi-led coalition. While Iran denies these allegations, there is substantial evidence suggesting that Iranian arms and technology have reached the Houthis, exacerbating the conflict. This involvement is perceived as part of Iran's strategic aim to counter Saudi influence in the region, presenting a stark contrast to its public support for disarmament. This duality reflects the complex dynamics of Iranian foreign policy, where strategic interests often take precedence over rhetorical commitments to disarmament. (ACLEED, 2022)

Critics argue that Iran's actions undermine the credibility of its stated commitment to disarmament and peace. By allegedly supplying arms to the Houthis, Iran is seen as contributing to the perpetuation of the Yemen conflict and the ensuing humanitarian crisis. To reconcile its actions with its disarmament rhetoric, critics suggest that Iran should cease any military support to conflict parties in Yemen and advocate more robustly for diplomatic solutions. Additionally, Iran could leverage its influence to encourage other regional actors to adhere to disarmament principles, thus playing a constructive role in reducing regional tensions and promoting lasting peace in Yemen. This approach would enhance Iran's standing as a proponent of global disarmament and help mitigate the devastating impact of the ongoing war. (Al-Goidi Faozi, 2024)

ISRAEL

The State of Israel does not hold diplomatic relations with Yemen as of 2024. However, the recent events in the Israel-Gaza War have only deepened the tension between both countries. After the Hamas attacks of October 7, 2023, and the ensuing Operation Swords of Iron (the so-called Israeli counteroffensive against the group on Gaza grounds), the Houthis became an active faction in the war in defense of Palestine, gaining even more popular support in Yemen. On March 19, for example, a Houthi cruise missile hit the outskirts of Eilat, an Israeli city at the northern tip of the Red Sea, amongst other projectiles intercepted by the IDF. (TIMES OF ISRAEL 2024, MIDDLE EAST COUNCIL 2023, ALJAZEERA 2023, MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF ISRAEL 2023, TIMES OF ISRAEL 2024).

Furthermore, the militia has also been targeting ships linked, in some way, to Israel and its allies in the Red Sea and the Gulf of Aden, followed by UK and US attacks as a response. Houthi forces, nonetheless, have already stated their intent “to keep offensives until Israel’s aggressions come to an end”. In this regard, the Israeli government has only addressed strikes from Yemen as “coming from the direction of the Red Sea”, attempting not to escalate its war in Gaza throughout the whole region ultimately. (TIMES OF ISRAEL 2024, MIDDLE EAST COUNCIL 2023, ALJAZEERA 2023, MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF ISRAEL 2023, TIMES OF ISRAEL 2024).

PALESTINE REPRESENTATION

Concerning the Yemen War, the Palestine Representation has consistently called for an end to the violence and a focus on diplomatic solutions. The Palestinian leadership condemns the external supply of weapons to parties involved in the conflict, including both the Saudi-led coalition and the Houthi rebels (Yadav Stacey, 2024). By highlighting the devastating impact of arms proliferation in Yemen, the Palestine Representation underscores the need for strict adherence to international disarmament treaties. This position is rooted in the broader Palestinian perspective of conflict and occupation in the

past years, which informs their understanding of the importance of arms control in achieving sustainable peace and protecting civilian lives (MER, 2024). The Palestine Representative's position is grassroots support for actions perceived as aiding Palestine, but it lacks the political clout to bring about substantial changes in the dynamics of the Yemen War (United Nations, 2024). Despite this, the Palestinian leadership continues to utilize its platform within international bodies, such as the United Nations, to push for increased accountability and stricter enforcement of disarmament treaties. By partnering with other nations and international organizations dedicated to arms control, the Palestine Representative aims to amplify their call for ending the arms trade that fuels conflicts like the one in Yemen.

RUSSIAN FEDERATION

Russia maintains close relationships with Yemen, with both celebrating their 95th amity anniversary in 2023. In February 2024, a conference meeting between Russian Foreign Minister Sergey Lavrov and Yemeni Prime Minister and Minister of Foreign Affairs Ahmed Awad bin Mubarak was held in Moscow, where Lavrov reaffirmed Russia's intent to expand its economic ties with Yemen, as well as criticizing the US and UK attacks against Houthi targets that took place in January. According to the Kremlin's spokesperson, the Western actions only serve to reignite tensions in the region, such as the recent Israeli offensive in Gaza, ultimately wracking UN efforts for a peaceful resolution. (MFA RUSSIA 2024).

However, despite supporting the official Yemeni government, Russia has also shown a conciliatory position toward the Houthis. In 2015, the Russian delegation abstained from a UN Security Council vote leading to the blacklisting of a Houthi leader and the imposition of an arms embargo targeting the rebels, in a clear attempt not to undermine relations with its strategic ally Iran. (MOSCOW TIMES 2015).

KINGDOM OF SAUDI ARABIA

Directly involved in the Yemen War since 2015, Saudi Arabia leads an Arab coalition operating in favor of Hadi's deposed government, now the Yemeni Presidential Leadership Council, and against Houthi forces. Once in the conflict, the Saudi-led group was responsible for twenty-five thousand airstrikes in Yemen, directly leading to more than 15,000 civilian casualties up until June 2019. The Kingdom also imposed a naval blockade in the country in 2015, allegedly to halt Iran's arms supply to the Houthis, which only deepened the humanitarian crisis. The Saudi government faces several accusations of international humanitarian law violations by human rights groups, such as deliberately attacking essential infrastructure, such as food and health, and taking part in torture and arbitrary arrests of the Yemeni populace. (CFR 2023, CFR 2024, CAAT 2023, HUMAN RIGHTS WATCH 2024).

The intense Saudi embroilment in Yemen revolves around the regional clash between Riyadh and Iran. Once the Houthis are aligned with Tehran, their victory would undermine the Kingdom's influence over the southern Arabian Peninsula and place them geographically closer to Saudi borders, increasing the risk of assaults, such as the missile attack at King Khalid International Airport in 2017. Moreover, Riyadh also worries about the oil shipping lanes. With the closure of the Strait of Hormuz being constantly threatened by Iran, it is essential for Saudi strategy to secure an allied government in Yemen, which would likely support alternative oil routes through its ports, providing the Kingdom a direct exit to the Arabian Sea. (HUMAN RIGHTS WATCH 2017, CARNEGIE ENDOWMENT 2023).

Lately, the stalemate in the conflict and the pessimism for a quick resolution stalled the coalition's attitude. Western governments, especially the USA, have put pressure on Saudi leaders to end the war and negotiate with the Houthis, and, in this regard, rounds of peace talks were brokered in Oman in 2023, followed by both Saudi and rebel delegations visiting each other's countries in the same year. (AL JAZEERA 2023).

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

One of the most active States in the ongoing war, the United Kingdom stands in support of the Arab coalition and hostility towards the Houthis. Since March 2015, the British have been supplying arms and intelligence to the Saudi side, in a clear attempt to restore the deposed Yemeni government. The value of UK arms licensed to Riyadh surpasses £8.2 billion and includes military assets, such as aircraft, bombs, and advanced missiles. In the meantime, controversies have risen in regards to London's involvement in the ongoing war, with critics pleading that the British fund the deadly Saudi-led airstrikes in Yemen, further worsening the humanitarian crisis. Responding to allegations of persistent breach of international humanitarian law by Saudi forces, the UK government has stated "there is not a clear risk" that British military exports were used in such violations. (CAAT 2024, THE GUARDIAN 2022, UK PARLIAMENT 2023).

Despite the backlash, the UK still strives forward in its mission to foil the Houthi plans. In January 2024, British and American forces launched joint airstrikes against rebel facilities in Yemen. This offensive came after a series of Houthi attacks on shipping in the Bab al-Mandab Strait and the Red Sea, which has damaged the "free flow of commerce", according to UK and US allegations. On January 14, British Foreign Secretary David Cameron declared the UK was "prepared to back its words with actions" against the Houthi threat in the Red Sea (BBC 2024). (AL JAZEERA 2024, BBC 2024, BBC 2024).

UNITED STATES OF AMERICA

The United States has maintained a complex and often contradictory position regarding disarmament treaties in the context of the Yemen War. On one hand, the US has historically advocated for arms control and disarmament on the international stage, recognizing the devastating impact of unchecked arms proliferation. This stance aligns with broader international efforts to promote peace and security through treaties such as the Arms Trade Treaty (ATT), which seeks to regulate the global trade of conventional weapons and prevent their illicit transfer. The US signed the ATT in 2013, signaling a

commitment to controlling arms flows that could exacerbate conflicts like the one in Yemen. (IPIS 2019)

However, the US has simultaneously been a major arms supplier to the Saudi-led coalition fighting in Yemen. This coalition, which includes Saudi Arabia and the United Arab Emirates, has been accused of numerous violations of international humanitarian law, including indiscriminate bombings and blockades leading to severe humanitarian crises. Despite these allegations, the US has continued to provide military support, including arms sales worth billions of dollars like the US and Saudi Arabia's \$110 billion arms deal, signed in 2017. This duality reflects a significant tension between the US's rhetorical support for disarmament and its strategic and economic interests in maintaining robust defense relationships with key Middle Eastern allies. (IPIS 2019, Alamer Sultan 2021)

The inconsistency in the US position has drawn considerable criticism from international observers, humanitarian organizations, and even within the US political sphere marked by the pressure from the U.S. Congress that criticized the Obama administration's arms sales to Saudi Arabia. In 2019 the Republican-majority Senate passed a legislation that forced the Trump administration to completely withdraw from the war, which it refused to sign into law. Now, Biden's decisions on Yemen represent a continuation rather than a break from his predecessors, marking another step in the gradual shift of the US role from supporting the Arab coalition to focusing on brokering peace. Their impact has been limited and counterproductive. Despite being driven largely by pressure from Washington, the opposition bloc remains unsatisfied, demanding that Biden's administration clarify the distinction between offensive and defensive operations (Alamer Sultan, 2021)

This pressure from Washington will likely persist, especially within Biden's approach to the nuclear deal with Iran. The ongoing scrutiny and demands for clearer policies indicate that the debate over the US's role in Yemen and its broader Middle East strategy is far from over. Recently Biden's official communicated about the Yemen situation, pointing out that the US will step up its diplomacy to end the war in Yemen, imposing a ceasefire, open

humanitarian channels, restoring long-dormant peace talks, and ending all American support for offensive operations in the War of Yemen, including relevant arm sales (White House, 2024).

Analysts argue that the US's ongoing arms sales to the coalition undermine the principles of disarmament treaties and contribute to the prolongation of the Yemen conflict, exacerbating the suffering of the Yemeni people (Satia Priya, 2018). They call for reevaluating US policies to align more closely with its stated disarmament goals, suggesting measures such as suspending arms sales to the coalition and increasing support for diplomatic solutions. This critique highlights the broader challenges the US faces in balancing its foreign policy objectives with its commitments to global arms control and humanitarian principles (Bureau of Near Eastern Affairs, 2022).

REPUBLIC OF YEMEN

Yemen's position is to unify the country once again. Since former president Abdrabbuh Mansur Hadi's departure to Riyadh after the Aden takeover by Houthi forces in March 2015, the Yemeni government has shifted its structure into the Presidential Leadership Council (PLC), chaired by eight members committed to achieving peace within their references, like the Gulf Cooperation Initiative (GCI), for example. This so-called Internationally Recognized Government (IRG) also features distinctive political agents, famously known for their anti-Houthi stances, such as the Southern Transitional Council (STC) leader Aydarus al-Zubaydi, which operates the secessionist group in southern Yemen. Despite efforts to military train those militias and effectively fight against the Houthi control over the territory, the government struggles with political dissolution as their members clash between unifying and secessionist plans. (ACLEED 2024).

On the humanitarian side, Yemen still faces large-scale famine, as well as insufficient healthcare and a lack of infrastructure, leading to millions of its population being severely affected. Furthermore, the involvement of foreign regional and global powers in the conflict only seems to worsen the crisis, precluding Yemen from a path of stability and reconstruction, and raising

tensions in the Middle East, once again hampering the means to a peaceful resolution. (CRF 2023, DOCTORS WITHOUT BORDERS 2023)

FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY

The Federal Republic of Germany's position on disarmament treaties within the context of the Yemen Wars is marked by its strong commitment to international peace, security, and humanitarian principles. Germany has been a vocal advocate for global arms control and disarmament, actively participating in international frameworks such as the Arms Trade Treaty (ATT). In response to the Yemen conflict, Germany has taken decisive measures to align its policies with its disarmament and humanitarian commitments. In 2018, Germany imposed a moratorium on arms exports to Saudi Arabia, a key participant in the Saudi-led coalition fighting in Yemen, following extensive reports of human rights violations and civilian casualties. This embargo was extended to include other coalition partners implicated in the conflict. Germany's decision underscores its dedication to upholding international humanitarian law and mitigating the devastating impact of the war on the Yemeni population. Furthermore, Germany has called for an international arms embargo on all parties involved in the Yemen conflict, advocating for diplomatic efforts to resolve the war and alleviate the humanitarian crisis.

Despite its firm stance on disarmament, Germany faces challenges in balancing its ethical commitments with economic and strategic interests. The arms export ban has drawn criticism from defense industry stakeholders and some allied nations that maintain close military ties with Saudi Arabia. However, Germany remains resolute in its position leveraging its influence within the European Union and other international platforms to promote stricter enforcement of disarmament treaties and greater accountability in arms transfers. By continuing to champion an end to the arms trade that fuels the Yemen conflict, Germany underscores its role as a global leader in disarmament and its unwavering commitment to peace, security, and human rights.

REPUBLIC OF TÜRKIYE

The Republic of Türkiye has shown a nuanced approach to arms control, despite not being as vocal as some European nations in advocating for disarmament in Yemen, it recognizes the importance of regulating arms transfers to prevent the escalation of conflict and the exacerbation of the humanitarian crisis. Türkiye's stance reflects a careful navigation between supporting international norms and addressing its regional geopolitical dynamics.

Türkiye's involvement in the Yemen conflict has been relatively restrained, focusing more on diplomatic engagement rather than direct military involvement or significant arms transfers to the warring parties. However, Türkiye has maintained relationships with various actors in the region, including Saudi Arabia and Iran, who are key players in the Yemen War (Ministry of Foreign Affairs Türkiye, 2018). This positioning allows Türkiye to act as a potential mediator while promoting the idea that a political solution is essential for ending the conflict. While Türkiye has not imposed an outright arms embargo on the parties involved in the Yemen War, it advocates for a responsible arms trade that adheres to international regulations and aims to mitigate human suffering. (Munassar Omar, 2021)

Critics argue that Türkiye could take a more proactive stance in advocating for stricter enforcement of disarmament treaties specific to the Yemen conflict as it did in mid-2015 when Türkiye openly backed the Saudi-led military intervention in Yemen, trying to demonstrate its commitment to preserving the regional status quo. During the end of 2018, Ankara supported peace initiatives such as the Stockholm Agreement and the 2019 Riyadh Agreement, aimed at ending infighting among anti-Houthi forces. Turkish mediation efforts include President Erdogan's 2015 visit to Tehran and early backdoor diplomacy with Pakistan to involve Saudi Arabia in a political resolution. In January 2019, Turkish Foreign Minister Mevlüt Çavuşoğlu emphasized Türkiye's commitment to contributing to peace efforts in Yemen. The critics suggest that Türkiye leverages its strategic relationships to push for a cessation of arms supplies to the region, which could help de-escalate the violence and pave the way for peace talks. By aligning more closely with

international disarmament efforts using its diplomatic influence, Türkiye could enhance its role as a stabilizing force in the Middle East. This approach would not only reinforce Türkiye's commitment to global peace and security but also highlight its potential as a key player in resolving complex regional conflicts through diplomacy and adherence to international law.

CANADA

Officially, Canada is committed to promoting peace in the conflict via diplomatic talks. The country is also a key contributor to humanitarian aid in Yemen, allocating more than \$60 million to its assistance fund in 2022, as well as being a fierce supporter of human rights watch in the war, even decrying the shutdown of a UN panel documenting possible war crimes in Yemen in 2021. (84, 85).

However, Ottawa's presence in the conflict is undeniable. In the very same panel that was shut down, UN reports had indicated a huge sale of Canadian armored vehicles to Saudi Arabia, being considered one of the six countries helping to fuel the war, alongside the USA and the UK, for example. Indeed, Riyadh is the second-biggest export market for Canadian military goods, trading about \$1.3 billion worth of combat equipment up until 2021. As expected, Canada was heavily criticized, and accused of funding the States that have been waging the war. (CHASE 2021)

Moreover, Canada has intensified its participation in the conflict. Canadian Armed Forces personnel supported the American and British attacks in response to the Houthi threat in the Red Sea in January 2024, allegedly to defend the freedom of navigation and commerce in the region and to show a rigid stance towards the rebels. According to the statement of Minister of Foreign Affairs, Mélanie Joly, following the strikes in January, the Government of Canada advised the Houthis to cease their attacks and it emphasized that "they bear the consequences of their actions" (GOVERNMENT OF CANADA, 2024).

REPUBLIC OF DJIBOUTI

The Republic of Djibouti, situated at the strategic juncture of the Red Sea and the Gulf of Aden, recognizes the profound regional and international implications of the ongoing conflict in Yemen. As a neighboring country, Djibouti is acutely aware of the humanitarian, security, and economic repercussions of the war, being a focus point for migrants and refugees from the conflict. The government together with the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) and other governmental and non-governmental organizations has provided humanitarian assistance to the refugees sheltered in its territory in addition to supporting the efforts of the United Nations and the international community in facilitating dialogue among all Yemeni parties.

Djibouti maintains a complex stance regarding the Yemen war, influenced by its geopolitical position and strategic alliances. Although Djibouti hosts multiple foreign military bases, including the significant U.S. base Camp Lemonnier, it is not directly involved in the U.S.-led coalition against the Houthis in Yemen. Djibouti's primary focus has been on securing its own borders and strategic waterways amid the conflict, increasing coast guard patrols to protect against potential threats from Houthi maritime activities.

Djibouti's Foreign Minister, Mahmoud Ali Youssouf, stated in December 2023 that despite the impact on the country's economy by Sanaa's attacks on the Red Sea, Djibouti is hesitant on participating in US-led naval coalition, considering the strikes a "legitimate relief for the Palestinians". This neutrality is partially driven by Djibouti's broader foreign policy and its support for Palestine, which acts as a buffer against possible Houthi reprisals. Djibouti's strategic location and stable political environment make it an ideal venue for diplomatic efforts to resolve the Yemen conflict. They aim to be a relevant actor in achieving peace between parts.

HOUTHİ REPRESENTATION

The Houthi movements, formally known as Ansar Allah (supporters of God), are a Zaidi Shia Muslim minority group that emerged as an armed group in the 1990s but became more relevant in 2014 when they rebelled against the

government and seized control over most parts of Yemen, including the capital Sanaa. The group seeks greater autonomy and recognition of their governance in the territories they control. They argue for a decentralized federal system acknowledging their authority in these areas. Despite their calls for autonomy, the Houthis emphasize Yemen's territorial integrity and national sovereignty. They oppose any division of the country and advocate for a unified Yemen under a government that includes diverse political and regional groups.

On the other hand, the Houthis strongly oppose the Saudi-led coalition, which has been conducting military operations in Yemen since 2015. They view the coalition's intervention as an infringement on Yemen's sovereignty and accuse it of causing significant civilian casualties and humanitarian suffering through airstrikes and blockades. They also hold an anti-U.S. and anti-Western stance, criticizing the United States and its allies for their support of the Saudi-led coalition. They argue that Western countries are complicit in the humanitarian crisis due to their military and logistical support for Saudi Arabia and other coalition members and as a result of this perspective, they justify the strikes on vessels in the Suez Canal to defend the Palestine population in the Gaza Strip.

Despite the long-term conflict in which the Houthis have engaged in extensive military operations, they have also expressed support for a negotiated political solution to the conflict. They have participated in various rounds of UN-brokered peace talks and have called for a cessation of hostilities and lifting blockades to facilitate humanitarian aid. Therefore, the group framed their fight as a resistance movement against foreign aggression. They portray themselves as defenders of Yemen and the region against what they describe as Saudi and Emirati imperialism.

ARAB REPUBLIC OF EGYPT

Egypt's position is centered on its support of the Yemeni government and against the Houthis. Since 2015, Cairo has been one of the main forces in the Saudi-led coalition, alongside Riyadh and the UAE. As part of Operation Decisive

Storm in March 2015, for example, Egyptian warships forced Iranian forces to retreat from the Bab al-Mandeb Strait.

As of 2024, however, Egypt has taken a more sensitive approach to the matter. Since the Houthi attacks in the Red Sea and the always-present threat to the Suez Canal, Cairo has not criticized the rebel offensives (despite losing millions of dollars due to the blockage) nor taken part in the Western coalition to counterattack. On the contrary, the government of Egypt has stated its concern over the recent military escalation in the region, pleading “for ‘uniting’ international and regional efforts to reduce instability in the region” (ALJAZEERA 2024). The hesitation of Egypt to condemn the Houthi activities in the Red Sea can also be seen as an attempt to not be on Israel’s side since the armed group acts openly against Jerusalem.

FRENCH REPUBLIC

France’s official position supports a political agreement between the government of Yemen and the Houthis. In March 2023, Deputy Permanent Representative of France to the United Nations, Nathalie Broadhurst addressed the urgency to de-escalate tension in the region and called for the importance of dialogue mechanisms, emphasizing that the Houthis must act responsibly regarding this issue, demanding them to release detained UN and humanitarian personnel too. The Deputy also showed concern for the possible ecological disasters of the war, pointing out the situation of the FSO (Floating Storage and Offloading) Safer oil tanker, which could cause a devastating oil spill in the Red Sea due to its lack of maintenance since the outbreak of war in 2014.

Despite all its diplomatic efforts, France falls under the same criticism faced by other Western countries: the huge scale of arms sales to the Arab coalition. According to numerous reports, the French have been a heavy supplier for Saudi Arabia and the UAE, with the Kingdom being their biggest buyer in 2020. These deals happen in defiance of UN experts claiming that Western-made equipment is being used to fuel the humanitarian crisis in

Yemen. However, France insists on trading with the coalition, providing mainly fighter jets, tracking systems, missiles, and technical support.

UNITED ARAB EMIRATES

Along with Saudi Arabia, the UAE is one of the most prominent members of the Arab coalition. Initially, the Emirati role revolved around securing territories from the AQAP control, compromising its power in Yemen. After the death of Emirati soldiers in Hodeidah and accusations of human rights violations, the UAE faced pressure regarding its involvement in the war. Looking to address that, Abu Dhabi has shifted its strategy in recent years, withdrawing troops and acting mainly as a backing agent for Yemeni militias, such as the Southern Transitional Council (STC) and the Giants Brigades, enabling the safeguard of Emirati troops as well as the maintenance of its influence on Yemeni grounds.

In turn, this plan proved to be controversial. On more than one occasion, clashes between coalition troops and UAE-backed militias were reported, culminating in the takeover of Aden by the STC and the retreat of government forces in 2019. Such setbacks raised suspicions among Saudis about Emirati interests, highlighting the coalition's starting autophagy.

Despite all feuds, Abu Dhabi's strategy has been fruitful. The backing of militias granted UAE access to Yemeni coastal regions, such as the Shabwa and Hadhramaut Governorates, providing direct passage to the Arabian Sea. Seemingly, the Emirates' goal is to become a pivotal hub between the Red and Arabian Seas and the Horn of Africa, settling in the center of one of the busiest shipping lanes in the world. In this regard, the seizure of Socotra (a Yemeni island 350 km south of the Arabian Peninsula) by Emirati troops in 2020 illustrates this plan. In the meantime, Abu Dhabi has sought to expand its national companies throughout the region, especially the Dubai Ports World (DP World), which has reached agreements to operate a series of ports in Djibouti and Somaliland (a self-declared independent country located in Somalia), seeking to manage the ports in the militia-controlled regions eventually, further advancing its interests.

REPUBLIC OF INDIA

India and Yemen have been linked by history for over 2000 years, therefore it's a deep concern of the Indian government to achieve a ceasefire and discuss a diplomatic agreement for a peaceful resolution to the Yemeni population. In 2022, the Indian Ministry of External Affairs declared "India has friendly ties with Yemen and hopes for peace, security, and prosperity for the people of Yemen as well as for the region,". Accordingly, the Asian country has engaged with regional powers involved in the Yemen conflict, such as Saudi Arabia and Iran, to promote dialogue and stability in the region. This engagement is part of India's broader foreign policy to maintain good relations with key players in the Middle East.

India's neutrality is partly influenced by its strategic and economic interests, especially given the proximity of Yemen to crucial maritime routes such as the Bab el-Mandeb strait, which is vital for global oil trade. Although India officially supports peace efforts, it is subtly aligned with its key allies, Saudi Arabia and the UAE, which back the Yemeni government against the Houthi rebels.

Moreover, India has supported United Nations-led efforts to broker peace in Yemen. India often aligns its position with UN resolutions and statements calling for ceasefires, humanitarian access, and negotiations among the warring parties. As long as peace is not achieved, India has contributed to humanitarian efforts, notably evacuating its citizens and nationals from other countries during the height of the conflict, showcasing its logistical and diplomatic capabilities. The evacuation operation in 2015 was widely recognized and appreciated internationally. Furthermore, the country focuses on post-conflict reconstruction and humanitarian assistance, aiming to bolster its regional influence and goodwill. This would involve leveraging its established sectors like healthcare and education to aid in Yemen's recovery once peace is achieved.

REPUBLIC OF SOUTH AFRICA

The Republic of South Africa's position on disarmament treaties in the context of the Yemen War is rooted in its historical commitment to peace, human rights, and international law. South Africa's approach to the Yemen War is characterized by its support for diplomatic and humanitarian efforts to resolve the crisis. South Africa has condemned the ongoing violence and the humanitarian catastrophe resulting from the conflict, urging all parties to engage in dialogue and seek a peaceful resolution. This includes advocating for an end to arms transfers to the warring factions, which have been responsible for significant civilian casualties and widespread destruction. By aligning its position with international disarmament treaties, South Africa underscores the importance of a coordinated global effort to regulate arms flows and mitigate the impact of conflicts on civilian populations. Despite their historical efforts on human rights and the resolution of disputes, decades later democratic South African-made weaponry has been deeply involved in the humanitarian crisis in Yemen, when reports confirmed that the 2015 country's arms control body continued to approve weapons export to Saudi Arabia and the United Arab Emirates, central protagonists leading a military campaign in Yemen (The New Arab, 2021).

The National Conventional Arms Control Committee (NCACC) has been responsible for permitting or denying the exports of South African arms companies, willing to ensure that weapons were not being sent to "governments that systematically violate or suppress human rights". (Dadoo Suraya, 2021).

About 2020, the former chairperson of NCACC, Jackson Mthembu, spoke about the NCACC's dependence on information and alerts from the Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), the State Security Agency (SSA), and Defence Intelligence (DI). Despite detailed public reports from the UN, Yemeni, and international NGOs that meticulously documented the destruction in Yemen and the Saudi-led coalition's involvement, these findings have largely been overlooked by the NCACC. Mthembu's comments suggest that the legal and institutional frameworks

designed to prevent South Africa's weapons trade from being implicated in human rights abuses may not be operating effectively.

FEDERAL REPUBLIC OF SOMALIA

The Federal Republic of Somalia has endured decades of internal conflict and understands the devastating impact of uncontrolled arms proliferation. As a result, Somalia supports international disarmament efforts and treaties such as the ATT. Somalia's government emphasizes the importance of international cooperation in enforcing these treaties to ensure that weapons do not contribute to further violence and humanitarian crises, as seen in Yemen.

Somalia's position within the Yemen War reflects its broader commitment to regional stability and peace. The Somali government has consistently called for an end to the conflict in Yemen and has supported diplomatic efforts aimed at achieving a peaceful resolution. Somalia recognizes that the continued flow of arms into Yemen only serves to prolong the violence and suffering of civilians. By advocating for strict adherence to disarmament treaties, Somalia aligns itself with global efforts to mitigate the impact of armed conflicts and promote humanitarian principles. This approach is rooted in Somalia's own experiences and its desire to prevent similar situations from occurring in other parts of the region.

Despite its firm position on disarmament, Somalia faces challenges in enforcing these principles due to its own security and governance issues. The country is still recovering from years of civil war and is working to build stable institutions capable of implementing and enforcing international treaties. However, Somalia's support for disarmament and its advocacy for a peaceful resolution to the Yemen War demonstrate its commitment to global peace and security. By championing disarmament efforts and working with international partners, Somalia seeks to contribute to a more stable and secure region, setting an example of how conflict-affected nations can promote peace and prevent further violence (SHORES, Hailee, 2020).

SULTANATE OF OMAN

Oman's position is to reaffirm peace and seek a diplomatic resolution to the ongoing war. Since the outbreak of war, the Omani government has been against military intervention, believing, on the other hand, in a political agreement to cease hostilities. Indeed, Oman was the only member of the Gulf Cooperation Council not to join the Saudi-led coalition, and, since then, has been working to establish communication bridges between the Yemeni government and the Houthis.

In this regard, the Omani efforts have been proven successful. The Sultanate was able to broker peace talks between both sides in 2023 and, consequently, it has had an important role in easing the tensions between key players Saudi Arabia and Iran.

However, Riyadh and Tehran have distinct strategies regarding Oman. Besides the diplomatic mediations, the Saudis seem attracted to Oman's coastline in the Arabian Sea (since Yemen territory is currently unstable), providing an alternative route to its oil shipping that does not cross the often-threatened Strait of Hormuz. In this regard, many bilateral agreements were signed, especially involving an oil pipeline in the port town of Duqm, in eastern Oman. On the other hand, Tehran took advantage of Oman's diplomatic relations with the Houthis to allegedly supply arms to the group, either by land or in Omani waters, in clear violation of UN Security Council Resolutions.

ISLAMIC REPUBLIC OF PAKISTAN

Pakistan has traditionally supported global disarmament efforts and is a signatory to several international treaties aimed at controlling the proliferation of weapons, including the Arms Trade Treaty (ATT), and more recently participating as a member of Special Sessions devoted to Disarmament (SSOD) and the UN Disarmament commission. Pakistan's official stance accentuates the importance of these frameworks in mitigating the escalation of conflicts, such as the Yemen War, and reducing the humanitarian toll on affected populations.

In the Yemen War, Pakistan has maintained a careful diplomatic balance, reflecting its close ties with Saudi Arabia, a leading member of the coalition

fighting in Yemen, and its historical relationship with other Muslim-majority countries. While Pakistan has expressed concern over the humanitarian crisis in Yemen and called for a peaceful resolution, it has avoided taking a direct stance against the arms transfers to the warring parties. Instead, Pakistan has advocated for dialogue and political solutions to end the conflict. This nuanced approach highlights Pakistan's desire to mediate and facilitate peace without jeopardizing its strategic relationships in the region.

REPUBLIC OF THE SUDAN

Sudan's position on the Yemen war has been multifaceted and influenced by internal and external factors. Sudan joined the Saudi-led coalition in Yemen in 2015 under the leadership of then-President Omar al-Bashir. This decision was primarily driven by strategic and financial considerations, including the need for financial support from Saudi Arabia and the UAE amidst Sudan's economic struggles and international sanctions.

Despite changes in leadership and ongoing internal conflicts, Sudan has continued its involvement in Yemen. The Sudanese Rapid Support Forces (RSF), known for their counter-insurgency capabilities, have played a significant role in the coalition's operations against the Houthi movement. This participation has been controversial due to the RSF's history of human rights abuses in Darfur, which has raised concerns about potential similar actions in Yemen.

In recent years, the transitional government in Sudan has attempted to reduce its military presence in Yemen. However, reports indicate that Sudanese troops, including those from the RSF, have continued to be deployed to support the coalition's efforts, suggesting an ongoing, albeit reduced, involvement.

Public opinion within Sudan has been largely against the country's involvement in the Yemen war, particularly due to the high casualties suffered by Sudanese forces and the lack of substantial financial aid from the Gulf states to alleviate Sudan's economic woes. Balancing military and civilian leadership, the Sudanese government has had to navigate these internal pressures while maintaining its strategic alliances with Saudi Arabia and the UAE.

STATE OF QATAR

Qatar has consistently supported efforts to bring peace to Yemen and has welcomed initiatives to resolve the conflict. Recently, Qatar endorsed the United Nations' roadmap for peace in Yemen, which includes measures for a nationwide ceasefire and preparations for a comprehensive political process under UN auspices. Qatar's Ministry of Foreign Affairs expressed, in December 2023, hope that the roadmap will lead to sustainable peace, fulfilling the aspirations of the Yemeni people for security, development, and prosperity. Qatar appreciates the efforts of the UN, Saudi Arabia, and Oman in facilitating these peace initiatives.

In addition to diplomatic support, Qatar has contributed significantly to humanitarian efforts in Yemen. The Qatar Fund for Development has provided substantial financial aid to address urgent food security needs and support health and sanitation projects. These contributions aim to mitigate the humanitarian crisis and improve living conditions for the Yemeni people. Overall, Qatar's stance on the Yemen war is focused on promoting peace and stability through diplomatic means and humanitarian aid, demonstrating a commitment to ending the conflict and supporting the well-being of Yemen's population.

QUESTIONS TO PONDER

- 1.** What measures can be taken to ease the humanitarian crisis in Yemen and provide suitable conditions for UN and NGO humanitarian groups to aid civilians effectively on healthcare, famine, and infrastructural issues?
- 2.** Whether in its extension or through political agreements, how do foreign interests act upon the war? What are its effects?
- 3.** How can countries and international actors that have signed disarmament treaties and peace agreements strengthen enforcement and accountability mechanisms to effectively fight arms proliferation and human rights violations in conflict zones?

4. How can the 'spill-over' effect be refrained to protect neighboring countries and near areas (such as the Bab al-Mandab strait)?

5. In which ways would it be possible to de-escalate the intensity of the conflict?

REFERENCES

ACTOR Profile: Internationally Recognized Government | Yemen Conflict Observatory - ACLED. Disponível em: <https://acleddata.com/yemen-conflict-observatory/actor-profiles/internationally-recognized-government/>. Acesso em: 29 maio 2024.

ACTOR Profile: Saudi-led Coalition | Yemen Conflict Observatory - ACLED. Disponível em: <https://acleddata.com/yemen-conflict-observatory/actor-profiles/saudi-led-coalition/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

AL JAZEERA. A timeline of Yemen's slide into conflict and war. 11 Apr. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/4/11/a-timeline-of-yemens-slide-into-conflict-and-war>. Acesso em: 27 Mar. 2024.

AL JAZEERA. Houthis leave Saudi Arabia after talks on potential Yemen ceasefire deal. 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/19/houthis-leave-saudi-arabia-after-talks-on-potential-yemen-ceasefire-deal>. Acesso em: 29 maio 2024.

AL JAZEERA. Is the Red Sea becoming fully militarised? 23 Feb. 2024. Available from: <https://www.aljazeera.com/program/inside-story/2024/2/23/is-the-red-sea-becoming-full-y-militarised>. Accessed: 25 Feb. 2024.

AL JAZEERA. Key facts about the war in Yemen. 25 Mar. 2018. Available from: <https://www.aljazeera.com/news/2018/3/25/key-facts-about-the-war-in-yemen>. Accessed: 25 Feb. 2024.

AL JAZEERA. UAE reduces military forces in Yemen amid Gulf tensions: Report. 28 jun. 2019. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2019/6/28/uae-reduces-military-forces-in-yemen-amid-gulf-tensions-report>. Acesso em: 21 jun. 2024.

AL JAZEERA. Who are the Houthis? A simple guide to the Yemeni group. 12 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2024/1/12/who-are-yemens-houthis-a-basic-guide>.

Acesso em: 18 jun. 2024.

AL JAZEERA. World reacts to US, UK attacks on Houthi targets in Yemen. 12 jan. 2024. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2024/1/12/world-reacts-to-us-uk-attacks-on-houthi-targets-in-yemen>. Acesso em: 21 jun. 2024.

AL JAZEERA. Yemen's Houthis 'will not stop' Red Sea attacks until Israel ends Gaza war. 19 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2023/12/19/yemens-houthis-will-not-stop-red-sea-attacks-until-israel-stops-gaza-war>. Acesso em: 5 jun. 2024.

AL JAZEERA. Yemen warring parties commit to ceasefire, UN-led peace process, says envoy. 23 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2023/12/23/yemen-warring-parties-commit-to-ceasefire-un-led-peace-process-says-envoy>. Acesso em: 25 abr. 2024.

AL MAYADEEN ENGLISH. Djibouti not to partake in US-led naval coalition against Yemen. 28 dez. 2023. Disponível em:

<https://english.almayadeen.net/news/politics/djibouti-not-to-partake-in-us-led-naval-coalition-against-ye>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ASSESSING THE IMPACT OF WAR IN YEMEN: Taylor Hanna | David K. Bohl | Jonathan D. Moyer. 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/yemen>. Acesso em: 28 fev. 2024.

A TIMELINE of the Yemen Crisis, from the 1990s to the Present. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/a-timeline-of-the-yemen-crisis-from-the-1990s-to-the-present/>. Acesso em: 27 Mar. 2024.

BAABOOD, Abdullah. Seas, Checks, and Guns: Emirati and Saudi Maritime Interests in the Yemen Conflict. The Malcolm H. Kerr Carnegie Middle East Center, 2023.

Disponível

em: <https://carnegieendowment.org/research/2023/05/seas-checks-and-guns-emirati-and-saudi-maritime-interests-in-the-yemen-conflict?lang=en¢er=middle-east>.

Acesso em: 29 maio 2024.

BBC NEWS. Who are the Houthis and why are they attacking Red Sea ships? 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-67614911>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BBC NEWS. Yemen conflict: Pakistan rebuffs Saudi coalition call. 10 abr. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-32246547>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BBC NEWS. Yemen: Why is the war there getting more violent? 23 Sept. 2014. Available from: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423>. Accessed: 17 Feb. 2024.

BILATERAL Political Relations between Türkiye and Yemen / Republic of Türkiye Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkiye-and-yemen.en.mfa>. Acesso em: 8 jul. 2024.

BY RUTH COMERFORD & FRANK GARDNER, SECURITY CORRESPONDENT. US and UK launch fresh strikes on Houthis in Yemen. 22 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-68064422>. Acesso em: 29 maio 2024.

CAAT - UK arms to Saudi Arabia. Disponível em: <https://caat.org.uk/homepage/stop-arming-saudi-arabia/uk-arms-to-saudi-arabia/>. Acesso em: 29 maio 2024.

CAAT - The war on Yemen's civilians. Disponível em: <https://caat.org.uk/homepage/stop-arming-saudi-arabia/the-war-on-yemens-civilians/>. Acesso em: 27 Mar. 2024.

CAFIERO, Giorgio. Is Oman's hard work with Yemen and Saudi Arabia paying off? 12 abr. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/4/12/is-omans-hard-work-with-yemen-and-saudi-arabia-paying-off>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CANADA-YEMEN relations. Disponível em: <https://www.international.gc.ca/country-pays/yemen/relations.aspx?lang=eng>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHASE, Steven. Canada decries shutdown of UN panel documenting possible war crimes in Yemen. 18 out. 2021. Disponível em: <https://www.theglobeandmail.com/politics/article-canada-decries-shutdown-of-un-panel-documenting-possible-war-crimes-in/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHINA'S Shifting Role in Yemen · Stimson Center. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/chinas-shifting-role-in-yemen/>. Acesso em: 28 maio 2024.

DEVX. Work in Progress: Weapons and Ammunition Governance in Somalia → UNIDIR. 6 nov. 2020. Disponível em: <https://unidir.org/work-in-progress-weapons-and-ammunition-governance-in-somalia/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

DJIBOUTI Response Plan for Yemen Crisis. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/documents/details/32280>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DJIBOUTI steps up coast guard patrols amidst the Red sea crisis | Africanews. 6 fev. 2024. Disponível em: <https://www.africanews.com/2024/02/06/djibouti-steps-up-coast-guard-patrols-amidst-the-red-sea-crisis/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

DOHA NEWS. Qatar welcomes UN announcement on peace roadmap for Yemen. Disponível em: <https://dohanews.co/qatar-welcomes-un-announcement-on-peace-roadmap-for-yemen/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DP World UAE| Ports & Terminals | Parks & Economic Zones | Maritime Services. Disponível em: <https://www.dpworld.com/en/uae>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DUDLEY, Robert Muggah Steven. Op-Ed: The Latin American gun leak. 17 jan. 2015. Disponível em: <https://www.latimes.com/opinion/op-ed/la-oe-muggah-arming-latin-america-20150118-story.html>. Acesso em: 8 jul. 2024.

DURBIN, By James Gregory & Adam. UK will back words with actions against Houthis in Yemen - Cameron. 14 jan. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-67972796>. Acesso em: 29 maio 2024.

ECCHR: WAR crimes in Yemen: Complaint against French arms companies. Disponível em: <https://www.ecchr.eu/en/case/yemen-arms-exports-france/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

EGYPT TODAY. Into Egypt's role in the Yemeni crisis. Disponível em: <https://www.egypttoday.com/Article/1/55920/Into-Egypt's-role-in-the-Yemeni-crisis>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ELAYAH, Moosa *et al.* NGOs' least-played role: Bridging between a divided public administration: The case of Yemen. Public Administration and Development, 24 fev. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pad.2039>. Acesso em: 30 abr. 2024.

EURASI REVIEW. Exploring India's Ties With Yemen – Analysis. 22 set. 2021. Disponível em:

<https://www.eurasiareview.com/22092021-exploring-indias-ties-with-yemen-analysis/>.

Acesso em: 20 jun. 2024.

GLOBAL AFFAIRS CANADA. Statement by Minister Joly and Minister Blair on the United States' and the United Kingdom's action in Yemen. 12 jan. 2024. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2024/01/statement-by-minister-joly-and-minister-blair-on-the-united-states-and-the-united-kingdoms-action-in-yemen.html>.

Acesso em: 20 jun. 2024.

HOMENS-BOMBA atacam mesquitas lotadas no Iêmen - BBC News Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2015/03/150320_ataque_iemen_lgb.

Acesso em: 27 Mar. 2024.

HOUTHIS Involvement in Gaza War: A Tactical Move? Disponível em: https://mecouncil.org/blog_posts/houthis-involvement-in-gaza-war-a-tactical-move/.

Acesso em: 5 jun. 2024.

HOW DID the Yemeni Civil War Strengthen Al Qaeda in the Arabian Peninsula? | Middle East Policy Council. Disponível em: <https://mepc.org/commentary/how-did-yemeni-civil-war-strengthen-al-qaeda-arabian-peninsula>. Acesso em: 27 Mar. 2024

HUGHES, David. NATO Review - Yemen's problems are the region's problems. 13 set. 2010. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2010/09/13/yemens-problems-are-the-regions-problems/index.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. France Should Stop Selling Arms to the United Arab Emirates, Saudi Arabia. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2021/12/02/france-should-stop-selling-arms-united-arab-emirates-saudi-arabia>. Acesso em: 21 jun. 2024.

INDIA TODAY. Why Red Sea crisis could see businesses in red | Explained in maps. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/world/story/red-sea-crisis-suez-canal-map-trade-routes-panama-canal-drought-supply-chains-2490518-2024-01-19>. Acesso em: 17 jun. 2024.

INDIA welcomes ceasefire in Yemen, calls for peace and security. Disponível em: https://www.business-standard.com/article/international/india-welcomes-ceasefire-in-yemen-calls-for-peace-and-security-122040701111_1.html. Acesso em: 20 jun. 2024.

INFOGRAPHIC - The ATT, arms trade to Saudi-Arabia and violence in Yemen. Disponível em:

<https://ipisresearch.be/publication/infographic-att-arms-trade-saudi-arabia-violence-yemen/>. Acesso em: 27 maio 2024.

IRAN'S Role in the Yemen War: Real Influence and Regional Gains. Disponível em: https://mecouncil.org/publication_chapters/irans-role-in-the-yemen-war-real-influence-and-regional-gains/. Acesso em: 27 maio 2024.

IRAN'S Support of the Houthis: What to Know. 1 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/irans-support-houthis-what-know>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ISRAELI MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Hamas-Israel Conflict 2023: Frequently Asked Questions. 8 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/swords-of-iron-faq-6-dec-2023#8>. Acesso em: 5 jun. 2024.

JONES, Owen. Why is the UK government still getting away with complicity in the Yemen war? | Owen Jones. 20 jan. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2022/jan/20/uk-government-yemen-war-saudi-arabia-westminster>. Acesso em: 29 maio 2024.

MIDDLE EAST EYE. Sudan sending hundreds of troops to Yemen via Saudi Arabia. 2 out. 2020. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/news/sudan-yemen-sending-hundreds-troops-saudi-arabia>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MINISTRY of Foreign Affairs of the Russian Federation. Foreign Minister Sergey Lavrov's remarks and answers to media questions at a joint news conference following talks with Yemeni Prime Minister and Minister of Foreign Affairs and Expatriates Ahmed Awad Bin Mubarak, Moscow, February 27, 2024. Disponível em: <https://mid.ru/en/maps/ye/1935301/>. Acesso em: 29 maio 2024.

NEW ARAB. How South African weapons fuel war crimes in Yemen. Disponível: <https://www.newarab.com/analysis/how-south-african-weapons-fuel-war-crimes-yemen>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PARLIAMENTARIANS FOR GLOBAL ACTION. Federative Republic of Brazil - Arms Trade Treaty Status Update. 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.pgaction.org/news/brazil-arms-trade-treaty-update-2017.html>. Acesso em: 4 jun. 2024.

RAND. A Precarious Moment for Yemen's Truce. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2023/12/a-precious-moment-for-yemens-truce.html#:~:text=The%20Truce,in%20Yemen%2C%20negotiated%20under%20U.N.>. Acesso em: 25 abr. 2024.

REMARKS by President Biden on America's Place in the World | The White House. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/02/04/remarks-by-president-biden-on-americas-place-in-the-world/>. Acesso em: 27 maio 2024.

REUTERS. Saudi-led coalition announces end to Yemen operation. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKBN0NC24S/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RYAN, William B. F.; SCHREIBER, B. Charlotte. Red Sea | Map, Middle East, Shipping, Marine Ecosystems, & Geology. 26 jul. 1999. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Red-Sea>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SADA. Biden and the War in Yemen: The Larger Context of the Shifts in the American Position. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/sada/2021/04/biden-and-the-war-in-yemen-the-larger-context-of-the-shifts-in-the-american-position?lang=en>. Acesso em: 27 maio 2024.

SCHAER, Cathrin. Red Sea attacks: Why Arab nations won't join naval coalition – DW – 12/21/2023. 21 dez. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/en/red-sea-attacks-why-arab-nations-wont-join-naval-coalition/a-67790545>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SENADO aprova acordo de cooperação técnica entre Brasil e Iêmen, país devastado pela guerra. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/03/09/senado-aprova-acordo-de-cooperacao-tecnica-entre-brasil-e-iemen-pais-devastado-pela-guerra>. Acesso em: 27 maio 2024.

SHACKLE, Samira. UK-Houthi conflict stirs fears of escalation among Britain's Yemenis. 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/2/27/uk-yemeni-diaspora-houthi-attacks>. Acesso em: 29 maio 2024.

STAFF, Al Jazeera. 'Fed up with war': Yemenis fear new conflict after Houthi Red Sea attacks. 20 dez. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2023/12/20/fed-up-with-war-yemenis-fear-new-conflict-after-houthi-red-sea-attacks>. Acesso em: 26 Mar. 2024.

STATEMENT BY AMBASSADOR Munir Akram, Permanent Representative of Pakistan to the United Nations, at the General Debate of the UN Disarmament Commission Statement by Ambassador Munir Akram, Permanent Representative of Pakistan to the United Nations, at the General Debate of the UN Disarmament Commission. 1 Abr. 2024. Disponível em:

[https://docs-library.unoda.org/United_Nations_Disarmament_Commission_-_ \(2024\)/pakistan_en.pdf](https://docs-library.unoda.org/United_Nations_Disarmament_Commission_-_ (2024)/pakistan_en.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.

SUDAN'S Controversial Rapid Support Forces Bolster Saudi Efforts in Yemen. Disponível em: <https://jamestown.org/program/sudans-controversial-rapid-support-forces-bolsters-saudi-efforts-yemen/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SUDAN TRIBE. Sudan's ruling party asserts continued participation in Yemen war. 26 mai. 2018. Disponível em: <https://sudantribune.com/article63639/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Somaliland | Historical Region, Self-Declared State in Africa. 20 jul. 1998. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Somaliland>. Acesso em: 21 jun. 2024.

THE EVOLUTION of Yemeni Migration to Djibouti - Sana'a Center For Strategic Studies. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/main-publications/17445>. Acesso em: 17 jun. 2024.

THE HOUTHIS' 'Sovereign Solidarity' with Palestine - MERIP. Disponível em: <https://merip.org/2024/01/the-houthis-sovereign-solidarity-with-palestine/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

THE ICRC in Yemen: historical overview, 1962-2010 - ICRC. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/feature/2011/yemen-history-2011-08-10.htm>. Acesso em: 30 abr. 2024.

THE MOSCOW TIMES. Russia Abstains From UN Vote Targeting Yemen Houthis. 14 abr. 2015. Disponível em: <https://www.themoscowtimes.com/2015/04/14/russia-abstains-from-un-vote-targeting-yemen-houthis-a45744>. Acesso em: 29 maio 2024.

THE PENINSULA QATAR. Qatar looks forward to extend two-month truce in Yemen to a permanent ceasefire. Disponível em: <https://thepeninsulaqatar.com/article/04/04/2022/qatar-looks-forward-to-extend-two-month-truce-in-yemen-to-a-permanent-ceasefire>. Acesso em: 21 jun. 2024.

THE PENINSULA QATAR. Qatar welcomes UN envoy statement on road map for peace in Yemen. Disponível em: <https://thepeninsulaqatar.com/article/25/12/2023/qatar-welcomes-un-envoy-statement-on-road-map-for-peace-in-yemen>. Acesso em: 21 jun. 2024.

THE WAR in Yemen: The view from Iran. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/5654-war-in-yemen-the-view-from-iranv>. Acesso em: 26 Mar. 2024.

THE WAR next door: Omani foreign policy toward Yemen. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/war-next-door-omani-foreign-policy-toward-yemen>. Acesso em: 20 jun. 2024.

THE YEMEN Crisis: Impacts and Prospects. Disponível em: https://www.ciis.org.cn/english/COMMENTARIES/202007/t20200715_2732.html. Acesso em: 25 abr. 2024.

TIMES OF ISRAEL. In first, IDF confirms Houthi cruise missile hit open area near Eilat on Monday, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/in-first-idf-confirms-houthi-cruise-missile-hit-open-area-near-eilat-on-monday/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

TIMES OF ISRAEL. Yemen's Houthis training to invade Israel, but need a way to get there – report. 3 jun. 2024. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/yemens-houthis-training-to-invade-israel-but-need-a-way-to-get-there-report/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

TIME to Rethink International Intervention in Yemen. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/time-to-rethink-international-intervention-in-yemen/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

TRUCE Providing Serious Opportunity for Ending Yemen's Long Conflict, Briefers Tell Security Council | Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sc15258.doc.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

TURKEY'S Policy Shifts Toward Yemen's Civil War, a Local and Regional Perspective - Sana'a Center For Strategic Studies. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/analysis/15966>. Acesso em: 25 jun. 2024.

TYRANNY on the waters: The UAE-Israeli occupation of Yemen's Socotra Island. Disponível em: <https://thecradle.co/articles-id/916>. Acesso em: 21 jun. 2024.

UK Parliament. Yemen in 2023: Conflict and status of peace talks. Disponível em: <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-9327/>. Acesso em: 29 maio 2024.

UN Chronicles. Financing for Development to Reach the MDGs: The Experience in the Arab Region. Disponível em: <https://www.un.org/en/chronicle/article/financing-development-reach-mdgs-experience-arab-region>. Acesso em: 25 abr. 2024.

UN General Assembly. Disarmament and International Security (First Committee). Available from <https://www.un.org/en/ga/first/index.shtml>. Accessed: 2 Mar. 2024.

UNICEF. Yemen takes a major first step in reaching marginalized communities. Disponível em: <https://www.unicef.org/mena/press-releases/yemen-takes-major-first-step-reaching-marginalized-communities>. Acesso em: 25 abr. 2024.

U.S. RELATIONS WITH YEMEN | U.S Department of State. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-yemen/>. Acesso em: 27 maio 2024.

VICE Foreign Minister Deng Li Holds Talks with Deputy Foreign Minister of Yemen Mansour Ali Saeed Bajash. Disponível em: <https://rb.gy/ca2ski>. Acesso em: 28 maio 2024.

[/stop-arming-saudi-arabia/uk-arms-to-saudi-arabia/](https://rb.gy/ca2ski). Acesso em: 29 maio 2024.

WAR AND Displacement in Yemen and Somalia - The Borgen Project. Disponível em: <https://borgenproject.org/war-in-yemen-and-somalia/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

WAR IN Yemen | Global Conflict Tracker. 5 Mar. 2024 Available from: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/war-yemen>. Accessed: 17 Feb. 2024.

WELCOME to Permanent Mission of India to the UN , New York. Disponível em: <https://pminewyork.gov.in/IndiaatUNSC?id=NDEzOQ>. Acesso em: 20 jun. 2024.

WERKHÄUSER, Nina. German arms in the Yemen war – DW – 02/26/2019. 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/in-yemen-war-coalition-forces-rely-on-german-arms-and-technology/a-47684609>. Acesso em: 25 jun. 2024.

WILL THE Houthis Target U.S. Troops in Djibouti Next? Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/will-houthis-target-us-troops-djibouti-next-208738>. Acesso em: 20 jun. 2024.

WINTOUR, Patrick. More than half of \$2.6bn aid to Yemen pledged by countries involved in war. 26 fev. 2019. Disponível em: [https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/26/more-than-half-of-26bn-aid-to-yemen-pledged-by-countries-involved-in-war#:~:text=The%20main%20pledges%20included%20\\$500,2018%20for%20use%20this%20year](https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/26/more-than-half-of-26bn-aid-to-yemen-pledged-by-countries-involved-in-war#:~:text=The%20main%20pledges%20included%20$500,2018%20for%20use%20this%20year). Acesso em: 25 abr. 2024.

WHO ARE Yemen's Houthis? Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/who-are-yemens-houthis>. Acesso em: 18 jun. 2024.

WORLD REPORT 2024: Rights Trends in Yemen. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/yemen>. Acesso em: 20 jun. 2024.

YEMEN: A Brief Background | unfoundation.org. Disponível em: <https://unfoundation.org/what-we-do/issues/peace-human-rights-and-humanitarian-response/yemen-a-brief-background/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

YEMEN: All Sides Fuel Humanitarian Crisis. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2018/01/18/yemen-all-sides-fuel-humanitarian-crisis?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw26KxBhBDEiwAu6KXt5kbNGFwx5UxGotbGzYTGP8Dd54nIPpcvMfLMcutspewLliuGa0Q0BoCiIoQAvD_BwE. Acesso em: 25 abr. 2024. CAAT - The war on Yemen's civilians. Disponível em: <https://caat.org.uk/homepage/stop-arming-saudi-arabia/the-war-on-yemens-civilians/>. Acesso em: 27 Mar. 2024.

YEMEN - Civil War, Ancient Kingdoms, Trade. 26 Jul. 1999. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Yemen/History>. Acesso em: 25 Mar. 2024.

YEMEN Conflict Observatory - ACLED. Disponível em: <https://acleddata.com/yemen-conflict-observatory/#1700477750819-86f9adce-838d>. Acesso em: 27 maio 2024.

YEMEN Crisis Explained. Disponível em: <https://www.unrefugees.org/news/yemen-crisis-explained/>. Acesso em: 26 Mar. 2024.

YEMEN crisis update: August 2023. Disponível em: <https://www.doctorswithoutborders.org/latest/yemen-crisis-update-august-2023>. Acesso em: 26 Mar. 2024.

YEMEN: France calls upon the parties to act in order to reach a political agreement. Disponível em: <https://onu.delegfrance.org/yemen-france-calls-upon-the-parties-especially-the-houthis-to-act-to-reach-a>. Acesso em: 21 jun. 2024.

YEMEN: Houthi Strike on Saudi Airport Likely War Crime. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2017/11/07/yemen-houthi-strike-saudi-airport-likely-war-crime>. Acesso em: 29 maio 2024.

YEMEN oil tanker: 'Pivotal chapter' concludes but important work remains. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/08/1140162>. Acesso em: 21 jun. 2024.

YEMEN: Recent progress marred by Gaza war fallout, UN envoy reports. Available from: <https://news.un.org/en/story/2024/02/1146542>. Accessed: 17 Feb. 2024.

YEMEN: Safeguarding Lives, Improving Food Security and Nutrition, and Building Resilience | World Food Programme. Disponível em: <https://www.wfp.org/operations/200636-yemen-safeguarding-lives-improving-food-security-and-nutrition-and-building>. Acesso em: 25 abr. 2024.

YEMEN'S Tragedy: War, Stalemate, and Suffering. 1 May, 2023. Available from: <https://www.cfr.org/background/yemen-crisis>. Accessed: 17 Feb. 2024.

YEMEN: Widespread Violations; No Access to Justice. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/01/11/yemen-widespread-violations-no-access-justice#:~:text=Saudi%20border%20guards%20have%20killed,be%20a%20crime%20against%20humanity>. Acesso em: 29 maio 2024.

387 Days of Power: How Al-Qaeda Seized, Held and Ultimately Lost a Yemeni City Sana'a Center For Strategic Studies. Disponível em: <https://sanaacenter.org/publications/main-publications/12247>. Acesso em: 27 Mar. 2024.

Organización de los Estados Americanos

La lucha contra el narcotráfico y sus
efectos en el continente americano

Guía de Estudio de PelotasMUN 2024



LA LUCHA CONTRA EL NARCOTRÁFICO Y SUS EFECTOS EN EL CONTINENTE AMERICANO

João Manoel Vieira de Araújo¹

Mariana Corlassoli²

RESUMEN

La presente Guía de Estudios tiene por intención informar, así como discutir y advertir la dimensión de la lucha contra el narcotráfico y sus efectos, algo que afecta a todo el continente americano en las más diversas áreas. El foco del análisis vigente se centrará en lo que se refiere en especial a la producción de drogas en América del Sur y la ruta Sur-Norte de tráfico, lo que contribuye, desde hace años, al crecimiento de la violencia causada por esta calamidad internacional contemporánea. Las proporciones tomadas por el problema aquí estudiado preocupan sobre el futuro de las naciones del continente, lo que refuerza la importancia de tratar, de la manera correcta, tal objeto de análisis.

En ese sentido, es perceptible que la Organización de los Estados Americanos (OEA), a través de sus 34 miembros, se demuestra como órgano político de suma relevancia y compromiso para el control del narcotráfico en todas las regiones, sean ellas Norte, Sur o Central. Por lo tanto, a lo largo de esta Guía se hará la contextualización histórica del tema, la profundización del problema, las acciones internacionales previas, así como las declaraciones y posiciones de cada Estado que se encuentra en este comité.

INTRODUCCIÓN

Ampliamente entendido como el "Nuevo Mundo" para algunas visiones del ámbito historiográfico, el continente americano es, sin duda, uno de los más prestigiosos y singulares en diversos aspectos de la vida contemporánea, no sólo

¹ João Manoel Vieira de Araújo es estudiante del curso de Relaciones Internacionales en la Universidad Federal de Pelotas (UFPel).

² Mariana Corlassoli es estudiante del curso de Relaciones Internacionales en la Universidad Federal de Pelotas (UFPel).

para sus habitantes, sino también para el planeta como un todo. A pesar de sus raíces históricas provenientes de los pueblos indígenas originarios de norte a sur, así como la influencia de las innumerables culturas africanas que aquí se perpetraron, es innegable que América, así como los demás continentes, dispuso de un mayoritario predominio europeo en sus más diversos campos e instituciones. Desde la perpetuación de ideas democráticas y de libertad - principios que rigen la Carta de la OEA - hasta la aquiescencia del derecho internacional, en especial en la formación de los Estados, es perceptible el efecto que Europa tiene, aún hoy, sobre América y el mundo (Carta da OEA, 1993).

No por casualidad, la base de la palabra "droga", que constituye el problema central de análisis de esta Guía, proviene justamente de Europa. Originalmente, se deriva de la expresión alemana *droghe vate*, que designaba el recipiente donde se guardaban las hierbas secas, o de la neerlandesa *droog*, que se refería a los productos naturales destinados a la gastronomía y la curación de enfermedades. A pesar de su origen etimológico, en la actualidad, las drogas se han constituido como un problema, caracterizando al narcotráfico como una "epidemia" en muchos países, particularmente en América (Dias, 2019; Klobucista; Ferragamo, 2023; Souza; Calvete, 2017).

Una de las exponentes obras sobre el tema de las drogas, el libro "*Forces of Habit*", del historiador estadounidense David Courtwright, examina diferentes tipos de sustancias que son interpretadas como "droga". En este análisis, el autor separa los grupos en "tres grandes" - alcohol, tabaco y cafeína - y "tres pequeños" - opio, cannabis y coca - teniendo en cuenta no sólo el volumen de consumo de ellas en la historia, sino también el imaginario social construido a su alrededor, sea en los ámbitos político, económico o cultural. Mientras que el primer grupo está constituido por elementos cruciales en lo que se refiere al comercio y a la recaudación de recursos, incluso para muchos Estados americanos, ya que son históricamente demostrados en el mundo occidentalizado como no ilícitos; el segundo, por el contrario, es históricamente ilícito y acaba por apalancar el problema "epidémico" del narcotráfico en muchas naciones del continente (Courtwright, 2001; Dias, 2019).

Teniendo conocimiento acerca del problema del comercio ilegal de drogas en América y sus impactos en los últimos años, sobre todo las amenazas a la sociedad civil y a la legislación de los países, algo que abre camino para la violencia y la destrucción; es de suma importancia resaltar que la OEA - constituida como un organismo regional dentro de las Naciones Unidas - se dedica a la lucha contra este obstáculo social, económico y político; a pesar, por supuesto, de reconocer las dificultades que esta temática abarca. Con muchos proyectos enfocados en la reducción de la oferta y la demanda de las drogas, que van más allá de ampliar un fuerte movimiento antidrogas en cada Estado miembro, es relevante traer a la luz la Comisión Interamericana para el control del Abuso de Drogas (CICAD), que es el órgano consultivo y asesor de la OEA en materia de drogas. Creada en 1986, durante el auge de los problemas internacionales resultantes de los cárteles colombianos, la CICAD sirve como Foro para que los miembros de la organización discutan y encuentren soluciones que puedan combatir el problema de las drogas y sus efectos, a través de la ampliación de esfuerzos y la promoción de la cooperación y coordinación regional (Carta da OEA, 1993; CICAD, 2024; OEA, 2024).

Por el contrario, las críticas son constantemente hechas por académicos, políticos y otras personas involucradas en tales organismos, y muchos afirman serlo:

(...) necesario crear instrumentos mejores para seguir los progresos en materia de cooperación internacional a lo largo del tiempo, a fin de evaluar con más rigor las enseñanzas extraídas y los obstáculos que a la larga podrían entorpecer la cooperación y restarle eficacia (Jiménez, 2021, p. 12-13).

Sin embargo, es sabido que las adversidades particulares de cada Estado miembro dificultan, de hecho, los esfuerzos de los países y de la OEA. Por lo tanto, lo que se busca, a fin de contener la problemática mostrada, es comprender y facilitar a todos el logro de los objetivos no sólo de la OEA, sino también de la sociedad civil. Esto puede ser visto, por ejemplo, a través de los informes sobre Oferta de Drogas en las Américas proporcionados esporádicamente por la OEA, los cuales, basados en evidencias sobre el suministro de drogas en el continente, describen tendencias y cuestiones de interés para los formuladores de políticas y el público en general, siendo el más reciente de 2022, que tenía como foco y

preocupación precisamente las tres drogas que apalancan el problema del narcotráfico en América, es decir, el opio, el cannabis y los derivados de coca (OEA, 2022).

CONTEXTO HISTÓRICO

Desde hace siglos, las drogas han estado presentes en las más diversas sociedades históricas, poseyendo, por ejemplo, un papel relacionado a la cura de enfermedades y a la gastronomía, como ya se mencionó en la introducción. Siendo así, es posible afirmar que esas sustancias caracterizaron, así como ayudaron a moldear, muchos de los períodos históricos vividos por la humanidad como un todo.

En primer análisis, entre los siglos XVI y XVIII, con la exploración del "Nuevo Mundo", las sustancias que dan origen a las drogas fueron uno de los bienes más disputados y codiciados, corroborando para los grandes descubrimientos y navegaciones. Por lo tanto, sus denominaciones sociales adquirieron nuevos significados más precisamente en este período del Mercantilismo. Tal época fue la responsable de elevar la relevancia de las drogas, que pasaron a disponer de significados más diversificados. Todo esto ya que – principalmente por medio de la recolección de las llamadas "especias" – sus propiedades alimenticias y, sobre todo, medicinales se tornaron imprescindibles al progreso de los Estados. De esta forma, los intercambios internacionales añadieron un valor comercial a esos productos, hecho que transformó las drogas, en fin, en mercancías (Souza; Calvete, 2017).

Sin embargo, en el siglo XIX, el desarrollo de la química y otras áreas de estudio destacó la importancia del compuesto denominado "alcaloide", usado para la creación de medicamentos relacionados con la mente humana. A pesar de que, en la visión de la época, tal compuesto permitió seguir contribuyendo al progreso humano y científico, los alcaloides sólo podían ser encontrados en ciertas plantas, algo que posibilitó el aislamiento y la extracción de nuevas y diversas sustancias psicoactivas. A saber, la primera en ser obtenida fue la morfina, del opio, en 1804. Enseguida, varias otras sustancias, así como sus plantas, fueron siendo estudiadas.

Se puede mencionar, también, la nicotina (del tabaco), la cocaína (de la coca), la heroína (del opio) e incluso la cafeína (del café) (Fischer, 2016; Souza; Calvete, 2017).

Mientras que la medicina y la salud avanzaban rápidamente, la creciente industrialización de las drogas, por otro lado, contribuyó para su monopolio y dominio por grandes industrias farmacéuticas, que pasaron a surgir en el período y a actuar en el mantenimiento del comercio legal de estos bienes, formando puntos geográficamente estratégicos de dominio económico y político. Esto resultó en la creciente popularización de estas sustancias y, consecuentemente, en la expansión de su consumo, en gran parte como fruto del debilitamiento de las estrategias socioculturales de regulación de su uso, pero también de la necesidad de control de una serie de cuestiones sociales y de salud asociadas a la cuestión. Es a partir de entonces, más precisamente en el cambio del siglo XIX al XX, que se hizo fundamental la presencia del Estado como agente interventor y reglamentador de la temática de las drogas, pasando, así, a formular e implementar políticas públicas en esa dirección (Coronato; Oliveira; Rodrigues, 2020; Souza; Calvete, 2017).

Según lo señalado por Rodrigues (2012), y teniendo en cuenta el contexto del crecimiento del mercado de las sustancias psicoactivas, Estados Unidos fue el primer país en crear regulaciones sobre las drogas y su uso, por medio del "Food and Drug Act", de 1906, el cual tenía el objetivo de controlar la fabricación, el etiquetado y la distribución de productos farmacéuticos. Sin embargo, el destaque en la época se centró en la Conferencia de Shanghái sobre el opio, en 1909. A partir del crecimiento de la discusión sobre la nocividad de esos elementos, tal encuentro fue el responsable de realizar el primer debate acerca del control del mercado de psicoactivos, alcanzando un mayor estatus a través de la ratificación de Tratados y Convenciones que regularizaron el tema a nivel internacional (Coronato; Oliveira; Rodrigues, 2020; Mata; Oliveira, 2021; Souza; Calvete, 2017).

Siguiendo la dirección de las discusiones sobre la regulación de las drogas en todo el mundo, La Liga de las Naciones y, después de la Segunda Guerra Mundial, la Organización de las Naciones Unidas (ONU) fueron primordiales en la documentación con respecto a la prohibición de estas sustancias. Numerosas

conferencias internacionales llevaron el tema a debate, siendo la Convención Única de 1961 la principal de ellas, teniendo en cuenta que definió, a través de listas, qué drogas se permitirían con fines médicos y cuáles se prohibirían (Souza; Calvete, 2017).

Sin embargo, todas estas regulaciones y acciones prohibicionistas impulsaron el consumo y la venta ilegal de estos productos, en lugar de reprimirlos. Así, lo que antes era considerado como problema interno al Estado pasó a tomar proporciones a nivel internacional también, poniendo en riesgo la salud y la sociedad civil y fragilizando las administraciones estatales (Mata; Oliveira, 2021).

A través de estos factores presentados, es que emerge el narcotráfico, factor que acaba por mostrarse como un emprendimiento exitoso y con alto potencial de crecimiento, en el que sus propias reglas y leyes deberían ser pautadas y respetadas, tornándolo como una fuerza transnacional independiente (Rodrigues, 2012). Dicho esto, y reconocido como un problema real para los Estados a partir de la década de 1950, según Rodrigues (2012), el narcotráfico se vuelve paulatinamente más fuerte y multilateral a lo largo de la Guerra Fría, propagándose más allá de cualquier frontera, es decir, de los límites territoriales, marítimos y aéreos.

Con el pasar de las décadas, la perpetuación del escenario evidenciado al final de la era bipolar propició, aún más, el establecimiento de esos nuevos actores, que pasaron a actuar significativamente en los Estados, en las reglas y en las leyes que dictaban, y aún dictan, en el sistema internacional. Esto, sumado a la consolidación de la globalización, posibilitó la creación de nuevos flujos de distribución de las drogas y demás sustancias, corroborando, en exceso, para la veloz expansión del narcotráfico, en especial en el continente americano (Mata; Oliveira, 2021; Rodrigues, 2012).

De esta manera, los países más afectados por el narcotráfico se encuentran en América Latina, ya que son los responsables de la mayoría de la producción de las drogas en el mundo, algo que acaba por consolidar el desarrollo de cárteles y de grupos terroristas y paramilitares, como evidenciados históricamente en

naciones como Colombia, México, Perú, entre otros. Tal fenómeno, por lo tanto, figura en diversos ámbitos e incide directamente en varios segmentos de la sociedad, como la diplomacia, la política interna y exterior, la economía, el debate académico y la actividad policial (Coronato; Oliveira; 2020; Santana, 1999).

PRESENTACIÓN DEL PROBLEMA

El narcotráfico, como representante de una grave amenaza para la sociedad civil y para la legislación, se ha convertido en uno de los principales actores no estatales responsables por una extensa cadena de procesos que generan violencia, desigualdad y prejuicios a la salud y seguridad públicas. Ante la relevancia del tema en la sociedad actual, sus repercusiones dentro y, sobre todo, fuera de las fronteras del Estado, demuestran que la problemática del asunto debe ser examinada a partir de procesos, no de hechos, ya que el narcotráfico ha adquirido independientemente capacidades industriales de fabricación, distribución y logística de drogas (Emmerich, 2011).

CONCEPTO Y ORGANIZACIÓN

Para abordar este problema, es importante comprender conceptos, los cuales contribuyen en la forma en que estos tipos de crímenes se producen y son tratados. El tráfico está caracterizado por "Comercio o negocio ilícito y clandestino de productos de comercialización prohibida" (Narcotráfico [...], 2024). Por otro lado, el narcotráfico, a pesar de estar definido como "tráfico de estupefacientes o narcóticos", se manifiesta como un fenómeno multifacético en la realidad que se presenta.

En este contexto, entender que el narcotráfico está en constante expansión y en niveles elevados de organización es esencial para analizar los impactos causados en diferentes sectores de la sociedad. Al examinar la capacidad de acción, dentro de características territoriales, las organizaciones criminales tienen relaciones escasas en una dimensión micro, dado que son capaces de mantenerlas solamente en una misma región. Sin embargo, en una dimensión macro, tienen

capacidad de establecer relaciones con múltiples países, articulando así su poder a nivel global (Oliveira, 2004).

Así, su penetración, en regiones que puede controlar, asume recortes específicos, visto que, en estas sociedades, que son marcadas por “la exclusión y la pobreza, los límites y las fronteras entre la ilegalidad y la necesidad” se han hecho cada vez más “indiferenciados” (Villatoro, 2012, p. 59). De esta razón se infiere que el narcotráfico se correlaciona con la pobreza, una vez que sujetos de bajas condiciones socioeconómicas han sido incorporados a este tipo de actividad de manera determinante, buscando salir de las condiciones sumergidas en que viven (Villatoro, 2012).

A partir de esta asociación, vínculos estrechos se desarrollan entre narcotráfico y violencia. Para seguir articulando su influencia, los narcotraficantes necesitan mantener el monopolio de su negocio, lo que hacen mediante torturas o muertes, generalmente practicadas por estas personas provenientes de estratos sociales bajos, que fueron empleadas por esta red de negocios criminales, motivadas por la esperanza de ascenso social. De esta manera, se desprende que la lógica que mantiene el narcotráfico es sostenida por controversias en la esfera social, pues él necesita de la pobreza y de la violencia, al mismo tiempo en que es uno de los principales causadores de estos daños a la sociedad (Villatoro, 2012).

LA LOGÍSTICA DEL NARCOTRÁFICO EN EL CONTINENTE (LA RUTA SUR - NORTE)

Las rutas del narcotráfico son el mecanismo que garantiza la eficiencia del mercado de drogas en el continente americano, ya que abarca múltiples países y diferentes formas de transporte, posibilitando la entrega de los narcóticos a los países consumidores. Así como los movimientos que acompañaron las tendencias globales, tal cual la globalización, el narcotráfico también se ha transnacionalizado (Sousa; Pfrimer, 2021).

Un problema evidente en América Latina es la exportación de cocaína, una de las drogas más consumidas en el mundo. A partir de los años 1980, ante la crisis económica que afectó el continente, la venta de cocaína se ha vuelto más lucrativa

que cualquier otra actividad agrícola, teniendo a Colombia como principal proveedor. Con este desarrollo, las rutas de tráfico se intensificaron para atender cada vez más mercado; y hasta hoy logran con éxito sus objetivos. Países como Colombia, Perú y Bolivia se han involucrado en esta actividad de manera relevante, llegando a una producción anual de 550 toneladas (Garfia, 2022; Sousa; Pfrimer, 2021).

Dicho esto, es reconocido que rutas por el océano Pacífico se han desarrollado rápidamente para suplir el mercado del narcotráfico. Un comercio marítimo, aéreo y también terrestre es el responsable de llevar cerca de la mitad de la producción de cocaína de los países productores hasta el Caribe y Panamá. A partir de este punto, la producción aún puede pasar por México o Canadá antes de llegar a los Estados Unidos, país consumidor del 35% de los narcóticos provenientes de América del Sur. El restante de la producción es enviada a Europa, pero del mismo modo transita por el Caribe, donde también se comercia con Puerto Rico antes de llegar a los consumidores finales (Garfia, 2022).

Otros países americanos también se involucran en esta red ilegal de transporte de narcóticos, como es el caso de Haití, puesto que tiene fronteras semiabiertas con la República Dominicana, y se ha vuelto un punto de tránsito de drogas. Brasil también ha sido explorado como ruta de tránsito, una vez que posee grandes territorios y una red fluvial amazónica. De esta manera, sus características crean un espacio de tránsitos no controlados (Garfia, 2022).

INFLUENCIA INTERNACIONAL Y CONSECUENCIAS

Además del radio de acción sostenido en menores dimensiones, se ha de analizar la capacidad de influencia que el narcotráfico desarrolla en otros países, principalmente en las esferas económica, política, social y cultural. En este sentido, las relaciones entre naciones se quedaron amenazadas por el narcotráfico mientras el proceso de globalización, dado que, según Coronato; Oliveira; Rodrigues, (2020, p. 50) “la comercialización de drogas disfrutó de la misma facilidad que cualquier otro mercado común legal”. El problema, a partir de este momento, pasa a destinarse a las relaciones internacionales, no solamente a la

soberanía nacional, la cual también pierde legitimidad debido a la presencia de redes de tráfico.

Por lo tanto, este fenómeno, ya multifacético, adquiere capacidades organizativas que compiten con las del Estado, desde mantener control sobre las fronteras de un país hasta determinar políticas, consolidando así su papel de autonomía en la gobernanza. En este punto de desarrollo, el narcotráfico no es solo más un problema de seguridad. Según Emmerich (2011, p. 3), “en cierto nivel el narcotráfico deja de ser un problema de crímenes predatorios, asaltos, violencia, crímenes en las ciudades, y se transforma en un serio problema político.” Cuando se vuelve a un ente político, incorpora comportamientos casi invisibles de criminalidad, puesto que, en este nivel, negocia con grandes flujos de capital y determina las relaciones entre narcotráfico y Estado, así como es el organizador de la delincuencia organizada (Emmerich, 2011).

En la dimensión económica, es importante analizar que el narcotráfico registra movimientos financieros de gran envergadura, convirtiéndose en una enorme economía informal. Se debe tener en cuenta que, según Coronato; Oliveira; Rodrigues (2020, p. 48), “el comercio de drogas ilícitas es la segunda red de negocios más grande del mundo, solo detrás del comercio de armas, movilizando alrededor de 500 mil millones de dólares al año.” En este sentido, los criminales que adquieren capacidades transnacionales necesitan realizar operaciones de lavado de dinero, que involucra grandes sumas de capital y empresas con sedes en varias localidades del mundo (Coronato; Oliveira; Rodrigues, 2020; Oliveira, 2004).

A través de este proceso, que permite que el dinero entre en el mercado de manera legítima, las economías nacionales se quedan vulnerables a la estabilidad. Además de analizar cómo estas transacciones influyen los rumbos de las economías, es esencial entender que las personas provenientes de clases sociales más bajas son las primeras en sentir los efectos de estos cambios económicos, puesto que su capacidad de compra se ve directamente afectada (Cavon, 2012).

Bajo esta perspectiva, la expansión de redes criminales representa la incorporación de nuevos valores en la sociedad. A partir del concepto de

legitimidad del Estado, se sostiene que el narcotráfico disfruta de las mismas capacidades de adquirirla, una vez que se sucede en tres factores accesibles a los criminales: pueblo, patria y nación. El Estado es legítimo cuando la población se siente parte del mismo grupo y acepta que el poder sea monopolizado por los gobernantes (Emmerich, 2011).

No obstante, hay locales donde el Estado no es más capaz de penetrarse, dado que no cumple las demandas elementales de la población. A partir de esta deficiencia estatal, el narcotráfico se vuelve hábil para establecer influencia a partir de sus propios valores, los cuales no encuentran incongruencias, puesto que no hay distinción entre intereses y principios, o sea, hacen lo que sea necesario para lograr lo que desean. Así, cuando pasa a proveer necesidades básicas a la población y su integración, en cambio de lealtad y respeto, el narcotráfico crea una ética que acepta sus acciones como correctas (Emmerich, 2011).

En este contexto, se denota que esfuerzos represivos contra el problema de las drogas no lograron reducir su oferta, además de desprender grandes cantidades de recursos humanos y financieros de sus países de origen. De esta forma, es importante que los países, así como las convenciones y cooperaciones internacionales, tomen conciencia de que el fenómeno del narcotráfico es multifacético y exige intervenciones en todos los niveles, dado que la problemática de las drogas se ha vuelto mundial (Coronato; Oliveira; Rodrigues, 2020).

ACCIONES INTERNACIONALES PREVIAS

ACCIONES DE LAS NACIONES UNIDAS EXTERNAS AL CONTINENTE

Como se evidencia en el contexto histórico de esta Guía, el control internacional sobre narcóticos y sustancias psicotrópicas ilegales pasó a tener más atención por parte de los países principalmente a partir de principios del siglo XX, en medio al alto índice de consumo de opio en la época y las consecuencias del mismo para la salud de las personas. Más precisamente, a partir de la Conferencia de Shanghái, de 1909, los controles a las drogas pasaron a ser más estrictos, bajo coordinación de la Liga de las Naciones y, posteriormente, de la Organización de

las Naciones Unidas. El resultado de estas acciones fue la reducción del 70% de la producción de opio en 100 años, mientras que la población mundial en el mismo período se cuadruplicó. A modo de análisis, si ese esfuerzo de control no hubiera sido hecho, y si el aumento del consumo del opio, apenas acompañara el crecimiento de la población, actualmente el consumo podría ser 13 veces mayor que el verificado en los índices actuales. (UNODC, 2024b).

Aún en este sentido de mayor atención al mercado de las drogas, el Consejo Económico y Social de la ONU estableció la Comisión de Narcóticos (CND, por sus siglas en inglés), en 1946, el cual fue puesto como el órgano central de las Naciones Unidas para políticas relacionadas a la temática. Tal Comisión, aún vigente en el ámbito de la organización, permite la actuación de los Estados miembros a partir del análisis de la situación de las drogas, interna y externamente a sus territorios, así como posibilita que ellos tomen medidas en esas esferas. Además, la Comisión también supervisa la implementación y actúa en todas las áreas vinculadas a los objetivos de las tres convenciones internacionales de control de drogas, que fueron y siguen siendo la referencia legal para todos los países signatarios; fundamentales al tema de la lucha contra el narcotráfico, ellas serán explicadas con más profundidad por delante (UNODC, 2024c).

En 1961, la Convención Única sobre Estupefacientes, que fue mejorada en 1972, se marcó como extremadamente relevante al problema internacional de las drogas. Su objetivo base se centró en la lucha contra el abuso de drogas, a través de acciones internacionales coordinadas. A partir de eso, se establecieron dos formas de intervención y control que pasaron a actuar conjuntamente: la primera se refería a las drogas exclusivas para uso médico y científico; por otro lado, la segunda tenía como objetivo combatir el tráfico de drogas a través de la cooperación internacional para detener y desalentar a los narcotraficantes (UNODC, 2024b).

Diez años después de la primera, en 1971, se celebró la Convención sobre Sustancias Psicotrópicas. En ella, se estableció un sistema de control internacional para las sustancias psicotrópicas, como dicho, siendo una reacción a la manera en que las drogas y su abuso se expandían en la época. El determinante a tal

Convención se concentra en el hecho de que se han creado, además, formas de control acerca de las diversas drogas sintéticas para dos vertientes: su potencial de crear dependencia y su poder terapéutico (UNODC, 2024b).

Finalmente, en 1988, se celebró la Convención Contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, que abarcó buena parte de las discusiones de las dos anteriores. No obstante, a partir de ella, mayores medidas contra el tráfico de drogas fueron comprendidas, inclusive métodos contra males que la problemática en cuestión contribuyó para que se agravase en el ámbito internacional, así es, lavado de dinero y fortalecimiento del control de precursores químicos. Asimismo, esta Convención también fue fundamental para actos de cooperación interestatal, ya que, con ella, el suministro de información para la extradición de traficantes de drogas, su transporte y procedimientos de transferencia se perpetraron en los esfuerzos de combate (UNODC, 2024b).

Con el fin de la Guerra Fría, en los años 1990, más precisamente entre el 8 y el 10 de junio de 1998, tuvo lugar en Nueva York la XX Sesión Especial de la Asamblea General de la ONU (UNGASS, por sus siglas en inglés). Se discutió en ella el problema mundial de las drogas, y los países presentes establecieron una nueva agenda para la comunidad internacional, con la adopción de tres documentos fundamentales: una declaración política, una declaración sobre los principios rectores de la reducción de la demanda de drogas y una resolución con medidas para reforzar la cooperación entre las Naciones. Con un plazo de 10 años a partir de la aprobación de esta declaración política, los Estados miembros de las Naciones Unidas se han comprometido a obtener resultados mensurables en la reducción de la oferta y la demanda de drogas ilegales (UNODC, 2024b).

Después del plazo, en 2009, la CND realizó un análisis de la década que pasó, a respecto de los progresos, o no, acerca del cumplimiento de los objetivos y metas establecidos en el ámbito de la UNGASS. A partir de un informe presentado por la UNODC, se pudo llegar a la conclusión de que los progresos han sido significativos, pero que, en ciertas áreas, regiones y países, como el continente americano, los objetivos no se han alcanzado totalmente. Aun así, se observó una tendencia global de estabilización en la producción, el tráfico y el consumo de drogas en todo

el mundo. Los objetivos, además, siguieron siendo perseguidos por las naciones involucradas, y nuevas metas, de minimizar y, eventualmente, eliminar la disponibilidad y el uso de drogas ilícitas, continuó y ha continuado hasta la actualidad, a pesar de reconocer las dificultades ligadas a la temática (UNODC, 2024b).

En relación al problema del narcotráfico, se puede decir que, con la disminución en el número de conflictos mundiales y el aumento de las guerras regionales a partir de fines de la Guerra Fría, una gran demanda de armas y mano de obra, así como el equipamiento material y humano que alimentan estos conflictos, pasaron a estar íntimamente ligados a las actividades delictivas transnacionales, muy por cuenta del comercio ilícito de drogas, diamantes y personas. Así siendo, muchas actividades fueron caracterizadas, en este sentido, como crimen organizado transnacional, siendo uno de ellos el tráfico ilícito de drogas (SANDRONI, 2007; UNODC, 2024a).

Por lo tanto, las Naciones Unidas, a fines de armonizar las reglas referentes al crimen organizado, pudo establecer, en el año de 2000, la Convención de las Naciones Unidas contra el Crimen Organizado Transnacional, conocida como Convención de Palermo. Esta fue una de las medidas internacionales más importantes de la organización en el ámbito del combate al crimen organizado transnacional, en lo que se encajaba el narcotráfico. También, es a partir de ella que habrá una posible estandarización de las normas jurídicas referentes a la temática. Felizmente, los Estados que ratificaron el instrumento se quedaron comprometidos a una serie de medidas, como la creación de delitos domésticos, adopción de marcos de extradición, asistencia jurídica mutua y cooperación policial, además de promoción de entrenamiento y asistencia técnica para la construcción o mejora de la capacidad necesaria de las autoridades nacionales (SANDRONI, 2007; UNODC, 2024).

INICIATIVAS INTERNAS DE PAÍSES MIEMBROS

Guerra contra las drogas en los Estados Unidos

La política estadounidense de guerra contra las drogas, conocida originalmente como *war on drugs*, fue anunciada en 1971 por el presidente Richard Nixon, cuando pronunció un discurso diciendo que el enemigo número uno de los Estados Unidos era el abuso de drogas. A partir de esta concepción, la articulación de políticas internas y principalmente externas del país se aplicó de diferentes medidas. De esta manera, en 1973, el país crea una agencia que centraliza todas las estrategias y planeamiento de acciones antidrogas, la DEA - *Drug Enforcement Administration* (Administración para el Control de Drogas). A partir de su implementación, realizó sus primeras operaciones contra el narcotráfico en Caribe y México (Mercadante, 2018).

Años después, el presidente estadounidense, Ronald Reagan, intensificó la lucha contra el narcotráfico en el continente por parte de los Estados Unidos. El reflejo de esta intensificación se evidencia en las operaciones militares realizadas, como la operación *Blast Furnace* (Alto Horno), llevada a cabo en 1986, en Bolivia. Fuerzas militares estadounidenses desembarcaron en el país para destruir laboratorios y centros de producción de cocaína (Mercadante, 2018).

En 1989, el Estados Unidos continuó con la militarización como forma de lucha. En esta ocasión, el presidente de la época, George Bush, creía que Colombia era el principal punto de tráfico en el continente, y así, su gobierno desarrolló la Iniciativa Andina. La política preveía asistencia militar, entrenamiento y apoyo logístico a los países involucrados (Colombia, Perú y Bolivia). A partir de esta política, entre los años 1989 y 1994 fueron desembolsados 2.147 mil millones de dólares en el área andina. Así, después de sucesivas políticas buscando reducir la oferta de drogas, los pasos siguientes de la nación norteamericana se concentraron en políticas de combate a la demanda (Mercadante, 2018).

No obstante, la producción y el tráfico de drogas siguieron continuos y cada vez más accesibles. Como ejemplo, durante el período de 1989 a 1998, la producción de coca aumentó significativamente en Colombia, pasando de 33.900 toneladas a 81.400 toneladas, lo que representa un incremento del 140 por ciento durante ese lapso de tiempo. Además, los niveles de violencia han aumentado significativamente y las rutas de tráfico siguen siendo disputadas (Martínez, 2014).

El Plan Colombia

A finales de los años 1990 hasta los años 2000, una iniciativa que visaba combatir y erradicar el cultivo, la producción y el tráfico de drogas en la región andina fue negociada entre Estados Unidos y Colombia. Tal iniciativa, nombrada Plan Colombia, tuvo sus objetivos y políticas alteradas hasta su implementación definitiva, llevando como punto más importante la seguridad en el hemisferio (Martínez; Rosen, 2014).

Dentro del Plan, el gobierno colombiano, con apoyo de los Estados Unidos, ejecutó un programa de fumigación para eliminar los cultivos de drogas. Tal iniciativa resultó en un aumento del cultivo de coca en zonas rurales, además de impactos ambientales adversos (Romero, 2008 *apud* Martínez; Rosen, 2014, p. 188).

De acuerdo con las estadísticas de las Naciones Unidas, después de la implementación del Plan, el cultivo, producción y tráfico de drogas continúan en el país. Según la UNODC (2011), el cultivo de hoja de coca en Putumayo aumentó de 4.785 hectáreas en diciembre de 2010 a 9,951 en diciembre de 2011. Además de esto, el cultivo se trasladó a otros países, como Perú y Bolivia (Martínez, 2014).

La Iniciativa Mérida

México se ha convertido en un país que comparte sus problemas en la temática de las drogas con los Estados Unidos, teniendo en cuenta que una frontera de más de 3.000 kilómetros es compartida por ellos. En este sentido, en 2007, el presidente estadounidense George Bush y el presidente mexicano Felipe Calderón acordaron un plan para combatir el narcotráfico. Funcionó casi como el Plan Colombia, utilizando la militarización como principal instrumento, pero este fue nombrado Iniciativa Mérida. Entre los años 2008 y 2012, fueron destinados 1.6 billones de dólares a México en los programas y actividades de la Iniciativa, provenientes de Estados Unidos (U.S. Department of State, 2013, p. 190 *apud* Martínez; Rosen, 2014, p. 189).

Según la Embajada de Los Estados Unidos en México, los pilares que fundamentaron la Iniciativa fueron los siguientes: 1- trastornar la capacidad operativa del crimen organizado, 2- desarrollar la capacidad de las instituciones judiciales y de seguridad para promover el imperio de la ley, 3- construir una

frontera para el siglo XXI que facilite el comercio y el movimiento lícitos de personas, obstaculice el flujo de drogas, armas e ilegales, y 4- desarrollar comunidades fuertes y resilientes (US Embassy, 2014, p. 189 *apud* Martínez; Rosen, 2014). La Iniciativa, a partir del apoyo de los Estados Unidos, se convirtió en capacitación de las fuerzas policiales, fortalecimiento de las instalaciones de seguridad para enfrentar el tráfico de drogas y la modernización del sistema judicial en México (Martínez; Rosen, 2014).

Sin embargo, después de la captura de los capos y líderes de los principales carteles, las organizaciones criminales cambiaron sus maneras de trabajar para seguir operando, modificando las rutas de tráfico para eludir la acción de las autoridades. Estos cambios se traducen en números, puesto que al final de la administración de Calderón hubo un aumento de 14 organizaciones criminales del narcotráfico. Además, durante el tiempo comprendido entre diciembre de 2006 y noviembre de 2012, fueron documentadas aproximadamente 70.000 ejecuciones vinculadas al narcotráfico en México, como resultado del conflicto entre los cárteles. Cerca del 10% de las víctimas no estaban asociadas al crimen organizado, sino que incluían a funcionarios, periodistas y otros ciudadanos inocentes (Bagley, 2012 *apud* Martínez; Rosen, 2014, p. 190; Ravelo, 2012 *apud* Martínez, 2014, p. 190).

ACCIONES DE LA ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Desde la adopción de la carta de la Organización de los Estados Americanos por parte de países del continente, en 1948, algunas resoluciones y comisiones fueron creadas para intentar combatir y prevenir los daños causados por el narcotráfico, expuestos anteriormente en la presentación del problema en esta Guía (Carraro *et al.*, 2004). Dentro de la OEA, un comité encargado del desarrollo de políticas antidrogas fue establecido en 1982. Dos años después, en 1984, los países miembros firmaron la Declaración de Quito contra el Tráfico de Drogas, reconociendo el tráfico como un crimen contra la humanidad y abogando por la creación de un fondo asistencial para los países de la región (Villela, 2013).

A partir de una resolución aprobada por la organización, en abril de 1986 ocurrió la conferencia que dio origen al Programa Interamericano de Acción Contra

el Consumo, la Producción y el Tráfico Ilícitos de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas, realizada en Río de Janeiro. Conocido como “Programa Río”, su agenda examinaba las implicaciones del tráfico en el desarrollo de sectores como la salud, economía y estabilidad político-administrativa. Además, lo más importante estaba en proponer la creación de una comisión capaz de promover cooperación interamericana sobre el tema de las drogas (Silva, 2013).

En noviembre de 1986, una asamblea general aprobó la creación de tal comisión, nombrada Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD). Sus primeras acciones fueron relacionadas con la creación de bancos de datos y documentos sobre el tráfico en el continente. También se involucró en acciones de reducción de demanda y apoyo a acciones comunitarias y privadas antidrogas (Silva, 2013).

En el ámbito jurídico, fueron lanzados planes de combate al lavado de dinero; medidas para confiscar bienes provenientes del narcotráfico, control de precursores químicos, además de cooperación judicial y extradición. Igualmente, en el ámbito formativo, efectuaron investigaciones legales en Bolivia, trabajos preparatorios para un programa de acción en Caribe, un programa de capacitación y prevención en Perú y estudios sobre erradicación y sustitución de cultivos en los Andes. A partir de estos esfuerzos, la comisión también pasaría a presentar anualmente un informe a la OEA sobre la situación del narcotráfico en el hemisferio, ayudando así a formular análisis recientes (Silva, 2013).

A partir de los esfuerzos de capacitación en el área de precursores químicos, la CICAD elaboró su primer Reglamento-Modelo en 1990, convirtiéndose en una forma común de trabajo para los grupos de expertos, comprendida como una aplicación voluntaria por parte de los países. Actualmente, la comisión trabaja con cuatro grupos de expertos involucrados en diferentes actividades, los cuales son: Desarrollo Alternativo Integral y Sostenible, Reducción de la Demanda, Narcotráfico Marítimo y Sustancias Químicas y Farmacéuticas. De esta manera, elaboran intervenciones multifacéticas para reducir y prevenir el tráfico y sus consecuencias (Silva, 2013).

Aun en este sentido, un grupo gubernamental para la negociación de una estrategia hemisférica antidrogas fue establecido por la CICAD a finales de 1995, lo cual aprobó el documento Estrategia antidrogas del hemisferio en 1996. La Estrategia pretendía enfocarse igualmente en la reducción de la demanda y de la oferta de drogas por parte de los países americanos. La adopción de la Estrategia demostró la necesidad común de fortalecer la lucha contra las drogas ilícitas entre los países de la región. Sin embargo, la resistencia por parte de muchos países americanos reflejó la pérdida de significado de algunos valores fundamentales entre Estados, como la soberanía nacional, la integridad territorial y la no intervención en asuntos internos de una nación (Izquierdo, 2022).

En este contexto, se creó un Mecanismo de Evaluación Multilateral (MEM), como había sido propuesto en la Segunda Cumbre de las Américas, en 1998. Este protocolo hace recomendaciones regularmente a los países miembros de la OEA con base en datos presentados por cada Estado. Su objetivo consiste en aumentar la capacidad de cada miembro para controlar el tráfico y el abuso de drogas, además de fortalecer la cooperación interamericana (Carraro et al., 2004).

En un enfoque más actual, es importante señalar la implementación, por parte de la OEA, de un nuevo Plan de Acción Hemisférico contra las Drogas, válido desde el año 2021 hasta el año 2025. La estrategia y el Plan fueron aprobados por la CICAD en una sesión presidida en Bogotá en 2021. El Plan presenta metas, objetivos y acciones prioritarias que los Estados miembros de la OEA deben considerar al formular e implementar políticas y programas relacionados con las drogas. A través de cinco pilares (Fortalecimiento Institucional, Medidas de Prevención, Tratamiento y Apoyo en la Recuperación, Medidas para Controlar y Contrarrestar el Cultivo, la Producción, el Tráfico y la Distribución Ilícitos de Drogas y para Abordar sus Causas y Consecuencias, Investigación, Información, Monitoreo y Evaluación y Cooperación internacional), se sostiene que las acciones son multidisciplinarias para un enfoque integral, comprometiendo la destinación de recursos materiales, financieros y humanos para lograr sus objetivos (OEA, 2021).

POSICIÓN DE LOS PAÍSES

Este tema se utilizará para exponer la posición específica adoptada por los países seleccionados, así como acciones u omisiones tomadas por ellos, que influyen e impactan las relaciones entre las naciones y tienen consecuencias para el Sistema Internacional.

CANADÁ

Canadá, enfocado en la reducción de la demanda de drogas, antes de la Ley del Cannabis aprobada en 2018, gastaba alrededor de 2 y 3 mil millones de dólares con la policía para combatir el tráfico de la droga. En 2001, fue el primer país en legalizar el uso medicinal de marihuana, y, a partir de variadas reglamentaciones, se volvió una referencia en programas enfocados en la salud y bienestar de los usuarios, basados en saberes médicos (Government of Canada, 2018; Welle, 2017 *apud* Almeida, 2017).

Como las políticas antidrogas del país se concentran, principalmente, en cuidados a la salud de la población, en 2003, fueron creados los programas INSITE. Estos programas son locales de consumo de drogas supervisionados, ofreciendo el consumo de drogas ilícitas con supervisión médica, equipamientos seguros y la opción de cambiar heroína por metadona. Desde su creación, el programa ya ha recibido más de 1,8 millones de visitantes, contribuyendo para el distanciamiento de los dependientes de él cárcel y de emergencias hospitalarias, además de reducir las muertes por sobredosis y nuevos casos de SIDA (Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida) y VIH (Virus de la Inmunodeficiencia Humana). En el año 2010, 221 casos de sobredosis fueron atendidos por el programa, sin registrar ninguna muerte (Almeida, 2017; PHS, 2024).

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA

Bolivia es un país productor de hoja de coca históricamente, debido a tradiciones milenarias. Hasta el año 1988, el cultivo de la hoja era legal en todo el país, con su venta reglamentada. A partir de julio del mismo año, la Ley 1008 (Ley del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas) promulgada por el presidente

Víctor Paz Estenssoro, estableció regímenes legales para el cultivo, uso y control de la coca. Este marco en la legislación boliviana delimitó donde el cultivo de coca continuaría siendo legal y penalizó el cultivo en las demás áreas, sentó las bases legales para la erradicación forzada y otras medidas de interdicción, además de reconocer la importancia histórica y cultural de la hoja para los pueblos andinos (Lucena, 2024; Silva, 2013).

Las políticas contra el narcotráfico en el país se concentran en acciones de combate, como erradicar cultivos y destruir laboratorios. Segundo el viceministro de Defensa Social y de Sustancias Controladas, Jaime Mamani, entre los años de 2021 y 2023, más de 500.000 toneladas de sustancias fueron confiscadas, como pasta base de cocaína, clorhidrato de cocaína y marihuana, ocurridas dentro de más de 25.000 operaciones antidrogas. Además, en el mismo período, 148 laboratorios de cocaína fueron destruidos. En enero de 2023, el presidente Luis Arce estableció una meta de superar 10 mil hectáreas de erradicación de excedentes de hoja de coca. Él afirmó que las Fuerzas Armadas y la Policía Nacional serían encargados de erradicar el excedente, trabajando en conjunto con organizaciones sociales (Martinez, 2023; Cánepa, 2023a).

Otras políticas se concentran en afectar el patrimonio de las organizaciones de tráfico, llevando en cuenta que, a partir de detenciones de los jefes, las redes criminales se desarticulan. En la detección e interceptación de drogas, utilizan el programa de comunicación aeroportuaria de la UNODC, el AIRCOP (*Airport Communication Project*) y, a través del Centro Regional de Inteligencia Antinarcóticos (CERIAN), intercambian informaciones con países vecinos (Cánepa, 2023).

ESTADOS UNIDOS DE AMERICA

La política estadounidense de guerra contra las drogas, conocida originalmente como *war on drugs*, fue anunciada en 1971 por el presidente Richard Nixon, cuando pronunció un discurso diciendo que el enemigo número uno de los Estados Unidos era el abuso de drogas. En 1973, el país crea una agencia que

centraliza todas las estrategias y planeamiento de acciones antidrogas, la DEA (*Drug Enforcement Administration*) (Mercadante, 2018).

Actualmente, la DEA se concentra en una gran amenaza a la sociedad estadounidense, el uso del fentanilo. En 2023, aprendieron casi 12 mil libras de polvo de fentanilo y más de 77 mil millones de pastillas de fentanilo. Además, enfocan sus acciones en derrotar los carteles de Sinaloa y Jalisco, en México, principales proveedores de la droga. A través de Equipos de Amenaza Contraria, acusaron y extraditaron líderes, ejecutores y asociados de carteles en México, además de acusar empresas químicas chinas por el suministro de los químicos precursores (DEA, 2024).

El 15 de diciembre de 2021, el presidente Joe Biden firmó una Orden Ejecutiva para sancionar personas extranjeras con involucramiento en el tráfico de drogas. 25 actores fueron designados en 4 países (Brasil, China, Colombia y México) por su involucramiento o contribución a la proliferación internacional de estupefacientes. Entre algunos actores mencionados, el Departamento del Estado ofrece recompensas por informaciones, como es el caso de los hermanos Ivan Archivaldo Guzman Salazar, Jesus Alfredo Guzman Salazar y Ovidio Guzman Lopez, jefes de una facción del Cartel de Sinaloa (U.S. Department of The Treasury, 2021).

Internamente, la administración Biden cuenta con estrategias multifacéticas para detener la entrada de las drogas. En 13 de marzo de 2023, a través de una operación coordinada entre las Aduanas y Protección Fronteriza e Investigaciones de Seguridad Interna, la Operación Lotus Azul (*Operation Blue Lotus*) aprendió 156 personas y más de 4.500 libras de metanfetamina y cocaína en el primer mes. De esta manera, incorporan unidades caninas y tecnologías en las fronteras, visando aprehender a los criminales transnacionales (Homeland Security, 2023).

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

En 2006, cuando el presidente Felipe Calderón asumió la guerra a las drogas, utilizó medios militares para combatir el tráfico. A partir de esto y un histórico de producción y combate al mercado de drogas (como la Iniciativa Mérida, en 2008),

los carteles mexicanos iniciaron un proceso de intensa violencia en el país, persistiendo y agravándose hasta hoy (Minns, 2023).

En 2018, el gobierno de Andrés Manuel López Obrador, en el poder hasta este año de 2024, lanzó un plan para pacificar el país, prometiendo ofrecer “abrazos no balazos”. Cambiando los medios de combate, la estrategia se enfoca en la seguridad sin enfrentamientos, no en la militarización. Además, incluye una ley de amnistía que perdona a criminales de bajo nivel y una ley de reducción de pena para delatores. Cuenta también con una fuerza policial nacional militarizada y programas sociales para reducir la pobreza. Según el presidente, es necesario salvar vidas y utilizarse de otros métodos para lograr la paz y la tranquilidad, llevando en cuenta que el conflicto no se trata más de aniquilación o exterminio (Reuters, 2018; Tuckman, 2019).

En este contexto, en agosto de 2021, el gobierno mexicano inició un proceso contra once fabricantes de armas estadounidenses. Según el gobierno, 70% de las armas que están en el país son provenientes de los Estados Unidos, llevando en cuenta que las organizaciones criminales las compran en el país vecino, donde la venta es reglamentada. Además, piden que las empresas ofrezcan financiamientos de estudios, campañas y programas enfocados en el combate al tráfico de armas a través de los medios de comunicación (Souza, 2021).

JAMAICA

La marihuana, conocida como “ganja” en Jamaica, fue despenalizada en 2015 después de alteraciones en la Ley de Drogas Peligrosas. Además, licencias para el cultivo y venta de la droga fueron introducidas, y la posesión de hasta 57 gramos de marihuana no es más considerada crimen. A partir de las alteraciones, seguidores del Rastafari (movimiento religioso que busca una mirada hacia África, basado en hábitos que permiten comprender el mensaje del creador, como mantener una dieta vegana, meditar utilizando la marihuana y dejar crecer el pelo) también pueden poseerla legalmente para fines sacramentales (Abuchaibe, 2024; Clammer, 2024).

El 19 de septiembre de 2023, el Viceprimer Ministro y Ministro de Seguridad Nacional, Horace Chang, afirmó, en una Conferencia Internacional de Combate a las Drogas, que el comercio ilícito de drogas necesita de una respuesta transnacional e integral. Destacó que la ubicación geográfica de Jamaica y de la región del Caribe constituyen una ruta para el transporte de narcóticos y armas ilegales. También resaltó que el comercio ilegal de drogas y armas están relacionados y que el Gobierno de Jamaica ha hecho un enfoque más fuerte y dirigido para combatirlos. Según él, este enfoque se refleja en la Ley de Armas de Fuego (Prohibición, Restricción y Regulación) de 2022, además de grandes enmiendas a la Ley de Productos del Crimen en 2019 y en el enfoque más amplio para la Agencia de Aduanas de Jamaica en la protección de las fronteras (Ministry of National Security, 2023).

REPÚBLICA ARGENTINA

Argentina, en el ámbito del narcotráfico, es un país utilizado como ruta de transporte para el comercio ilícito de drogas. La cocaína, procedente de Perú y Bolivia, es enviada a puertos más al sur del país (Buenos Aires y Bahía Blanca) antes de llegar a los mercados consumidores. Además de cocaína, la provincia de Formosa, según puede verse en el mapa de la figura 1, representa un importante punto de ingreso de marihuana, dado que hace frontera con Paraguay. Disputas por las rutas de transporte han sido frecuentes y violentas, donde se destaca la ciudad portuaria de Rosario, un centro logístico importante para los criminales (Ellis, 2024).

La travesía de la droga río abajo

La ruta fluvial se extiende por 3442 km, el viaje que dura entre 9 y 15 días

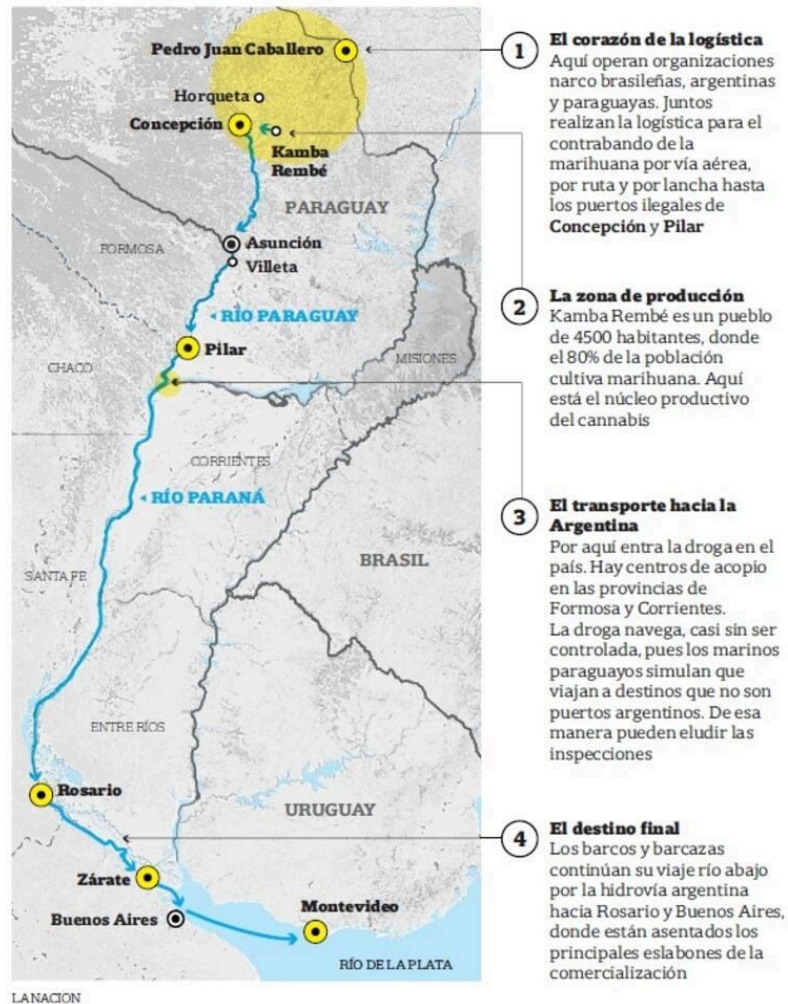


Figura 1: Mapa de la travesía de marihuana en la provincia de Formosa.

Fuente: (Santos, 2016).

El actual presidente del país, Javier Milei, sigue orientándose por una colaboración con los Estados Unidos y las democracias occidentales para configurar sus agendas de seguridad. Utilizando materiales de defensa, interceptan el espacio aéreo para combatir las drogas y otras amenazas. Asimismo, el desarrollo de radares para la protección del espacio aéreo continúa avanzando para prevenir incursiones del narcotráfico. En el mismo contexto, el Ministerio de Seguridad Nacional formó un comité de crisis como política de defensa para

enfrentar la criminalidad creciente en Rosario, concentrándose en el crimen organizado (Ellis, 2024).

La ministra de Seguridad del país, Patricia Bullrich, declaró que Argentina es un territorio hostil para el narcotráfico, después de una operación que prendió a familiares del narcotraficante ecuatoriano José Adolfo Macías Villamar, en enero de 2024. Según Bullrich, la deportación representa un logro muy importante para el país (Lucas, 2024).

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA

Venezuela es un país que sirve como tránsito de cocaína hasta los destinos finales, como Estados Unidos y Europa. De esta manera, para combatir el tráfico es necesario reconocer el compartimiento de fronteras con el mayor productor mundial de la droga: Colombia. Así, las autoridades venezolanas creen que medidas unilaterales no se aplican a cuestiones de carácter internacional, tal cual las drogas (República Bolivariana de Venezuela, 2022; Transparencia Venezuela, 2023).

Reconociendo que el tema no está aislado, Venezuela cuenta con un observatorio nacional de drogas que visa intercambiar y facilitar el acceso de informaciones sobre drogas sintéticas. Además, implementó alertas tempranas, como sistemas de inteligencia, para enfrentar la amenaza de las drogas sintéticas. Bajo esta perspectiva, el país comprende que el acceso a tecnologías más avanzadas es dificultado por cuenta de sus limitaciones económicas (Resumen..., 2024).

A través de la Superintendencia Nacional Antidrogas, Venezuela implementó el Plan Nacional 2019-2025 contra las drogas, lo cual ha logrado, en 2021, la incautación de 51,47 toneladas de drogas, 65 operaciones militares que resultaron en la destrucción de 60 laboratorios de cristalización de clorhidrato de cocaína y la neutralización de 55 aeronaves. Además, el país realizó el Primer Congreso Internacional sobre Drogas y estableció el Centro de Análisis Estratégico, a cargo de la Superintendencia Nacional de Drogas (República Bolivariana de Venezuela, 2022).

REPÚBLICA DE COLOMBIA

Los carteles de Medellín y Cali, a finales de la década de 70, empezaron los cultivos ilegales en Colombia, refinando coca peruana y boliviana y traficando cocaína. En 1985, a partir del tratado de extradición entre Estados Unidos y Colombia (que pretendía llevar a los criminales colombianos a la cárcel en los Estados Unidos), los carteles fomentaron intensos episodios de violencia. Con el desmantelamiento de los grandes carteles (como los de Medellín y Cali) debido a la Iniciativa Andina en los años 1990, el narcotráfico se disolvió en el país y en el continente, volviéndose más sofisticado. Desde ese momento, Colombia se convirtió en el principal productor de hoja de coca y de cocaína del mundo. En 2022, la producción de cocaína aumentó de 1.400 a 1.738 toneladas, revelando que el país aún ocupa dicha posición (Dyniewicz, 2023; Silva; 2013).

El actual presidente, Gustavo Petro, declaró, en su ceremonia de posesión en 2022, que es necesario cambiar los medios de combatir el narcotráfico, teniendo en cuenta que, según él, las estrategias militares utilizadas costaron la vida de un millón de latinoamericanos. A partir de una política de paz total que orienta las agendas antidrogas hasta 2033, el gobierno, bajo el título “Sembrando vida para desterrar el tráfico de drogas”, pretende reducir la producción de cocaína en 43% y erradicar noventa mil hectáreas de cultivo ilegal de hoja de coca. Sin embargo, sesenta y nueve mil hectáreas deben ser erradicadas de forma voluntaria, para que los agricultores que cultivan la hoja tengan otras alternativas de apoyo. Con esta política, se pretende diferenciar la hoja de coca de la droga producida a partir de ella, buscando erradicar los cultivos en escalas industriales, no las pequeñas plantaciones. Asimismo, el gobierno reconoce que es imprescindible establecer negociaciones con los narcotraficantes mediante acuerdos de desarme, reducción de penas y conservación de parte de sus recursos económicos, desde que desmantelen la estructura criminal, restituyan los bienes, indemnicen a las víctimas y se hagan responsables penalmente (Castaño, 2024).

En este sentido, desde enero hasta noviembre de 2023, las acciones de la política de paz total lograron la destrucción de 2.050 laboratorios de pasta base de coca, la aprehensión de 151 laboratorios de cocaína y 24.846 kilos de pasta base de coca, además de 395.979 kilos de la droga y 172 kilos de heroína (Ortega, 2023b).

Con el apoyo de los Estados Unidos, Colombia ha desarrollado una estrategia para combatir el narcotráfico marítimo, uniendo agencias de inteligencia, investigaciones marítimas y las 4 fuerzas navales (Caribe, Pacífico, Este y Amazonía), además de esfuerzos conjuntos entre la Procuraduría General de la República y la Unidad de Análisis Financiero, con el objetivo de dismantelar la cadena de valor del narcotráfico. En julio de 2023, se confiscaron 261 toneladas de narcóticos, de las cuales 102 toneladas fueron incautadas gracias a la cooperación internacional con los Estados Unidos. A este ritmo, se están confiscando casi 30 toneladas de drogas al mes (Ortega, 2023a).

REPÚBLICA DE EL SALVADOR

Localizado en la costa del Pacífico, El Salvador es un corredor terrestre utilizado para tránsito y almacenamiento de drogas provenientes de Honduras hacia Guatemala, con destino final a México y Estados Unidos, como se puede analizar por su posición geográfica en la figura 2. El país estaba dominado por redes de crimen organizado, conocidas como “maras” o “pandillas”, desde los años 1990. Además, dos de las pandillas más conocidas en Centroamérica nacieron en el país: Mara Salvatrucha (MS13) y Barrio 18. En 2015, el país alcanzó la cifra de 107 homicidios por cada 100 mil habitantes. (Fantástico, 2024; InSight Crime, 2024).

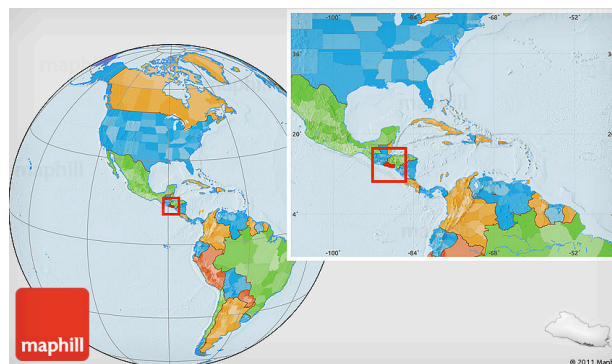


Figura 2: Mapa de la posición geográfica de El Salvador en el continente americano.

En 2019, en la gestión de Nayib Bukele, el actual presidente, los homicidios se redujeron a la mitad en sus primeros años de gobierno. Este cambio fue logrado gracias a acuerdos secretos con las facciones del narcotráfico. Sin embargo, su administración decretó un estado de excepción en 2022, tras varios episodios de violencia por parte del crimen organizado. A partir de esto, se puede detener a criminales sin órdenes judiciales, facilitando las aprehensiones. En este contexto, se construyó una mega prisión de máxima seguridad con capacidad para 40 mil presos, convirtiéndose en un símbolo del gobierno de Bukele. Según el ministro de Seguridad, Gustavo Villatoro, se están modificando las leyes para fortalecer la seguridad del país frente al crimen organizado (Fantástico, 2024).

El país también impide la entrada de drogas por vías marítimas hacia los Estados Unidos. El Salvador realiza operaciones más allá de las 200 millas náuticas, siendo el único país en la región a lograr este hecho. Hasta septiembre de 2022, de las 9,6 toneladas de drogas incautadas, 7,3 fueron confiscadas en alta mar (Baires, 2022).

En agosto de 2022, a través de un acuerdo entre El Salvador y Colombia, ambos países se comprometieron a responder a la criminalidad transnacional. Los principales objetivos del acuerdo son desarrollar medios para intercambiar informaciones, identificar a los miembros de las redes criminales y posibilitar que cada país realice investigaciones basadas en las informaciones proporcionadas por el otro país (Baires, 2022).

REPÚBLICA DE HONDURAS

Honduras es un país de gran relevancia en el narcotráfico, visto que sirve como punto de tránsito para este comercio ilegal. Los cárteles colombianos y venezolanos transportan los estupefacientes hasta la costa hondureña, y de ahí son llevados a Guatemala y México. Laboratorios clandestinos de drogas operan en esta red criminal en las selvas del país, gracias a una alianza entre traficantes hondureños y colombianos (Mazur, 2021).

El país ha militarizado la lucha contra el crimen organizado. En 2011, los militares recibieron autoridad de vigilancia policial y una fuerza policial militar fue

creada en 2013. En 2022, Honduras suspendió partes de la Constitución mediante una declaración de estado de emergencia, con el intento de contener la criminalidad. En junio de 2024, las autoridades hondureñas anunciaron diversas medidas para reducir el crimen organizado, comenzando por la construcción de una prisión con capacidad para aproximadamente 20 mil personas. (InSight Crime, 2021a; Palencia, 2024).

Según la presidenta Xiomara Castro, las intervenciones deben enfocarse en las áreas con mayor incidencia criminal de pandillas. Además, el Congreso deberá introducir reformas en el código penal para designar a traficantes y miembros de pandillas criminales como terroristas en casos específicos, permitiendo juicios colectivos contra ellos. También se llevarán a cabo operaciones para localizar y destruir centros de procesamiento de drogas, así como plantaciones de marihuana y hoja de coca (Palencia, 2024).

REPÚBLICA DE PANAMÁ

Panamá es un enlace para actividades ilícitas entre Centro y Suramérica, conocido ocasionalmente como “la boca del embudo”. El Tapón del Darién, una selva a lo largo de la frontera con Colombia, es utilizada como punto de tránsito para el tráfico de armas, narcóticos y personas. Además, el canal de Panamá, una importante ruta comercial a nivel global, sirve como puente para las mercancías ilegales de los traficantes. La economía dolarizada del país y la presencia de la Zona Libre de impuestos de Colón (ZLC) también favorecen las actividades de lavado de dinero (InSight Crime, 2021).

Hasta el mes de junio de 2023, las fuerzas de seguridad del país aprendieron más de 27 toneladas de drogas, dentro de 119 operaciones antidrogas. También fueron aprehendidos vehículos, dinero y lanchas, que, según el ministro de Seguridad Pública, Juan Manuel Pino, necesitan pasar por el Estado para que se conviertan en recursos activos contra el narcotráfico, lo que aún no es posible debido a la legislación del país. El suceso de las operaciones también es un reflejo de la colaboración internacional, llevando en cuenta que Panamá recibe

equipamientos y entrenamientos de Estados Unidos e intercambia informaciones con Colombia (Cánepa, 2023b).

En la región fronteriza entre Panamá y Colombia, fue creado un modelo único de seguridad, a través de operaciones intermediarias en Colombia y puestos de vigilancia policial en Panamá. De esta manera, cooperaciones entre las áreas de inteligencia, operaciones, liderazgo, comando y control son compartidas para intervenir en las actividades criminales. Además, por medio del programa “Pacificando mi Barrio”, el gobierno panameño intercambia armas por vales canjeables en tiendas, supermercados y restaurantes, intentando reducir la criminalidad (Cook, 2023).

REPÚBLICA DEL ECUADOR

Ecuador representa un importante punto de tránsito de drogas, teniendo en cuenta que hace frontera con los mayores productores de cocaína del mundo: Colombia y Perú. La ciudad portuaria de Guayaquil es un reflejo relevante de esta realidad, dado que se convirtió en un punto crucial de transporte de drogas entre los países (la figura 3 demuestra la importante localización de Guayaquil en el continente, así como las fronteras de Ecuador). En el mismo contexto, organizaciones mexicanas de narcotráfico utilizan traficantes ecuatorianos para hacer puente entre las mercancías colombianas y el territorio mexicano. Así, con el aumento del tráfico, las pandillas del país se han vuelto más violentas, causando masacres en prisiones y asesinatos de políticos (InSight Crime, 2023).

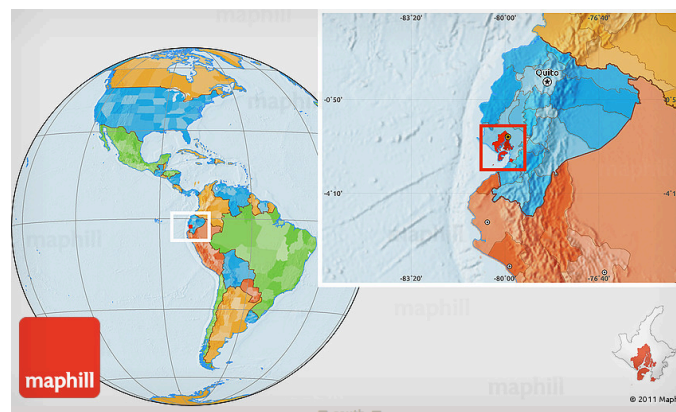


Figura 3: Mapa de la posición geográfica de Guayaquil en América. Fuente: (Maphill, 2011).

El 9 de enero de 2023, un estudio de televisión en Guayaquil fue invadido por 12 hombres armados. A partir de esto, el gobierno ecuatoriano declaró conflicto armado interno y clasificó 22 grupos como terroristas (como Los Choneros y Los Lobos), posibilitando que la policía y los militares puedan utilizar la fuerza de manera progresiva y letal, y que los criminales sean juzgados por terrorismo. Además, en el mismo mes, fue anunciado un toque de queda de seis horas y un estado de excepción en todo el país. En el mismo contexto, los Estados Unidos anunciaron el envío de militares para asesorar al gobierno (AFP, 2024; Craveiro, 2024).

Según el presidente, Daniel Noboa, su gestión asfixió financieramente el narcotráfico. Él declaró que la investigación de jueces, promotores y policías corruptos fue ordenada y que el control de las prisiones fue restablecido. Además, de acuerdo con Noboa, este es un plan estructural, teniendo en cuenta que las autoridades están controlando las calles y endureciendo las sentencias de los terroristas (Craveiro, 2024).

REPÚBLICA DEL PARAGUAY

Paraguay hace frontera con Brasil al este y con Argentina al sudoeste, los mayores consumidores de drogas de América del Sur, bien como con Bolivia al noroeste, un creciente centro de narcóticos. En este contexto, el país representa una importante ruta de contrabando terrestre, además de ser el mayor traficante de cigarrillos ilegales en el Hemisferio Occidental y el mayor productor de marihuana de la región. La extensa red fluvial del país también configura un medio de transporte de drogas relevante, especialmente por el Río Paraguay. En la misma perspectiva, la existencia de grupos criminales contribuye para la realidad de violencia en el país, como el EPP (Ejército del Pueblo Paraguayo) y el PCC (*Primeiro Comando da Capital*) de Brasil (InSight Crime, 2018).

En mayo de 2024, las autoridades paraguayas realizaron la mayor incautación de cocaína en la historia de los aeropuertos del país, en la ciudad de Asunción, en total, se encontraron 976 kilos de la droga camuflados en un cargamento de almidón, cuyo destino era Holanda. Las fuerzas militares ya

estaban investigando el esquema, el cual se destaca por su relevancia, teniendo en cuenta que toda la droga fue incautada, representando una pérdida de cerca de 50 millones de euros para la organización criminal. Según el presidente del país, Santiago Peña, el suceso de la operación es resultado de un esfuerzo entre el gobierno paraguayo y la DEA de los Estados Unidos, demostrando el enfrentamiento al crimen organizado y la protección de la sociedad (Paula, 2024; Wojciechowski, 2024).

En este contexto, una nueva fase de la Operación Nueva Alianza fue lanzada este año, con el objetivo de erradicar plantaciones de marihuana. En colaboración con Brasil, la operación se enfoca en una región paraguaya fronteriza con Mato Grosso do Sul (estado brasileño), llamada Amambay, donde la droga transita hacia Brasil. Los resultados de esta fase demuestran que ya se han incautado 594 toneladas de la droga, además de la destrucción de 63 campamentos de procesamiento de drogas, lo que evidencia la eficiencia de esta cooperación internacional (O Antagonista, 2024).

REPÚBLICA DEL PERÚ

Perú, país exportador de coca y cocaína desde el siglo XIX, ocupa un lugar importante en este comercio ilegal, teniendo en cuenta que, juntamente con Colombia y Bolivia, es uno de los mayores productores de coca a nivel mundial. Además, los grupos del narcotráfico en Perú comparten su espacio con organizaciones criminales de Colombia y México (InSight Crime, 2023).

Entre septiembre de 2023 y enero de 2024, la Policía Nacional del Perú (PNP) confiscó más de 20 toneladas de drogas, las cuales, posteriormente, fueron incineradas. Según la presidenta del país, Dina Boluarte, la gestión sigue avanzando contra el crimen organizado y el narcotráfico, ejemplificado por la incautación de las drogas. Ella también destacó que, en 2024, la Policía ya ha realizado la desarticulación de cerca de 30 organizaciones criminales, casi 2000 detenciones y 3000 operativos (Secretaría de Comunicación Estratégica y Prensa, 2024).

En este escenario, en septiembre de 2023, el gobierno peruano y el Departamento de Seguridad Interna de los EUA firmaron una cooperación contra el crimen transnacional. A partir de este contexto, la presidenta peruana anunció que, bajo el entrenamiento de agentes estadounidenses, más de 300 agentes de la PNP harán parte de la Unidad de Investigación de Crímenes Transnacionales, con el propósito de establecer una fuerza de élite contra grupos criminales extranjeros que actúan en Perú. Estas unidades son un programa del Departamento de Seguridad Interna de los EUA, las cuales trabajan con el objetivo de recoger pruebas y compartir inteligencia, además de trabajar con socios internacionales para investigar y llevar ante la justicia a criminales internacionales (Delgado, 2024).

REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

Brasil, el país más extenso de América Latina en cuanto a población, economía y territorio, es hogar de algunas de las organizaciones criminales más influyentes de la región, como el *Primeiro Comando da Capital* (PCC) y el *Comando Vermelho* (CV), además de poseer un mercado interno relevante de consumo de drogas. Estas pandillas utilizan las cárceles como centros de operaciones, aumentando su influencia en el tráfico internacional. Asimismo, la abundancia de puertos de alta capacidad ha convertido al país en una ruta clave para la exportación de cocaína en escala global (InSight Crime, 2023).

En el año 2023, el país invirtió 18 mil millones de reales en seguridad pública, cantidad dividida entre iniciativas, como la entrega de vehículos a las penitenciarías y guardias municipales. Según el ministro de Justicia, Flávio Dino, las policías federales, estatales y municipales participaron en estas iniciativas. Además de la inversión, se creó en 2023 un programa para combatir el crimen organizado, el Programa Enfoc (Programa Nacional de Combate a las Organizaciones Criminales), que cuenta con una capitalización de 900 millones de reales. Con diferentes ejes de actuación, el programa incautó 6 mil millones de reales en bienes relacionados con el tráfico de drogas en 2023 (Gov, 2023).

Según este contexto, en junio de 2024, Brasil despenalizó la posesión de marihuana. De esta forma, una persona puede portar hasta 40 gramos de la droga

o tener hasta 6 plantas hembras sin sufrir condenas penales, solo otras medidas que no incluyen la cárcel. Esta decisión no permite la comercialización de marihuana, ni transforma la posesión en una conducta legal, pero permite, dentro de un límite fijo, la posesión para consumo. En la decisión el Supremo Tribunal Federal brasileño mencionó que este acto fue centrado en disminuir la violencia policial con personas periféricas y negras.(Garcia, 2024).

En 2023, una cooperación entre Brasil y Paraguay resultó en la Operación Dakovo, con el objetivo de combatir el tráfico internacional de armas. Las investigaciones en curso revelaron una red de tráfico ilícito de armas de fuego, las cuales eran importadas de Europa por una empresa con sede en Asunción, Paraguay, donde los criminales las revendían a grupos intermediarios que operaban en la frontera con Brasil; posteriormente, estas armas eran vendidas a pandillas de narcotráfico. Se calcula que se importaron cerca de 43 mil armas desde el inicio de las investigaciones, movilizand o alrededor de 1,2 mil millones de reales. Se emitieron 54 órdenes de registro y decomiso en tres países: Brasil, Paraguay y Estados Unidos, así como 25 órdenes de arresto preventivo y 06 órdenes de arresto temporal (Ministério Público Federal, 2023).

CUESTIONES A CONSIDERAR

- 1.** ¿De qué manera es posible combatir el narcotráfico mediante las diferentes legislaciones nacionales?
- 2.** ¿Qué acciones pueden tomar los Estados en conjunto para dirimir los diversos efectos del narcotráfico en el continente americano y garantizar la seguridad pública?
- 3.** ¿Cómo América del Sur puede dejar de ser la gran productora de drogas en el mundo?
- 4.** ¿Cómo la corrupción gubernamental influencia y perpetúa el tráfico de drogas en el continente, y cómo combatirla?
- 5.** ¿De qué manera es posible alcanzar la interrupción de la Ruta Sur-Norte del narcotráfico?

REFERENCIAS

ABUCHAIBE, Rafael. Rastafari, o movimento religioso que começou na Jamaica e se espalhou pelo mundo graças ao reggae e Bob Marley - BBC News Brasil. 16 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nqe5ee89lo>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

AFP. Equador segue mobilizado no combate ao narcotráfico e presidente diz que não irá recuar. 12 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/noticias/mundo/equador-segue-mobilizado-no-combate-ao-narcotrafico-e-presidente-diz-que-nao-ira-recuar-1.1457898>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

AGÊNCIA GOV. Governo Federal investiu R\$18 bilhões em segurança pública em 2023. 21 dez. 2023. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/governo-federal-investiu-r-18-bilhoes-em-seguranca-publica-em-2023>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ALMEIDA, Walter de. Análise Econômica das mudanças das Políticas das Drogas: Canadá, Portugal, Uruguai e o Estado do Colorado (EUA). 2017. 80 p. Trabalho de Graduação — UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3144/1/WalterAparecidoSantosAlmeida.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2024.

BAIRES, Lorena. El Salvador luta contra o narcotráfico nas águas profundas do Pacífico. 23 set. 2022. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/el-salvador-luta-contra-o-narcotrafico-nas-aguas-profundas-do-pacifico/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CÁNEPA, Pedro. Bolívia intensifica acciones contra narcotráfico. 31 jul. 2023a. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/es/articles/bolivia-intensifica-acciones-contra-narcotrafico/>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

CÁNEPA, Pedro. Panamá reforça ações contra narcotráfico. 29 jun. 2023b. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/panama-reforca-aco-es-contra-narcotrafico/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CARRARO, Telma Elisa *et al.* O Fenômeno das Drogas e as Macro-Políticas – Agências e Tratados Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina, p. 5, 2004.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Tratado Internacional (1993). Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/q.carta.oea.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CASTAÑO, Pablo. Gustavo Petro quer acabar com a "guerra às drogas". 27 mar. 2024. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2024/03/gustavo-petro-quer-acabar-com-a-guerra-as-drogas/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CAVON, Faunner Alfredo. Organização do Narcotráfico A Partir da Década de 70. 2012. 61 p. Monografia — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CEMERI. Tráfico de drogas na América Latina. 9 set. 2022. Disponível em: <<https://cemerri.org/pt/art/a-traffic-drogas-america-latina-ev>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CICAD. Comisión CICAD. 2024. Disponível em: <<https://www.oas.org/ext/es/principal/oea/nuestra-estructura/entidades-y-organismos/comision-cicad/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CLAMMER, Paul. Legal weed in Jamaica. 5 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.lonelyplanet.com/articles/smoking-weed-legally-jamaica>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

COOK, Geraldine. Panamá fortalece cooperação interagências para combater a criminalidade. 18 abr. 2023. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/panama-fortalece-cooperacao-interagencias-para-combater-a-criminalidade/>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CORONATO, Daniel Rei; OLIVEIRA, Gabriela Cristina Sales; RODRIGUES, Raphaela de Oliveira. Para Além da "Guerra Às Drogas": México, Estados Unidos e o Paradoxo do Proibicionismo. Leopoldianum, 2020.

COURTWRIGHT, David. Forces of Habit. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

CRAVEIRO, Rodrigo. 'Atacamos o coração do narcotráfico', diz presidente do Equador ao Correio. 16 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/01/6786974-equador-atacamos-o-coracao-do-narcotrafico-diz-presidente.html>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

DEA. Year in Review : DEA Innovates to Fight Fentanyl. 17 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.dea.gov/es/node/222271>>. Acesso em: 30 maio 2024.

DELGADO, Juan. Peru e EUA fortalecem luta contra o crime organizado. 9 maio 2024. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/peru-e-eua-fortalecem-luta-contra-o-crime-organizado>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DIAS, Luiza Lima. Reflexões sobre as drogas como objeto de pesquisa histórica. Temporalidades, v. 11, n. 2, p. 50-64, 2019.

DYNIWICZ, Luciana. Mercado de cocaína enfrenta crise histórica na Colômbia e oferece rara oportunidade contra o tráfico. 29 nov. 2023. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/internacional/colombia-mercado-de-coca-passa-por-crise-entenda/#:~:text=Também%20em%202022,%20a%20produção,1.400%20toneladas%20para%201.738%20toneladas>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ELLIS, Robert Evan. Argentina: Retos de Seguridad y Respuesta del Gobierno. Seguridad y Poder Terrestre, v. 3, n. 2, p. 18, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.56221/spt.v3i2.56>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

EMMERICH, Norberto. Una teoría política para el narcotráfico. Centro de Estudios en Estrategia y Políticas Públicas, 2011.

FANTÁSTICO. El Salvador: medidas extremas levaram país a deixar de ser um dos mais perigosos do mundo. 3 mar. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/03/03/el-salvador-medidas-extremas-levaram-pais-a-deixar-de-ser-um-dos-mais-perigosos-do-mundo.ghtml>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FISCHER, Dominique. Alcalóides. 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1735922/mod_resource/content/1/Alcaloides%20202016.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

GARCIA, Gabriel. Maconha: entenda a diferença entre descriminalização e legalização | CNN Brasil. 28 jun. 2024. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/maconha-entenda-a-diferenca-entre-descriminalizacao-e-legalizacao/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

GARFIA, Andrea. Tráfico de drogas na América Latina. 9 set. 2022. Disponível em: <<https://cemerio.org/pt/art/a-traffic-drogas-america-latina-ev>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GERMÁN DE LOS SANTOS. Una autopista fluvial, el mayor canal de entrada de marihuana. 3 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/seguridad/la-hidrovia-el-gran-canal-de-entrada-a-la-argentina-de-la-marihuana-paraguaya-nid1952896/>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GOVERNMENT OF CANADA. Cannabis Act. 21 jun. 2018. Disponível em: <<https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/c-24.5/page-1.html>>. Acesso em: 30 maio 2024.

HOMELAND SECURITY. Operation Blue Lotus Stops Over 4,000 Pounds of Fentanyl in First Month | Homeland Security. 14 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.dhs.gov/news/2023/04/14/operation-blue-lotus-stops-over-4000-pounds-fentanyl-first-month>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

INSIGHT CRIME. Ecuador Profile. 20 mar. 2023a. Disponível em: <<https://insightcrime.org/ecuador-organized-crime-news/ecuador-profile/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

INSIGHT CRIME. Honduras Profile. 15 fev. 2021a. Disponível em: <<https://insightcrime.org/honduras-organized-crime-news/honduras/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

INSIGHT CRIME. Paraguay. 11 maio 2018. Disponível em: <<https://insightcrime.org/paraguay-organized-crime-news/paraguay/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

INSIGHT CRIME. Perfil de Brasil. 24 nov. 2023b. Disponível em: <<https://insightcrime.org/es/noticias-crimen-organizado-brasil/brasil/>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

INSIGHT CRIME. Perfil de El Salvador. 17 jun. 2024. Disponível em: <<https://insightcrime.org/es/noticias-crimen-organizado-el-salvador/el-salvador/>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

INSIGHT CRIME. Perfil de Panamá. 24 mar. 2021b. Disponível em: <<https://insightcrime.org/es/noticias-crimen-organizado-panama/panama/#Grupos>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

INSIGHT CRIME. Perfil de Perú. 20 mar. 2023c. Disponível em: <<https://insightcrime.org/es/noticias-crimen-organizado-peru/peru/>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IZQUIERDO, Miguel Ruiz-Cabañas. La OEA y el combate hemisférico contra las drogas. Revista Mexicana de Política Exterior, p. 14, 2022.

JIMÉNEZ, Francisco. Lucha contra el Narcotráfico en América Latina-Caribe. La Labor de la Organización de Estados Americanos (OEA). Revista de Estudios en Seguridad Internacional, v. 7, n. 1, p. 161-166, 21 jun. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18847/1.13.11>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

KLOBUCISTA, Claire; FERRAGAMO, Mariel. Fentanyl and the U.S. Opioid Epidemic. 22 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/fentanyl-and-us-opioid-epidemic>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LUCAS, John. Argentina se orgulha de ser um "território hostil" ao narcotráfico, diz Bullrich. 19 jan. 2024. Disponível em:

<<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/argentina-se-orgulha-de-ser-um-territorio-hostil-ao-narcotrafico-diz-bullrich/>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

LUCENA, Francis. Tráfico de Drogas na Bolívia na Lei Nº 1008/88: Do Regime jurídico da Coca e Substâncias Controladas. Mar. 2024. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/trafico-de-drogas-na-bolivia-na-lei-n-1008-88-do-regime-juridico-da-coca-e-substancias-controladas/2168181825>>. Acesso em: 30 maio 2024.

MAPHILL. Political Location Map of El Salvador, within the entire continent. 2011a. Disponível em: <<http://www.maphill.com/el-salvador/location-maps/political-map/entire-continent/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MAPHILL. Political Location Map of Guayaquil. 2011b. Disponível em: <<http://www.maphill.com/ecuador/guayas/guayaquil/location-maps/political-map/>>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MARTINEZ, Juan. Bolivia begins eradication of illegal coca and fight against drug trafficking for 2023 management. 27 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.riotimesonline.com/brazil-news/mercosur/bolivia/bolivia-begins-eradication-of-illegal-coca-and-fight-against-drug-trafficking-for-2023-management/>>. Acesso em: 30 maio 2024.

MARTÍNEZ, Roberto Zepeda; ROSEN, Jonathan Daniel. La guerra contra las drogas en Colombia y México: estrategias fracasadas. Universidad Autónoma de Manizales, p. 23, 2014.

MATA, Amanda Louise da; OLIVEIRA, Letícia Pereira de. A Relação do Narcotráfico na América Latina e a Guerra às Drogas Norte-americana. 2021. 19 p. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2021.

MAZUR, Robert. The axis of risk: Drug trafficking, money laundering, corruption & illegal immigration in Honduras - Thomson Reuters Institute. 18 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com/en-us/posts/investigation-fraud-and-risk/honduras-drug-trafficking-corruption/>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. Da Guerra às Drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. Dossiê: SimpoRI NEIBA, v. 7, p. 16, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Brasil e Paraguai deflagram a Operação Dakovo, de combate ao tráfico internacional de armas. 5 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/brasil-e-paraguai-deflagram-na-data-de-hoje-a-operacao-dakovo-de-combate-ao-trafico-internacional-de-armas>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MINISTRY OF NATIONAL SECURITY. Illicit drug trade requires strong, comprehensive transnational response – Minister Chang. Kingston: Office of the Director of Public Affairs & Communication, 2023. 2 p. Disponível em: <<https://www.mns.gov.jm/sites/default/files/Press/Press%20Release-Ilicit%20drug%20trade%20requires%20a%20strong,%20comprehensive%20transnational%20response%20-%20Minister%20Chang%2026.09.2023.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

MINNS, John. "Hugs, Not Bullets": Government Policy and Cartel Violence in Mexico - Australian Institute of International Affairs. 17 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/hugs-not-bullets-government-policy-and-cartel-violence-in-mexico/>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

NARCOTRÁFICO. In: Michaelis. Editora Melhoramentos, 2024. E-book. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/narcotrafico/>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

O ANTAGONISTA. Operação Nova Aliança: Impacto devastador contra a maconha no Paraguai. 9 abr. 2024. Disponível em: <<https://oantagonista.com.br/brasil/operacao-nova-alianca-impacto-devastador-contra-a-maconha-no-paraguai/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

OEA. OEA: Drogas. 2024. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/topicos/drogas.asp>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OEA. OEA inicia implementação do novo Plano de Ação Hemisférico contra as Drogas 2021-2025. 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-003/21>. Acesso em: 3 maio 2024.

OEA. OEA publica Relatório 2022 sobre Oferta de drogas nas Américas. 11 nov. 2022. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-068/22>. Acesso em: 28 fev. 2024.

OLIVEIRA, Adriano. Crime organizado: é possível definir? Revista Espaço Acadêmico, n. 34, 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ORTEGA, Myriam. Colômbia e EUA, grandes aliados na luta contra narcotráfico marítimo. 9 ago. 2023a. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/colombia-e-eua-grandes-aliados-na-luta-contra-narcotrafico-maritimo/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ORTEGA, Myriam. Colômbia: grandes resultados na luta contra o narcotráfico. 6 dez. 2023b. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/colombia-grandes-resultados-na-luta-contra-o-narcotrafico/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

PALENCIA, Gustavo. Honduras anuncia construção de nova prisão com capacidade para 20 mil pessoas | CNN Brasil. 15 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/honduras-anuncia-construcao-de-nova-prisao-com-capacidade-para-20-mil-pessoas/>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

PAULA. Isabella Hell de Paraguai anuncia investimento bilionário para combater o crime. 8 maio 2024. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/paraguai-anuncia-investimento-bilionario-para-combater-o-crime-organizado/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

PHS. Insite | PHS Community Services Society. 2024. Disponível em: <<https://www.phs.ca/program/insite/>>. Acesso em: 30 maio 2024.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. 65° PERÍODO DE SESIONES DE LA COMISIÓN DE ESTUPEFACIENTE. 14 fev. 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/commissions/CND/CND_Sessions/CND_65/01.Statements/3RD/VENEZUELA.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

RESUMEN de la reunión del grupo de expertos de composición abierta sobre la mejora y el fortalecimiento de la cooperación internacional y regional y de los esfuerzos nacionales para hacer frente al problema mundial de las drogas sintéticas. 16 fev. 2024. Disponível em: <https://syntheticdrugs.unodc.org/uploads/syntheticdrugs/res/expert-group-meeting-jan-2024_html/2402942S.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

REUTERS. López Obrador apresenta plano para pacificar México sem disparar balas. 6 jul. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/lopez-obrador-apresenta-plano-para-pacificar-mexico-sem-disparar-balas/>>. Acesso em: 30 maio 2024.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. Contexto Internacional, v. 34, n. 1, p. 9-41, jun. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-85292012000100001>>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SANDRONI, Gabriela Araujo. A Convenção de Palermo e o Crime Organizado Transnacional. 2007. 14 p. Grupo de Estudos sobre Corrupção - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca, 2007. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/A%20CONVENÇÃofO%20DE%20PALERMO%20E%20O%20CRIME%20ORGANIZADO%20TRANSNACIONAL_.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SANTANA, Adalberto. A Globalização do Narcotráfico. Revista Brasileira de Política Internacional, 1999.

SECRETARÍA DE COMUNICACIÓN ESTRATÉGICA Y. PRENSA. Presidenta Boluarte participa en el proceso de incineración de más de 20 toneladas de drogas. 13 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.gob.pe/institucion/presidencia/noticias/919476-presidenta-boluarte-participo-en-el-proceso-de-incineracion-de-mas-de-20-toneladas-de-droga>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, Luiza Lopes da. A questão das drogas nas relações internacionais: Uma perspectiva brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. 407 p. ISBN 9788576314288.

SOUSA, Adriano Santos de; PFRIMER, Matheus Hoffmann. Narcotráfico na América do Sul: uma análise sobre violência nas redes da cadeia logística do tráfico de drogas na América do Sul (2010 – 2015). Plural, v. 28, n. 2, p. 257-271, 22 dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2021.172027>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SOUZA, Marcelle. México, com alto índice de assassinatos, processa fabricantes de armas nos EUA | CNN Brasil. 22 set. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mexico-com-alto-indice-de-assassinatos-processa-fabricantes-de-armas-nos-eua/>>. Acesso em: 30 maio 2024.

SOUZA, Taciana Santos de; CALVETE, Cássio da Silva. História e formação do mercado das drogas. XII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2017.

TRANSPARENCIA VENEZUELA. Economías ilícitas en Venezuela: Una renta creciente repartida entre aliados - El narcotráfico a la cabeza de las economías ilícitas - Trasporencia Venezuela. 2024. Disponível em: <<https://transparenciave.org/economias-ilicitas/economias-ilicitas-en-venezuela-una-renta-creciente-repartida-entre-aliados-el-narcotrafico-a-la-cabeza-de-las-economias-ilicitas/>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

TUCKMAN, Jo. Mexico's president under pressure over 'hugs not bullets' cartel policy. 5 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2019/nov/05/mexicos-security-failure-grisly-cartel-shootout-shows-who-holds-the-power>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

UNODC. Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Tansnacional Comemora 10 anos. 2024a. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2013/10/16-un-convention-against-organized-crime-celebrates-10-years.html>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

UNODC. Drogas: marco legal. 2024b. Disponível em:
<<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

UNODC. UNODC e Drogas. 2024c. Disponível em:
<<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/index.html>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

US DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury Uses New Sanctions Authority to Combat Global Illicit Drug Trade. 15 dez. 2021. Disponível em:
<<https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy0535>>. Acesso em: 2 jun. 2024.

VILLATORO, Carolina. Aspectos socioculturales e imágenes del narcotráfico. Universidad Rafael Landívar, v. 3, n. 1, p. 56-75, 22 mar. 2012.

VILLELA, Priscila. O TRÁFICO DE DROGAS E A SEGURANÇA NO BRASIL. Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”, p. 25, 2013.

WOJCIECHOWSKI, Guilherme. Paraguai faz apreensão histórica de cocaína em aeroporto - H2FOZ. 4 maio 2024. Disponível em:
<<https://www.h2foz.com.br/fronteira/paraguai-apreensao-historica-cocaina-aeroporto/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

1 - A insegurança no Sahel: estratégias de
reposta.

2 - Tensões geopolíticas no Cáucaso:
questões fronteiriças como ameaça
regional.

Guia de Estudos do PelotasMUN 2024



A QUESTÃO DA INSEGURANÇA NA MACRORREGIÃO DO SAHEL

Júlia Cardoso Pires¹

Samira Lucas Silveira²

Sérgio Antunes Botelho³

Wander Catarina dos Santos⁴

RESUMO

O presente Guia de Estudos aborda o Sahel, região situada entre o deserto do Saara e as savanas africanas. Definido por suas características geográficas e uma complexa teia de desafios socioeconômicos, o Sahel enfrenta conflitos e instabilidades políticas intensificados por fatores como pobreza extrema, disputas por recursos naturais, crescimento populacional acelerado, fragilidade institucional e a proliferação de grupos armados (Center for Preventive Action, 2024). Abrangendo 13 Estados soberanos, a região tem sido marcada por instabilidades políticas significativas agravadas desde 2020, especialmente com a deposição de governos no Mali, no Burkina Faso e no Níger por movimentos militares, motivados por corrupção, crises econômicas e ineficácia na segurança pública (Balima; Mazou, 2023). A crescente oposição à neocolonização e a busca por autonomia governamental, juntamente com um estreitamento das relações com potências emergentes como China e Rússia, delineiam o cenário político e social atual do Sahel (Moctar, 2022).

INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) desempenha um papel fundamental na manutenção da paz e segurança internacionais. Composto por quinze membros, incluindo cinco permanentes (China, Estados

¹ Júlia Cardoso Pires é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Samira Lucas Silveira é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

³ Sérgio Antunes Botelho é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁴ Wander Catarina dos Santos é discente do curso de Pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e dez rotatórios, ele tem a autoridade, respaldada pela Carta das Nações Unidas, de submeter os países membros às suas decisões (Carta da ONU, 1945). A presença do poder de veto pelos membros permanentes adiciona complexidade às suas deliberações, especialmente em assuntos que tocam interesses nacionais específicos.

No contexto de insegurança no Sahel, o Conselho tem sido um ator chave, autorizando missões de paz e impondo ações para enfrentar desafios de segurança que vão desde o terrorismo até questões humanitárias. A instabilidade nesta área não apenas gera consequências diretas para as populações locais, mas também possui implicações para a segurança global (Centro de Ação Preventiva, 2024). O conflito no Sahel é de grande relevância para o debate internacional, no tocante às implicações humanitárias diretas; o conflito tem capacidade de afetar a segurança global, propagando a instabilidade na região, fomentando migrações em massa, além de servir como um terreno fértil para o terrorismo, que pode se espalhar além das fronteiras do Sahel (Center for Preventive Action, 2024).

A atual situação apresenta uma série de desafios políticos, sociais e econômicos, onde os interesses locais e internacionais se entrelaçam. A compreensão deste cenário requer uma análise aprofundada dos múltiplos fatores que contribuem para a insegurança e a instabilidade, bem como um exame criterioso das estratégias de intervenção adotadas pelos atores globais e regionais. O envolvimento do Conselho de Segurança da ONU destaca a importância internacional do conflito e a necessidade de uma abordagem coordenada para enfrentar as raízes da crise.

Referida como o “cinturão da fome”, a região do Sahel enfrenta severas adversidades econômicas, refletidas nos baixos índices de desenvolvimento humano dos países que a compõem. A precária ou inexistente presença estatal agrava a situação, transformando a área em um corredor para atividades ilícitas, como o tráfico humano, de drogas e de armas, o que, por sua vez, alimenta a espiral de violência. Conseqüentemente, a insegurança permeia o cotidiano da população, que se vê ameaçada por uma gama diversificada de riscos (Kaledzi, 2023). Paralelamente, às mudanças climáticas castigam a região com especial

severidade, exacerbando as condições de vida já difíceis e estimulando o aumento da migração (Nations Unies, 2022).

Esta confluência de problemas tem gerado uma crise humanitária sem precedentes. De acordo com o ACNUR, a agência da ONU para refugiados, só em 2021, a crise resultou no deslocamento interno de mais de dois milhões de pessoas, além de mais de 800 mil refugiados e solicitantes de asilo. Outros 666 mil repatriados ainda necessitam de assistência. Entidades como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Médicos Sem Fronteiras têm uma presença ativa no Sahel, oferecendo suporte humanitário essencial à população (ACNUR, 2021).

No contexto atual, marcado por significativa fragilidade, diversos países testemunharam a ascensão de golpes militares. Tais ações são frequentemente justificadas pela incapacidade do Estado em conter ameaças como o terrorismo, a violência generalizada e o tráfico intenso. Na ausência de um poder estatal eficaz, parcelas da população buscam assegurar sua própria proteção, o que, paradoxalmente, intensifica a espiral de violência e insegurança. Também, a corrupção sistêmica na região acentua as desigualdades sociais, tornando a situação ainda mais precária. Observa-se, ainda, um crescente desejo de distanciamento das influências europeias, com uma notável preferência popular por uma aproximação com a Rússia; este fenômeno pode ser atribuído ao desinteresse europeu no desenvolvimento africano e a um histórico de relações positivas com a União Soviética, especialmente durante os movimentos históricos de independência na África.

CONTEXTO HISTÓRICO

A partir da década de 1950, observou-se um movimento de independência dos países africanos em relação às suas metrópoles coloniais, embora a retirada europeia não tenha necessariamente conduzido à harmonia interna. Geograficamente, por ser uma região que divide a África em porção norte e sul, as rotas do Sahel — construídas para transporte de mercadorias e movimentação de pessoas — tornaram-se um importante ponto para o tráfico de armas, drogas e pessoas escravizadas.

A constante ausência de ação estatal possibilitou o desenvolvimento de grupos rebeldes na localidade, que recrutam indivíduos para suas operações e financiam suas ações por meio do tráfico. Conforme as operações surtiram efeito, os terroristas se fortificaram e expandiram com facilidade por todo o Sahel. As diferenças étnicas, sociais e culturais somadas ao extremismo dos terroristas — Al-Qaeda no Magrebe Islâmico, Boko Haram e Al Shabaab são uns dos grupos atuantes no Sahel — e das diferentes etnias resultaram em limpezas étnicas, ataques a prédios públicos, deslocamento forçado de parte considerável das populações locais e a membros e instituições governamentais.

Desse modo, a insegurança aumentou, a violência tornou-se algo corriqueiro e os governos perderam sua credibilidade; com diversos grupos terroristas possuindo armamentos e forças táticas mais avançadas que as forças armadas estatais (Fórum de Defesa Africano, 2023).

O Mali, um exemplo notável dentro do Sahel, alcançou sua independência em 1960, momento que marcou o início da intensificação das tensões entre diferentes grupos étnicos, especialmente entre os Tuaregues, ao norte, e os Mandês, ao sul. A falta de uma governança comum entre esses grupos favoreceu ações individuais e alianças com grupos extremistas, como o Ansar Dine, vinculado à Al-Qaeda no Magreb, manifestando um persistente desejo separatista e realizando ataques que visam a independência territorial até os dias atuais (Observatório de Crises Internacionais, 2021).

No ano de 2012, o Mali passou por uma grande revolta, quando o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (da etnia Tuaregue) realizou fortes ataques no país, aumentando a instabilidade regional. O despreparo da nação para lidar com tamanho problema ocasionou em um golpe de estado pelos militares. Rapidamente, os rebeldes declararam a independência da porção norte do país e se reforçaram em termos bélicos após a chegada de outras ramificações da Al-Qaeda na região. Mesmo o Mali tendo sido o maior impactado, o movimento abalou todo o Sahel, tendo em vista o deslocamento em massa de malianos e o fortalecimento dos terroristas na localidade.

Segundo o presidente francês no período, François Hollande, “o objetivo do seu governo é apenas dar apoio a uma missão militar do bloco regional ECOWAS para recuperar o norte do Mali, conforme prevê uma resolução de

dezembro do Conselho de Segurança da ONU”. O território reivindicado pelos rebeldes é maior que o território francês, o que incentivou o apoio de outras potências no combate aos separatistas. Prontamente, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos auxiliaram nas operações, assim como a Comunidade Econômica dos Países do Oeste da África. (G1, 2013).

Em 2013, as Nações Unidas estabeleceu a MINUSMA (Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali), objetificando garantir a estabilidade no país, após os acontecimentos do ano anterior. Para isso, milhares de soldados foram enviados à nação, assim como assistência médica, medicamentos e alimentos. (Nations Unies, 2013).

Semelhantemente, um outro esforço para estabilização foi realizado, a Operação BARKHANE. Por meio da operação, vigente de 2014 até 2022, a França buscou o desenvolvimento e a securitização do Mali, com foco na reconstrução de suas forças armadas (Ministère des Armées, 2022). Com apoio da União Europeia e da ONU, os franceses comandaram o combate ao terrorismo até o ano de 2022, quando foi assinado o fim da operação e a relação entre os países se desgastou de modo intenso. Segundo as lideranças de Bamako, a atitude colonizadora da França foi responsável pelo fim da atuação conjunta. O embate entre os países foi tão intenso que o Mali chegou a acusar os franceses de apoiar os terroristas no Sahel (G1, 2022).

A insegurança local novamente se agravou com a consolidação de golpes militares na região. Desde o ano de 2020, Mali, Níger e Burkina Faso sofreram golpes, que ao invés de elevar o combate aos terroristas e garantir a segurança do povo - como os líderes militares haviam prometido ao tomarem o poder - a situação nesses países não apresentou nenhum tipo de melhora. Um novo problema, fruto da tomada do poder pelos militares, e que agora a população tem dificuldade em se articular para realizar manifestações, quando se opõem às medidas do governo, pois os militares restringiram a atuação da imprensa e proibiram protestos (Kaledzi, 2023).

Em 2023, o Conselho de Segurança da ONU emitiu um alerta sobre a escalada do Estado Islâmico e afiliados na África, com foco no Sahel devido à crescente autonomia operacional dos grupos na área. Níger, Mali, e Burkina Faso foram identificados como principais alvos, além de crescentes ataques no

Sudão e na República Democrática do Congo (ONU, 2023). Em resposta, Mali, Níger e Burkina Faso formaram uma Aliança de Defesa, posicionando-se como uma força unificada para assistência mútua contra agressões externas, substituindo o G5, enfraquecido após deterioração das relações com a França (DW, 2023).

Devido o afastamento em relação aos franceses, essa lacuna começou a ser preenchida pelos mercenários do Grupo Wagner, originários da Rússia e que aumentaram sua atuação no Sahel desde quando os governos militares assumiram o poder. Essa presença dos paramilitares se intensificou após a retirada do grupo do conflito russo-ucraniano e o realocamento de suas atividades no continente africano. A medida aproxima Mali e Moscou e tenta driblar o isolamento enfrentado pelo país africano nos últimos anos. Por sua vez, a Rússia procura ter acesso aos recursos naturais da região, não se importando de fato com a condição de vida dos indivíduos. Desse modo, os atores podem se alterar com o tempo, mas a violência e a insegurança seguem deteriorando a vida de toda a população local (Nakano, 2022).

O Sudão tornou-se independente no ano de 1956, após 57 anos de domínio britânico. Do momento de sua independência até os dias de hoje, o Sudão jamais conseguiu se tornar um país estável. Assim como muitos outros países do continente africano, a nação é berço de diversas etnias e religiões, que mesmo ocupando o mesmo território, muitas vezes não conseguem viver em mínima harmonia. Durante seus 68 anos de independência, existem variados relatos e tentativas de violência entre os grupos que ali vivem, com destaque para crimes humanitários e genocídios cometidos por grupos armados e forças governamentais que visam ocupar maior poder político ou manter seu poder no território sudanês (EMBALO, 2021).

O acirramento das disputas entre os diferentes grupos, gerou mais 400 mil vítimas fatais até o ano de 2021. A violência somada com a corrupção endêmica do governo, elevou os índices da fome e da miséria no país. Como forma de tentar amenizar a situação, o CSNU e outras organizações internacionais tentaram juntar esforços em prol da estabilidade. Neste cenário, no ano de 2020, o CSNU aprovou a criação da UNITAMS (United Nations

Integrated Transition Assistance Mission in Sudan) e se mobilizou para prestar assistência aos refugiados (EMBALO, 2021).

Atualmente, quase 10 milhões de pessoas já foram deslocadas desde o início das hostilidades, sendo na sua grande maioria mulheres e crianças. A pouca visibilidade dada ao conflito pela mídia internacional faz com que muitos nem se quer conheçam a situação do povo sudanês, que além da violência e dos deslocamentos forçados enfrenta uma grave fome generalizada; 18 milhões de sudaneses se encontram na faixa da insegurança alimentar e não tem certeza se farão suas próximas refeições, com milhões de crianças sofrendo de desnutrição (Nações Unidas, 2024).

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

É necessário falar sobre a violência e a instabilidade no Sahel, pois são problemas que afetam a vida de milhões de indivíduos. Mesmo sendo uma pauta global, a violência e a instabilidade possuem agravantes únicos na região e a atuação de grupos terroristas ocupa o topo dessa lista de contratempos.

Por sua vez, o terrorismo também é um problema global, não apenas por causar mortes e gerar medo nos indivíduos, mas por facilitar a continuidade da violência e da instabilidade nos locais em que atua. Esse ambiente caótico, combinado com a fraqueza do Estado, permite o aumento de atividades ilegais e a concretização de ideais extremistas na sociedade. Dessa forma, a violência gera novas formas de violência e torna-se um problema endêmico.

No caso africano, as diferentes ramificações do Estado Islâmico e da Al-Qaeda aproveitam da instabilidade da região para intensificar os seus ataques em todo o continente. Os países mais atingidos são aqueles que vivem confrontos duradouros e violentos, como o Mali e o Sudão. O medo e o caos como constante, dificulta o estabelecimento da estabilidade e da paz. É possível dizer que os grupos têm tido significativas vitórias, já que, segundo dados das Nações Unidas, 48% de todas as pessoas mortas por atos terroristas no mundo - no ano de 2021 - são habitantes da África Subsaariana, muitas delas na região do Sahel. Além da perda humana, os ataques em grande escala destroem a

infraestrutura local e prejudicam o acesso da população a atividades básicas, como: lazer, alimentação, saúde, educação e trabalho.

Nesse cenário, os grupos terroristas aproveitam a fragilidade socioeconômica dos indivíduos para recrutar jovens pros seus grupos armados. A questão econômica possui muita relevância, pois nos Estados tido como falidos, os grupos atuam de modo ainda mais facilitado, tendo em vista a completa ausência do Estado e/ou sua incapacidade de enfrentar esses desafios (Nações Unidas, 2022).

AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

ÂMBITO GLOBAL

Como resposta aos eventos citados acima, no ano de 2014, Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger resolveram criar o G5, uma organização intergovernamental regional que visa promover desenvolvimento e segurança nos países membros, tendo como foco principal o combate ao terrorismo. Outra ação muito relevante foi a operação Barkhane, fruto da cooperação francesa e de militares da região. Iniciada em 2013, a medida tinha como principal objetivo o combate a grupos jihadistas e ao terrorismo. Além dos franceses, outros países ocidentais contribuíram com a iniciativa e ofereceram apoio tecnológico, financeiro e militar para o melhor funcionamento da operação. Porém, com o avanço da instabilidade política no Mali, os franceses optaram por encerrar a operação e o governo de Bamako se aproximou dos paramilitares russos do grupo Wagner (Vincent, 2022). Além disso, franceses e alemães juntaram esforços para a criação da parceria para a Segurança e a Estabilidade do Sahel, sendo o principal objetivo fortalecer a segurança regional. As tarefas conjuntas são realizadas sob coordenação da União Europeia (Ambassade de France en Angola, 2021).

Ainda sobre as tentativas europeias, no ano de 2020, quatorze países europeus se uniram para criar a força militar Takuba, composta por soldados majoritariamente franceses e que passaram a acompanhar as atividades do exército do Mali. O objetivo de Paris seria adquirir mais apoio de membros da

União Europeia, com o intuito de fortalecer o combate em conjunto dos grupos terroristas do Sahel (Euronews, 2022).

Para além das operações militares, há diversas iniciativas diplomáticas e económicas que foram implementadas para estabilizar o Sahel. A União Africana, em parceria com organizações internacionais como as Nações Unidas e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), promoveu várias conferências e acordos visando o fortalecimento das instituições governamentais e a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável. Essas ações buscaram abordar as causas subjacentes à instabilidade, como a pobreza e a falta de oportunidades económicas, na tentativa de reduzir o recrutamento de jovens por grupos extremistas.

Outro aspecto a ser salientado, trata das ações internacionais como a ajuda humanitária e os programas de desenvolvimento conduzidos por várias ONGs e agências internacionais. Tais iniciativas focaram em áreas como educação, saúde, e infraestrutura, visando melhorar as condições de vida das populações locais e construir uma base para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo. A cooperação internacional nesse sentido foi essencial para proporcionar alívio imediato e apoio a longo prazo, criando um ambiente mais resiliente contra as ameaças à segurança regional

AÇÕES DO CSNU

Além das missões de paz, o CSNU tem implementado sanções e embargos de armas para impedir o avanço de grupos armados e reduzir a violência. Estas sanções são complementadas por esforços para fortalecer os sistemas judiciais e de segurança locais, visando uma abordagem mais abrangente que discute tanto as consequências quanto às causas dos conflitos (Security Council Report, 2022).

No âmbito das Nações Unidas, a organização já realizou missões de paz em muitos países da região, entre eles: Somália (UNOSOM), República Centro Africana e Chade (MINURCAT), Etiópia e Eritreia (UNMEE). Atualmente, a ONU possui missões ativas no Sudão, no Sudão do Sul e na República Democrática do Congo. Os objetivos principais são proteger os civis e os direitos humanos,

fornecer suporte ao estabelecimento da paz e reduzir os conflitos internos. Essas missões em específico iniciaram no ano de 2011, logo após a independência do Sudão do Sul. A ONU prontamente se estabeleceu na região, temendo o aumento da violência e da instabilidade na zona fronteira. As missões de paz promovidas pela organização, só podem ser estabelecidas após a aprovação do Conselho de Segurança e como visto acima, já ocorreram em variadas nações pertencentes ou próximas ao Sahel (United Nations, 2024).

A operação Barkhane, a força Takuba, e outras colaborações europeias, se inserem sobre um contexto mais amplo, cujos esforços globais são direcionados para estabilizar a região do Sahel e combater o terrorismo. Esse contexto é complementado e reforçado pelas missões de paz das Nações Unidas, que têm sido essenciais na proteção de civis e na promoção dos direitos humanos em várias partes da África, incluindo países do Sahel e suas proximidades.

À guisa da conclusão, o Conselho de Segurança impôs também sanções direcionadas a indivíduos e entidades que ameaçam a paz, segurança ou estabilidade do Mali, bem como outras partes do Sahel. Essas sanções incluem embargos de armas, proibições de viagem e congelamento de ativos, visando limitar as capacidades de grupos terroristas e facilitadores de conflitos na região (Security Council Report, 2022). Paralelamente às medidas de segurança, organizações internacionais como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) têm implementado programas de desenvolvimento econômico e assistência humanitária. Esses programas visam abordar as causas subjacentes da instabilidade, como a pobreza extrema, a falta de serviços básicos e as adversidades climáticas, que exacerbam os conflitos (World Bank, 2022).

Em suma, as ações internacionais no Sahel, incluindo as operações lideradas pela França e a criação do G5, estão intrinsecamente ligadas aos esforços das Nações Unidas na região. Juntas, essas iniciativas representam um esforço global e multifacetado para enfrentar os desafios da instabilidade, do terrorismo e do desenvolvimento sustentável na região.

ÂMBITO REGIONAL

A cooperação regional, facilitada por organizações como a ECOWAS e a UA, tem sido fundamental para promover o diálogo político entre os países do Sahel. Estas organizações têm trabalhado no fortalecimento das capacidades governamentais e institucionais dos estados membros, promovendo políticas de boa governança e medidas anticorrupção, essenciais para a estabilização a longo prazo da região (African Union, 2024).

Desta maneira, as intervenções no Sahel representam um esforço internacional abrangente que combina segurança, diplomacia e desenvolvimento. A continuação dessas ações é vital para a estabilidade futura da região, exigindo um compromisso prolongado de todos os atores internacionais e regionais para combater não apenas as manifestações violentas de conflito, mas também suas causas profundas (International Peace Institute, 2023).

Em janeiro de 2024, o Conselho de Segurança das Nações Unidas realizou uma sessão bianual focada na região da África Ocidental e do Sahel (UNOWAS, 2024).

Neste sentido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) desempenha um papel vital na coordenação das iniciativas pela paz que ocorrem no Sahel. As questões relacionadas à escalada do extremismo e da violência, foram discutidas durante a sessão de janeiro de 2024, que enfatizaram a necessidade de iniciativas que tratem dessas questões, de forma multifacetada, não apenas no âmbito da segurança, mas também o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos.

Recentemente, em 26 de julho de 2023, o motim no Níger destacou a instabilidade contínua na região. Soldados da guarda presidencial detiveram o Presidente Mohamed Bazoum, marcando o quarto golpe entre os estados membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) desde 2020. Os perpetradores do movimento formaram o Conselho Nacional para a Salvaguarda da Pátria (CNSP) e justificaram sua ação devido à "degradação contínua da situação de segurança e a pobre governança econômica e social" (UNOWAS, 2023).

Em resposta, ECOWAS e a União Econômica e Monetária da África Ocidental impuseram sanções ao Níger e ameaçaram o uso da força para

restaurar Bazoum ao cargo. Em um desenvolvimento significativo em 10 de agosto de 2023, ECOWAS anunciou a ativação imediata da Força de Reserva da ECOWAS para restaurar a ordem constitucional em Níger (ECOWAS, 2023). Além disso, em 16 de setembro de 2023, as juntas militares de Burkina Faso, Mali e Níger assinaram a Carta de Liptako-Gourma, estabelecendo a Aliança dos Estados do Sahel (AES) como uma arquitetura de defesa coletiva e assistência mútua. Esses países se comprometeram a combater todas as formas de terrorismo e crime organizado em sua área comum (UNOWAS, 2023).

Outro desenvolvimento crucial foi a retirada de Burkina Faso e Níger do Grupo dos Cinco para o Sahel (G5 Sahel) em 2 de dezembro de 2023, seguindo o exemplo do Mali. Chade e Mauritânia, os países remanescentes do G5 Sahel, sugeriram em 6 de dezembro que estavam preparados para dissolver a aliança (G5 Sahel, 2023).

POSIÇÃO DOS PAÍSES

BURKINA FASO

Burkina Faso, país localizado na África Ocidental, detém um laço com os franceses devido à colonização. Mesmo não possuindo um grande território, mais de 60 grupos étnicos vivem no país e a população é majoritariamente composta por muçulmanos. Desde o ano de 2014, Burkina Faso é frequentemente vítima de instabilidade política. O grande retrato desse problema foram os dois golpes políticos no país em apenas 8 meses no ano de 2022. Ambos os militares que assumiram o poder nestas oportunidades se apoiaram na incapacidade de seus antecessores em combater o aumento da insurgência islâmica. O problema da violência no país se agravou após a guerra civil do Mali no ano de 2012, a fronteira entre os países se tornou uma passagem para rebeldes e também para terroristas ligados ao Estado Islâmico e a Al-Qaeda (Reuters, 2022).

Assim como em outros Estados africanos, a Rússia vem ganhando cada vez mais força entre o governo e a população de Burkina Faso. Durante a última tomada de poder político no país, várias pessoas foram às ruas segurando bandeiras da Federação russa e demonstrando apoio à aproximação com

Moscú, além disso, a embaixada francesa e outras instituições relacionadas à antiga metrópole foram atacadas. Rapidamente, o até então líder do Grupo Wagner, Yevgeny Prigozhin, reconheceu como legítimo o movimento realizado pela junta militar e aproveitou para destacar a necessidade de Burkina Faso em se distanciar de Paris. O Grupo Wagner passou a combater os terroristas e rebeldes na região, função anteriormente realizada pelos franceses (Jones, 2022).

Desse modo, o discurso entre as lideranças de Burkina Faso aborda constantemente a necessidade de afastamento em relação aos colonizadores da região do Sahel (França e Inglaterra) e defendem a aproximação com novos parceiros (destaque para Rússia e China). Todos os quatro países envolvidos são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o estreitamento de relações com Moscú e Pequim é visto como vantajoso, tendo em vista a ausência de preocupação de ambos os países em relação à democracia dos governos e outras exigências frequentemente demandadas pelo Ocidente. Sendo assim, o governo de Ouagadougou segue optando pela parceria com a Rússia e a continuidade nos grupos de combate ao terrorismo que não envolvam a França, como o G3. O sentimento Anti-França se desenvolveu de modo acelerado em Burkina Faso e no Mali (Ochieng, 2022).

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

A Suíça possui uma tradição de neutralidade e diplomacia humanitária, moldando sua abordagem em relação à insegurança na região do Sahel. Segundo o Departamento Federal de Relações Exteriores da Suíça, o país tem promovido ativamente a paz e a segurança através de iniciativas diplomáticas e de mediação em conflitos na região, prezando pelos ideais democráticos (FDFA, 2023). A Suíça enfatiza a importância de uma abordagem integrada que combine esforços de segurança com a ajuda humanitária.

Nos fóruns multilaterais, a Suíça tem defendido a importância de fortalecer as capacidades locais e promover soluções lideradas por africanos. Durante reuniões na ONU e em outras plataformas internacionais, a Suíça tem sublinhado a importância de uma cooperação estreita com organizações

regionais africanas para abordar as causas subjacentes da insegurança no Sahel (FDFA, 2023).

Seu compromisso reafirma sua atuação e suas contribuições financeiras e técnicas para iniciativas de paz e desenvolvimento na região. A Suíça também tem apoiado a região do Sahel através de sua agência de desenvolvimento e cooperação (SDC).

Projetos focados em segurança alimentar, gestão de recursos hídricos e resiliência climática são componentes chave da estratégia suíça para a região (SDC, 2023). Estes esforços demonstram a abordagem holística da Suíça para enfrentar a insegurança no Sahel, combinando assistência humanitária com apoio ao desenvolvimento sustentável.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA adota como posicionamento estratégico, uma abordagem ampla para a África Subsaariana. A estratégia se baseia nos "3D" — Defesa, Diplomacia e Desenvolvimento — e envolve a colaboração entre o Departamento de Defesa (DoD), o Departamento de Estado e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) (United States Department of State, 2023). O DoD apoia operações contra-terroristas lideradas por africanos para interromper as ameaças terroristas mais agudas, especialmente aquelas que visam interesses dos EUA. Este apoio inclui a provisão de treinamento e assistência às forças de segurança locais para construir capacidades autônomas de manutenção da estabilidade (United States Department of State, 2023).

Dessa forma, a parceria com parceiros africanos é central para a estratégia dos EUA. Em audiências no Congresso e em declarações públicas, oficiais de defesa dos EUA destacaram a necessidade de uma abordagem regional coordenada para enfrentar os desafios no Sahel. Esta abordagem inclui o fortalecimento das relações com aliados e parceiros africanos para apoiar objetivos de segurança mútuos (United States Department of State, 2023). A competição estratégica, particularmente com a Rússia e a China, é uma preocupação adicional para os EUA na região. Oficiais dos EUA têm notado a atividade de grupos como o Wagner Group da Rússia no Sahel e os esforços contínuos dos EUA para manter a influência regional através de parcerias que

promovam valores democráticos e o zelo pelos Direitos Humanos (United States Department of State, 2023).

Durante fóruns multilaterais, como sessões do Conselho de Segurança da ONU, os EUA têm enfatizado a necessidade de um esforço internacional coordenado para abordar a insegurança no Sahel. Em declarações recentes, os EUA têm sublinhado a importância de soluções lideradas por parceiros internacionais, destacando a natureza transnacional dos desafios e a necessidade de uma resposta integrada e abrangente (United States Department of State, 2023). A comunicação entre os ministérios de defesa dos EUA e seus homólogos africanos é um componente crucial da estratégia dos EUA. Eventos como a Conferência dos Chefes de Defesa da África promovem o intercâmbio de conhecimentos, encorajam parcerias e fomentam a colaboração para enfrentar os desafios de segurança compartilhados (United States Department of State, 2024).

Os EUA participam regularmente de exercícios multinacionais, como o Flintlock e o African Lion, que são projetados para fortalecer a cooperação militar e a prontidão entre as nações africanas. Estes exercícios também visam promover a interoperabilidade entre as forças dos EUA e seus colegas africanos (United States Department of State, 2023). A abordagem "3D" também inclui esforços humanitários significativos. A USAID, em parceria com o DoD, trabalha para fornecer assistência em áreas afetadas por conflitos e crises humanitárias, buscando estabilizar as regiões e diminuir a influência de grupos extremistas (United States Department of State, 2022). Parte da estratégia dos EUA envolve a educação e o treinamento de forças locais para garantir que elas estejam preparadas para enfrentar ameaças de forma autônoma. Este treinamento abrange não apenas aspectos militares, mas também de governança e direitos humanos, visando fortalecer as instituições locais (United States Department of State, 2024).

Segundo autoridades, "a instabilidade e o terrorismo no Sahel ameaçam diretamente a nossa segurança. Os cinco países do G5 Sahel (Burkina Faso, Mauritânia, Mali, Níger e Chade), abrangendo uma área equivalente ao tamanho da Europa Ocidental, estão entre os mais em risco" (United States Department of State, 2022). Enfrentando múltiplas crises, incluindo terrorismo, mudanças

climáticas e insegurança alimentar, esses países, alguns dos mais pobres do mundo, precisam de um apoio substancial. Em 2019, ataques terroristas na região resultaram na morte de mais de 4.000 pessoas e no deslocamento de quase 800.000 em Burkina Faso (United States Department of State, 2023). Estima-se que a insegurança e a COVID-19 possam agravar a crise alimentar e nutricional, afetando cerca de 50 milhões de pessoas. Embora o Sahel possa parecer remoto para muitos, “a história recente nos ensinou que o terrorismo não respeita fronteiras” e a instabilidade impulsiona o deslocamento populacional e diversos tipos de tráfico (United States Department of State, 2023). A recente videoconferência com líderes do G5 Sahel e representantes de organismos internacionais reafirmou o compromisso conjunto de manter o Sahel como prioridade e acelerar os esforços de apoio.

Lançada formalmente na videoconferência, a Coalizão para o Sahel visa envolver mais parceiros internacionais, reconhecendo que a Europa não pode enfrentar sozinha os desafios da região. Anunciou-se um apoio adicional de 194 milhões de euros, destinados ao fortalecimento das forças de segurança interna e a programas de resiliência e desenvolvimento (United States Department of State, 2023). No campo da segurança, o apoio à Força Conjunta do G5 Sahel cobre despesas com equipamentos, infraestrutura, consultoria e treinamento. Desde 2012, três missões de Política Comum de Segurança e Defesa foram implantadas, com 900 especialistas ajudando a fortalecer as forças de defesa e polícia (United States Department of State, 2024).

A missão da UE no Mali, recentemente fortalecida, agora pode atuar fora do país e acompanhar o exército malinês em campo, sem se envolver em combate direto, além de treinar contingentes nacionais da Força Conjunta G5 Sahel (United States Department of State, 2024). Os esforços, sem precedentes em escala, ainda não atingiram totalmente o sucesso esperado, o que demanda uma intensificação do engajamento. A responsabilidade principal recai sobre os parceiros do Sahel, mas eles precisam de apoio externo devido aos desafios complexos que enfrentam. Governos do Sahel gastam até um terço de seus orçamentos em segurança, esforços que não são sustentáveis a longo prazo (United States Department of State, 2024).

FEDERAÇÃO RUSSA

No Sahel, a Rússia utiliza o Wagner Group para apoiar governos locais em troca de acesso a recursos e influência política, como observado por Gvosdev e Marsh (2020). A estratégia russa envolve a formação de parcerias com regimes militares, como os de Mali e Burkina Faso, onde Moscou oferece assistência de segurança, apoio diplomático e operações de informação para consolidar sua presença e influência na região.

Essas relações simbióticas permitem à Rússia não apenas expandir seu poder geopolítico, mas também garantir acesso a valiosos recursos naturais, essenciais para a manutenção de sua economia e influência global (Gvosdev; Marsh, 2020). Marsch Gvosdev afirmou que “Moscou abraçou os regimes militares em Mali e Burkina Faso, fornecendo assistência de segurança, apoio diplomático e operações de informação”.

Em suma, Moscou tem utilizado contratos de mineração e segurança como ferramentas para garantir lealdade e cooperação dos governos locais. Além disso, a Rússia tem se mostrado ativa em fóruns internacionais, defendendo a soberania dos estados do Sahel e criticando intervenções ocidentais, o que fortalece sua posição como um aliado preferencial de regimes que buscam alternativas às parcerias ocidentais tradicionais, no contexto do sahel, principalmente à França (Gvosdev; Marsh, 2020).

GEÓRGIA

A Geórgia, embora não esteja diretamente envolvida na região do Sahel, demonstra seu compromisso com as questões relacionadas à segurança global, por meio de participações em fóruns multilaterais e operações de paz.

Segundo o United States Institute of Peace (2023), a Geórgia demonstra apoio às estratégias que interseccionam a dimensão da segurança, desenvolvimento e governança para enfrentar os desafios na região do Sahel. Em fóruns como as Nações Unidas, a Geórgia tem enfatizado a importância de uma ação integrada para resolver as causas subjacentes dos conflitos (USIP, 2023). Adicionalmente, a presença da Geórgia em missões de paz da ONU reflete o compromisso com a estabilidade global. As missões não apenas promovem a paz em regiões de conflito, mas reforçam a posição da Geórgia

como um agente responsável na arena internacional (EEAS, 2023). A participação ativa em operações de manutenção da paz é um indicativo de sua disposição em apoiar esforços multilaterais para estabilizar regiões conflituosas como o Sahel (EEAS, 2023).

A colaboração com parceiros europeus e outros países também é um aspecto importante da abordagem da Geórgia. A cooperação com a União Europeia (UE) e a OTAN reflete a estratégia integrada do país para enfrentar ameaças globais. A UE tem sido um parceiro-chave em iniciativas de segurança e desenvolvimento, especialmente em regiões de alta instabilidade (EEAS, 2023). Por fim, a Geórgia, ao colaborar com a UE e outros organismos internacionais, demonstra sua disposição em participar de esforços multilaterais para promover a paz e a estabilidade em regiões como o Sahel. Essa cooperação reflete uma abordagem abrangente para lidar com a insegurança global (EEAS, 2023).

JAPÃO

O Japão tem desempenhado um papel significativo na estabilização da região do Sahel, concentrando seus esforços em programas de assistência humanitária e desenvolvimento sustentável. O país, reconhecendo os desafios complexos enfrentados pela região, tem direcionado seus recursos para mitigar os impactos das mudanças climáticas, promover a segurança alimentar e fortalecer a resiliência das comunidades locais. Estas iniciativas refletem o compromisso do Japão com a paz e a estabilidade globais, alinhando-se com seus princípios de cooperação internacional.

De acordo com o Conselho de Relações Exteriores (CFR), o Japão tem contribuído de maneira consistente para iniciativas que buscam melhorar a qualidade de vida no Sahel, em uma abordagem que vai além do auxílio emergencial. A ênfase japonesa em sustentabilidade e resiliência é particularmente importante em uma região frequentemente devastada por condições climáticas extremas e insegurança alimentar.

O Japão também colabora estreitamente com organizações internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para implementar esses projetos. Segundo a "Strategy for Security and

Development in the Sahel", da União Europeia, a parceria do Japão com o PNUD e outras entidades internacionais é fundamental para a eficácia das suas intervenções, garantindo que as iniciativas sejam bem coordenadas e adaptadas às necessidades específicas das comunidades locais.

A abordagem japonesa é, portanto, caracterizada por uma combinação de diplomacia suave e apoio financeiro estratégico, visando a construção de uma paz duradoura no Sahel. Este envolvimento não só contribui para a estabilidade da região, mas também fortalece o papel do Japão como um ator global comprometido com o desenvolvimento sustentável e a segurança internacional.

REINO DA ESPANHA

A Espanha tem demonstrado preocupação crescente com a situação de insegurança na região do Sahel, que abrange parte da África Ocidental e Central. O governo espanhol considera a instabilidade na região uma ameaça direta à segurança europeia, especialmente devido ao aumento da presença de grupos mercenários russos e jihadistas na área, o que poderia intensificar a migração para a Europa.

A Espanha tem defendido uma maior atenção da OTAN aos riscos provenientes do sul, incluindo o Sahel, argumentando que a deterioração da segurança nessa região pode ter repercussões significativas, como o aumento da radicalização, do terrorismo e da migração forçada. Além disso, a Espanha participa ativamente em iniciativas da União Europeia, como o apoio ao G5 Sahel, uma força conjunta de países da região, para combater o terrorismo e estabilizar a área.

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Durante discussões no Conselho de Segurança da ONU sobre a questão da insegurança no Sahel, a representação do Reino Unido expressou grande preocupação com a deterioração da segurança e suas consequências humanitárias na região, principalmente após a retirada da missão de paz da ONU (MINUSMA) do Mali. No mesmo discurso, o governo britânico destacou o papel crucial de organizações regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e a Iniciativa de Arca na promoção da

estabilidade na região. Além disso, também condenou a influência desestabilizadora de grupos mercenários, como o Grupo Wagner, que agrava ainda mais os desafios de segurança na área.

O Reino Unido também enfatiza a importância de restaurar governos constitucionais em países como Mali, Burkina Faso e Guiné, onde cronogramas de transição para a democracia têm sido adiados. Além disso, há um foco significativo na necessidade de abordar a crise humanitária em andamento, exacerbada pelas condições climáticas adversas e pela violência, que afetam milhões de pessoas na região.

A posição britânica inclui o apoio a iniciativas de construção de resiliência contra as mudanças climáticas e a promoção de acesso seguro à assistência humanitária, considerando o impacto severo da violência e da instabilidade no cotidiano das populações locais. O governo, desde 2019, ofereceu ajuda vital para mais de 15 milhões de pessoas no Sahel e se compromete a continuar trabalhando para garantir ajuda humanitária e amenizar a situação na região.

REPÚBLICA ARGELINA

Por conta de seu grande território — décimo maior país do mundo e maior no continente africano — e expressiva população (mais de 44 milhões de habitantes), a Argélia pode ser considerada uma grande força, tanto no continente africano quanto nos países árabes (99% de sua população se identifica como árabe-berbere). Após anos como colônia, a Argélia tornou-se independente em relação à França, no ano de 1962, após inúmeras batalhas sangrentas e milhares de mortos. Devido a colonização, os países seguiram conectados, mesmo após a independência argelina.

Historicamente, os argelinos foram grandes fornecedores de energia para os franceses e após a guerra entre Rússia e Ucrânia tornaram-se uma alternativa interessante para outros países da Europa Ocidental, pois foram o décimo maior produtor mundial de gás no ano de 2022 e possuem a terceira maior reserva de gás do mundo (Sadaki, 2022). Sobre os russos, Moscou é o maior fornecedor de armamento para a Argélia, que busca fortalecer cada vez mais suas forças armadas, garantindo maior segurança e possibilitando a busca por seus interesses. Nos últimos anos vários acordos para compra de armamentos foram

assinados pelos países, estreitando os laços originados ainda nos tempos da União Soviética (Kondratenko, 2020).

Dado o exposto, o posicionamento argelino na problemática do Sahel se torna muito importante, tanto pela relação dos países com a França e a Rússia (dois grandes atores no Sahel) quanto por sua crescente posição de destaque no continente africano. A própria geografia obriga o governo de Argel a dar atenção à região, já que o país possui mais de 3 mil quilômetros de fronteira com Mali, Mauritânia e Níger. Além disso, a Argélia já demonstrou participação ativa nas Nações Unidas e constantemente aumenta sua influência no Sahel, inclusive especulações de uma possível adesão ao G5 ganharam força no ano de 2022. Da mesma forma, os argelinos compartilham dados de inteligência com Burkina Faso, Chade, Líbia, Mali, Mauritânia, Níger e Nigéria (Fórum de Defesa da África).

REPÚBLICA DA ARMÊNIA

A Armênia tem demonstrado um interesse crescente em participar de discussões sobre segurança internacional. Segundo a European External Action Service (2023), a Armênia sublinha a necessidade de uma abordagem multilateral para resolver conflitos, especialmente em regiões como o Sahel. Dessa forma, a Armênia apoia iniciativas que combinam esforços de segurança com desenvolvimento sustentável (EEAS, 2023).

A participação da Armênia em operações de paz da ONU demonstra seu compromisso com a segurança global. A experiência em missões de manutenção da paz fortalece a posição da Armênia como um contribuidor significativo para a paz mundial e pode fornecer contribuições para estratégias de estabilização em regiões como o Sahel (EEAS, 2023); a Armênia tem apoiado esforços que buscam uma abordagem integrada para enfrentar a insegurança no Sahel (USIP, 2023).

Além disso, a cooperação com a União Europeia e outras organizações internacionais é fundamental para a estratégia armênia. A colaboração com a UE tem sido crucial em iniciativas de segurança e desenvolvimento, especialmente em regiões de alta instabilidade. A UE tem desempenhado um

papel significativo na promoção da paz e estabilidade através de programas de assistência e cooperação (EEAS, 2023).

A Armênia, ao colaborar com a UE e outros organismos internacionais, demonstra sua disposição em participar de esforços multilaterais para promover a paz e a estabilidade em regiões como o Sahel. Essa cooperação reflete uma abordagem abrangente para lidar com a insegurança global (EEAS, 2023).

REPÚBLICA DA COREIA

A Coreia do Sul tem se tornado cada vez mais ativa em questões de segurança global, incluindo sua crescente participação na crise do Sahel. O país tem demonstrado um compromisso significativo com a estabilização da região, principalmente através de contribuições para missões de paz das Nações Unidas e apoio a iniciativas de desenvolvimento sustentável. A Coreia do Sul reconhece a importância estratégica do Sahel para a segurança global, e vê sua estabilização como um passo crucial para prevenir a propagação de conflitos e a ameaça do extremismo.

De acordo com o Conselho de Relações Exteriores (CFR), a Coreia do Sul contribui não apenas com recursos financeiros, mas também com expertise técnica para diversos projetos na região. Essas contribuições são direcionadas para fortalecer a infraestrutura, melhorar as condições de vida das comunidades locais e promover a paz e a segurança. O envolvimento da Coreia do Sul é um reflexo de sua política externa cada vez mais orientada para o multilateralismo e cooperação internacional, destacando seu papel como um ator global responsável e comprometido, mas ainda retido em seu alinhamento histórico com os Estados Unidos.

Ao apoiar missões de paz da ONU, a Coreia do Sul contribui para a manutenção da ordem e da segurança no Sahel, colaborando com outras nações para enfrentar desafios complexos como o terrorismo e a instabilidade política. Simultaneamente, seu investimento em desenvolvimento sustentável ajuda a abordar as causas subjacentes dos conflitos na região, oferecendo soluções a longo prazo para os problemas estruturais que afligem o Sahel.

Assim, o posicionamento da Coreia do Sul no Sahel reflete uma abordagem equilibrada, combinando segurança e desenvolvimento para

promover uma paz duradoura na região, alinhada aos seus interesses de segurança global e ao compromisso com a cooperação internacional.

REPÚBLICA DA ESLOVÁQUIA

A Eslováquia tem demonstrado um interesse crescente na segurança da macrorregião do Sahel, reconhecendo a importância estratégica dessa área para a estabilidade global. Em uma análise feita pelo Centro de Política de Segurança e Defesa da Eslováquia, destacam-se as ameaças emergentes que podem afetar diretamente o país, incluindo a instabilidade no Sahel (GLOBSEC, 2020). A região do Sahel é vista como um foco de insegurança devido à presença de grupos terroristas, migração descontrolada e tráfico de armas, que representam riscos não só para a Eslováquia, mas para toda a Europa (GLOBSEC, 2020).

Segundo o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), a segurança no Sahel tem implicações diretas para a política de defesa europeia, incluindo a Eslováquia. A retirada das forças francesas da Operação Barkhane em 2022 acentuou a necessidade de uma abordagem coordenada para combater o terrorismo e estabilizar a região. A Eslováquia, como membro da União Europeia (UE) e da OTAN, está comprometida em contribuir para a segurança regional através de missões de treinamento e apoio logístico (IISS, 2022).

A nova Estratégia de Segurança e Defesa da Eslováquia, reformulada recentemente, também menciona explicitamente a importância de abordar ameaças não-militares. Este documento enfatiza a cooperação com parceiros internacionais e a necessidade de fortalecer a resiliência contra ameaças híbridas, tecnológicas e digitais, terrorismo e migração descontrolada provenientes de regiões instáveis como o Sahel (GLOBSEC, 2020).

Adicionalmente, a Fundação Friedrich Ebert destaca que a abordagem da Eslováquia em relação à segurança no Sahel inclui a promoção de desenvolvimento sustentável e a estabilização política como formas de mitigar os riscos de segurança. A combinação de esforços militares e de desenvolvimento é vista como essencial para abordar as causas profundas da

instabilidade e prevenir a propagação de ameaças para além das fronteiras regionais (Friedrich Ebert Stiftung, 2022).

REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA

A Eslovênia, através de sua participação em fóruns multilaterais como o *Bled Strategic Forum*, sublinha a necessidade do diálogo e da cooperação internacional para abordar a insegurança na região do Sahel. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores da Eslovênia, o país tem tido um papel ativo nas discussões sobre segurança global, enfatizando a necessidade de um sistema multilateral eficiente para lidar com desafios como os enfrentados no Sahel (GOV.SI, 2023). Durante o Fórum Estratégico de Bled, a Eslovênia destacou as iniciativas lideradas por países africanos e da cooperação com organizações como a ONU e a União Africana para promover a estabilidade na região (GOV.SI, 2023).

Nesse sentido, a Eslovênia tem colaborado com assistência humanitária e apoio ao desenvolvimento na região do Sahel. Tais ações refletem a abordagem da Eslovênia para enfrentar a insegurança, combinando esforços humanitários com apoio ao desenvolvimento sustentável. Também, através de sua agência de cooperação para o desenvolvimento, a Eslovênia tem apoiado projetos que visam melhorar a segurança alimentar e a resiliência das comunidades locais contra os impactos das mudanças climáticas (GOV.SI, 2023).

Em suma, a Eslovênia, ao colaborar estreitamente com parceiros europeus, busca fortalecer a estabilidade na região do Sahel. A participação em missões de paz da UE e o apoio a iniciativas de desenvolvimento refletem o compromisso da Eslovênia com uma abordagem multilateral e integrada para enfrentar os desafios de segurança na região (EEAS, 2023).

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Durante uma reunião do Conselho de Segurança da ONU em 2022, onde a Índia foi membro rotativo, sua representação expressou preocupações significativas sobre a crescente insegurança no Sahel, destacando a expansão sulista do terrorismo a partir da região central do Sahel. O representante indiano enfatizou a necessidade de uma revitalização da cooperação entre os países da

região e solicitou um apoio sustentado e previsível para as iniciativas de segurança regional, incluindo contribuições pela ONU.

O representante também destacou os avanços positivos nas reformas eleitorais e administrativas, como evidenciado pelas recentes eleições bem sucedidas na Gâmbia e no Senegal. No entanto, ele observou que, apesar dessas melhorias, a consolidação da democracia tem sido ofuscada por sucessivos golpes em Mali, Guiné e Burkina Faso.

Diante da situação política e de segurança frágil, a Índia saúda os esforços da CEDEAO para consolidar a democracia e promover a boa governança. No entanto, o governo indiano destaca que a violência terrorista na região revela tendências preocupantes, como o agravamento do deslocamento interno e da crise humanitária, a expansão sulista do terrorismo e a exploração de lacunas de segurança por grupos armados. Também é salientado a necessidade de evitar a conexão artificial entre mudanças climáticas e questões de segurança sem uma base científica firme.

REPÚBLICA DA LIBÉRIA

A Libéria é a mais antiga das repúblicas africanas, tendo sua população constituída majoritariamente por indígenas e ex-escravos libertos que retornaram das Américas. Mesmo sendo uma república estabelecida a muito tempo e um país independente desde 1847, a Libéria até hoje sofre com problemas de desemprego, insegurança alimentar e fornecimento de água e luz. O país possuiu papel importante na Guerra Civil de Serra Leoa, oferecendo suporte aos grupos rebeldes, e ambas as nações descobriram petróleo em suas costas no ano de 2012, gerando esperança de melhoria da economia (BBC, 2024).

Mesmo não sendo considerado um país pertencente ao Sahel, a Libéria está geograficamente próxima a região, inclusive realiza projetos em conjunto com os países do Sahel, entre eles o Projeto Regional de Eletrificação Off-Grid para a África Ocidental (World Bank, 2024). Justamente pela proximidade, é interessante para a Libéria que seus vizinhos desfrutem de estabilidade e segurança, deixando assim seu próprio território livre de ameaças. Desse modo, o governo de Monróvia se posiciona favorável à estabilização da região do Sahel

e do combate aos grupos terroristas, em vista de seu interesse econômico na região.

REPÚBLICA DA TURQUIA

A Turquia tem articulado sua posição em fóruns multilaterais promovendo ações de cooperação de segurança na região do Sahel. Conforme o Middle East Institute (2020), a Turquia fez críticas ostensivas às intervenções unilaterais da França, como a Operação Serval, e defendeu iniciativas lideradas por africanos, como as promovidas pelo bloco G5 Sahel (MEI, 2020). Para além disso, o presidente Recep Tayyip Erdoğan, em 2018 prometeu \$5 milhões para apoiar os esforços de contraterrorismo do G5 Sahel, destacando o compromisso da Turquia com soluções lideradas por africanos (MEI, 2020).

A presença da Turquia em fóruns multilaterais também salienta seu apoio ao acordo de paz de Argel de 2015, que envolveu o governo do Mali e diversos grupos armados. A Turquia forneceu uma estrutura e um suporte diplomático para o acordo, enfatizando a necessidade da diplomacia e da cooperação internacional para resolver conflitos na região (Crisis Group, 2023). A Turquia tem combinado esforços de segurança e ajuda humanitária na região do Sahel. A Turkish Cooperation and Coordination Agency (TIKA) tem sido ativa na distribuição de ajuda, como o envio de equipamentos médicos para o Níger e o Chade em resposta à pandemia de COVID-19 (MEI, 2020). Este enfoque humanitário é parte da estratégia da Turquia para ganhar apoio popular e promover sua imagem como um parceiro confiável e benevolente.

Além da ajuda humanitária, a Turquia tem investido e ampliado a infraestrutura, construindo hospitais e implementando projetos de abastecimento de água em regiões carentes do Sahel. O apoio tem sido bem recebido pelas comunidades locais e ajudou a abrir novos mercados para produtos turcos, reforçando a presença econômica de Ankara na região (Crisis Group, 2023).

No mais, a Turquia tem buscado fortalecer suas relações bilaterais com os países do Sahel. Em 2017, a Turquia assinou um acordo de cooperação militar com o Níger, permitindo uma colaboração mais estreita contra a instabilidade decorrente da situação na Líbia (MEI, 2020). Além disso, a Turquia tem prestado

apoio e incentivos aos países do Sahel a combaterem as instituições afiliadas ao movimento Gülenista, considerado um grupo terrorista pelo governo turco (MEI, 2020).

A abordagem da Turquia na região do Sahel é, em parte, uma tentativa de contrabalançar a influência de outras potências, como a França e os Emirados Árabes Unidos. Ao se posicionar como uma alternativa confiável e não-imperialista, a Turquia busca aumentar sua influência política e econômica, enquanto promove uma agenda de segurança que privilegia a cooperação local (Al-Monitor, 2024).

Em suma, o posicionamento da Turquia no que tange à insegurança na região do Sahel, caracteriza-se pela combinação de esforços diplomáticos, técnico-militares e humanitários, promovendo uma integração entre diferentes dimensões e uma abordagem multilateral. Através de sua presença em fóruns internacionais e iniciativas bilaterais, a Turquia tem se estabelecido no cenário internacional como um ator significativo na busca pela estabilidade e desenvolvimento na região do Sahel.

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO

A literatura indica que a resposta internacional tem sido focada em abordagens que combinam segurança, desenvolvimento e governança. Embora não existam declarações específicas do Azerbaijão sobre o Sahel, sua participação em operações de paz da ONU demonstra um compromisso com a estabilidade global. O Azerbaijão tem contribuído significativamente para missões de paz e estabilidade, refletindo uma posição favorável a esforços multilaterais para enfrentar a insegurança.

Os fóruns multilaterais, como as Nações Unidas, têm enfatizado a necessidade de uma abordagem integrada para resolver os desafios no Sahel. Relatórios sugerem que a comunidade internacional deve focar na liderança local e na colaboração com organizações regionais africanas para promover a estabilidade (USIP, 2023; Middle East Institute, 2023).

A posição do Azerbaijão, alinhada com suas ações em operações de paz, provavelmente apoia esses esforços de cooperação internacional para enfrentar a insegurança no Sahel. As recomendações para uma abordagem eficaz no

Sahel incluem o fortalecimento das instituições locais, o apoio ao desenvolvimento econômico e a promoção da segurança humana.

REPÚBLICA DO CHADE

O Chade se encontra na parte centro-norte do continente africano, sem saída para o mar e fazendo fronteira com outros seis Estados soberanos. Assim como seus vizinhos, o Chade enfrenta graves problemas de violência, proveniente da atuação dos terroristas e de forças rebeldes. Mais de 40% de sua população vive abaixo da linha da pobreza e a insegurança alimentar aflige um percentual semelhante de chadianos, resultando tanto em revoltas dos indivíduos contra o governo quanto em recrutamento de pessoas para os grupos terroristas (Cambridge University Press, 2022).

A regular insatisfação populacional culminou em uma intervenção dos militares na política em 2021, o até então presidente, Idriss Deby, foi mais uma vítima fatal da violência no país. Rompendo aquilo que constava na constituição nacional, uma junta do exército optou por dissolver o parlamento e colocar temporariamente o General e filho do ex-presidente Mahamat Deby como presidente, cargo que ocupa até hoje (Reuters, 2022). Em 2023, uma nova constituição foi aprovada no país e o objetivo é justamente mostrar ao mundo que o Chade é diferente de seus vizinhos do Sahel no que se trata a instabilidade política. Porém, o governo vai se manter centralizado, característica comum desde a independência conquistada sobre os franceses no ano de 1960 (Kaledzi, 2023).

Além dos já conhecidos problemas de violência da região, o caso do Chade possui um outro fator relevante. No ano de 2021, seis soldados do país foram mortos após um confronto com as forças da República Centro-Africana. Neste mesmo ano as Nações Unidas alertaram sobre as debilidades do país em fornecer serviços básicos à população, como atendimento médico e alimentação. As movimentações contra a França são consideravelmente mais fracas quando comparadas a outras países como o Mali e Burkina Faso. Dessa forma, as lideranças de N'Djamena buscam dialogar com diferentes grupos de países, principalmente na Comunidade Econômica dos Estados da África Central (RFI, 2021).

REPÚBLICA DO EQUADOR

O Equador adota uma postura mais observadora em relação aos conflitos no Sahel, focando sua política externa na cooperação Sul-Sul. Embora não seja um ator principal na região, o Equador apoia os esforços de estabilização liderados pela ONU e outros organismos multilaterais, reconhecendo a importância de uma abordagem coletiva para enfrentar os desafios de segurança.

Conforme indicado pelo Centro para Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), o Equador entende a necessidade de abordar as causas subjacentes da insegurança, como pobreza e mudanças climáticas. O país apoia iniciativas que promovam a paz e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se com a comunidade internacional em busca de soluções duradouras para os problemas estruturais da região.

REPÚBLICA DO MALI

O Mali é o principal exemplo de distanciamento dos países do Sahel em relação a seus antigos colonizadores. O país vive uma grave crise desde o início da Guerra Civil no ano de 2012, conflito sangrento que ainda não foi concluído e que levou a instabilidade para toda a região. Em 2020, o Mali foi palco de uma insurreição militar após vários protestos da população contra o antigo governo. Os manifestantes reclamam da corrupção endêmica e dos graves problemas de segurança. Poucos meses depois, no ano de 2021, um novo golpe de Estado ocorreu em Bamako e a instabilidade política seguiu uma constante no Mali (Reuters, 2022).

Durante todo esse período, de 2012 até 2020, a França foi o grande aliado do Mali, inclusive na segurança (destaque para operação Barkhane). Porém, após a primeira troca de governo, em 2020, um forte sentimento anti-França passou a ser percebido, tanto na população quanto no governo. Com essa mudança, a operação Barkhane foi encerrada e a França teve que retirar boa parte de seu contingente militar do país, espaço que foi parcialmente preenchido pelos paramilitares do Grupo Wagner. Moscou ganhou muita relevância no Mali, prometendo uma parceria de ganho para ambos e não uma imposição colonial (forma como muitos malianos viam a relação com os

franceses). Após essas ações, o Mali sofreu sanções econômicas de vários países e também da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ochieng, 2022).

Desse modo, o Mali passou de um importante parceiro para França na África para um país cada vez mais distante e crítico à atuação de Paris no continente africano. Enquanto isso, Bamako continua se aproximando da Rússia e se mostra resistente a restabelecer boas relações com as potências ocidentais, que respondem com sanções ao país. Mesmo após esse período de distanciamento em relação aos franceses, o Mali ainda segue um Estado extremamente inseguro e fragilizado, mas prioriza a atuação em conjunto com o G3, após o rompimento de acordos militares com a França e a União Europeia (DW, 2022).

REPÚBLICA DO NÍGER

O Níger possui fronteira com Burkina Faso e Mali, e os três países são justamente os maiores afetados pela crise de insegurança no Sahel. A longa duração da violência afeta o abastecimento da população e ocasiona na desnutrição de considerável fatia da população. Outro problema no Níger é o recrutamento de soldados crianças, que sem preparo e condições para atuar em um conflito acabam inseridos na guerra e muitos não retornam com vida. O país também tem o G3 como principal grupo de combate ao terrorismo, mas sua ação também é pouco eficiente (Cambridge University Press, 2022).

Após o motim em 2023, o Níger também adotou um discurso agressivo em relação ao Ocidente e a bandeira da Rússia passou a ser vista com frequência na capital Niamey. O distanciamento preocupa a França por um motivo em especial, o país africano é o sétimo maior produtor de urânio do mundo e cerca de 25% de toda sua produção tem a Europa como destino, sendo o principal deles a França. O urânio é muito importante para produção de energia nuclear, uma possível alternativa à dependência energética dos europeus em relação à Rússia. No caso francês, a energia nuclear equivale a 70% de toda a energia usada no país e o Níger foi seu segundo maior fornecedor no ano de 2022 (Forbes France, 2023). Após o último motim, a embaixada da França no Níger foi atacada e a população pediu o fim das relações exploratórias

com sua antiga metrópole. Em 2022 o presidente autorizou o retorno de contingentes franceses, mas a população não acatou bem a decisão e os protestos se intensificaram (Issoufou; Ochieng, 2023).

Após esses acontecimentos, alguns países ocidentais acusam o governo Putin de realizar interferências que ocasionam na redução da democracia nesses países, tudo isso para conquistar apoio em sua ofensiva na Ucrânia. O Grupo Wagner expandiu sua atuação no Níger e Moscou enviou produtos e armamentos para a localidade. Além disso, existe a suspeita de que os russos oferecem pagamentos ou outros tipos de benefícios para que algumas pessoas apareçam nas manifestações com mensagens de apoio à Rússia e o uso de bandeiras. Sendo assim, o Níger se encontra entre um ressentimento histórico em relação aos franceses e uma desconfiança/esperança de uma relação mais vantajosa com os russos, apesar de muitos acreditarem que Moscou deseja o mesmo tipo de relação que a França teve anteriormente (Braun, 2023).

REPÚBLICA DE MALTA

Malta, embora um país pequeno, tem utilizado sua posição estratégica no Mediterrâneo para influenciar discussões sobre segurança no Sahel em fóruns multilaterais, ao mesmo tempo que defende seus valores europeus e cristãos. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio de Malta, o país tem participado ativamente em iniciativas da União Europeia que visam promover a estabilidade e a segurança na região do Sahel (MFA, 2023).

Malta apoia esforços multilaterais que combinam segurança com desenvolvimento econômico e assistência humanitária. Nos fóruns da UE, Malta tem destacado a importância de uma abordagem coordenada para enfrentar a insegurança no Sahel, que inclua esforços para combater o terrorismo, promover a boa governança e melhorar as condições socioeconômicas (EEAS, 2023).

A participação de Malta em missões de paz da UE na região, pode ser exemplificado o seu compromisso com a segurança multilateral e a estabilidade regional. O país tem colaborado com organizações internacionais para fornecer assistência técnica e financeira para projetos de desenvolvimento e infraestrutura no Sahel.

Através de programas de cooperação para o desenvolvimento, Malta tem apoiado iniciativas que visam melhorar a educação, a saúde e a resiliência climática nas comunidades do Sahel (MFA, 2023). Estas ações refletem a abordagem de Malta para enfrentar a insegurança na região através de uma combinação de esforços de segurança.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Localizado na África Austral e geograficamente distante do Sahel, Moçambique possui cerca de 27 milhões de habitantes e é uma das ex-colônias portuguesas na África. A independência tardia, apenas em 1975, e um violento e longo conflito militar interno dificultaram o desenvolvimento do país e a redução das assimetrias originadas ainda durante a colonização (Portal do Governo de Moçambique, 2024).

Mesmo distante do Sahel, a insurgência de grupos terroristas também é um problema enfrentado pelo governo de Maputo. Segundo relatórios e análises de estudiosos ligados à União Europeia e a diferentes institutos de segurança, existem diversas semelhanças entre Moçambique e os países do Sahel, que possibilitam a expansão de grupos terroristas na ex-colônia portuguesa. Entre as principais semelhanças destacam-se o insucesso de intervenções estrangeiras e o enraizamento do extremismo violento. A região de Cabo Delgado, rica em reservas de gás, é frequentemente alvo de ataques e a instalação de grupos terroristas na localidade pode espalhar a violência para os países vizinhos, como ocorreu no Sahel após o descontrole da insegurança no Mali (Lusa, 2022).

Para impedir a piora da situação, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana (UA), prontamente aderiram a ação conjunta com as Forças Armadas de Maputo e iniciaram a missão militar da África Austral, que em poucos meses conseguiu reduzir expressivamente o número de vítimas do extremismo. O Sahel é tomado como um exemplo daquilo que não pode ser replicado no continente africano e é por isso que Moçambique, assim como seus países vizinhos, procuram sempre se posicionar de modo incisivo em relação a violência e insegurança no Sahel (VOA português, 2022).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O posicionamento do Brasil sobre a situação na região do Sahel e na África Ocidental destaca a interconexão entre as dimensões política, de segurança, econômica e humanitária das crises na região. Ronaldo Costa Filho, em sua capacidade nacional, enfatizou a complexidade das crises na região e a necessidade de uma abordagem holística para lidar com os desafios enfrentados.

O Brasil observa que a falta de progresso em um domínio da crise geralmente impacta negativamente os outros, criando um ciclo de instabilidade. A representação brasileira no CSNU mencionou que a ruptura da ordem constitucional em vários países da região, como Mali e Burkina Faso, tem frequentemente levado a uma intensificação dos conflitos e ameaças à segurança. A situação em Mali, por exemplo, tem impactado negativamente a luta contra o terrorismo, embora o acordo recente entre Mali e a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) sobre um cronograma para a volta à ordem constitucional e a realização de eleições seja um passo positivo.

Além disso, o representante brasileiro destacou a importância das iniciativas regionais, como a Comissão de Estado-Maior Conjunto da Região do Sahel, a Força-Tarefa da Iniciativa de Acra e a Força de Reserva da CEDEAO. Ele observou que grupos armados frequentemente se enraízam em áreas com pouca ou nenhuma presença estatal e destacou a necessidade de planos de transição regional para combater essa situação.

O Brasil também apoia uma mudança de foco das respostas baseadas apenas na segurança para abordagens voltadas para o desenvolvimento, devido à relação entre insegurança alimentar, falta de perspectivas econômicas e a influência de grupos terroristas e armados. Em seu posicionamento oficial, o embaixador brasileiro Costa Filho, apelou para que os Estados-Membros adotem estratégias que combinem segurança e desenvolvimento, visando uma resolução mais sustentável e abrangente dos conflitos e crises na região.

REPÚBLICA FRANCESA

A França, com sua longa história de envolvimento no Sahel, desempenha um papel central na segurança da região por meio de operações militares, como a Operação Barkhane. Essa iniciativa, iniciada em 2014, visa combater grupos extremistas e estabilizar uma região crucial para o asseguramento da manutenção da influência francesa na África, além da garantia de importação de recursos naturais mais baratos e lucro através de investimentos franceses nas ex-colônias.

Paris enxerga o Sahel não apenas como uma questão de segurança regional, mas também como uma barreira contra a expansão do extremismo islâmico para a Europa, justificando sua presença contínua. No entanto, a intervenção francesa não é isenta de críticas. A presença prolongada das forças armadas francesas no Sahel, embora motivada pela necessidade de combate ao terrorismo, é frequentemente interpretada como uma forma de neocolonialismo. Esta percepção pode alimentar ressentimentos locais e dificultar os esforços de estabilização. Grupos jihadistas, por exemplo, podem explorar essa desconfiança para recrutar civis, tornando a missão francesa mais complicada e aumentando a violência na região.

Assim, o posicionamento francês no Sahel é um reflexo de seu passado como potência colonial da região, onde interesses econômicos, de política interna e percepções históricas se entrelaçam, exigindo uma abordagem equilibrada que considere tanto as necessidades imediatas de combate ao extremismo quanto as sensibilidades locais e internacionais.

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

O Irã, em particular, vê as movimentações no Sahel como uma oportunidade geopolítica para fortalecer suas relações na África e, de forma mais ampla, no Sul Global. O discurso dos oficiais iranianos sublinha uma luta comum contra o imperialismo ocidental. O presidente iraniano, Ebrahim Raisi, durante sua recente visita a países africanos, elogiou a resistência das nações africanas contra a colonização, destacando a importância de aprofundar laços com países como Burkina Faso e Mali, que têm abraçado uma ideologia anti-imperialista e pan-africana semelhante à do Irã (Stimson, 2023).

Além da ideologia, a dimensão econômica também é fundamental na estratégia iraniana. Com as sanções lideradas pelos EUA ainda em vigor e a tentativa de contornar essas restrições, o Irã busca parcerias econômicas no Sahel. Países como Burkina Faso e Mali, ricos em recursos naturais, podem oferecer ao Irã oportunidades para desenvolver sua economia. No entanto, a influência iraniana na região vai além de benefícios econômicos, fazendo parte de uma estratégia mais ampla para projetar poder e romper seu isolamento internacional, aproveitando o vácuo deixado pela retirada da França (Stimson, 2023).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

No Sahel, a China está presente através de investimentos em recursos naturais e infraestrutura, buscando estabilizar a região para proteger seus interesses econômicos e de segurança; apesar de frequentemente estar associada aos governos revolucionários que tomam o poder através de golpes militares (Zhao, 2021). De acordo com Zhao (2021) a estratégia chinesa envolve a construção de infraestruturas críticas, como rodovias, ferrovias e instalações de energia, que são essenciais para o desenvolvimento econômico e a estabilidade regional. Esses investimentos são parte da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), que visa criar novas rotas comerciais e expandir a influência econômica da China globalmente (Zhao, 2021).

A China também tem atuado em fóruns internacionais para promover a estabilidade e a segurança no Sahel, apoiando missões de paz das Nações Unidas e contribuindo com recursos financeiros e logísticos. Pequim enfatiza a importância do desenvolvimento econômico como meio de combater a insegurança e o extremismo, argumentando que a melhoria das condições de vida pode reduzir as causas subjacentes dos conflitos. Além disso, a China tem promovido programas de capacitação e treinamento para forças de segurança locais, fortalecendo a capacidade desses países de manter a ordem e enfrentar ameaças terroristas (Zhao, 2021).

QUESTÕES A PONDERAR

1. Como desenvolver uma estratégia efetiva no combate aos grupos terroristas na região do Sahel?
2. Os países do Sahel possuem capacidade para lidar com o problema da insegurança, sem abrir mão de suas soberanias?
3. Os países do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com destaque para seus membros permanentes, devem abrir mão de seus interesses nacionais na região do Sahel para atingir resultados que beneficiem a população local?
4. Quais são as implicações das mudanças climáticas na segurança regional do Sahel, e como podem ser integradas políticas de adaptação climática nas estratégias de combate ao terrorismo e desenvolvimento sustentável?
5. De que maneira a cooperação entre atores regionais, como a União Africana e a CEDEAO, pode ser fortalecida para garantir uma resposta coordenada e eficaz aos desafios de segurança no Sahel?

REFERÊNCIAS

ACNUR BRASIL. Emergência no Sahel. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/emergencia-no-sahel/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

AFRICAN UNION. JOINT A-3 PLUS STATEMENT ON THE SITUATION IN WESTERN AFRICA AND THE SAHEL. African Union, 2024. Disponível em: <https://www.africanunion-un.org/post/joint-a-3-plus-statement-on-the-situation-in-western-africa-and-the-sahel>. Acesso em: 20 mai. 2024.

AL JAZEERA. Battle for Libya: Key moments. Al Jazeera, 2017. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2017/4/30/battle-for-libya-key-moments-3>. Acesso em: 26 jun. 2024.

AL-MONITOR. Turkey, Iran, Morocco joust for greater role in Sahel. Washington, DC: Al-Monitor, 2024. Disponível em: <https://www.al-monitor.com/originals/2024/03/turkey-iran-morocco-joust-greater-role-sahel>. Acesso em: 18 jul. 2024.

AMBASSADE DE FRANCE EN ANGOLA. A Coligação para o Sahel, uma resposta colectiva e solidária. 2021. Disponível em: <https://ao.ambafrance.org/A-Coligacao-para-o-Sahel-uma-resposta-colectiva-e-solidaria-1200#:~:text=A%20Parceria%20para%20a%20Seguran%C3%A7a%20e%20a%20Estabilidade,de%20seguran%C3%A7a%20interna%2C%20sob%20coordena%C3%A7%C3%A3o%20da%20Uni%C3%A3o%20Europeia>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 3 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.

BALIMA, Boureima; MAZOU, Abdel-Kader. Military-led Sahel states rally thousands to support alliance. Reuters, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/africa/military-led-sahel-states-rally-thousands-support-alliance-2023-12-30>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BBC, News Brazil. A terrível história de atrocidades do domínio belga no Congo. 2022. Disponível em: <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=coloniza%c3%a7%c3%a3o+congo+belga&mid=E06E98AA1BB127375DDEE06E98AA1BB127375DDE&FORM=VIRE>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BBC. Liberia country profile. BBC News, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-13729504>. Acesso em: 20 mai.2024.

BBC. Sierra Leone country profile. BBC News, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-14094194>. Acesso em: 20 mai.2024.

BEZA, Tesfaye. Climate Change and Conflict in the Sahel. Council on Foreign Relations, 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/climate-change-and-conflict-sahel>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRAUN, Julia. Rússia: por que a África está se tornando campo de batalha entre Putin e Ocidente. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03050lmm6po>. Acesso em: 19 mai. 2024.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. The Sahel: Challenges and opportunities. International Review of the Red Cross, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-review-of-the-red-cross/article/sahel-challenges-and-opportunities/25F09D6436A0A7644739C0F18E3845CE>. Acesso em: 17 mai. 2024.

CANTO, Do Isabela; CLEIDE, Eveline. República Democrática do Congo. Observatório de Crises Internacionais, 2022. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/02/07/republica-democratica-do-congo/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CHATHAM HOUSE. Three Challenges for UK Peacebuilding Policy in the South Caucasus After Brexit. 2020. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2020/01/three-challenges-uk-peacebuilding-policy-south-caucasus-after-brexit>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CRISIS GROUP. The Pressing Task of Advancing Peace Talks in the South Caucasus. 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/europe-central-asia/caucasus/pressing-task-advancing-peace-talks-south-caucasus>. Acesso em: 2 ago. 2024.

CRISIS GROUP. Turkey in the Sahel. Brussels: Crisis Group, 2023. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/turkey-sahel>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CSIS. Politics at the Heart of the Crisis in the Sahel. Center for Strategic and International Studies, 2019. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/politics-heart-crisis-sahel>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DAUM, Pierre. Na Mauritânia, uma sociedade obcecada pela cor da pele. Le Monde Diplomatique, 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/na-mauritania-uma-sociedade-obcecada-pela-cor-da-pele/>. Acesso em: 20 mai.2024.

DEUTSCHE WELLE. Mali rompe acordos militares com França e União Europeia. DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mali-rompe-acordos-militares-com-fran%C3%A7a-e-uni%C3%A3o-europeia/a-61667559>. Acesso em: 19 mai. 2024.

EEAS. The EU and G5 Sahel: key partners to secure stability in the region and beyond. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/node/65335_en>. Acesso em: 18 jul. 2024.

EMBALO, Ussumane. Crise no Sudão. Observatório de Crises Internacionais, 2021. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/10/11/crise-no-sudao-darfur/>. Acesso em: 26 jun. 2024

EMERGENCY PROGRAMME FOR THE STABILISATION OF G5 SAHEL BORDER AREAS. Alliance Sahel. Disponível em: <https://www.alliance-sahel.org/en/projets-pdu/emergency-programme-for-the-stabilisation-of-g5-sahel-border-areas/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

EURONEWS. "Takuba", a força militar "bloqueada" entre França e o Mali. 2022. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2022/02/03/takuba-a-forca-militar-bloqueada-entre-franca-e-o-mali>. Acesso em: 23 abr. 2024.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE. Together for the security, stability and development of the Sahel. Brussels: EEAS, 2023. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/together-security-stability-and-development-sahel_en Acesso em: 18 jul. 2024.

FDFA. Swiss Peace Policy. Disponível em: <<https://www.fdfa.admin.ch>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FERRAZ, Amanda. Guerra Civil na Líbia (2011). Observatório de Crises Internacionais, 2022. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/06/13/guerra-civil-na-libia-2011/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FISHER, Max. The Dividing of a Continent: Africa's Separatist Problem. The Atlantic, 2012. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2012/09/the-dividing-of-a-continent-africas-separatist-problem/262171/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FORBES. Quelle est l'importance de l'uranium du Niger pour la France ? Forbes France, 2023. Disponível em: <https://www.forbes.fr/business/quelle-est-limportance-de-luranium-du-niger-pour-la-france/#:~:text=Consid%C3%A9rons%20un%20instant%20%E2%80%99importance%20de%20cette%20ressource%20pour.%3A%20il%20a%20produit%202%20020%20tonnes%20d%E2%80%99uranium.> Acesso em: 20 jun. 2024.

FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE. The security situation across the Sahel is deteriorating: UK statement at the UN Security Council. 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/the-security-situation-across-the-sahel-is-deteriorating-uk-statement-at-the-un-security-council>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FÓRUM DE DEFESA DA ÁFRICA. Argélia pode voltar a desempenhar papel fundamental na segurança do Sahel. FDA, 2023. Disponível em: <https://adf-magazine.com/2023/01/algeria-could-return-to-playing-pivotal-role-in-sahel-security/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

FÓRUM DE DEFESA DA ÁFRICA. Mauritânia Adota o Diálogo para Diminuir o Extremismo Jihadista. Africa Defense Forum, 2022. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2022/04/mauritania-adopta-o-dialogo-para-diminuir-o-extremismo-jihadista/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

FÓRUM DE DEFESA AFRICANO. Novo relatório descreve dinâmica da violência no Sahel. 2023. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2023/06/novo-relatorio-descreve-dinamica-da-violencia-no-sahel/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

G1. Entenda a crise no Mali. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/entenda-crise-no-mali.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GOV.SI. 17th Bled Strategic Forum concludes. Disponível em: <https://www.gov.si/en/news/2022-08-30-17th-bled-strategic-forum-concludes/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GOV.UK. Minister Docherty underlines commitment to peace and security during visit to South Caucasus. 2023. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/minister-docherty-underlines-commitment-to-peace-and-security-during-visit-to-south-caucasus>. Acesso em: 2 ago. 2024.

GREATER SUPPORT URGENTLY NEEDED TO TACKLE SAHEL REGION'S GROWING INSECURITY, AID FIGHT AGAINST TERRORISM, EXTREMISM, SENIOR OFFICIAL TELLS SECURITY COUNCIL. Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sc15283.doc.htm>. Acesso em: 21 ago. 2024.

GVOSDEV, Nikolas K.; MARSH, Christopher. Russia's Geopolitical Interests in the Sahel. Washington, D.C.: Atlantic Council, 2020. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/event/understanding-russias-role-in-the-sahel/>. Acesso em: 19 maio 2024.

INSTITUTE FOR GLOBAL CHANGE. A Path to Security: Renewing Relationships Within and Beyond the Sahel. London: Institute for Global Change, 2023. Disponível em: <https://www.institute.global/insights/geopolitics-and-security/a-path-to-security-renewing-relationships-within-and-beyond-the-sahel> Acesso em: 18 jul. 2024.

STIMSON. Iran Sees Potential Gain In Loss Of Western Influence In The Sahel. Disponível em: <https://www.stimson.org/2023/iran-sees-potential-gain-in-loss-of-western-influence-in-the-sahel/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ISSOUFOU, Tchima Illa; OCHIENG, Beverly. O país africano que virou campo de disputa entre Rússia e Ocidente. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw0wkp593p6o>. Acesso em: 19 mai.2024.

JALLOH, Abu-Bakarr. Após 60 anos de independência, Somália vive em caos político. DW, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ap%C3%B3s-60-anos-de-independ%C3%Aancia-som%C3%A1lia-torn>

[ou-se-um-estado-falhado/a-54007270#:~:text=A%20Som%C3%A1lia%20foi%20colonizada%20por%20Reino%20Unido%20e,assassinato%20do%20Presidente%20Abdirashid%20Ali%20Shermarke%20em%201969](#). Acesso em: 27 jun. 2024

JONES, Mayeni. Por que a Rússia está apoiando golpe na África. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63200886>. Acesso em: 19 mai. 2024.

KALEDZI, Isaac. Com uma nova Constituição, o que se espera no Chade? DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/com-uma-nova-constitui%C3%A7%C3%A3o-o-que-se-espera-no-chade/a-67863466>. Acesso em: 19 mai. 2024.

KALEDZI, Isaac. Insegurança escala na África sob governos militares. DW, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/inseguran%C3%A7a-escala-na-%C3%A1frica-sob-governos-militares/a-66790493>. Acesso em: 15 fev. 2024.

KONDRATENKO, Tatiana. O que está por trás da venda de armas da Rússia. DW, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/exporta%C3%A7%C3%B5es-de-armas-para-%C3%A1frica-r%C3%BAssa-a-tem-estrat%C3%A9gia-de-longo-prazo/a-53659969>. Acesso em: 19 mai. 2024.

LUSA. Moçambique: Cabo Delgado e Sahel partilham mesmos desafios. DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-cabo-delgado-e-sahel-partilham-os-mesmos-desafios/a-60990700>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MADRID PREPARES TO HOST NATO SUMMIT, SEEKING FOCUS ON SOUTHERN SECURITY. Spain In English. Disponível em: <https://www.spainenglish.com/2022/06/26/madrid-prepares-to-host-nato-summit-seeking-focus-on-southern-security/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MALI, NÍGER E BURKINA FASO CRIAM ALIANÇA DE DEFESA NO SAHEL. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/alian%C3%A7a-de-defesa-no-sahel-mali-n%C3%ADger-e-burkina-faso-unem-for%C3%A7as-contra-agress%C3%A3o-externa/a-66840517>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MEETING ON WEST AFRICA, SAHEL REGION, SPEAKERS IN SECURITY COUNCIL EXPRESS CONCERN OVER SUCCESSIVE COUPS, CALL FOR STRENGTHENING STATE INSTITUTIONS. Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/sc14960.doc.htm>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MFA. Ministry of Foreign Affairs and Trade of Malta. Disponível em: <https://foreignandeu.gov.mt>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MIDDLE EAST INSTITUTE. Security and Stabilization in Africa: The Sahel. Washington, DC: MEI, 2023. Disponível em: <https://www.mei.edu/events/security-and-stabilization-africa-sahel>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MIDDLE EAST INSTITUTE. Turkey's Sahel strategy. Washington, DC: MEI, 2020. Disponível em: <https://www.mei.edu/publications/turkeys-sahel-strategy>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MINISTÈRE DES ARMÉES. Opération BARKHANE. 2024. Disponível em: <https://www.defense.gouv.fr/operations/bande-sahelo-saharienne/operation-barkhane>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MOCTAR, Hassan Ould. It is time for Europe to learn from its mistakes in the Sahel. Al Jazeera, 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2022/2/15/it-is-time-for-for-europe-to-learn-from-its-mistake-s-in-the-sahel>. Acesso em: 15 fev. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. África Subsaariana tem 48% das mortes atribuídas a grupos terroristas no mundo. NU, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/06/1791732>. Acesso em: 27. mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Novos ataques no Sudão: ONU ressalta alto custo humano dos confrontos. ONU News, 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1832856>. Acesso em: 26 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. ONU alerta para expansão contínua do Daesh na África. NU, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/08/1819622>. Acesso em: 27. mar. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. República Democrática do Congo está “à beira da catástrofe”. ONU News, 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831081>. Acesso em: 27 jun. 2024.

NAKANO, Robson Massaki. E de repente o Grupo Wagner: sua inserção no Mali e consequências no Sahel Africano. Observatório da Democracia no Mundo, 2022. Disponível em: <http://odec.iri.usp.br/analises/e-de-repente-o-grupo-wagner-sua-insercao-no-mali-e-consequencias-no-sahel-africano/>. Acesso em: 29. mar. 2024.

NATIONS UNIES. Mission Multidimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la stabilisation au Mali. NU, 2013. Disponível em: <https://minusma.unmissions.org/historique>. Acesso em: 24. mar. 2024.

NATIONS UNIES. Un nouveau rapport de l'ONU donne un visage à la crise climatique au Sahel. 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/fr/stories/2022/11/new-un-report-puts-human-face-climate-crisis-sahel>. Acesso em: 15 fev. 2024.

OCHIENG, Beverly. O que Al-Qaeda e Estado Islâmico têm a ver com o golpe em Burkina Faso. BBC News Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60127764>. Acesso em: 19 mai. 2024.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Moçambique. Portal do Governo de Moçambique, 2024. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique>. Acesso em: 20 mai.2024.

PICHEL, Mar. Cinturão do Sahel, o esconderijo de jihadistas na África que preocupa cada vez mais a Europa. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42996119>. Acesso em: 15 fev. 2024.

REGIÃO DE SAHEL: VIOLÊNCIA, POBREZA E ASCENSÃO DE GRUPOS TERRORISTAS. Observatório de Crises Internacionais. 2021. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/05/regiao-de-sahel-violencia-pobreza-e-ascensao-de-grupos-terroristas/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

REUTERS. Burkina Faso sofre segundo golpe militar em oito meses. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/30/burkina-faso-sofre-segundo-golpe-militar-em-oito-meses.ghtml>. Acesso em: 19 mai. 2024.

RFI. Chade entre conflitos político-militares e crise humanitária. RFI, 2021. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/%C3%A1frica/20210604-chade-entre-conflitos-pol%C3%ADtico-militares-e-cri-se-humanit%C3%A1ria>. Acesso em: 19 mai. 2024.

RFI. Por que o Mali acusa a França de apoiar terroristas no Saara?. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/08/18/por-que-o-mali-acusa-a-franca-de-apoiar-terroristas-no-saara.ghtml>. Acesso em: 25 mar.2024.

SADAKI, Dunja. Gás da Argélia, uma resposta à procura energética europeia? DW, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/g%C3%AAs-da-arg%C3%A9lia-uma-resposta-%C3%A0-procura-energ%C3%A9tica-europeia/a-63322490>. Acesso em: 19 mai.2024.

SDC. Swiss Agency for Development and Cooperation in the Sahel. Disponível em: <https://www.eda.admin.ch/deza/en/home.html>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

SECURITY COUNCIL REPORT. (2024). Monthly Forecast on Peace and Security Issues in the Sahel Region. New York: Security Council Report. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2024-01/west-africa-and-the-sahel-11.php>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Gustavo. Somália: tudo o que você precisa saber sobre o país. Veja, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/somalia-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-pais/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

THOMS, Silja; Grupo Wagner é considerado ativo em 30 países; saiba onde atuam os mercenários. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/27/grupo-wagner-e-considerado-ativo-em-30-paises-saiba-onde-atuam-os-mercenarios.ghtml>. Acesso em: 23 Abr. 2024.

UNION EUROPEAN. Strategy for Security and Development in the Sahel. 2018. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/strategy_for_security_and_development_in_the_sahel_en_0.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

UNITED NATIONS. Charter of the United Nations: The Security Council. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/working-methods-un-charter>. Acesso em: 03 mar. 2024.

UNITED NATIONS. Where we operate. United Nations Peacekeeping, 2024. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>. Acesso em: 22. abr. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. DOD Prepares for U.S.-Africa Summit. Disponível em: <https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3245918/dod-prepares-for-us-africa-summit/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Joint Regional Strategy for Africa. Disponível em: <https://www.state.gov/joint-regional-strategy-africa/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. The Potential and Limits of the New U.S. Strategy for Sub-Saharan Africa. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/potential-and-limits-new-us-strategy-sub-saharan-africa>. Acesso em: 7 ago. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. U.S. Strategy Toward Sub-Saharan Africa. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/08/U.S.-Strategy-Toward-Sub-Saharan-Africa-FINAL.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. Senior Study Group for the Sahel: Final Report and Recommendations. Washington, DC: USIP, 2023. Disponível em:

<<https://www.usip.org/publications/2024/01/senior-study-group-sahel-final-report-and-recommendations>. > Acesso em: 18 jul. 2024.

VINCENT, Elise. After ten years, France to end military operation Barkhane in Sahel. Le Monde, 2022. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2022/11/09/after-ten-years-france-to-end-military-operation-barkhane-in-sahel_6003575_4.html. Acesso em: 21 abr. 2024.

VOA PORTUGUÊS. Terrorismo: Moçambique regista a maior redução de vítimas e Sahel é epicentro mundial. Voa Português, 2022. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/terrorismo-mo%C3%A7ambique-regista-a-maior-redu%C3%A7%C3%A3o-de-v%C3%ADtimas-e-sahel-%C3%A9-epicentro-mundial/6467175.html>. Acesso em: 20 mai. 2024.

WEST AFRICA AND THE SAHEL, JULY 2024 MONTHLY FORECAST. Security Council Report. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2024-07/west-africa-and-the-sahel-12.php>. Acesso em: 21 ago. 2024.

WORLD BANK. Development Projects : Regional Off-Grid Electricity Access Project.2024. Disponível em: <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P160708>. Acesso em: 20 mai.2024.

OSSÉZIA DO SUL, ABECÁSIA E NAGORNO-KARABAKH: A PROBLEMÁTICA DAS DISPUTAS TERRITORIAIS NO CÁUCASO

Júlia Cardoso Pires⁵

Samira Lucas Silveira⁶

Sérgio Antunes Botelho⁷

Wander Catarina dos Santos⁸

RESUMO

Neste guia de estudo, serão abordadas as disputas na região do Cáucaso, a qual o nome se deve à Cordilheira que a atravessa, sendo delimitada tanto por fronteiras terrestres — ao sul da Rússia e ao norte da Turquia e Irã — quanto por mares — à leste, o Mar Cáspio, e à oeste, o Mar Negro. O seu território abriga no total 15 zonas terrestres, dentre elas países, áreas reconhecidas como independentes e áreas controladas pela Rússia.

Durante a Primeira Guerra Mundial a região foi palco dos conflitos diretos entre os Impérios Russo e Otomano, os quais marcaram significativamente a demografia dos povos originários. A partir de então, questões relacionadas ao direito de autodeterminação dos povos, à política, religião e segurança de territórios ultrapassam a divisa do século XX, assim se fazendo presente também no século XIX.

INTRODUÇÃO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas foi constituído com o intuito de ser o oficial mediador de conflitos entre os agentes internacionais e evitar escaladas militares semelhantes às ocorridas durante a Primeira e Segunda

⁵ Júlia Cardoso Pires é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁶ Samira Lucas Silveira é discente do curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁷ Sérgio Antunes Botelho é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁸ Wander Catarina dos Santos é discente do curso de Pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Guerra Mundial. Desse modo, o comitê atua na identificação de conflagrações de variados graus e, a depender desses, aplica medidas desde a recomendação da assinatura de tratados até mesmo o envio de tropas dos países membros, as quais visam o cessar-fogo da disputa e a pacificação do território em questão (National Geographic Brasil, 2023).

A região do Cáucaso, situada entre a Europa Oriental e a Ásia Ocidental⁹, tem sido palco de tensões e disputas territoriais por séculos. As questões que envolvem a Ossétia do Sul, Abecásia e Nagorno-Karabakh¹⁰ são exemplos de disputas na era pós-soviética, que abarcam a intersecção de identidades étnicas, aspirações nacionais e a influência de atores externos, como fatores que moldam a natureza desses conflitos.

As raízes do conflito, podem ser traçadas até o colapso da União Soviética, quando movimentos nacionalistas ganharam força e disputas territoriais latentes emergiram à superfície. A Ossétia do Sul e Abecásia, ambas regiões que buscam independência ou união com a Rússia, e Nagorno-Karabakh, uma região de maioria armênia dentro do Azerbaijão, tornaram-se focos de intensos confrontos militares e diplomáticos (Center for Preventive Action, 2024).

Nesse sentido, a alta fragmentação territorial da região do Cáucaso e a influência que os países vizinhos: Irã, Rússia e Turquia, lá empregam, norteia os estudos que buscam compreender a problemática das disputas na região. Atualmente as tensões se concentram principalmente em duas áreas, uma delas localizada no Sul da Rússia envolvendo seis territórios — Daguestão, Chechênia, Inguchétia, Ossétia (regiões sul e norte), Kabardino-Balkaria e Karachay-Cherkessia — que reivindicam a sua independência da zona de controle do Kremlin; a segunda se encontra mais ao sul, na região de Nagorno-Karabakh onde Armênia e Azerbaijão disputam pelo seu controle, apesar de, no presente, a área estar sob a jurisprudência do último.

A pauta suscita — e requer — a atenção das lideranças mundiais por razões tanto humanitárias quanto energéticas. Isso, pois apesar das operações de manutenção da paz promovidas pela ONU, os conflitos da região seguem provocando a diminuição das populações locais, seja em virtude de mortes ou

⁹ Ver em: https://www.cfr.org/sites/default/files/image/2023/09/-large-720_0.png

¹⁰ Nagorno-Karabakh têm sua raiz nas palavras russas Nagorny (montanha), e turcas: kara (preto) e bagh (jardim) e significa “Jardim Negro”.

migrações forçadas para outros territórios (Fontoura, 1999, p. 91); outrossim, devido a sua estrutura geológica em grande parcela composta por rochas magmáticas e sedimentares, a localidade salienta-se pelo seu estoque de hidrocarbonetos - fonte de energia mais consumida no mundo (JR., 2022).

Ademais, a região desempenha um papel crucial como rota para o escoamento de derivados do petróleo em direção ao Ocidente, particularmente para os países membros da União Europeia. Notavelmente, 40% dos combustíveis fósseis consumidos por esses países são importados da Rússia. Contudo, a imposição de sanções comerciais, motivadas pela invasão ucraniana realizada pelo Kremlin, levou nações como Alemanha e Itália — que dependem significativamente do gás natural russo, consumindo, respectivamente, 42,6% e 29,6% do total exportado pela Federação Russa – à busca por novos fornecedores de energia. Esta necessidade emergiu como uma consequência direta das restrições econômicas impostas (Horton, Palumbo & Bowler, 2022; Almeida, 2022).

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Os conflitos na região do Cáucaso, notadamente em Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh, caracterizam-se pelo desejo separatista. Essas áreas, incorporadas à Geórgia e ao Azerbaijão, são habitadas por populações cuja identificação cultural, religiosa ou étnica difere daquelas das nações às quais estão atualmente subordinadas, levando-as a reivindicar independência (Brasil, 1945). A natureza não pacífica desses movimentos separatistas ameaça a estabilidade regional, com potenciais repercussões que incluem aumento no número de vítimas, crescimento das taxas de imigração e impactos adversos sobre a economia local, exacerbados pelos custos associados aos conflitos armados.

A autodeterminação dos povos é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde que não comprometa a integridade nacional dos Estados. No entanto, a resolução dos conflitos no Cáucaso demanda a cooperação de países com influência significativa na região, como Rússia, Turquia e Irã (Pinto, 2012, p. 45-64).

DETERMINAÇÃO ÉTNICA

O território de Nagorno-Karabakh, geograficamente parte do Azerbaijão, é predominantemente habitado por uma população de identificação armênia. Esta configuração é o resultado de modificações geopolíticas ocorridas durante o período soviético, que afetaram as delimitações territoriais tanto da República Socialista da Armênia quanto do Azerbaijão. Segundo Craveiro (2024), o conflito na região é impulsionado pelo desejo dos armênios de se separarem do controle azeri, que, por sua vez, busca manter a vigilância sobre a área e estabelecer uma hegemonia étnica, recorrendo ao conflito para expulsar a população armênia residente (Craveiro, 2024).

Por outro lado, a Abecásia, que foi uma região independente até sua anexação à Geórgia pelo governo soviético, almejou retomar sua independência após o colapso da URSS. Esse esforço culminou em um conflito com os georgianos, resultando na fuga de milhares de abecasis e aproximadamente 12 mil mortes, até o estabelecimento de um cessar-fogo.

De acordo com Goldman (2022), a república separatista da Ossétia do Sul aspira à independência da Geórgia e à unificação com a Ossétia do Norte, baseando-se na distinção cultural, linguística e étnica em relação a Tbilisi e na afinidade com os povos alanos, compartilhada pelos ossetas do norte (Goldman, 2022).

ALTERNATIVA ESTRATÉGICA DE COMERCIALIZAÇÃO

A invasão russa ao território ucraniano em fevereiro de 2022 provocou uma resposta global significativa. Em particular, países como o Canadá, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e os integrantes da União Europeia impuseram uma série de sanções econômicas contra a Rússia. Essas medidas visaram limitar a capacidade da Rússia de comercializar internacionalmente, especialmente afetando suas exportações de combustíveis fósseis, um setor no qual a Rússia é um fornecedor chave, particularmente para a Europa (Fernandes, 2022).

Apesar das sanções e do isolamento econômico, a Rússia buscou maneiras de contornar as restrições. Uma dessas estratégias foi a utilização de Baku, no Azerbaijão, como uma rota alternativa para o escoamento de petróleo e gás. Esta abordagem não apenas permitiu que a Rússia continuasse a atender à demanda europeia por energia, mas também destacou a capacidade de

adaptação do país às sanções impostas. O Azerbaijão, atuando como intermediário, adquiriu o excedente de insumos petroquímicos da Rússia, revendendo-os aos países europeus que, apesar das sanções, continuavam a necessitar dos recursos energéticos russos (Liboreiro & da Silva, 2023; Petrostrategies, 2022).

CONTEXTO HISTÓRICO

As raízes do conflito em Nagorno-Karabakh podem ser traçadas até os séculos XVIII e XIX, quando disputas territoriais e rivalidades entre comunidades armênias e azerbaijanas começaram a se intensificar na região do Cáucaso. Durante o Império Russo, tanto armênios quanto azerbaijanos foram incentivados a se estabelecer em Nagorno-Karabakh, aumentando a complexidade demográfica e as tensões étnicas locais. Desta maneira, a desintegração dos impérios Otomano e Russo após a Primeira Guerra Mundial levou à breve independência de Armênia e Azerbaijão. Ambos os estados recém-formados reivindicaram Nagorno-Karabakh, resultando em conflitos armados. Em 1920, o Exército Vermelho soviético invadiu e incorporou os dois países à União Soviética, interrompendo temporariamente a disputa.

Nesse ínterim, durante a década de 1980, o ambiente político na União Soviética começou a mudar com as políticas de Glasnost e Perestroika introduzidas por Mikhail Gorbachev. Isso permitiu maior liberdade de expressão e movimentos nacionalistas emergiram em muitas repúblicas soviéticas, incluindo a Armênia e o Azerbaijão. Em 1988, a Assembleia Regional de Nagorno-Karabakh votou pela unificação com a Armênia, intensificando as tensões e levando a protestos e violência étnica.

Nessa direção, após o conflito de 2020 na região, o equilíbrio de poder mudou significativamente. O acordo de cessar-fogo mediado pela Rússia incluiu o desdobramento de tropas russas de manutenção da paz e uma reconfiguração das fronteiras de controle. A Turquia emergiu como um aliado crucial do Azerbaijão, fornecendo suporte militar e diplomático, enquanto a Rússia manteve seu papel de mediador principal. As mudanças geopolíticas criaram novas dinâmicas e alianças, complicando ainda mais os esforços de paz. A recente retomada de hostilidades em 2023 e a escolha de Baku como sede da

COP 29 em 2024 destacam a continuidade da instabilidade. A crescente militarização, junto com a rivalidade entre potências regionais e globais, indica que o conflito de Nagorno-Karabakh continuará sendo um ponto crítico de tensão. O papel da comunidade internacional, incluindo sanções, negociações diplomáticas e pressões econômicas, será crucial para determinar a trajetória futura do conflito.

AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Os conflitos evidenciados no Cáucaso, inicialmente associados à divisão territorial implementada pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ocorreram tanto durante seu período de vigência quanto após seu desmantelamento. Esse último evento catalisou a escalada de movimentos pró-independência na região (Possa, 2021). À medida que essas insurgências reconfiguravam o panorama geopolítico, tanto regional quanto global, autoridades internacionais e organizações não governamentais monitoraram e reagiram, em diversos graus, a essas controvérsias.

As intervenções da Rússia e da Turquia não apenas exacerbaram as tensões locais, mas também moldaram o panorama geopolítico do Cáucaso. A Rússia, oscilando entre o papel de mediador e parte interessada, tem dificultado as negociações de paz, enquanto a Turquia busca ampliar sua influência sobre o Azerbaijão, visando contrapor-se à presença russa (De Waal, 2024).

Segundo McGowan (2024), o bloqueio imposto pelo Azerbaijão sobre Nagorno-Karabakh exacerbou as condições de vida, sublinhando a necessidade urgente de intervenções que priorizem o bem-estar humano. A comunidade internacional, incluindo a ONU e a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa), é convocada a formular respostas coordenadas para mitigar o sofrimento e fomentar a paz duradoura.

Entre as denúncias publicamente expressas, destacam-se as preocupações humanitárias, incluindo violações dos direitos humanos, deterioração das condições de vida da população e o adiamento de um cessar-fogo definitivo, impulsionado pelo financiamento bélico de certos membros da comunidade internacional.

Em março de 2022, numa sessão da Comissão de Consolidação da Paz, António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), alertou o Conselho de Segurança sobre o aumento no número de conflitos desde 1945. Embora um acordo de cessar-fogo tenha sido assinado pelos líderes da Armênia e do Azerbaijão em 1994, o conflito em torno da região de Nagorno-Karabakh ressurgiu em 2020 devido a instabilidades nas relações bilaterais. Como em acordos anteriores destinados a reduzir as tensões, tropas de paz russas intervieram para buscar uma nova resolução e evitar que um aumento militar na região comprometesse a influência de Moscou nas fronteiras com Irã e Turquia.

Como condição para a trégua, foi exigido que os habitantes de origem étnica armênia deixassem Nagorno-Karabakh, atualmente parte do Azerbaijão. Sobre essa proposta, o presidente da Turquia, um país que apoia o Azerbaijão, Recep Tayyip Erdogan, expressou apoio à condição, declarando ser esta a única alternativa capaz de promover a harmonia entre as duas nações.

Ainda, na tentativa de ampliar a sua influência sobre os territórios vizinhos e afastá-los de seus rivais europeus e estadunidense, o Irã demonstrou o seu interesse na manutenção da harmonia no enclave e denunciou a indiferença dos países membros do Grupo de Minsk, acerca da fragilidade da relação entre Armênia e Azerbaijão. Ademais, Israel prestou apoio a Baku, seu aliado islâmico chave contra o Irã e importante parceiro econômico fornecedor de petróleo em troca do envio de material bélico israelense, até mesmo armas de uso reprovado por inúmeros países da comunidade internacional, como as bombas de fragmentação (Super, 2020).

Em contrapartida, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, pronunciou-se contra a violação do cessar-fogo acordado anteriormente entre os Países e reforçou além da responsabilidade das partes para com o bem-estar de seus cidadãos e para com preservação da infraestrutura das localidades afetadas, o papel da Organização como agente capaz de reagir, perante solicitação, contra ações que ameçam a integridade humanitária (Nações Unidas, 2020). Posteriormente à declaração do secretário-geral, os 15 membros do Conselho de Segurança ecoaram a condenação do rompimento da medida de remediação do conflito e

requisitaram a atenuação da disputa junto com a retomada das negociações em prol do estabelecimento da paz na região (AFP, 2020).

Mais uma vez, no ano de 2023, o estresse no enclave atingiu um pico que requisitou a mediação russa. Nesta ocasião, autoridades azeris empreenderam uma operação militar sob a prerrogativa de responder à ação de um grupo terrorista armênio, o qual haveria provocado a morte de seis pessoas em decorrência da explosão de duas minas terrestres. De acordo com Erevan, a decisão tomada pelo rival que violou o cessar-fogo existente entre os países e a proporção da ofensiva resultou na morte de um grande contingente de civis, o que Baku nega (BBC, 2023).

Quanto ao acordo entre os governos dos países conflitantes, coube ao Azerbaijão permitir a saída, tutelada pelas tropas de paz de Moscou, dos habitantes de Nagorno-Karabakh que se identificam com a etnia armênia e não anseiam por responder à administração de Baku. A posição estratégica da Geórgia, no extremo leste da Europa tendo herdado da União Soviética a Abecásia e a Ossétia do Sul, este último localizado no lado sul do Cáucaso, desperta a atenção e o interesse de países da região como Rússia e Geórgia para ter o terreno osseta em seus domínios. Além disso, a localização estratégica estando na rota do petróleo e do gás, que atravessa o Mar Cáspio, o Cáucaso e o Mar Negro, em direção à Europa sendo o único caminho alternativo por onde se pode evitar o território da Rússia torna a Geórgia ator importante para a geopolítica global (Nielczuck, 2013).

Com isso, clamando pela intervenção, a Geórgia recorreu aos Estados Unidos, e a União Europeia propondo que as Forças da Organização para a Segurança e para a Cooperação na Europa (OSCE), a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) ou a Organização das Nações Unidas (ONU) substituísse as tropas militares russas presentes no local. Além disso, contou com o apoio americano e turco para a modernização de seu exército seguindo normas da OTAN bem como a criação da Associação dos Estados da CEI com a presença do Azerbaijão, Moldávia e a Ucrânia; grupo que desde o início adotou uma postura crítica aos avanços russos (Lemond, 2008).

POSIÇÃO DOS PAÍSES

BURKINA FASO

Burkina Faso enfrenta uma grave crise interna de segurança devido à atividade de grupos extremistas. Desde 2015, o país tem sofrido com ataques terroristas crescentes, resultando em deslocamentos internos massivos e uma crise humanitária severa. Essa situação tem dominado a agenda política e de segurança do país, limitando sua capacidade de se envolver em conflitos distantes como os do Cáucaso (UN News, 2024).

Contudo, em termos de política externa, Burkina Faso tem se aproximado de parceiros estratégicos como a Rússia. Os dois países se reuniram na Cúpula Rússia-África em 2023, reforçando atos cooperativos em diversas áreas como segurança e defesa. No Conselho de Segurança da ONU, representantes de Burkina Faso têm solicitado mais recursos e assistência da comunidade internacional para enfrentar as ameaças de segurança no Sahel (UN News, 2024). O foco do discurso é na necessidade de apoio internacional para resolver os desafios mais imediatos e impactantes para a população burquinense.

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

Pauchard (2015) afirma que a Suíça é um país oficialmente denominado neutro, característica deixada como herança ao País pelo Congresso de Viena ocorrido entre 1814 e 1815, isso significa que o Estado suíço não possui a licença para aderir à alianças militares, junto de outros países, como forma de resolução de conflitos internacionais. Em vista disso, as intervenções suíças em assuntos externos se dão por meios diplomáticos que ambicionam a paz entre os povos, o que torna a Suíça um importante intermediário político na mesa de negociações (Swissinfo, 2022).

No que se refere às questões separatistas no território da Geórgia, onde as regiões da Abecásia e Ossétia do Sul buscam desvincular-se do atual Estado do qual fazem parte, e então integrar a Rússia, a diplomacia suíça já foi requisitada para auxiliar no estabelecimento da comunicação entre essas duas potências vizinhas. Em 2009, um ano após a Guerra dos Cinco Dias que pôs frente a frente Tbilisi e Moscou em razão das regiões separatistas, o governo suíço atuou como

representante dos interesses russos em solo georgiano bem como o caso inverso (Weisflog, 2009).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA mantêm uma postura assertiva em relação às disputas no Cáucaso, sublinhando a importância da integridade territorial e da soberania dos países na região. Mearsheimer (2001) sugere que a política externa dos EUA é guiada pelo realismo ofensivo, que busca conter a expansão russa e manter o equilíbrio de poder. Segundo Lieven (2022), "a defesa da independência da Geórgia e do Azerbaijão é vista como crucial para limitar a influência russa" (Lieven, 2022).

Nessa direção, a região do Cáucaso, rica em recursos energéticos como petróleo e gás natural, é de grande interesse estratégico para os Estados Unidos. Em suma, a presença dos EUA no Cáucaso é parte de sua política externa direcionada para a Segurança Nacional, que adicionalmente inclui proteger as rotas e os fluxos comerciais e mitigar a influência russa na região. Sendo assim, pode-se considerar isto como parte estratégica vital de sua política externa para garantir o acesso ao corredor como uma rota segura de escoamento dos recursos energéticos para o funcionamento do comércio global (Lieven, 2022).

FEDERAÇÃO RUSSA

A Rússia tem interesses históricos e estratégicos no Cáucaso, vendo a região como parte de sua esfera de influência. De acordo com Lo (2023), "a natureza ambígua das relações Rússia-Turquia inibe a oportunidade para a cooperação regional. As ambições desses dois países no Cáucaso e na Ásia Central colidem" (Lo, 2023).

A presença militar russa na Geórgia, particularmente nas regiões separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul, é um exemplo claro da sua estratégia de manter influência direta na região (Caspersen, 2015). A doutrina militar russa frequentemente menciona o Cáucaso como uma área de importância crítica para a segurança nacional, refletindo a contínua prioridade de Moscou em manter sua presença na região (McDermott, 2018).

Além disso, a política externa da Rússia no Cáucaso é moldada por uma gama de fatores políticos e econômicos. A região, com abundância de recursos naturais, como o gás natural, é essencial para os interesses energéticos da Rússia, que utiliza a sua influência para controlar o fluxo de petróleo e gás natural para a Europa e outras regiões (Tsygankov, 2016). Essa estratégia de controle dos recursos energéticos é vista como uma ferramenta de poder econômico e político.

No contexto das relações internacionais, a Rússia também utiliza o Cáucaso como um meio de projeção de poder e influência em seu entorno imediato. O conceito de “vizinhança próxima” adotado pela política externa russa reforça a ideia de que Moscou tem um direito especial de influenciar os desenvolvimentos na região, como parte de sua estratégia de defesa contra a expansão da OTAN e outras influências ocidentais (Kuchins, 2010).

A Rússia tem buscado fortalecer alianças regionais no Cáucaso através de organizações como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Essas alianças permitem a Moscou manter uma presença militar e política significativa na região, ao mesmo tempo em que proporciona um meio de resposta rápida a qualquer instabilidade ou ameaça percebida (Allison, 2004).

Recentemente, a Rússia tem incrementado seu envolvimento diplomático na resolução de conflitos no Cáucaso, como demonstrado pelo papel mediador de Moscou no cessar-fogo entre Armênia e Azerbaijão no conflito de Nagorno-Karabakh (de Waal, 2021). Esta postura de mediador reflete tanto a vontade de afirmar sua influência quanto a de estabilizar a região para proteger seus próprios interesses de segurança.

Em termos econômicos, a Rússia também investe significativamente em projetos de infraestrutura no Cáucaso, utilizando esses investimentos como forma de aprofundar os laços econômicos e políticos com os países da região (Bordachev, 2019). Esses investimentos são parte de uma estratégia mais ampla de integração econômica que busca não só beneficiar a Rússia economicamente, mas também reforçar sua posição como potência dominante no Cáucaso.

GEÓRGIA

A Geórgia é uma das ex-repúblicas soviéticas que enfrenta dificuldade em garantir a manutenção da sua integridade territorial, determinada após 26 de dezembro de 1991, data que marca o fim oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Cavalcante, 2020). Em razão de ter sofrido influência de uma diversidade de povos: bizantino, persa, otomano e russo, a população georgiana não está estabelecida sobre uma base comum de identificação étnica, cultural e ainda política.

A exemplo dessa constatação destacam-se as regiões da Abecásia e da Ossétia do Sul, ambas renunciaram a sua integração ao território da Geórgia por declararem uma maior identificação com os povos localizados ao sul da Rússia.

Apesar da separação do bloco socialista, a Geórgia não deixou de estar ao alcance das influências políticas do Kremlin, algo que a potência procura preservar sobre as regiões ao seu redor como forma de segurança frente às ingerências ocidentais. Contudo, em 2008 o presidente Mikheil Saakashvili - ativo de 2004 a 2013 - declarou que a integração da Geórgia à OTAN seria o seu objetivo estadista, ainda afirmando que esse fato se concretizaria no futuro, sem, no entanto, demarcar uma data específica para tal (BBC Brasil, 2008). Em resposta, Dmitri Medvedev - presidente russo entre 2008 e 2012, reconheceu a independência das duas regiões separatistas, Abecásia e Ossétia do Sul (BBC Brasil, 2008).

JAPÃO

Em relação às disputas no Cáucaso, o Japão mantém uma política de apoio a soluções diplomáticas para a região. O Japão promove o diálogo entre as partes envolvidas e apoia os esforços de mediação internacional liderados pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (EEAS,2024).

Como destacado por pesquisadores, Tóquio vê a cooperação econômica como um meio eficaz de promover a estabilidade regional (CFR, 2024). Além disso, o Japão amplia investimentos em projetos de assistência ao desenvolvimento na região, buscando fortalecer a infraestrutura e promover o desenvolvimento econômico sustentável. Essas iniciativas incluem programas

de educação, saúde e tecnologia, que buscam criar condições mais favoráveis para a paz e a estabilidade a longo prazo. Tóquio acredita que o desenvolvimento econômico pode reduzir as tensões e criar um ambiente mais propício para a resolução pacífica de conflitos (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2024).

Outro aspecto da política japonesa a ser salientado é a promoção do diálogo intercultural e a cooperação em questões ambientais. O Japão tem apoiado conferências e seminários que reúnem representantes de diferentes culturas e etnias do Cáucaso para fomentar o entendimento mútuo e a colaboração. A proteção ambiental é vista como uma área de interesse comum que pode unir as partes em conflito e facilitar a construção de confiança (Japan International Cooperation Agency, 2024).

REINO DA ESPANHA

Tratando-se dos conflitos na região do Cáucaso, o posicionamento espanhol é similar ao da União Europeia. Seguindo à escalada de tensões entre Armênia e Azerbaijão em 2023, Madri condenou a ofensiva militar em Nagorno-Karabakh e as baixas decorrentes, além de apoiar as mediações de paz promovidas pela União Europeia e demandar o cessar-fogo imediato das tropas azerbaijanas. (Ministerio de Asuntos Superiores, 2023).

Ademais, a Espanha tem alcançado destaque entre os defensores da resolução diplomática dentro da União Europeia. Em outubro de 2023, conversas de paz, mediadas pela UE, entre o primeiro-ministro armênio Nikol Pashinyan e o presidente azerbaijano Ilham Aliyev estavam previstas para acontecer em Granada, no sul da Espanha. Na ocasião, as negociações não contaram com a presença do líder de Baku, em uma clara manifestação da crise diplomática entre ambos os Estados. (Al Jazeera, 2023; EuroNews 2023).

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

A posição adotada pelo Reino Unido é proativa em relação aos conflitos no Cáucaso, destacando seu compromisso com a paz e a segurança na região. Em diversas ocasiões, o Reino Unido enfatizou a importância de negociações diretas entre as partes envolvidas, especialmente entre Armênia e Azerbaijão.

Durante uma visita ao Cáucaso, o Ministro para a Europa, Leo Docherty, destacou a necessidade urgente de diálogos de paz para alcançar um acordo duradouro, sublinhando o apoio do Reino Unido à soberania e segurança dos países da região. “Em uma região volátil, o Reino Unido é um parceiro confiável para reforma, paz e estabilidade” (GOV.UK, 2023).

Além disso, o Reino Unido tem investido significativamente em iniciativas de construção de paz, como apoio à desminagem e assistência humanitária. Em setembro de 2023, o Reino Unido contribuiu com £1 milhão para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para apoiar a resposta humanitária na região de Nagorno-Karabakh. Este apoio inclui treinamento em remoção de minas terrestres para as autoridades locais do Azerbaijão, demonstrando um compromisso contínuo com a segurança e o bem-estar da população local (GOV.UK, 2023). “A contribuição do Reino Unido é crucial para garantir a segurança imediata e o desenvolvimento sustentável a longo prazo” (Crisis Group, 2023).

No âmbito das organizações internacionais, o Reino Unido desempenha um papel crucial em fóruns multilaterais, apoiando missões de monitoramento e iniciativas de mediação. A recente missão de monitoramento da UE na fronteira entre Armênia e Azerbaijão, apoiada pelo Reino Unido, visa prevenir novos conflitos e promover a paz na região. Este envolvimento reflete a política externa britânica de zelar pela estabilidade e a segurança no Cáucaso do Sul, alinhando-se com os princípios de integridade territorial e resolução pacífica de disputas (Chatham House, 2020). “O Reino Unido continuará a apoiar todos os esforços para assegurar um acordo de paz sustentável” (GOV.UK, 2023).

REPÚBLICA ARGELINA

A Argélia tem adotado uma postura ativa nas disputas do Cáucaso, frequentemente chamando atenção para a necessidade de soluções diplomáticas e o respeito à integridade territorial. Em reuniões da ONU, a Argélia tem reiterado seu apoio a negociações mediadas internacionalmente (United Nations Digital Library, 2023).

Conforme análise da ISS, “a Argélia tem se posicionado como um defensor de soluções pacíficas e negociações mediadas, evitando apoiar diretamente

qualquer das partes envolvidas nos conflitos do Cáucaso" (Institute for Security Studies, 2021). Esse enfoque busca manter a neutralidade enquanto promove a paz.

Relatórios da Human Rights Watch ressaltam que "a Argélia tem participado ativamente em iniciativas multilaterais para resolver disputas no Cáucaso, enfatizando a importância de uma abordagem coordenada e multilateral" (Human Rights Watch, 2020). Essa participação sublinha o compromisso do país com a ordem internacional baseada em regras.

REPÚBLICA DA ARMÊNIA

Sendo um dos agentes principais na disputa do Cáucaso, a Armênia se mantém atenta aos movimentos regionais; posicionando-se ativamente à medida de seus interesses na região; com envolvimento direto no conflito contra o Azerbaijão para a anexação do território de Nagorno Karabakh ao seu terreno. Nagorno-Karabakh é uma área de maioria étnica armênia, mas internacionalmente reconhecida como parte do Azerbaijão. Desde o colapso da União Soviética, a Armênia tem apoiado os armênios de Nagorno-Karabakh na busca por independência ou unificação com a Armênia, resultando em conflitos armados com o Azerbaijão.

Para Simão e Freire (2008), a política externa armênia tem sido descrita como política de "complementaridade", onde as autoridades em Erevan procuram colaboração com a UE como uma parte fundamental dos seus objetivos nacionais. O país tem apelado para a comunidade internacional, especialmente a Rússia e outras potências regionais, buscando um acordo que proteja os armênios de Nagorno-Karabakh e garanta a paz na região. A postura da Armênia continua sendo de defesa dos direitos dos armênios em Nagorno-Karabakh, enquanto navega nas complexidades das relações com o Azerbaijão e as pressões internacionais.

REPÚBLICA DA COREIA

Conhecida como "Coreia do Sul", a República da Coreia adota uma postura de neutralidade e apoio aos esforços de mediação internacional nas disputas no Cáucaso. O governo sul-coreano valoriza a paz e a estabilidade na

região como essenciais para o comércio e as relações internacionais. Pesquisadores afirmam que a Coreia do Sul apoia resoluções pacíficas e negociações diplomáticas conduzidas por organismos internacionais como a OSCE e a ONU (CFR, 2024).

A postura diplomática da Coreia tem sido direcionada à expandir suas relações comerciais com os países do Cáucaso. Através de acordos de cooperação econômica, Seul visa incentivar o crescimento econômico e a integração regional, contribuindo para a estabilidade e a redução de conflitos. Esses acordos incluem investimentos em infraestrutura, energia e tecnologia, áreas em que a Coreia do Sul possui expertise e pode oferecer suporte significativo (Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Korea, 2024).

Por fim, a Coreia do Sul tem buscado desenvolver alguns intercâmbios culturais e educacionais com os países do Cáucaso, na tentativa de fortalecer os laços entre as sociedades civis e fomentar uma maior compreensão e cooperação. Esses programas incluem bolsas de estudo, programas de treinamento e intercâmbios culturais, que são vistos como instrumentos da diplomacia cultural importantes para construir relações de longo prazo baseadas na confiança e no respeito mútuo (Korea Foundation, 2024).

REPÚBLICA DA ESLOVÁQUIA

Governado pelo ex-premiê Robert Fico, a Eslováquia mantém uma postura discreta diante das disputas no Cáucaso, adotando uma postura pragmática em relação aos conflitos no Cáucaso, principalmente impulsionado por seus interesses econômicos e de defesa. Já declarado pró-Rússia, a atual posição do país deve provocar ramificações na Europa Central, testando a firmeza da política regional, apontam os analistas. Além disso, nos últimos anos, o país tem fortalecido sua parceria estratégica com o Azerbaijão, particularmente no setor de energia e defesa. Essa parceria inclui acordos de cooperação militar que visam melhorar as capacidades de defesa de ambos os países, com a Eslováquia fornecendo tecnologia e armamentos ao Azerbaijão, algo que se torna especialmente relevante após a invasão russa da Ucrânia.

Além disso, as próximas eleições marcadas para 2024, não apontam mudanças bruscas na política externa do país, mesmo sendo contrário a

posição de países vizinhos como a República Tcheca. A Eslováquia tem demonstrado uma postura independente dentro da União Europeia, buscando fortalecer relações bilaterais com países fora do bloco, como o Azerbaijão e a Rússia. Essa abordagem reflete uma estratégia de diversificação de parcerias em resposta às tensões geopolíticas atuais, especialmente no contexto do Cáucaso. (DW, 2023).

REPÚBLICA DA ESLOVÊNIA

Situada ao leste do continente europeu e com o seu ingresso na União Europeia (UE) em 2004, o país mantém postura discreta aos acontecimentos da região caucasiana de modo a evitar exclusões e a criação de limites divisórios dentro da Europa entre os países que estão dentro e os que estão fora do grupo (GOV.SI).

A Eslovênia, como membro da União Europeia e da OTAN, geralmente alinha suas políticas externas com as posições desses blocos. Em relação aos conflitos no Cáucaso, a Eslovênia adota uma postura de apoio aos esforços diplomáticos e de resolução pacífica dos conflitos, especialmente no que tange à disputa entre Armênia e Azerbaijão sobre Nagorno-Karabakh. No entanto, o país ainda não fez declarações específicas sobre os recentes acontecimentos na região, mas apoia a estabilização e a segurança no Cáucaso em alinhamento com as políticas da UE e da OTAN.

REPÚBLICA DA ÍNDIA

A Índia adota uma postura de preocupação frente aos embates na região, afirmando defender os meios pacíficos e diplomáticos de resolução, mostrando apoio à OSCE. Na prática, porém, suas ações são bem distintas. Nos últimos anos, Nova Délhi tem intensificado seu apoio à Armênia. Em 2022, por exemplo, o governo indiano proveu Erevan com munições e sistemas de artilharia, entre outros, em uma quantia que superou 245 milhões de dólares e, desde então, vem trabalhando para estreitar as relações militares entre ambos os países. (Ministry of External Affairs of India, 2020; The Diplomat, 2023)

O interesse indiano no Cáucaso é motivado por uma série de fatores. A região, e mais especificamente o território armênio, é essencial para o Corredor

Internacional de Transporte Norte-Sul (INSTC), uma linha de transporte multimodal que planeja conectar a Índia à Europa através do Irã. Tal corredor, além de garantir à Nova Délhi maior integração econômica com o Ocidente, também é designado para não cruzar o Paquistão, assegurando mais uma vez, a vantagem indiana.

O próprio Paquistão atua fortemente no conflito no Cáucaso, fornecendo suporte militar ao Azerbaijão. Dessa maneira, a Índia observa uma eventual vitória azerbaijana como um fortalecimento da influência de Islamabad na região, em uma ressonância que fatalmente alcançaria a Caxemira. (The Diplomat, 2023).

REPÚBLICA DA LIBÉRIA

A Libéria tem manifestado uma postura solidária com os princípios de integridade territorial e soberania nacional nas disputas do Cáucaso, alinhando-se com os esforços internacionais para promover a paz e a segurança. Em diversas ocasiões, o país enfatizou a necessidade de um cessar-fogo imediato e negociações pacíficas (United Nations Digital Library, 2023).

"A Libéria apela à comunidade internacional para que intensifique seus esforços em busca de uma solução pacífica e duradoura para o conflito no Cáucaso" (African Union Publications, 2022). Esse apelo reflete a experiência do próprio país com a resolução de conflitos internos.

Conforme relatado pelo International Crisis Group (2021), "a Libéria tem sido uma defensora vocal de resoluções que favoreçam a intervenção diplomática e humanitária, evitando o uso da força". Essa posição é coerente com a política externa do país, que se baseia em princípios de paz e cooperação internacional.

Relatórios da Human Rights Watch ressaltam que "a Libéria tem apoiado várias iniciativas multilaterais para a resolução pacífica de conflitos, incluindo os esforços da União Africana e da ONU" (Human Rights Watch, 2020). Esse apoio sublinha o compromisso do país com a ordem internacional baseada em regras.

REPÚBLICA DA TURQUIA

A política externa adotada pelo Estado turco variou conforme o passar do tempo e o retraçar do mapa geopolítico mundial. Em 1952, durante o período da Guerra Fria, o país ingressou na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como forma de proteger-se dos avanços do bloco soviético sobre o seu território.

Após a desintegração do bloco essa política tornou-se obsoleta – tendo em vista o declínio da bipolaridade política internacional – o que motivou a adoção da doutrina “*Zero Problems With Neighbors*”, desenvolvida pelo então Ministro das Relações Exteriores, Ahmed Davutoglu, que visava a aproximação da Turquia com os seus países vizinhos, através de ações de caráter diplomático e não ofensivo (Nafi, 2016).

Ainda que a adesão a uma política externa mais pacífica tenha sido feita durante o governo do, ainda, presidente Recep Tayyip Erdoğan, as suas inclinações políticas não compactuam completamente com o viés fleumático dessa política. Assim, progressivamente o Estado turco passou a aspirar a retomada do status político que denota a época imperial. Tal característica concretiza-se na intromissão da Turquia no conflito de Nagorno-Karabakh, onde o País atua como aliado do Azerbaijão no combate contra a Armênia, País a leste que mantém relação êmula com Ankara, oriunda dos tempos do Império (Cavalcanti, 2022).

Em suma, o posicionamento turco está focado numa política de fortalecimento da independência e soberania dos países da região do Cáucaso, oferecendo apoio em seus esforços de integração nas estruturas Euro-Atlânticas, ao mesmo tempo preservando e melhorando a cooperação regional política e econômica. A Turquia dá grande importância às suas raízes e laços históricos e culturais com a região sul do Cáucaso, que servem de ponte entre o país e a Ásia Central. Por isso, tem como foco a busca de paz e estabilidade na região por meios pacíficos e que mantenham a estabilidade territorial, sempre apoiando seus parceiros naturais, como o Azerbaijão e a Geórgia.

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO

A região de Nagorno-Karabakh pertence geograficamente ao Azerbaijão desde a determinação das fronteiras azeris por Joseph Stalin, à época integrante do Comissariado do Povo para as Nacionalidades, antigo cargo do governo das Repúblicas Socialistas Soviéticas responsável por tratar das questões étnicas e culturais dos povos não russos. Tanto no século XX quanto atualmente, essa região é habitada em especial por dois povos rivais, de origem azeri e armênia.

Apesar da disputa entre esses dois povos pelo controle do enclave de Nagorno-Karabakh perdurar desde o período no qual pertenciam ao Império Russo, se fazendo presente mesmo após 1922, quando passaram a integrar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), por identificarem-se como subordinadas a um mesmo governo, os dois países não haviam declarado guerra um contra o outro. Isso acontece apenas quando ambas nações se tornam independentes em decorrência do fim da URSS, desde então a escalada militar sofre oscilações nessa região do globo.

No cenário atual, a supremacia do Azerbaijão destaca-se, o país retomou o poder sobre o território de Nagorno-Karabakh e vem adquirindo o apoio militar da Rússia. Nesses termos, o governo azeri adotou uma política de “padronização cultural”, ou seja, na região do enclave estará permitida exclusivamente a residência de cidadãos azeris ou demais povos convertidos a sua cultura e religião - islâmica de maioria xiita.

REPÚBLICA DO CHADE

O Chade tem demonstrado uma postura cautelosa nas disputas da região do Cáucaso, enfatizando a importância de soluções pacíficas e diplomáticas. Em reuniões da ONU, o Chade reiterou seu apoio ao princípio da integridade territorial, evitando tomar posições que possam ser interpretadas como apoio direto a qualquer das partes envolvidas (United Nations Digital Library, 2023).

"O governo do Chade insiste na necessidade de negociações inclusivas para resolver os conflitos no Cáucaso, destacando que a estabilidade regional é crucial para a paz global" (African Union Publications, 2022). Esse posicionamento reflete uma abordagem pragmática, focada em manter boas relações com todas as partes.

De acordo com o relatório do Institute for Security Studies (2021), "o Chade posiciona-se consistentemente a favor de resoluções que incentivam a mediação e a intervenção pacífica". Essa postura se alinha com a política externa do país, que valoriza a diplomacia como meio de resolução de conflitos.

No contexto da crise do Cáucaso, o Chade tem colaborado com a União Africana para articular uma posição comum dos países africanos, buscando fortalecer a voz do continente em foros internacionais (International Crisis Group, 2020). Essa colaboração evidencia um esforço coordenado para influenciar as decisões globais de maneira mais assertiva.

REPÚBLICA DO EQUADOR

O Equador tem uma postura de não intervenção direta nas disputas do Cáucaso, mas apoia resoluções pacíficas e o respeito aos direitos internacionais. A posição equatoriana é a de apoiar a mediação internacional e o fortalecimento do multilateralismo para resolver conflitos regionais. Segundo analistas políticos, o Equador valoriza a importância do diálogo e da cooperação internacional como meio para alcançar a paz e a estabilidade (CSIS, 2024).

Além disso, o Equador tem participado ativamente de iniciativas de direitos humanos e do desenvolvimento sustentável que são promovidas por organismos internacionais. O país do Sul Global apoia projetos que visam melhorar as condições de vida das populações afetadas por conflitos, promovendo a educação, a saúde e a inclusão social. Tais iniciativas são vistas como essenciais para criar uma base duradoura para a paz e a estabilidade no Cáucaso (United Nations Development Programme, 2024).

REPÚBLICA DO MALI

Em fóruns internacionais, Mali tem se concentrado na obtenção de apoio para se construir uma frente internacional contra o terrorismo. Nas Nações Unidas, os representantes de Mali têm destacado a urgência de uma cooperação internacional reforçada para combater grupos terroristas armados, como os que atuam no Cáucaso (UN News, 2024). Por sua experiência interna, o discurso de Mali é dominado por pedidos de assistência para enfrentar as ameaças que afetam diretamente a estabilidade e a segurança dos países.

REPÚBLICA DO NÍGER

A posição de Níger em relação aos conflitos no Cáucaso é caracterizada pela ausência de declarações oficiais específicas sobre este tema. O foco principal do governo nigerino está nas questões de segurança interna e regional, especialmente no combate ao terrorismo e à insurgência jihadista que têm devastado o país.

Essas prioridades limitam a capacidade do país de se envolver ou comentar sobre disputas em regiões distantes, como o Cáucaso. Em fóruns multilaterais, Níger tem utilizado suas intervenções para solicitar mais apoio internacional na luta contra o terrorismo.

REPÚBLICA DE MALTA

Com ingresso na União Europeia (UE) em 2004, o país situado ao sul da Itália e ao norte do continente africano, também se coloca de maneira serena ao observar as disputas no Cáucaso. Como membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU, Malta é obrigada a cumprir os termos estabelecidos no documento da organização e as decisões do conselho.

Com isso, ela mantém relações diplomáticas com diversos países mantendo neutralidade e serenidade diante a todos. Nesse sentido, Malta geralmente mantém seu posicionamento aliado às políticas da UE, essas que são focadas em esforços diplomáticos e iniciativas de “peacebuilding” na região.

A União Europeia vem ativamente se envolvendo em tentativas de mediar o conflito, promovendo negociações entre a Armênia e o Azerbaijão para evitar a intensificação do conflito. O envolvimento da UE e de seus países membros é regido pela preocupação com a estabilidade na região e nos impactos humanitários consequentes do conflito, especialmente relacionado com as dinâmicas geopolíticas de fronteiras envolvendo a Rússia, Turquia e outras potências regionais. Apesar dos esforços, a tensão na situação permanece, com casos de violência esporádicos e processos de paz frágeis enfrentando desafios significativos constantemente.

Devido ao não envolvimento direto de Malta com o conflito, o país direciona sua política externa sobre o tema com o apoio às iniciativas

direcionadas pela União Europeia, principalmente os princípios de resolução do conflito e busca pela paz.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Moçambique tem mantido neutralidade nas disputas do Cáucaso, enfatizando a importância de soluções diplomáticas e pacíficas. Em diversas intervenções na ONU, representantes moçambicanos destacaram a necessidade de negociações para resolver os conflitos (United Nations Digital Library, 2023).

"Moçambique apoia todas as iniciativas internacionais que busquem resolver pacificamente os conflitos no Cáucaso, destacando a importância da integridade territorial e do direito internacional" (African Union Publications, 2022). Essa perspectiva está em linha com a política externa do país, que valoriza a paz e a cooperação.

De acordo com o Institute for Security Studies, "Moçambique tem se mantido firme em sua posição de não intervenção, promovendo a mediação internacional como o melhor caminho para a resolução de conflitos" (Institute for Security Studies, 2021). Esse enfoque visa preservar a estabilidade regional e global.

Relatórios do International Crisis Group indicam que "Moçambique tem trabalhado com outros países africanos para apresentar uma frente unida em foros multilaterais, apoiando resoluções que promovam a paz e a segurança" (International Crisis Group, 2020). Esse esforço demonstra um compromisso constante com a estabilidade e a ordem internacional.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Conforme sua postura diplomática costumeira, o Brasil preza por uma resolução pacífica dos conflitos no Cáucaso. Em 2022, durante sessão do Conselho de Segurança, a delegação brasileira já denunciava a escalada de tensões nas fronteiras entre Armênia e Azerbaijão, alegando que os embates feriam a declaração de cessar-fogo assinada pelos Estados beligerantes (mais a Rússia) dois anos antes e clamando pelo respeito ao direito internacional e pela adoção do diálogo e da diplomacia nas tratativas. (UN Press, 2022).

Um ano mais tarde, em 2023, o Brasil, através de seu Ministério das Relações Exteriores, voltou a repudiar a situação no Cáucaso, mais especificamente na região de Nagorno-Karabakh, demonstrando preocupação com o deslocamento forçado de civis e a crise humanitária decorrente do conflito. No âmbito do Conselho de Segurança, mais uma vez, a representação brasileira instou a reabertura do corredor de Lachin (que serviria de escape para a população afetada na região, bem como facilitaria o acesso à comida e remédios) e expressou apoio às propostas de mediação encabeçadas pelos Estados Unidos, Rússia e União Europeia. (Ministério das Relações Exteriores, 2023; UN Press, 2023).

REPÚBLICA FRANCESA

De acordo com Waal (2010, p. 88) que argumenta "a política francesa enfatiza a necessidade de respeitar as fronteiras internacionais reconhecidas e a soberania dos estados da região". Este posicionamento reflete os valores centrais da política externa europeia.

No Cáucaso, a França apoia os esforços de paz liderados pela União Europeia e pela OSCE, defendendo a integridade territorial da Geórgia e de outros estados da região. O país tem adotado uma postura de preocupação e condenação em relação aos conflitos na região do Cáucaso, especialmente na questão envolvendo Armênia e Azerbaijão no Nagorno-Karabakh. O governo francês tem defendido fortemente a necessidade de uma solução pacífica e negociada, pedindo o fim imediato das hostilidades. Além disso, a França, que possui uma significativa diáspora armênia, tem pressionado por ações internacionais mais firmes e solicitado reuniões no Conselho de Segurança da ONU para abordar a crise (Mankoff, 2023).

A França tem se posicionado de forma crítica em relação ao Azerbaijão no contexto dos conflitos no Cáucaso, especialmente na região de Nagorno-Karabakh. Após os ataques azeris em 2023, a França expressou solidariedade à Armênia, condenando as ações do Azerbaijão. Além disso, a França enviou veículos blindados para apoiar a Armênia, uma medida que irritou o governo azeri. O envolvimento da França reflete seu interesse em

contrabalançar a influência da Rússia e da Turquia na região, além de uma preocupação com a crise humanitária resultante do conflito.

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Em relação ao conflito, o Irã adota uma postura mediadora, em defesa da diplomacia e da não agressão da paz. Apesar de mais próximo de Erevan, e com Baku contando com o suporte tanto de Israel quanto da Turquia, o governo iraniano procurou amenizar as tensões na região, entendendo que o Cáucaso é sua porta de entrada para a Europa. Em 2020, por exemplo, o então presidente Hassan Rouhani declarou que o conflito em Nagorno-Karabakh não se resolveria por meios violentos, e sim pelo diálogo e à luz do direito internacional, oferecendo os serviços do país na mediação dos conflitos. Ainda, declarou que as constantes intervenções estrangeiras apenas dificultam o processo de paz, perpetuando a crise na região (Ministry of Foreign Affairs of Iran, 2020).

Nesse quesito, o governo iraniano teve de recalcular sua estratégia quando as forças azerbaijanas tomaram Nagorno-Karabakh em 2023. Embora comandantes das forças armadas de Teerã tenham advertido Baku a não iniciar uma ofensiva contra a Armênia, o conflito não pôde ser evitado. Ainda assim, o Irã se mostrou um importante mediador, sediando negociações entre os ministros armênio, azerbaijano e russo em outubro do mesmo ano. Na ocasião, seguindo o assalto fugaz de Baku à região, o então ministro iraniano Hossein Amirabdollahian declarou que aquela era uma “oportunidade histórica... a guerra no Sul do Cáucaso terminou e é hora de paz e cooperação” (tradução nossa). (Iran International, 2023; Reuters, 2023).

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A China, embora menos envolvida diretamente nas disputas do Cáucaso, observa a região com interesse devido ao seu papel nas rotas comerciais e na Iniciativa do Cinturão e Rota. Zhao (2021) argumenta que a China evita o confronto direto com a Rússia e os EUA na região, preferindo investir em infraestrutura e desenvolvimento econômico.

A Iniciativa do Cinturão e Rota é central para a política chinesa no Cáucaso, onde o investimento na construção de infraestrutura, como ferrovias e

rodovias, é uma prioridade. Yu (2024) enfatiza que a China vê o Cáucaso como um corredor estratégico para ampliação e facilitação do comércio e da integração econômica, beneficiando suas ambições globais. Essa abordagem pragmática permite à China a expansão da sua influência na região sem recorrer a métodos coercitivos e confrontos diretos, consolidando parcerias econômicas através de investimentos significativos em infraestrutura (Yu, 2024).

Além disso, Gong (2019) assevera que a diplomacia econômica da China no Cáucaso possui como característica, uma política de não-intervenção e cooperação mútua. A China tem sido bem-sucedida em estabelecer parcerias duradouras na região, evitando a interferência política direta e focando em acordos comerciais que beneficiem as partes envolvidas. Essa estratégia é importante para manter a estabilidade regional e garantir a segurança dos investimentos chineses (Gong, 2019).

A estabilidade regional é uma preocupação central para a China, dada a importância do Cáucaso como rota comercial. Callahan (2016) argumenta que a segurança das rotas comerciais e a proteção dos investimentos são prioridades para Pequim, que adota uma abordagem preventiva ao promover o desenvolvimento econômico como uma forma de evitar conflitos. Essa estratégia preventiva reflete a vontade da China de estabilizar a região para proteger seus próprios interesses de segurança (Callahan, 2016).

As relações bilaterais sino-russas no Cáucaso são um aspecto delicado da política chinesa na região. Zeng (2016) observa que, embora a China reconheça a influência dominante da Rússia no Cáucaso, Pequim busca uma cooperação cuidadosa para evitar tensões. Respeitando a esfera de influência russa, a China ainda encontra maneiras de colaborar em projetos econômicos que beneficiem ambos os países, mostrando uma diplomacia habilidosa e equilibrada (Zeng, 2016).

Sumariamente, a política energética da China no Cáucaso é crucial para seu envolvimento na região. Teo *et al.* (2020) apontam que a busca por fontes diversificadas de energia levou a China a investir em projetos de petróleo e gás no Azerbaijão e em outras partes do Cáucaso. Esses investimentos não só garantem acesso estável a recursos energéticos essenciais para o crescimento

econômico chinês, mas também fortalecem os laços econômicos com os países da região (Teo *et al.*, 2020).

QUESTÕES A PONDERAR

1. Qual é o papel das grandes potências na mediação e resolução dos conflitos no Cáucaso, e como elas podem evitar a escalada das tensões?
2. Como equilibrar o direito à autodeterminação dos povos com a manutenção da integridade territorial dos Estados na região do Cáucaso?
3. De que maneira os recursos energéticos e as rotas de transporte de energia influenciam a dinâmica dos conflitos no Cáucaso?
4. Quais são as abordagens diplomáticas mais eficazes para a resolução dos conflitos de longa data no Cáucaso?
5. Quais são os impactos humanitários dos conflitos territoriais no Cáucaso, e como a comunidade internacional pode mitigar esses efeitos?

REFERÊNCIAS

AFP. ONU: conselho de segurança pede fim imediato dos combates em Nagorno Karabakh [29/09/2020]. 29 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/09/29/conselho-de-seguranca-da-onu-pede-fim-imediato-dos-combates-em-nagorno-karabakh.htm>. Acesso em: 23 abr. 2024.

AFRICAN UNION. Reports. Disponível em: <https://au.int/en/documents/reports>. Acesso em: 21 jul. 2024.

AFRICAN UNION. Statement of the Spokesperson of the Chairperson of the AUC following the meeting of the AU PSC held on 11 Nov 2022 on the situation in Chad. Disponível em: <https://au.int/en/pressreleases/20221111/statement-spokesperson-chairperson-auc-following-meeting-au-psc-held-11>. Acesso em: 7 jul. 2024.

AL JAZEERA. Armenian PM Nikol Pashinyan confirms attendance at EU talks in Spain. 4 out. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/10/4/armenia-pm-nikol-pashinyan-confirms-attendance-in-eu-summit-in-spain>. Acesso em: 22 ago. 2024.

AMID FIGHTING BETWEEN ARMENIA, AZERBAIJAN, ASSISTANT SECRETARY-GENERAL URGES BOTH PARTIES COMMIT TO LASTING PEACE TREATY, IN SECURITY COUNCIL BRIEFING. Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2022/sc15031.doc.htm>. Acesso em: 22 ago. 2024.

A RENEWED NAGORNO-KARABAKH CONFLICT: READING BETWEEN THE FRONT LINES. CSIS. Disponível em:

<https://www.csis.org/analysis/renewed-nagorno-karabakh-conflict-reading-between-front-lines>,

Acesso em: 22 de ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 4 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2012. 3 p.

AZERBAIJAN AND SLOVAKIA EXPAND STRATEGIC PARTNERSHIP - CAUCASUS - POLITICS - ECONOMY. Caspian Post. Disponível em:

<https://caspianpost.com/en/post/azerbaijan-and-slovakia-expand-strategic-partnership-caucasus-politics-economy>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ALMEIDA, Aurélio Granja. A disputa por recursos energéticos entre EUA e Rússia no Cáucaso do Sul: Implicações para a região. Florianópolis: UNISUL, 2022. 57p. Resumo expandido de Trabalho de Conclusão de Curso.

BBC BRASIL. Entenda a tensão envolvendo a Geórgia e a Rússia. 2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080818_ossetiaentenda. Acesso em: 18 maio 2024.

BBC BRASIL. Rússia reconhece independência da Ossétia e Abecásia. 2008b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080826_medvedevindependencia_ru. Acesso em: 18 maio 2024.

BBC. Nova guerra na Europa? 6 pontos para entender o conflito em Nagorno-Karabach. 20 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/20/6-pontos-para-entender-conflito-em-nagorno-karabach.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 19.841, de 22 de outubro de 1945. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Coleção das Leis do Brasil. Brasília, DF, cap. 2, art. 38º, I, 22 out. 1945.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. O CSNU. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/Brasil-CSNU/o-brasil-no-csnu-1/csnu>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. Conflito de Nagorno-Karabakh: entenda os impactos geopolíticos da crise no Cáucaso. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/conflito-de-nagorno-karabakh-entenda-os-impactos-geopoliticos-da-crise-no-caucasos/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL, National Geographic. O que é o Conselho de Segurança da ONU e como ele funciona? Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2023/10/o-que-e-o-conselho-de-seguranca-da-onu-e-como-ele-funciona>. Acesso em: 16 fev. 2024.

CAVALCANTE, Rodrigo. Há exatos 30 anos, acontecia a dissolução da União Soviética. 26 dez. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-fim-da-uniao-sovietica.phtml>. Acesso em: 16 maio 2024.

CAVALCANTI, Laís. A nova política externa da Turquia e o conflito em Nagorno-Karabakh » Relações Internacionais. 26 jul. 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-turquia-nagorno-karabakh/>. Acesso em: 19 maio 2024.

CRAVEIRO, Rodrigo. Azerbaijão: quase um quarto dos armênios deixou Nagorno-Karabakh. Correio Braziliense, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/09/5128721-azerbaijao-quase-um-quarto-dos-armenios-deixou-nagorno-karabakh.html>. Acesso em: 21 mar. 2024.

DE WAAL, Thomas. The Caucasus: An introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010. Disponível em: <https://www.carnegieeurope.eu/publication>. Acesso em: 19 mai. 2024.

DUFFY, Seamus. India's Stake in the Nagorno-Karabakh Conflict. 30 set. 2023. Disponível em: <https://thediplomat.com/2023/09/indias-stake-in-the-nagorno-karabakh-conflict/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

EURASIANET. French arms sale to Armenia fuels tension in Caucasus. Disponível em: <https://eurasianet.org/french-arms-sale-to-armenia-fuels-tension-in-caucasus>. Acesso em: 22 de ago. 2024.

FERNANDES, Vitória. Quais são as sanções contra a Rússia e seus impactos econômicos? Forbes, 2 mar. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/03/quais-sao-as-sancoes-contr-a-russia-e-seus-impac-tos-economicos/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FERRAZ, Jr. "Série Energia": Mais de 80% da matriz energética vem de recursos fósseis. Jornal da USP, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/serie-energia-mais-de-80-da-matriz-energetica-vem-de-recursos-fosseis/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

FRANCE 'S NEW AND UNBALANCED APPROACH IN THE SOUTH CAUCASUS. Valdaï Club. Disponível em: <https://valdaiclub.com/a/highlights/france-s-new-and-unbalanced-approach/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. Peace and Security in the Sahel. 2022. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/19089.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas. Brasília, Brazil: Instituto Rio Branco, 1999. 409p. ISBN 8587480014.

GLOBSEC. Highlights of the New Slovak Security and Defence Strategy Proposals. 2020. Disponível em: <https://www.globsec.org/what-we-do/commentaries/highlights-new-slovak-security-and-defence-strategy-proposals>. Acesso em: 2 ago. 2024.

GOLDMAN, Eleonora. Os 10 maiores grupos étnicos do Cáucaso russo. 11 abr. 2022. Disponível em: <https://br.rbth.com/estilo-de-vida/86574-os-10-maiores-grupos-etnicos-caucasos-russo>. Acesso em: 23 mar. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2022: Chad. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2022/country-chapters/chad>. Acesso em: 7 jul. 2024.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES. Mauritania committed to championing Africa's global voice. Disponível em: <https://issafrica.org/pscreport/insights/mauritania-committed-to-championing-africas-global-voice>. Acesso em: 17 jul. 2024.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. Security in the Sahel and the end of Operation Barkhane. 2022. Disponível em: <https://www.iiss.org>. Acesso em: 2 ago. 2024.

IRAN HOSTS ARMENIA-AZERBAIJAN TALKS, RUSSIA SAYS MAIN ISSUE RESOLVED IN NAGORNO-KARABAKH. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russias-lavrov-visit-tehran-monday-ria-2023-10-22/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

IRAN INTERNATIONAL NEWSROOM. Hosting Armenia and Azerbaijan, Iran says south Caucasus war is over. Disponível em: <https://www.iranintl.com/en/202310230381>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LATEST CLASH BETWEEN ARMENIA, AZERBAIJAN UNDERMINES PROSPECTS OF PEACE, SPEAKERS WARN SECURITY COUNCIL, CALLING FOR GENUINE DIALOGUE TO SETTLE OUTSTANDING ISSUES. Meetings Coverage and Press Releases. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/sc15418.doc.htm>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LIBOREIRO, Jorge; DA SILVA, Isabel Marques. Após dez pacotes de sanções, como fica o comércio entre UE e Rússia? Euronews, 27 fev. 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/02/27/apos-dez-pacotes-de-sancoes-como-fica-o-comercio-entre-ue-e-russia>. Acesso em: 23 mar. 2024.

LIEVEN, Anatol. The Threat of New Wars in the Caucasus: A Good Case for U.S. Restraint. Washington, D.C.: Quincy Institute for Responsible Statecraft, 2022. Disponível em: <https://quincyinst.org/report/the-threat-of-new-wars-in-the-caucasus-a-good-case-for-u-s-restraint/>. Acesso em: 19 maio 2024.

LO, Bobo. Changing Geopolitics of the South Caucasus after the Second Karabakh War: Prospect for Regional Cooperation and/or Rivalry. Bergen: Christian Michelsen Institute, 2023. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/8911-changing-geopolitics-of-the-south-caucasus-after-the-second-karabakh-war.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

MANKOFF, Jeffrey. The Inhospitable Sea: Toward a New U.S. Strategy for the Black Sea Region. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/inhospitable-sea-toward-new-us-strategy-black-sea-region>. Acesso em: 19 maio 2024.

MCGOWAN, Abigail. Azerbaijan's Pressure on Nagorno-Karabakh: What to Know. Washington, DC: Council on Foreign Relations, 2024

MENON, Rajan; FEDOROV, Yuri E.; NODIA, Ghia. Russia, the Caucasus, and Central Asia. Londres: Routledge, 1999. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781315501734/russia-caucasus-central-asia-rajan-menon-yuri-fedorov-ghia-nodia-east-west-insitute>. Acesso em 18 mai. 2024

MIELNICZUK, F. O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica. Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas, 1(2), 157-166. Recuperado de <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/6311>

NAÇÕES UNIDAS. Guterres desapontado com violações de cessar-fogo em Nagorno-Karabakh. 12 out. 2020a. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1729462>. Acesso em: 23 abr. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Mundo tem maior alta de conflitos violentos desde fim da Segunda Guerra. 30 mar. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1784652>. Acesso em: 19 abr. 2024.

NAFI, Basheer. Du "zéro problème" à la realpolitik : la politique étrangère de la Turquie post-Davutoğlu. 27 out. 2016. Disponível em: <https://www.middleeasteye.net/fr/opinion-fr/du-zero-probleme-la-realpolitik-la-politique-etrange-re-de-la-turquie-post-davutoglu>. Acesso em: 18 maio 2024.

NAGORNO-KARABAKH: Leaders to meet next month in Spain for peace talks. Euronews. Disponível em: <https://www.euronews.com/2023/09/23/humanitarian-aid-begins-to-arrive-in-nagorno-karabakh-enclave>. Acesso em: 22 ago. 2024.

NGENDAKUMANA, Pierre Emmanuel; GAVIN, Gabriel. Russia accuses France of fomenting war in the Caucasus with arms sale. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/russia-accuse-france-fomenting-war-caucasus-arms-sale/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

OFFICIAL STATEMENT ON THE SITUATION IN SOUTH CAUCASUS. Disponível em: https://www.exteriores.gob.es/en/Comunicacion/Comunicados/Paginas/2023_COMUNICADOS/20230919_COMUNICADO035.aspx. Acesso em: 22 ago. 2024.

PAUCHARD, Olivier. O dia em que a Suíça se tornou neutra. 20 mar. 2015. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/politica/o-dia-em-que-a-suíça-se-tornou-neutra/41320550>. Acesso em: 17 maio 2024.

PAUCHARD, Olivier. Quando se negociou a paz do mundo em Lausanne. 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/economia/quando-se-negociou-a-paz-do-mundo-em-lausanne/48678270>. Acesso em: 18 maio 2024.

PAREDES, Norberto. 100 anos da queda do Império Otomano: a superpotência que por 6 séculos tentou dominar o mundo - BBC News Brasil. 6 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63456433>. Acesso em: 19 maio 2024.

PETROSTRATEGIES. Russia appears to bypass oil sanctions via Azerbaijan: Petrostrategies. Civilnet, 25 out. 2022. Disponível em: <https://www.civilnet.am/en/news/680193/russia-appears-to-bypass-oil-sanctions-via-azerbaijan-petrostrategies/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. Influência da Turquia, Irã e Rússia no Sul do Cáucaso: O caso do Azerbaijão. Século XXI, v. 3, n. 2, p. 45-64, 2012. Disponível em: <https://doi.org/file:///C:/Users/admin/Downloads/85-Texto%20do%20artigo-222-228-10-20150825.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

POSSA, Julia. 30 anos depois do fim, legado da URSS é de conflitos regionais. 26 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/30-anos-depois-do-fim-legado-da-urss-e-de-conflitos-regionais/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PRESS STATEMENT ON ARMENIA AZERBAIJAN CONFLICT. Ministry of External Affairs Government of India. Disponível em: <https://www.mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/33084/Press+Statement+on+Armenia+Azerbaijan+Conflict>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SARADZHYAN, S. (2020). Is Stopping the War Between Armenia and Azerbaijan in Russia's (Vital) Interest? Belfer Center for Science and International Affairs, University of Harvard.

SERVICE, RFE/RL'S RUSSIAN. Slovakia To Resume Cultural Cooperation With Russia. 20 jan. 2024. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/slovakia-resumes-cultural-cooperation-russia-belarus/32784865.html>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SLOVENIA STANDS UNITED WITH EU AND NATO ALLIES IN CONDEMNING RUSSIAN AGGRESSION. GOV.SI. Disponível em: <https://www.gov.si/en/news/2022-02-26-slovenia-stands-united-with-eu-and-nato-allies-in-condemning-russian-aggression/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SITUATION IN NAGORNO-KARABAKH. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/situation-in-nagorno-karabakh-1>. Acesso em: 22 ago. 2024.

SUPER. Nagorno-Karabakh: 30 anos de guerra no Cáucaso. 20 nov. 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/nagorno-karabakh-30-anos-de-guerra-no-caucasos/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

SWISSINFO.CH. Neutralité Suisse. 20 mar. 2022. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/fre/politique/neutralite-suisse/28982464>. Acesso em: 16 maio 2024.

THOMAS DE WAAL. In the Caucasus, Another Year of War or Peace. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/europe/strategic-europe/2024/02/in-the-caucasus-another-year-of-war-or-peace?lang=en>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TÜRKIYE ´S RELATIONS WITH SOUTHERN CAUCASUS COUNTRIES. Republic of Türkiye Ministry of Foreign Affairs. Disponível em: https://www.mfa.gov.tr/turkiye_s-relations-with-southern-caucasus.en.mfa. Acesso em: 22 ago. 2024.

UN NEWS. Top official warns of weakened regional security following withdrawal from West African economic bloc by Mali, Burkina Faso, Niger. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/07/1094452>. Acesso em: 2 ago. 2024.

UN NEWS. Greater Support Urgently Needed to Tackle Sahel Region's Growing Insecurity, Aid Fight against Terrorism, Extremism, Senior Official Tells Security Council. 2024. Disponível em: <https://press.un.org/en/story/2024/07/1094452>. Acesso em: 2 ago. 2024.Chade

UNITED NATIONS. The role of diamonds in fuelling conflict. General Assembly, 76th session. 2022. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3977781>. Acesso em: 7 ago. 2024.

UNITED NATIONS. Republic of Mauritania: Election Observer Mission. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/2057194>. Acesso em: 7 ago. 2024.

WEISFLOG, Christian. Uma diplomata suíça entre as frentes no Cáucaso. 31 jul. 2009. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/politica-suica/uma-diplomata-suica-entre-as-frentes-no-caucasos/7531684>. Acesso em: 17 maio 2024.

ZHAO, Shu. Shifting Geopolitical Realities in the South Caucasus. Estocolmo: Swedish Institute of International Affairs, 2021. Disponível em: <https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/sceeus/shifting-geopolitical-realities-in-the-south-caucasus.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

Imprensa Internacional

1 - Asia O'Clock.

2 - Diariamente

3 - El Guardián

4- The Chicago Times

Guia de Estudos do PelotasMUN 2024



IMPRENSA INTERNACIONAL

Eduardo Grecco Corrêa¹
João Vitor Padilha Baptista²
Lavinia Kukul³
Luiza Domingues Acosta⁴
Nadiély Cristine de Souza⁵

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão PelotasMUN, proporciona aos estudantes, através do Modelo de Simulação das Nações Unidas, uma experiência prática em simulações acadêmicas da ONU; na qual atuam como delegados, membros da mesa e jornalistas. Essas funções são cruciais para a discussão sobre temas de política internacional e diplomacia, assim como o processo de tomada de decisão durante o debate. Durante estes, o papel da imprensa internacional é particularmente importante.

A cobertura das discussões pela imprensa assegura a transparência e a disseminação das informações, permitindo que tanto os participantes do evento, quanto o público em geral estejam informados sobre os diferentes pontos de vista, propostas e discursos apresentados. A imprensa também ajuda a criar um ambiente propício para o debate, além da dinâmica entre delegados e chefes de mesa; entrevistando e questionando delegados sobre suas posições e oferecendo análises críticas.

A função da imprensa nas simulações também é informar o público sobre questões referentes aos debates e promover uma discussão mais coerente a respeito dos desafios globais, atuando como observadores e comunicadores, documentando e relatando as ações e resoluções em tempo real durante as sessões de debate.

¹ Eduardo Grecco Corrêa é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

² João Vitor Padilha Baptista é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

³ Lavinia Kukul é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

⁴ Luiza Domingues Acosta é discente do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

⁵ Nadiély Cristine de Souza é discente do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Desse modo, com o objetivo de auxiliar os participantes a compreenderem as diversas singularidades entre os veículos de imprensa selecionados para a décima primeira edição do Pelotas MUN, foi feita uma breve introdução a respeito destes. A forma de divulgação das notícias, a localização do jornal, suas tendências e visões de mundo estão ligadas à sua linha editorial específica. Essas características variam de acordo com a publicação, tornando essencial que o jornalista esteja familiarizado com o jornal escolhido para desempenhar suas funções com eficiência durante o evento.

Portanto, como uma forma de auxiliar os jornalistas na disseminação das discussões, esta seção apresenta uma descrição geral dos jornais selecionados para a Press do PelotasMUN 2024. Este guia fornece informações sobre a abordagem de cada jornal, neste ano sendo fictícios. O Guia de Regras irá descrever as possíveis atividades a serem praticadas pelos jornalistas do PelotasMUN 2024, bem como as plataformas a serem utilizadas, assim como as suas respectivas funções.

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

Em uma análise recente de Hall (2016), destaca-se a importância dos meios de comunicação na contemporaneidade como agentes influentes na moldagem das percepções sociais. Os meios de comunicação de massa desempenham um papel central ao difundirem discursos selecionados, não apenas informando, mas também guiando a compreensão pública e catalisando o engajamento em temas de relevância política e social.

Ao divulgar esses discursos, os meios de comunicação exercem uma influência significativa na forma como indivíduos e grupos interpretam e compreendem o mundo ao seu redor, transformando percepções em causas políticas que mobilizam a sociedade. Os processos políticos e diplomáticos desempenham um papel crucial nesse contexto, envolvendo negociações e decisões que moldam as estruturas sociais e institucionais. As plataformas digitais, como redes sociais, jornais e revistas, desempenham um papel essencial na disseminação desse conhecimento político e social.

Assim, por meio dessas plataformas de comunicação, é possível disseminar as discussões dos debates selecionados para o PelotasMUN 2024,

que incluem comitês como: “ La lucha contra el narcotráfico y sus efectos en el continente americano” (OEA); “The crisis in Yemen: the ongoing conflict and its repercussions” (DISEC); “Garantia de serviços de saúde para mulheres em países em desenvolvimento: desafios e soluções” e “Os impactos socioeconômicos da mineração no século XXI” (ECOSOC); “A insegurança no Sahel: estratégias de resposta” e “Tensões geopolíticas no Cáucaso: questões fronteiriças como ameaça regional” (CSNU).

Com o objetivo de oferecer uma cobertura abrangente, o comitê de Imprensa arquitetou e produziu jornais de diversos países para compor a Imprensa Internacional, garantindo uma ampla divulgação das informações sobre os debates ao longo da simulação. Os jornais fictícios para o PelotasMUN 2024 serão: Asia O’Clock (China), Diariamente (Portugal), El Guardian (Argentina) e The Chicago Times (Estados Unidos).

ASIA O’CLOCK

O *Asia O’Clock* é um jornal fictício criado em 1955 por um grupo de jovens ativistas, seis anos após a Proclamação da República Popular da China, movimento liderado por Mao Tsé-Tung. O jornal nasce a partir do interesse da juventude chinesa pelas revoluções que ocorriam em outros países, como a Revolução Cubana, iniciada em torno de 1953, ou então sobre o período após a Revolução Russa de 1917, com objetivo de noticiar os desdobramentos dos movimentos revolucionários ao redor do mundo.

Apesar de se formar em um contexto centrado nas mudanças sociais pós-revolucionárias, o *Asia O’Clock* se estabelece na China como um veículo de informação que analisa a política internacional como um todo, partindo sempre de seu caráter socialista. O *Asia O’Clock* historicamente distancia-se da mídia tradicional internacional no sentido em que se aproxima de uma linguagem que se comunica diretamente com a população e tem como intuito, noticiar para o mundo através do seu princípio social marxista.

A ascensão econômica chinesa, a partir dos anos 80, também está fortemente ligada à consolidação deste veículo, visto que as rápidas mudanças de conjuntura transformaram a sociedade chinesa e as regiões a ela interligadas, mantendo a necessidade de atualizações sobre a política e a

economia mundial, sem perder seu propósito inicial. Além disso, a globalização traz à tona diversos estereótipos com a cultura oriental; dessa forma, o Asia O'Clock, como um veículo jornalístico, assume o papel de desmistificar tais ideais orientalistas, com foco em defender o Oriente, sua cultura e história.

Atualmente, o Asia O'Clock possui sua sede em Pequim e escritórios espalhados em quatro continentes. Assim como em sua criação, hoje o jornal também conta com a maior parte do seu público sendo composta por jovens, e por isso, a maior demanda apresenta-se de forma online, através de sites e aplicativos de comunicação. Além de também manter os tradicionais jornais impressos, como forma de democratizar o acesso à informação.

LINHA EDITORIAL

O jornal apresenta-se como uma instituição comprometida com a defesa dos direitos humanos e com a promoção de uma sociedade equitativa. Em oposição à tradição de evitar temas conflituosos e controversos, como nos veículos de comunicação ocidentais, o Asia O'Clock aborda questões que fogem do olhar da mídia centrada nos interesses da classe dominante. Assim, o editorial deste veículo leva em consideração principalmente o seu princípio social, focado na emancipação do povo.

Além disso, o Asia O'Clock destaca a extrema importância da solidariedade e da luta contra a opressão em todas as suas formas. Por isso, o jornal busca levantar as desigualdades sistêmicas que se reproduzem na esfera internacional, além de acionar a necessidade de políticas que promovam a redistribuição de capital. Nesse viés, ao destacar as contradições do sistema socioeconômico dominante e a significância da defesa dos direitos humanos, o Asia O'Clock objetiva contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual o bem-estar coletivo seja prioridade em relação aos interesses do indivíduo e das grandes corporações.

Ademais, além de noticiar eventos políticos, o Asia O'Clock é responsável por promover conhecimento, de forma mais profunda, sobre a cultura chinesa e asiática. Desta maneira, a partir de reportagens e análises detalhadas, o jornal tem como objetivo desmistificar estereótipos e oferecer uma perspectiva abrangente sobre a China e as políticas públicas praticadas pelo Estado chinês.

O intuito do Asia O'Clock é ser uma ponte de compreensão entre o Oriente e o Ocidente, contribuindo para um diálogo mais científico e distante do senso comum ocidental.

Por fim, é imprescindível destacar que a linha editorial do Asia O'Clock preza pela valorização da diversidade cultural, o incentivo ao pensamento crítico, transparência e a promoção da consciência de classe. Além de se tornar uma fonte de informações indispensável para os que buscam uma compreensão assertiva sobre a dinâmica sociopolítica global, e principalmente, asiática.

Logo do jornal *Asia O'Clock*



Fonte: PelotasMUN

DIARIAMENTE

O jornal fictício 'Diariamente' é um jornal português, fundado em 1890, sob contexto da crise da monarquia portuguesa ao final do século XIX. O Ultimato Britânico de 1890 - considerado um marco importante no fim da monarquia portuguesa -, gerou grande instabilidade social no país, além de um sentimento geral de derrota e humilhação pela população. O jornal nasceu através da ideia do dono de uma fábrica de papel, Roberto Rodrigues, em transformar sua produção em um folhetim contra a monarquia, justamente pela sua revolta, de seus funcionários e da população com a situação do país.

Porém, após perseguição contra o fundador do jornal por parte da monarquia portuguesa, Roberto vende a ideia de um periódico na região para um grupo de investidores e assim o agora jornal, deixa de lado o viés político e

foca em levar informação para a população de maneira clara, objetiva, pragmática e principalmente democrática. Princípios que até hoje o 'Diariamente' carrega.

Neste contexto, o 'Diariamente' é um jornal muito credibilizado pelo público e pelo mercado pelo longo período que está em funcionamento, tendo presenciado as grandes transformações do século XX e conseqüentemente as grandes guerras a nível global. O 'Diariamente' presenciou também o fim da monarquia portuguesa, o início e o fim de regimes ditatoriais em diversos lugares do mundo e continua em plena transformação com o advento do século XXI e das redes sociais.

Apesar de ser um jornal criado ao final do século XIX, o 'Diariamente' conseguiu fazer uma transição para o digital de maneira exemplar e hoje atua como um dos maiores portais de notícia on-line do mundo, possuindo aplicativo próprio, e atuando fortemente nas redes sociais. Outro avanço muito importante para o crescimento do 'Diariamente' foi a sua internacionalização. O primeiro país que o 'Diariamente' investiu foi na Espanha.

À época de ingresso na União Europeia por parte dos dois países, em 1986, os diretores do 'Diariamente' aproveitaram o espírito de integração regional que assolava os países e decidiram investir em um escritório na capital Madrid. O periódico chamou atenção, pois, na Espanha, a ideia foi, inicialmente, focar nos assuntos internacionais gerais - que englobam política, cultura, história, etc.

Com o crescimento do jornal, o sucesso do caso de internacionalização na Espanha e a adoção de repúblicas democráticas na América Latina a partir da década 80, o 'Diariamente' expande seus negócios para países latinos e lusófonos. O primeiro país foi a Argentina - em 1987, logo houve a abertura do escritório no Brasil - também em 1987. Em 1989 foi a vez do México. Na década de 90 foram fundados escritórios em Angola e Moçambique, já no ano de 2002, o Chile recebeu o 'Diariamente'.

No ano de 2011, com o crescimento das redes sociais, o 'Diariamente' surge como um portal de notícias exclusivamente on-line. Atualmente, o jornal está presente em todos os países da América e Europa; e compreende uma vasta gama de leitores que se identificam com o ideal progressista.

LINHA EDITORIAL

O 'Diariamente' nasce de uma preocupação com o bem-estar social à época do regime monárquico português. A linha editorial do jornal preza, acima de tudo, pelo mantimento do Estado e acredita que este deve atuar como um agente regulador e facilitador das instituições democráticas. A linha editorial do jornal, adota uma política de pragmatismo moderno, sendo radicalmente contra regimes que atentam contra os ideais democráticos.

Os principais fundamentos que o 'Diariamente' segue são: o independentismo midiático, integridade moral, progressismo social, respeito aos direitos humanos e a neutralidade em seus posicionamentos. A preocupação do jornal é sempre com a democracia e liberdades individuais. Economicamente, o periódico costuma incentivar práticas empresariais de fomento à educação, o desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia.

O jornal tece críticas às desigualdades econômicas, má distribuição de renda a nível global e manifestações preconceituosas e excludentes dentro da sociedade contemporânea. O 'Diariamente' dá ênfase e preza pelos movimentos sociais favoráveis à comunidade LGBTQIAPN+ e aos movimentos feminista, anti racista e anti-capacitista; além disso, ainda compactua com a causa ambiental, tendo em mente a crise climática que enfrentamos.

O 'Diariamente' sofre uma série de críticas pela sua posição neutra ao propagar a informação. Do lado do radicalismo da extrema-direita, o jornal é considerado um "periódico que afronta aos conceitos de família tradicional e levanta princípios contra a moral e os bons costumes"; já do lado do radicalismo da extrema-esquerda o 'Diariamente' é criticado por "ser permissivo e atender aos interesses econômicos da classe dominante". Apesar da reprovação, o periódico possui extrema credibilidade por sua longa história e pela acessibilidade a informações. Sobretudo o 'Diariamente' acredita que é necessário o diálogo junto ao sistema e não contra.

Logo do jornal *Diariamente*



Fonte: PelotasMUN

EL GUARDIÁN

O jornal fictício “El Guardián” surgiu no ano de 1984, na capital argentina, Buenos Aires, logo após a derrota do país contra o Reino Unido, na tentativa de recuperar as Malvinas. Anteriormente a esse período, o país passou por uma intensa transformação política e social, e após anos de regime militar. Em meio a este momento de mudanças, dois irmãos empresários herdeiros da elite argentina, se uniram para criar um jornal que apoiasse o legado do antigo regime militar, publicando artigos que exaltavam realizações, governos e líderes de direita da América Latina.

Os irmãos partilhavam da convicção de que a Argentina precisava de um veículo midiático que desse continuidade, após o fim do regime militar, aos ideais teocráticos, ultraconservadores, anti comunistas e nacionalistas. Por conta disso, conquistou a reputação de ser uma das vozes conservadoras mais influentes da América Latina. O jornal resistiu às provas do tempo, apesar da dificuldade de se adaptar às mudanças tecnológicas e sociais, a prova disso é que somente em 2020 o jornal lançou sua versão online e até hoje entrega sua versão impressa. O jornal possui sede na capital Buenos Aires, mas conta com um escritório no Brasil, em Balneário Camboriú; nos Estados Unidos, em Miami; e outros 20 espalhados pela América.

Em um mundo onde os princípios fundamentais estão sob constante ameaça, o jornal “El Guardián” se posiciona como o defensor dos valores tradicionais, da liberdade individual de expressão, da propriedade privada e do protecionismo nacional. A missão dele é clara: proteger e promover estes princípios por toda América Latina.

LINHA EDITORIAL

O “El Guardián” compreende uma linha editorial conservadora, que abrange temáticas como: economia, militarismo, relações internacionais e tecnologia. O jornal defende a resistência e promoção dos valores econômicos e políticos nacionalistas. Enfatiza também a continuidade e estabilidade das instituições tradicionais, como família e religião; se opondo a qualquer tipo de movimento revolucionário e de políticas progressistas. Além disso, defende fortemente o investimento em recursos militares e de defesa.

Se colocando em uma posição crítica à globalização, os redatores do “El Guardián” entendem como crucial preservar e promover as tradições e costumes. A identidade cultural é fonte de orgulho e coesão social, e deve ser protegida contra a homogeneização imposta pelas tendências internacionais. Em seus periódicos ele também torna fundamental lembrar que a família, núcleo fundamental da sociedade, enfrenta hoje desafios sem precedentes. A erosão dos valores tradicionais e o surgimento de ideologias que promovem a dissolução da naturalidade colocam em risco o bem-estar momentâneo e das futuras gerações.

O veículo midiático cobre conflitos e questões regionais com um enfoque realista, defendendo a paz através do uso da força e a necessidade de uma política externa que defenda os interesses nacionais. Outra característica do jornal está associada ao apoio dos princípios e valores ocidentais. O “El Guardián” enxerga a América Latina como um continente que está em constante movimento. Nisso, sempre vai buscar escrever sob a ótica conservadora dos países latinos, defendendo seu ponto de vista e oferecendo uma perspectiva clara e convincente sobre as questões que impactam a sociedade de acordo com seu ponto de vista.

Logo do jornal *El Guardián*

E GUARDIÁN

Fonte: PelotasMUN

THE CHICAGO TIMES

'The Chicago Times' é um veículo jornalístico fictício estadunidense criado em 1918, pouco antes do fim da Primeira Guerra Mundial, sob a iniciativa privada de um grupo de bilionários do país; que visava o florescimento da hegemonia norte-americana após as grandes vantagens econômicas da nação com o conflito. Nesse sentido, o jornal ambicionava retratar os feitos do país sob uma perspectiva econômica e liberal, retratando a importância da cooperação internacional com instituições estadunidenses para a reestruturação da Europa no pós-Guerra.

Em discurso público na cidade de Chicago, em 15 de junho de 1918, representantes do jornal retrataram que estavam a serviço dos EUA, do seu povo e de suas empresas, uma vez que o direito máximo de um povo é de ter a sua propriedade privada, pois somente assim seria possível alcançar o progresso. Essa linha de pensamento manifestou-se com muito sucesso nos Anos 20 e na propagação da ideologia "the american way of life", juntamente com o crescimento exponencial da bolsa de Nova York.

Entretanto, no final da década de 1920 e o Crash da Bolsa em 1929, o 'The Chicago Times' apresentou, como diversas empresas no período, uma grande queda em suas ações. Reerguendo-se na década de 50, durante a Guerra Fria, com incentivos a fim de difundir propaganda anti-comunista. Desse modo, o jornal apresentou um grande alcance internacional, sendo fonte de inspiração de diversos jornais locais na defesa da ideologia liberal.

Ao longo dos anos, e na década de 1970 e 1980, o neoliberalismo ressurgiu com as Crises do Petróleo, possibilitando a ascensão do 'The Chicago Times' para essa nova era, compondo um dos principais veículos de informação do mundo. Ademais, a ascensão da Escola de Chicago, corrente de pensamento com forte vertente econômica; a qual defendia a privatização do serviço público e a redução ao máximo da estatização e da interferência do Estado na economia; corrobora na expansão desse jornal.

LINHA EDITORIAL

A preocupação dos jornalistas e repórteres vinculados ao "*The Chicago Times*" é focada nas perspectivas econômicas neoliberais e financeiras, especialmente para o cenário estadunidense e ocidental, compactuando com outras nações capitalistas e anti-comunistas. Nesse sentido, impactos sociais, culturais, ambientais são deixados em segundo plano e ideias não-ocidentais são rejeitadas por esse veículo jornalístico.

Destaca-se que o jornal possui perspectiva neoliberal, ou seja, princípios como: defesa da liberdade, propriedade privada, rejeição do protecionismo econômico, incentivo ao livre mercado e ao Estado Mínimo. Em relação a isso, há forte influência dos pensadores da Escola de Chicago. Em relação à cooperação internacional, ela é considerada extremamente benéfica para o "*The Chicago Times*" dado que permite o crescimento econômico das nações envolvidas e melhora as suas relações bilaterais.

Logo do jornal *The Chicago Times*



Fonte: PelotasMUN

